UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO LOYOLA DE ANDRADE

**Escravidão, mercado interno e exportações na
economia de Ilhéus, 1850-1888**

Versão corrigida

São Paulo

2019

MARCELO LOYOLA DE ANDRADE

**Escravidão, mercado interno e exportações na
economia de Ilhéus, 1850-1888**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Econômica do Departamento de
História da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em História.

Área de Concentração: História Econômica
Orientador: Prof. Dr. Horacio Gutiérrez

Versão corrigida

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A543e Andrade, Marcelo Loyola de
Escravidão, mercado interno e exportações na
economia de Ilhéus, 1850-1888 / Marcelo Loyola de
Andrade ; orientador Horacio Gutiérrez. - São Paulo,
2019.
320 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Ilhéus, escravidão, economia, cacau. I.
Gutiérrez, Horacio, orient. II. Título.

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): MARCELO LOYOLA DE ANDRADE

Data da defesa: 07 / 11 / 2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): DARIO HORACIO GUTIÉRREZ GALLARDO

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 07 / 02 / 2020

Dario Gutiérrez

(Assinatura do (a) orientador (a))

*Aos meus pais, José Furtado de Andrade e Dalva Loiola
de Andrade*

AGRADECIMENTOS

Durante a realização desta pesquisa contei com a colaboração de diversas pessoas e instituições, às quais quero agradecer pelas diferentes contribuições, todas importantes para o desenvolvimento e conclusão da tese.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) que ofereceu condições ideais ao desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa (CNPq), pelo apoio financeiro, essencial para a realização da pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Horacio Gutiérrez, que foi o meu orientador. As suas arguições críticas feitas desde o projeto de pesquisa até a entrega do trabalho final foram fundamentais durante todo o processo de desenvolvimento da tese. Ademais, contei com sua paciência e auxílio com o uso do SPSS, programa computacional de processamento de dados, que ele me ensinou a utilizar. Essa ferramenta permitiu obter ganhos substanciais no cruzamento das informações dos inventários de Ilhéus, sendo muito importante para os resultados alcançados na pesquisa. Espero que em alguma medida essa tese retribua suas contribuições, os erros e imperfeições que possam constar no trabalho são, obviamente, responsabilidades minhas.

Outrossim, durante os eventos realizados no Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP) pude contar com as suas intervenções e de outros professores em vários assuntos, o que contribuiu para ampliar o meu conhecimento da historiografia e metodologias de pesquisa. Agradeço aos funcionários deste centro pela atenção, respeito e carinho que sempre me ofereceram, agradeço aos estudantes de pós-graduação, professores e demais pesquisadores deste centro, onde encontrei um ambiente acadêmico saudável e profícuo, muito importante na minha formação.

Agradeço aos professores Dr. José Flávio Motta e Dra. Luciana Suarez Lopes, que participaram do exame de qualificação e ofereceram críticas e sugestões valiosas para a tese. Agradeço aos professores que participaram da defesa, Dra. Enidelce Bertin, Dr. Marcelo Henrique Dias e Dra. Luciana Suarez Lopes, pela leitura atenta, pelas críticas e comentários importantes sobre o trabalho final.

Agradeço aos amigos de pós-graduação que convivi ao longo da trajetória de pesquisa. Breno Aparecido Servidone Moreno e Fernando Antônio Alves da Costa se tornaram especiais, colaboraram com críticas e sugestões desde o mestrado. As discussões realizadas

em nosso grupo de estudo foram importantes para melhorar a minha compreensão sobre muitas questões abordadas na tese. O Breno forneceu seu Banco de Dados e me ajudou nas instruções de uso, além de auxiliar nas dúvidas que surgiram durante a transcrição dos inventários *post mortem* de Ilhéus.

Agradeço ao Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e a seus funcionários, onde sempre fui recebido com atenção e respeito por todos. Durante as visitas ao acervo contei com a colaboração especial de Cícero Neto, que foi estagiário da instituição e me ajudou na busca pelos inventários de Ilhéus, se tornando amigo, agradeço a sua colaboração na coleta de fotografias e na transcrição de alguns documentos.

Agradeço aos primos Rosilene Catarino e Armando Cabrera, que me receberam várias vezes em Salvador, oferecendo hospedagem confortável em sua casa durante as minhas estadias na cidade para coleta de fontes primárias no APEB.

Agradeço aos meus pais José Furtado de Andrade e Dalva Loiola de Andrade, pelo apoio aos meus estudos. A colaboração deles durante a minha permanência em São Paulo foi muito importante para que eu pudesse desenvolver a pesquisa e concluir a tese. Agradeço a minha irmã Milena Loyola de Andrade, pela leitura dos capítulos e correção de erros de ortografia. Agradeço a Marcele, minha filha, que acompanhou de perto os últimos anos de transcrição de documentos, cálculos e redação da tese, oferecendo apoio e compreensão nas horas de angústia. Minha irmã Manuela também foi companheira nesse processo, oferecendo ajuda e compreensão nas horas difíceis. De modo geral, direta ou indiretamente, toda minha família colaborou para que eu pudesse realizar esse trabalho, minha mãe foi fundamental nessa trajetória. Espero que essa tese seja a retribuição maior pela contribuição de todos.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo de estudo da História econômica, na vertente relacionada ao trabalho escravo e o objetivo principal é analisar a escravidão, o mercado interno e as exportações na economia de Ilhéus entre 1850 e 1888. Esta comarca, localizada no sul da Bahia, se tornou uma das principais áreas produtoras de cacau do Brasil no século XX e pretendemos investigar as origens deste processo, tentando entender as características dos produtores e não produtores de cacau, como a composição da riqueza, a estrutura da posse de escravos e o perfil demográfico da população escravizada. Outros objetivos consistem em analisar o mercado interno e as exportações para conhecermos as peculiaridades desta economia, avaliando, entre outras questões, as atividades de subsistência e exportação, a circulação de mercadorias, o sistema de crédito, o acesso a terras e a presença do trabalho escravo. Para alcançarmos os objetivos propostos utilizamos as seguintes fontes documentais: 345 inventários *post-mortem*, Livros de cobrança de impostos da Câmara Municipal, Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação, Falas e Relatórios de presidentes de província, Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 e relatos de viajantes estrangeiros. Ao compulsarmos os informes desta documentação pretendemos apresentar algumas conclusões sobre as particularidades da escravidão e da economia de Ilhéus no período assinalado e inserir o estudo entre as pesquisas históricas desenvolvidas recentemente.

Palavras-chave: Ilhéus, escravidão, economia, cacau.

ABSTRACT

This research is inserted in the field of economic history study, focused on slave labor. The main goal is to analyze slavery, the domestic market and exports in Ilhéus economy between 1850 and 1888. This region is located in the south of Bahia state and became one of the main cocoa producing areas of Brazil in the twentieth century. We investigate the origins of this process assessing the characteristics of cocoa producers and non-producers, such as wealth composition, structure of slaveholding and the demographic profile of the enslaved population. Other goals consist in the domestic market and exports analysis to comprehend the peculiarities of this economy, appraising, *inter alia*, subsistence and export activities, circulation of goods, credit system, access to land and the presence of labor slave. To achieve the proposed objectives, we use the following sources: 345 post-mortem inventories, city council tax collection books, classification slaves for liberation by the emancipation fund, Provincial Speeches and Reports, 1872 Brazil Empire's Census and reports from foreign travelers. By compiling the reports of such collection, we intend to present some conclusions about the particularities of slavery and the economy of Ilhéus in the period indicated and to insert the study among the historical researches recently developed.

Keywords: Ilhéus, slavery, economy, cocoa.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1.1 - Mapa do sul da comarca de Ilhéus, 1800.....	36
Quadro 2.1 - Exportações do município de Ilhéus, 1870-1888.....	87
Quadro 3.1 - Quadro de ocupações dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	102
Gráfico 1.1 - Gado vacum abatido. Ilhéus, 1864-1888.....	52
Gráfico 1.2 - Gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885.....	55
Gráfico 2.1 - Exportações de cacau (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885.....	66
Gráfico 2.2 - Exportações de café (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885.....	68
Gráfico 2.3 - Exportações de cacau (em arrobas). Bahia, 1872-1876.....	73
Gráfico 2.4 - Exportações de cachaça (em litros). Ilhéus, 1870-1878.....	76
Gráfico 2.5 - Exportações de cachaça (em litros). Bahia, 1872-1876.....	77
Gráfico 2.6 - Exportações de madeira jacarandá (em paus). Ilhéus, 1870-1879.....	80
Gráfico 2.7 - Exportações de piaçava (em molhos). Ilhéus, 1879-1888.....	83
Gráfico 2.8 - Exportações de couros secos ou salgados (em unidades). Ilhéus, 1878-1888.....	85
Gráfico 3.1 - Distribuição espacial dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	92
Gráfico 3.2 - Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de escravos. Ilhéus, 1850-1888.....	94
Gráfico 3.3 - Distribuição dos inventários com presença de culturas. Ilhéus, 1850-1888.....	113
Gráfico 3.4 - Distribuição dos cacauzeiros segundo o estado da planta. Ilhéus, 1850-1888.....	117
Gráfico 3.5 - Distribuição dos inventários com presença de terras. Ilhéus, 1850-1888.....	124
Gráfico 5.1 - Distribuição das classificações dos escravos por anos. Ilhéus, 1874-1886.....	176
Gráfico 5.2 - Distribuição dos principais ofícios dos escravos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	197
Gráfico 6.1 - Distribuição dos inventários segundo a presença de imóveis. Ilhéus, 1850-1888.....	204
Gráfico 6.2 - Distribuição dos inventários segundo a presença de bens móveis. Ilhéus, 1850-1888.....	212
Gráfico 6.3 - Principais madeiras utilizadas na fabricação dos móveis de casas e sobrados. Ilhéus, 1850-1888.....	219
Gráfico 6.4 - Distribuição dos inventários segundo a presença de animais. Ilhéus, 1850-1888.....	222
Gráfico 7.1 - Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de dívidas ativas. Ilhéus, 1850-1888.....	231
Gráfico 7.2 - Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de dívidas passivas. Ilhéus, 1850-1888.....	240
Tabela 1.1 - Porcentagem da receita total das exportações dos principais produtos. Província da Bahia, 1853-1860.....	39
Tabela 1.2 - População livre e escrava. Vilas do sul da Bahia, 1872.....	41
Tabela 1.3 - Porcentagem da receita total das exportações dos principais produtos. Província da Bahia, 1873-1877.....	42
Tabela 1.4 - Principais fornecedores do gado vacum abatido. Ilhéus, 1864-1888.....	53
Tabela 1.5 - Principais fornecedores do gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885.....	56
Tabela 1.6 - Relação das madeiras exploradas. Ilhéus, 1863.....	59
Tabela 1.7 - Principais exploradores de madeiras. Ilhéus, 1863.....	60
Tabela 2.1 - Principais exportadores de cacau (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885.....	69
Tabela 2.2 - Principais exportadores de café (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885.....	72

Tabela 2.3 - Principais exportadores de cachaça (em litros). Ilhéus, 1870-1878.....	75
Tabela 2.4 - Principais exportadores de madeira jacarandá (em paus). Ilhéus, 1870-1879.....	80
Tabela 2.5 - Principais exportadores de piaçava (em molhos). Ilhéus, 1879-1888.....	84
Tabela 2.6 - Principais exportadores de couros secos ou salgados. Ilhéus, 1878-1888.....	86
Tabela 3.1 - Distribuição dos bens inventariados por décadas (valores em réis). Ilhéus, 1850-1888.....	96
Tabela 3.2 - Classificação das fortunas inventariadas. Ilhéus, 1850-1888.....	99
Tabela 3.3 - Distribuição das ocupações principais e secundárias dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	104
Tabela 3.4 - Distribuição dos inventários segundo ocupação principal e montante da riqueza. Ilhéus, 1850-1888.....	106
Tabela 3.5 - Distribuição dos inventariados por décadas segundo ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888.....	107
Tabela 3.6 - Distribuição dos inventariados por décadas segundo a porcentagem da soma da riqueza. Ilhéus, 1850-1888.....	108
Tabela 3.7 - Distribuição dos inventariados por ocupação principal e posse de escravos. Ilhéus, 1850-1888.....	109
Tabela 3.8 - Distribuição dos inventariados por décadas segundo a ocupação principal e posse de escravos em porcentagem Ilhéus, 1850-1888.....	110
Tabela 3.9 - Distribuição das culturas nos inventários por décadas. Ilhéus, 1850-1888.....	116
Tabela 3.10 - Distribuição das plantações de cacau por faixas de tamanho das plantações. Ilhéus, 1850-1888.....	118
Tabela 3.11 - Distribuição das plantações de cacau por décadas segunda faixas de tamanho das plantações (FTP). Ilhéus, 1850-1888.....	119
Tabela 3.12 - Distribuição dos inventariados segunda a presença de terras e ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888.....	125
Tabela 3.13 - Distribuição dos inventários com terras por décadas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	126
Tabela 3.14 - Distribuição dos registros de terras segundo o modo de aquisição. Ilhéus, 1850-1888.....	127
Tabela 4.1 - Distribuição dos escravistas inventariados por faixas de tamanho da posse de escravos (FTP). Ilhéus, 1850-1888.....	134
Tabela 4.2 - Distribuição dos escravos segundo a ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888.....	136
Tabela 4.3 - Distribuição dos escravistas inventariados por faixas de tamanho da posse de escravos (FTP) e ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888.....	137
Tabela 4.4 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos. Ilhéus, 1850-1869.....	138
Tabela 4.5 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos. Ilhéus, 1870-1879.....	139
Tabela 4.6 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos. Ilhéus, 1880-1888.....	140
Tabela 4.7 - Relação dos maiores escravistas inventariados. Ilhéus, 1850-1888.....	142
Tabela 4.8 - Distribuição dos escravistas do Livro de classificação por faixas de tamanho da posse de escravos (FTP). Ilhéus, 1874-1886.....	147
Tabela 4.9 - Relação dos maiores escravistas (20 ou +) do Livro de classificação dos escravos. Ilhéus, 1874-1886.....	148
Tabela 4.10 - Distribuição dos escravos por décadas, segundo origem e sexo. Ilhéus, 1850-1888.....	154
Tabela 4.11 - Distribuição da população escrava por faixas etárias. Ilhéus, 1850-1888.....	155
Tabela 4.12 - Distribuição da população escrava por origem e faixas etárias. Ilhéus, 1850-1888.....	156
Tabela 4.13 - Distribuição da população escrava por origem e ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888.....	157
Tabela 4.14 - Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1850-1859.....	160
Tabela 4.15 - Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1850-1859.....	161
Tabela 4.16 - Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1860-1869.....	163
Tabela 4.17 - Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1860-1869.....	164

Tabela 4.18 - Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1870-1879.....	165
Tabela 4.19 - Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1870-1879.....	166
Tabela 4.20 - Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1880-1888.....	166
Tabela 4.21 - Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1880-1888.....	168
Tabela 5.1 - População escrava por faixas etárias. Ilhéus, 1874-1886.....	177
Tabela 5.2 - População escrava por sexos e faixas etárias. Ilhéus, 1874-1886.....	177
Tabela 5.3 - População escrava por sexo e aptidão para o trabalho. Ilhéus, 1874-1886.....	178
Tabela 5.4 - Profissão dos escravos de acordo com o sexo. Ilhéus, 1874-1886.....	179
Tabela 5.5 - População escrava por sexo e estado conjugal. Ilhéus, 1874-1886.....	180
Tabela 5.6 - Distribuição das escravas por estado conjugal e quantidade de filhos. Ilhéus, 1874-1886.....	181
Tabela 5.7 - Escravas casadas segundo a condição social dos cônjuges e presença de filhos. Ilhéus, 1874-1886.....	185
Tabela 5.8 - Escravas casadas com filhos menores escravos e ingênuos segundo a condição social do cônjuge. Ilhéus, 1874-1886.....	186
Tabela 5.9 - Distribuição das escravas segundo o estado conjugal e a presença de filhos menores escravos e ingênuos. Ilhéus, 1874-1886.....	187
Tabela 5.10 - Distribuição das crianças escravas e ingênuas por faixas de tamanho da posse de cativos. Ilhéus, 1874-1886.....	188
Tabela 5.11 - População escrava segundo o sexo e a ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888.....	190
Tabela 6.1 - Distribuição dos registros de imóveis nos inventários. Ilhéus, 1850-1888.....	205
Tabela 6.2 - Distribuição dos registros de bens móveis nos inventários. Ilhéus, 1850-1888.....	213
Tabela 6.3 - Porcentagem dos investimentos alocados em bens móveis por décadas. Ilhéus, 1850-1888.....	214
Tabela 6.4 - Distribuição das canoas inventariadas. Ilhéus, 1850-1888.....	216
Tabela 6.5 - Distribuição dos animais nos inventários. Ilhéus, 1850-1888.....	224
Tabela 7.1 - Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1859.....	232
Tabela 7.2 - Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1860-1869.....	233
Tabela 7.3 - Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1870-1879.....	235
Tabela 7.4 - Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1880-1888.....	236
Tabela 7.5 - Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1859.....	241
Tabela 7.6 - Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1860-1869.....	243
Tabela 7.7 - Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1870-1879.....	245
Tabela 7.8 - Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1880-1888.....	247

MOEDAS, PESOS E MEDIDAS

A unidade básica da moeda no Brasil imperial foi o real (réis no plural). A soma de um réis era geralmente escrita Rs.\$001. Somas maiores, como cem réis, Rs. \$100, um mil-réis era escrito Rs. 1\$000. Um milhar de mil-réis equivalia a um conto de réis (ou simplesmente um conto), escrito Rs. 1:000\$000. Em nosso estudo utilizaremos as seguintes descrições dessas moedas.

Um Réis = Rs. \$001 ou 0,001

Cem Réis = Rs. \$100 ou 0,100

Mil Réis = Rs. 1\$000 ou 1,000

Um conto de Réis = Rs. 1.000\$000 ou 1.000,000

Sobre pesos e medidas

1 Arroba = 14,746 quilogramas (Kg)

1 Canada (na Bahia) = 6,85 litros (Lt)

1 Braça = 2,2 metros

1 Tarefa = 30 braças por 30 braças

1 Léguas = 6.600 metros

1 Palmo = 0,22 metro (22 centímetros)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I – A COMARCA DE ILHÉUS (1850-1888): TERRITÓRIO, POPULAÇÕES E MERCADO INTERNO

1.1 - Introdução.....	31
1.2 - Território, populações e mudanças econômicas. Ilhéus, 1850-1888.....	34
1.3 - O mercado interno. Ilhéus, 1850-1888	46
1.3.1 - As casas de negócios. Ilhéus, 1874-1888.....	47
1.3.2 - O gado vacum abatido. Ilhéus, 1864-1888.....	51
1.3.3 - O gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885.....	55
1.3.4 - A exploração de madeiras. Ilhéus, 1863	57

CAPÍTULO II – EXPORTAÇÕES E POSSE DE ESCRAVOS. ILHÉUS, 1850-1888

2.1 - Introdução	63
2.2 - Exportações de cacau, café e posse de escravos. Ilhéus, 1871-1885.....	65
2.3 - Exportações de cachaça e posse de escravos. Ilhéus, 1870-1878.....	74
2.4 - Exportações de jacarandá e posse de escravos. Ilhéus, 1870-1879.....	79
2.5 - Exportações de piaçava e posse de escravos. Ilhéus, 1879-1888.....	81
2.6 - Exportações de couros e posse de escravos. Ilhéus, 1878-1888.....	84

CAPÍTULO III – A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA NOS INVENTÁRIOS *POST MORTEM*. ILHÉUS, 1850-1888

3.1 - Introdução.....	89
3.2 - Escravos e cacaueiros no conjunto dos bens inventariados.....	91
3.3 - Os produtores de cacau e as hierarquias sociais nos inventários.....	99
3.4 - As plantações de cacau e outras culturas nos inventários.....	113
3.5 - As terras nos inventários.....	123

CAPÍTULO IV – ESCRAVIDÃO NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

4.1 - Introdução.....	131
4.2 - A estrutura da posse de escravos.....	133
4.3 - Crioulos e africanos no trabalho escravo.....	152
4.4 - Os preços dos escravos.....	159

CAPÍTULO V – AS ESCRAVAS E SEUS FILHOS NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

5.1 - Introdução.....	172
5.2 - A população escrava classificada para libertação. Ilhéus, 1874-1886.....	174
5.3 - As escravas casadas e seus filhos. Ilhéus, 1874-1886.....	182
5.4 - As escravas solteiras e seus filhos. Ilhéus, 1874-1886.....	187
5.5 - Trabalhar e criar os filhos: as escravas nos inventários de Ilhéus, 1850-1888.....	190

CAPÍTULO VI – O CACAU NO TEMPO DAS CANOAS, DOS CARROS DE BOI E DO TRABALHO ESCRAVO. ILHÉUS, 1850-1888

6.1 - Introdução.....	201
6.2 - Os imóveis nos inventários.....	203
6.3 - Os bens móveis nos inventários.....	211
6.4 - Os animais nos inventários.....	221

CAPÍTULO VII – CREDITORES E DEVEDORES NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

7.1 - Introdução.....	229
7.2 - As dívidas ativas nos inventários.....	231
7.3 - As dívidas passivas nos inventários.....	240

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

FONTES E BIBLIOGRAFIA.....

APÊNDICE METODOLÓGICO.....

ANEXOS.....

INTRODUÇÃO

*Meu senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu Senhor também quiser a nossa paz há de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos [...]*¹

Esta pesquisa insere-se no campo de estudo da História Econômica, na vertente relacionada ao tema do trabalho e o objetivo principal é analisar a escravidão, o mercado interno e as exportações na economia de Ilhéus, comarca localizada no sul da Bahia, que se tornou uma das principais áreas de cultivo de cacau do Brasil durante o século XX, onde foi instalado no período colonial o Engenho Santana, conhecido na historiografia como o engenho das revoltas².

Por muito tempo este engenho serviu como principal entrada para o estudo da escravidão na localidade, sendo uma das unidades açucareiras investigadas por Stuart Schwartz para revelar os segredos internos da Bahia colonial, em estudo que virou marco na historiografia³. A obra deste autor, publicada no Brasil em 1988, motivou novas pesquisas e aos poucos surgiram pessoas interessadas em estudar a escravidão em Ilhéus, mas ainda contamos com poucas pesquisas⁴.

A maioria dos estudiosos optou por analisar o século XX, período de esplendor da economia cacaeira, com muitos trabalhos na área de literatura, abordando as relações sociais e econômicas desenvolvidas na região, o que influenciou grandemente a história de Ilhéus e provocou distanciamento dos estudiosos em relação aos períodos colonial e imperial⁵. Somase a isso o fato de Ilhéus não ter se tornado uma zona típica de *plantation* açucareira, como ocorreu com o recôncavo baiano.

A nossa proposta nessa tese é analisar a segunda metade do século XIX tentando entender as relações escravistas que se desenvolveram nesta localidade, bem como as mudanças que ocorreram na economia baiana durante o crescimento do cultivo do cacau.

¹ Tratado de paz proposto pelos escravos do Engenho Santana. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001. p. 119. (Atualizamos a grafia para o português atual de todos os documentos citados na tese)

² Sobre as revoltas escravas do Engenho Santana ver, entre outros, REIS, João José. Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito. *Anais do Arquivo público do Estado da Bahia*. v. 44, p. 285-297, 1979; SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru – SP: EDUSC, 2001.

³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁴ Algumas delas serão discutidas nas próximas páginas.

⁵ Sobre a influência da literatura na história de Ilhéus ver discussão na obra de MAHONY, Mary Ann. *The World caca made: Society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1889*. Ph. D. dissertation, Yale University, 1996.

Nesse contexto, de expansão do capitalismo industrial, a demanda por matérias primas produzida na América aumentou e em Ilhéus o cultivo do cacau se destacou entre as culturas de exportação, devido às condições naturais favoráveis à planta e à paulatina valorização do produto no exterior, onde era utilizado na fabricação do chocolate.

A escolha por Ilhéus como objeto de estudo decorreu do fato desse contexto ainda ter sido pouco explorado pela historiografia e devido a esta localidade já ter sido investigada em nossa pesquisa de mestrado, quando tratamos das alforrias, assim, essa tese dá continuidade a esse trabalho⁶.

Durante a segunda metade do século XIX a economia de Ilhéus se desenvolveu e as relações escravistas se modificaram junto com as transformações políticas e socioeconômicas que ocorreram na Bahia e no Brasil e essa temática merece aprofundamentos. Apesar da existência de estudos abordando o tema não conhecemos todas as características dos produtores de cacau, como a estrutura da posse de escravos, composição da riqueza, o perfil demográfico da população cativa, dentre outros informes que pretendemos abordar na tese.

Desse modo, a pesquisa justifica-se pelas amplas possibilidades que o campo de estudo acerca da escravidão em Ilhéus e no sul da Bahia apresenta. É importante ressaltar que os primeiros trabalhos específicos sobre a história de Ilhéus começaram a surgir após a abolição, quando o cacau já respondia não só pela quase totalidade das receitas das áreas em torno da vila, como também pela primazia nas exportações do Estado da Bahia.

Nesse contexto, os coronéis do cacau, que também controlavam a política local, influenciaram significativamente a construção na História do mito dos desbravadores, ressaltando a bravura de alguns homens que a partir dos seus esforços elevaram o município a um lugar de destaque no cenário nacional⁷. O resultado disso é que o período colonial e imperial, assim como o tema da escravidão, tem sido pouco explorado⁸.

O primeiro historiador que se propôs a realizar um estudo com certo rigor metodológico e voltado para a capitania e comarca de Ilhéus foi João da Silva Campos. Incumbido por Eusínio Lavigne – intendente da cidade na década de 1930 – de escrever a “história de Ilhéus”, o autor consultou ampla documentação, sobretudo relatórios de autoridades clericais e seculares e memoriais de viajantes. Apesar da riqueza de informações

⁶ ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade*. Das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

⁷ Ver, entre outros, BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Ilhéus*. 3 ed. – Ilhéus, Ba: Editus; Fundação cultural de Ilhéus, 2004; HEINE, Maria Luiza. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus-Ba: Editus, 2004.

⁸ Ver discussão historiográfica em DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS e CARRARA (Org.), op. cit., p. 50-60.

que a obra apresenta, cobrindo longo período da história de Ilhéus, o tema da escravidão não recebeu a devida atenção do autor. Adotando um formato próximo ao da crônica, ele procurou selecionar das fontes os “fatos mais importantes”, obedecendo à ordem cronológica dos acontecimentos⁹.

Não obstante a importância deste livro, nas décadas posteriores à sua primeira publicação (1937) o foco dos estudos continuou no século XX, sendo que a partir dos anos oitenta começaram a surgir estudiosos interessados nos períodos colonial e imperial. Entre os que se dedicaram ao tema da escravidão destaca-se o brasilianista Stuart B. Schwartz (1988)¹⁰. Interessado nas relações de produção nos engenhos baianos, Schwartz conclui que a economia do açúcar não prosperou em Ilhéus, assim como em Porto Seguro e Espírito Santo, em razão da contínua e eficaz resistência dos aimorés. No entanto, a sua obra, que se tornou um clássico, abrange o período colonial, ficando de fora de suas investigações boa parte do século XIX, sobretudo o período de expansão do cultivo de cacau, ou seja, a partir da década de 1850.

Ademais, o engenho Santana, localizado em Ilhéus e focalizado pelo autor, era uma unidade produtiva atípica naquele contexto. Além de ser administrado pelos jesuítas do colégio de Santo Antônio de Lisboa até a sua expulsão do Brasil, era uma propriedade agrícola de grandes dimensões, chegando a possuir 182 cativos em 1752 e em torno de trezentos quando da revolta dos escravos na primeira metade do século XIX¹¹.

A resistência escrava no sul da Bahia também foi objeto de estudo de João José Reis, em artigo publicado em 1996¹². O autor analisou o ato da devassa do quilombo do Oitizeiro (1806), localizado nas matas próximas da vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas, vizinha de Ilhéus. Além de apontar os problemas da expedição, João J. Reis destaca a existência de lavradores que acoitavam quilombolas, segundo o autor não por uma solidariedade desinteressada, mas pelo desejo de utilizar a sua mão de obra¹³. Valdinéia de Jesus Sacramento também se dedicou ao estudo dos quilombos dessa região e ressaltou que o Oitizeiro fazia parte de uma verdadeira confederação composta por outros quilombos e

⁹ CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed – Ilhéus; Ba: Editus, 2006.

¹⁰ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹¹ Ibidem., p. 142-143.

¹² REIS, João José. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, J.J.; GOMES, Flávio dos Santos (Org.) *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Cia das Letras, 1996.

¹³ Ibidem., p. 348.

mocambos espalhados naquela parte da costa, destacando a existência de uma rede extensa de relações comerciais entre eles e a população local, incluindo escravos e libertos¹⁴.

Esses estudos, ao privilegiarem o tema da resistência escrava, acabaram apontando outras questões importantes no entendimento da escravidão em Ilhéus, entre elas a da utilização do trabalho escravo nas diferentes lavouras, que eles não analisaram. Mary Ann Mahony foi a pesquisadora que mais se aprofundou nesse assunto¹⁵. Ao investigar diversas fontes cartoriais e eclesiásticas, dentre outras, a autora ressaltou a importância do trabalho escravo na cultura do cacau e destacou que a reprodução natural era estimulada por alguns escravistas. O seu estudo avançou nessas investigações e contribuiu significativamente para descortinar o mito dos “coronéis desbravadores”. Além de evidenciar que alguns deles eram escravistas, ela identificou que, na luta contra os seus inimigos políticos na Primeira República, eles procuraram negar suas origens escravistas, apropriando-se desse discurso para acusar seus opositores de velhos coronéis escravocratas e conservadores¹⁶.

O trabalho de Mahony trouxe considerável contribuição para o entendimento da escravidão em Ilhéus, seu estudo se tornou pioneiro nessa investigação e continua sendo referência obrigatória para quem pretende estudar a escravidão no sul da Bahia. No entanto, mesmo considerando que as fontes documentais que pretendemos analisar também foram utilizadas por Mahony, o estudo sistemático dessas fontes e seu uso mais aprofundado permitem examinar novas problemáticas e temas.

Ainda que a autora forneça informações a respeito de algumas fazendas e sua população cativa, não contamos com dados sobre a composição demográfica das escravarias (sexo, origem, idade) e nem econômicos (preços dos cativos, do cacau, da terra, entre outros).

A proibição do tráfico atlântico de africanos, em 1850¹⁷, coincide com o período de crescimento do cultivo do cacau em Ilhéus, o que coloca essas questões em relevo, principalmente porque não sabemos como os donos de escravos desta localidade lidaram com elas nas décadas seguintes de vigência da escravidão no Brasil.

¹⁴ SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo* – Barra do Rio de Contas (século XIX). Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008.

¹⁵ MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brasil 1822-1889*. Ph. D. dissertation, Yale University, 1996.

¹⁶ MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Tradução Ana Cláudia Cruz da Silva. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus: Editus, v. 10, n. 18, p. 737-793, 2009.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

No que se refere aos bens dos escravistas, um tema importante, que não foi abordado por Mahony, e que pretendemos tratar na tese, diz respeito ao conhecimento da composição de seus patrimônios. Não sabemos, por exemplo, qual parcela estava comprometida com escravos e cacau, nem se essa composição sofreu alterações durante a expansão do cultivo do fruto.

Ainda no que diz respeito aos estudos recentes sobre o passado escravista de Ilhéus, vale destacar o livro organizado por Marcelo Henrique Dias e Ângelo Alves Carrara - *Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*.¹⁸ Mesmo não tratando exclusivamente da escravidão, essa obra reúne textos que trouxeram consideráveis contribuições para a história colonial e imperial de Ilhéus. O único artigo dedicado ao tema da escravidão é o de Fernanda Amorim da Silva, que tratou das alforrias em Ilhéus entre 1710 e 1758.¹⁹ Esse assunto também foi abordado em nossa pesquisa de mestrado, porém num período diferente, ou seja, entre 1810 e 1850²⁰. Além de quantificar e qualificar as alforrias e os libertos, neste estudo também utilizamos inventários *post-mortem*, testamentos e outras escrituras lançadas nos Livros de Notas como fontes complementares, o que nos permitiu adentrar nas relações escravistas desenvolvidas na localidade na segunda metade do século XIX²¹.

Afora o estudo já citado de Mary Ann Mahony, outros autores se dedicaram ao tema da escravidão em Ilhéus do ponto de vista da sua história social. Ronaldo Lima da Cruz, valendo-se, principalmente, de processos crimes, ações de liberdade e correspondência de juízes, centrou análise nas tensões e conflitos entre senhores, escravos e a justiça local nos anos finais da escravidão e no pós-abolição em Ilhéus (1880-1900)²². Alane Fraga do Carmo, por sua vez, se dedicou ao estudo da escravidão numa colônia estrangeira, a colônia Leopoldina, localizada ao sul da Bahia e que, segundo a autora, chegou a possuir mais de cem escravos, utilizados na produção de café²³. Victor Gonçalves dos Santos, utilizando fontes eclesiástica e judiciária analisou os temas da alforria e família escrava em Ilhéus no século

¹⁸ DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

¹⁹ SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS e CARRARA (Org.), op. cit., p. 117-168.

²⁰ ANDRADE, Marcelo Loyola. Op. cit.

²¹ Ibid., p. 184-197. (Apêndice)

²² CRUZ, Ronaldo Lima da. *Conflitos e Tensões: conquistas de escravizados e libertos no Sul da Bahia, 1880-1890*. Dissertação (Mestrado em História) - FCHS/UNESP, Franca, 2012.

²³ CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 2010.

XIX, destacando o compadrio, as formas de libertação e os arranjos familiares constituídos pelos escravos²⁴.

Como podemos perceber pelos estudos brevemente discutidos, não existem pesquisas voltadas para a análise dos aspectos econômicos e demográficos da escravidão em Ilhéus, que serão os focos principais de nossa pesquisa. Para esta finalidade serão de muita importância os estudos que trataram deste assunto em outras localidades. Assim, discutiremos a seguir algumas obras históricas sobre a escravidão brasileira que, a nosso ver, são de muita pertinência para os temas que pretendemos desenvolver na tese, bem como em relação à metodologia e fontes que embasaram a pesquisa.

Os estudos acerca da composição do patrimônio com base em inventários *post-mortem* não é algo novo entre os historiadores do Brasil. A obra de Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, lançada em 1929, é precursora nesse tipo de investigação, trazendo à tona o conhecimento de diversos aspectos da vida material desses homens²⁵. Posteriormente outros pesquisadores investigaram longas séries de inventários *post-mortem*, como Zélia Cardoso de Mello, por exemplo. Seu estudo, intitulado *Metamorfoses da Riqueza* se tornou referência no assunto. A autora adotou procedimentos metodológicos de quantificação dos inventários coletados com o objetivo de entender o processo de transformação social impulsionado pela cafeicultura, sobretudo as mudanças nas formas de acumulação da riqueza em São Paulo durante o período de 1845 até 1895²⁶.

O método de Zélia Cardoso consistiu na agregação de todos os bens de indivíduos inventariados, excluídos aqueles com baixo nível de riqueza. A autora considerou os dados de 746 inventários e desagregou os patrimônios em uma variedade de 8 grupos de ativos: imóveis, animais, escravos, utensílios e máquinas, valores mobiliários (ações e dinheiro), plantações e dívidas, constatando que a expansão da cafeicultura paulista causou impacto nas formas de acumulação da riqueza.

²⁴ SANTOS, Victor Gonçalves dos. *Escravos e senhores nas terras do cacau: alforrias e família escrava* (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, 2014.

²⁵ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 30.

²⁶ MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845/1895*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 26-29. Outros estudos analisando a composição da riqueza em São Paulo a partir de inventários *post-mortem* apareceram posteriormente. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. *A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1980; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006; MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998. LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mudanças da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

Enquanto até a década de 1850 a ordem de importância dos ativos era escravos, dívidas ativas e imóveis, pouco antes do final da escravidão, entre 1881/87, esta se alterou bastante, sendo que imóveis, dívidas ativas e valores mobiliários (ações, apólices etc.) passaram a ser os itens mais representativos da riqueza, já os escravos, que outrora eram elemento central, desapareceu do topo dos componentes mais significativos, num processo que a autora classificou com transição da riqueza cativa para a riqueza liberta²⁷.

A maioria dos estudos pautados neste método concentra-se na região sudeste do Brasil, sendo que outros estudiosos também analisaram as mudanças nas formas de acumulação da riqueza durante a expansão cafeeira nesta região do Brasil²⁸.

Para o caso da Bahia no século XIX, em particular o centro urbano de Salvador e suas imediações, a temática da composição da riqueza, entre várias outras questões, foi abordada por Kátia Maria de Queirós Mattoso, em estudo que se tornou clássico na historiografia. Com base em 1.115 inventários *post-mortem*, subdivididos em dois grandes períodos, 1801-1850 e 1851-1889, a autora traçou como objetivo a caracterização dos bens dos indivíduos inventariados na localidade²⁹.

Neste estudo Kátia M. de Q. Mattoso evidenciou a pluralidade de possibilidades de investimentos vivenciada pelos habitantes de Salvador. Dentre os 10 grupos de ativos estabelecidos, ela destacou que bens imobiliários (35,64%), depósitos bancários (16,67%), ações e apólices (12,43%) dívidas em ativo (16,07%) e escravos (7,24%) foram os mais representativos da riqueza inventariada na localidade entre 1800 e 1889. Ademais, constatou que a categoria com maior destaque em Salvador foi a dos grandes comerciantes. Eles possuíam as maiores fortunas da cidade em ambos períodos contemplados. Para 1801-1850 eram 6,8% dos inventariados e detinham 23,5% da fortuna total, ao passo que os índices correlatos para 1851-1889 foram de 11,2% e 35,4%, respectivamente³⁰.

Outros pesquisadores também recorreram aos inventários *post mortem* e outras fontes para estudar diferentes aspectos da escravidão e da economia em outras áreas da Bahia e do Nordeste³¹. A quantidade de pesquisa é grande e não temos a pretensão de realizar uma

²⁷ MELLO, op. cit., 63-104.

²⁸ Sobre discussão historiográfica ver, entre outros, COSTA, Fernando Antônio Alves da. *Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2014 (Cap. I – O estudo da riqueza como instrumento para a análise das formações sociais e econômicas do passado brasileiro)

²⁹ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. p. 602-652.

³⁰ Ibid., p. 631.

³¹ Para outras áreas do nordeste brasileiro ver, entre outros, VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e no Sertão de Pernambuco: 1777-1887. Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun., 2003.

discussão historiográfica exaustiva, comentaremos algumas obras que consultamos para a realização do nosso estudo³².

Maria José de Souza Andrade se debruçou principalmente em inventários *post mortem* para revelar as características da mão de obra escrava em Salvador entre 1811 e 1888. Sua obra, publicada em 1988, analisa as nuances relacionadas com a origem, ocupação e preços dos escravos, segmentando-os em diferentes faixas etárias de acordo com os sexos. A autora oferece um panorama amplo, detalhado e crítico dos cativos da capital baiana em diferentes contextos socioeconômicos do século XIX, reconhecendo-os como importante força de trabalho e mercadoria altamente comercializável³³.

Maria de Fátima Novaes Pires também utilizou inventários *post mortem*, Livros de Notas e outras fontes em seu estudo sobre tráfico interprovincial e alforrias em Caetité e Rio de Contas (1860-1920). Embora o foco de suas análises sejam o comércio e alforrias de escravos, a autora realizou estudo da riqueza segmentando o patrimônio dos inventariados em diferentes tipos de bens para explicar as características da escravidão nas aludidas localidades. Sobre essa questão a autora destacou a importância dos escravos, gado *vacum*, imóveis e dívidas ativas no patrimônio das famílias inventariadas. Ademais, sua obra também analisa o preço dos escravos traficados³⁴.

Erivaldo Fagundes Neves realizou ampla discussão historiográfica sobre o cativo na Bahia em seu estudo sobre a escravidão, pecuária e policultura no alto sertão da Bahia no século XIX. O autor utilizou ampla série de inventários *post mortem*, Livros de Notas e outras fontes para explicar diversos aspectos da escravidão na aludida região. Suas análises mostraram as diferentes ocupações e origens dos escravos, bem como as famílias, o tráfico de cativos e apontou alguns aspectos da população escrava nas diferentes fontes compulsadas³⁵.

Wellington Castellucci Junior analisou o cotidiano de escravos e forros na Ilha de Itaparica entre 1860-1888. Os inventários *post mortem* serviram como fontes complementares em seu estudo, que se pauta, principalmente, em testamentos e processos criminais. As suas análises demonstraram os arranjos de sobrevivência e os conflitos de escravos e forros na localidade, sendo a pesca da baleia uma das atividades econômicas mais importantes da Ilha na época. Segundo o autor muitos cativos e libertos envolvidos nesta e em outras atividades

³² Para uma discussão historiográfica da escravidão na Bahia ver, entre outros, NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. (Capítulo I – Historiografia da escravidão na pecuária, na policultura e alhures).

³³ ANDRADE, Maria José de Souza Andrade. *A mão de obra escrava em Salvador*. São Paulo: Corrupio, 1988.

³⁴ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 131-132.

³⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes Neves. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

(roças) conseguiam pecúlio para a compra da alforria, extraindo do animal a carne, óleo para uso como argamassa, fabricação de azeite, dentre outras utilidades, além de servir para exportação³⁶.

Mônica Duarte Dantas estudou diversos aspectos das relações sociais na Comarca de Itapicuru, norte da Bahia, no século XIX. Embora não aborde exclusivamente o tema da escravidão a autora consultou ampla documentação cartorial, eclesiástica, judicial, dentre outras, incluindo inventários *post mortem*, evidenciando as características dos moradores da localidade, como riqueza, posse de escravos e as redes comerciais estabelecidas com Salvador e outras províncias do Império durante a formação do arraial de canudos³⁷.

Outro tema que pretendemos analisar na tese diz respeito à estrutura da posse de escravos. Sobre esse assunto a historiografia conta com bom número de trabalhos, a maior deles dedica-se à investigação do tema na região sudeste³⁸.

Francisco Vidal Luna, com base nos documentos manuscritos conhecidos como Maços de População, produzidos nos anos de 1777, 1804 e 1829, contempla vinte e cinco localidades paulistas, analisando as características demográficas da população cativa (sexo, idade, estado conjugal e origem) e relacionando-as com a variável tamanho do plantel³⁹.

Ricardo Salles, por sua vez, com base em inventários *post-mortem* estudou diversos aspectos econômicos e demográficos da escravidão em Vassouras, no Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro, entre 1821-1880.⁴⁰ O autor fragmentou as análises dos inventários em períodos de quinze anos, ao longo do qual ocorreu a expansão do cultivo do café na região, bem como o aumento da concentração da propriedade escrava. De acordo com Salles, entre 1836 e 1865 os megas proprietários, que detinham a posse de pelo menos cem cativos, representavam entre 9 e 11% dos donos de escravos, no entanto, durante esse período passaram a possuir praticamente metade dos cativos de Vassouras, considerada o coração do Império pelo autor.⁴¹

³⁶ CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008. p.184-187.

³⁷ DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do Século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007. p. 42 e 49.

³⁸ Uma discussão historiográfica sobre a estrutura da posse de escravos no Brasil pode ser vista em MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. (Capítulo II – Historiografia e estrutura da posse de escravos)

³⁹ LUNA, Francisco Vidal. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, n. 22, v. 3, p. 443-483, set./dez., 1992.

⁴⁰ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassoura, século XIX. *Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Para o Vale do Paraíba paulista ver, por exemplo, MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafejeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

⁴¹ SALES, op. cit., p. 157-158.

Outra contribuição relevante para a historiografia, e de muita pertinência para a nossa tese, é a obra de Laird W. Bergad a respeito da demografia da escravidão em Minas Gerais entre 1720 e 1888.⁴² O autor se apoiou em dados obtidos de longas séries de inventários *post mortem*, a partir das quais teceu análises quantitativas e qualitativas relevantes sobre preços dos escravos, origem, faixas etárias, estrutura da posse de cativos e outras variáveis que o autor relacionou com as diferentes atividades econômicas desenvolvidas do decurso do período 1720-1888, numa das maiores regiões escravocratas do Brasil, a província mineira⁴³.

No caso da Bahia Stuart B. Schwartz, entre outros, analisou a estrutura da posse de escravos nos engenhos de açúcar com base no censo de 1816-1817. Para o caso das vilas de São Francisco e Santo Amaro, o autor destacou que os grandes engenhos, com mais de uma centena de cativos eram atípicos, compondo apenas uma pequena fração do total das propriedades e possuindo cerca de 17% dos escravos dos engenhos⁴⁴.

Bert J. Barickman estendeu as análises sobre a posse de escravos no Recôncavo para outras culturas no período 1780-1860⁴⁵. O autor pesquisou diversos documentos, incluindo mais de quinhentos inventários *post mortem*, Livros de contas do Celeiro Público de Salvador, correspondências, relatos e cartas de viajantes, dentre outras fontes que lhes permitiram estabelecer um contraponto entre a principal cultura de exportação (cana de açúcar) e outras destinadas ao abastecimento interno, como mandioca e café, além do fumo que também servia para exportação. Ao discutir a utilização do trabalho escravo nas diferentes culturas, as oscilações nos preços dos cativos e dos produtos de exportação e abastecimento interno o autor evidenciou a dependência da economia agroexportadora em relação às culturas de subsistência, mostrando as redes de circulação de mercadorias destinadas ao abastecimento da capital baiana.

Muitos desses trabalhos, pautados em técnicas de investigação da demografia histórica, ou utilizando as ferramentas deste campo de estudo, realçaram a concentração de escravos em diferentes regiões do Brasil no período colonial e imperial, mas também

⁴² BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

⁴³ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

⁴⁴ SCHWARTZ, op. cit. p. 364-365.

⁴⁵ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver também, do mesmo autor. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)*. *Afro-Ásia*, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

relativizou a suposta predominância das *plantations* na economia escravista brasileira, postulado defendido por Caio Prado Junior⁴⁶.

Outros estudos voltaram-se para análises sistemáticas das características demográficas dos escravos de regiões com economias dedicadas ao abastecimento interno, ou que não estavam conformadas por grandes latifúndios escravistas com culturas de exportação.

Horacio Gutiérrez ressaltou as características demográficas da população escrava do Paraná entre 1800-1830, uma economia não exportadora, dedicada principalmente à pecuária. Nesse estudo o autor constatou relativo equilíbrio entre os escravos e elevando número de crianças, admitindo que na aludida localidade a reprodução natural dos cativos foi o principal meio para se manter a posse de escravos⁴⁷.

Outros estudiosos também realizaram pesquisas como o intuito de identificar as características demográficas da escravidão em áreas de abastecimento. Em muitos casos constatou-se significativo percentual de mulheres e crianças na população escrava. Assim, no bojo dos avanços da historiografia recente surgiram historiadores interessados em estudar as escravas, sendo que essa temática também será abordada em nossa tese.

Assim, consideramos relevante discutir alguns autores que trataram do assunto, especialmente aqueles que abordaram os espaços de trabalho das mulheres escravas. Entre muitos estudos existentes na atualidade destacamos o de Maria Odila Leite da Silva Dias, que tratou das negras de tabuleiro e de ganho na cidade de São Paulo durante o século XIX. Utilizando como fontes principais as atas da Câmara Municipal de São Paulo, além de outros ofícios, a autora identificou que elas tinham presença significativa nas atividades menos rentáveis e lucrativas da cidade, principalmente no comércio ambulante de gêneros de primeira necessidade⁴⁸.

Cecília Moreira Soares investigou as mulheres negras em Salvador no século XIX a partir das ações cíveis, bem como Livro de posturas e licenças municipais, dentre outras fontes. A autora destacou o cotidiano das ganhadeiras na capital baiana, ressaltando os acordos que elas estabeleciam com seus senhores, os quais estabeleciam determinadas quantias que elas deveriam entregar. As ganhadeiras, assim como as libertas, circulavam pela cidade vendendo diversos produtos de primeira necessidade, enfrentando os agentes da fiscalização municipal e os conflitos na disputa por pontos estratégicos de venda. Ademais,

⁴⁶ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁷ GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1880-1830. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, n. 17, v. 2, p. 297-314, maio/ago. 1987.

⁴⁸ DIAS, Maria Odila L. da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, n.15 (número especial), p. 89-109, 1985.

ressaltou o papel das escravas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, dentre outras ocupações⁴⁹.

Sandra Lauderdale Graham estudou diversos aspectos relacionados à vida e ao trabalho das escravas no Rio de Janeiro entre 1860 e 1910. A autora analisou o mundo das criadas, as diversas ocupações que elas desempenhavam no serviço doméstico e como vendeiras nas ruas, bem como as relações estabelecidas com os seus patrões⁵⁰.

Os estudos históricos sobre as escravas e forras no Brasil cresceram nas últimas décadas contribuindo de modo significativo para ampliar o conhecimento histórico dos papéis desempenhados pelas mulheres negras na sociedade escravista e pós-abolição⁵¹. Muitos pesquisadores voltaram-se para análise da presença delas nos espaços urbanos, em nossa tese abordaremos alguns aspectos das escravas que na maior parte das vezes encontravam-se no serviço de lavoura, outras desempenhavam serviços domésticos e certamente elas circulavam pelas vilas, desenvolvendo diversas atividades econômicas e formando pecúlio, nos dias de trabalho e durante as folgas.

De maneira geral, os estudos brevemente discutidos revelaram a importância do trabalho escravo nos mais variados espaços socioeconômicos do Brasil colonial e durante o Império. A nossa tese investiga a presença da escravidão na formação da economia cacauera de Ilhéus entre os anos de 1850 e 1888. Nesse período o sistema escravista passou por mudanças que aos poucos culminaram com o fim da instituição servil no país. Já salientamos nas primeiras páginas desta introdução que alguns trabalhos analisaram a presença do cativo em Ilhéus, mas ainda não contamos com pesquisas aprofundadas em série de inventários *post mortem* para avaliar quantos produtores de cacau tinham escravos, qual o perfil demográfico de suas escravarias e qual o montante de suas fortunas no conjunto da população.

Esse é o objetivo principal do nosso estudo. Para tanto recorreremos a 345 processos de inventários, incluindo partilha amigável, arrecadação e arrolamento de bens de antigos moradores de Ilhéus, Livros de cobrança de impostos da Câmara municipal, Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação do município (1874-

⁴⁹ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA. Salvador, 1994.

⁵⁰ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviam Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁵¹ Um painel denso e atualizado sobre o tema, com 20 artigos de especialistas, pode ser visto em: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

1886), Recenseamento Geral do Império do Brasil (1872), relatos de viajantes estrangeiros e a bibliografia atinente ao tema.

No primeiro capítulo abordamos o território da comarca de Ilhéus, a população, o mercado interno e os produtos de exportação da província da Bahia. As fontes primárias que servem de suportes para as análises são: Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872⁵²; Livros de cobrança de impostos da Câmara Municipal de Ilhéus⁵³ e relatos de viajantes estrangeiros⁵⁴. Pretendemos explicar as características populacionais e socioeconômicas do território no período do nosso estudo, os produtos que circulavam no mercado interno de Ilhéus e o lugar do cacau nas exportações da Bahia.

No segundo capítulo dedicamos atenção especial às exportações realizadas por Ilhéus, sendo as fontes de pesquisa os Livros de cobrança de impostos, particularmente os que serviram para o registro de impostos sobre os produtos destinados para fora do município, quais sejam: exportações de cacau e café; exportações de cachaça; exportações de madeira jacarandá; exportações de piaçava e exportações de couros⁵⁵. O objetivo é analisar as exportações realizadas por Ilhéus a partir desta documentação e discutir o comportamento da economia, averiguando se houve crescimento ou declínio dos produtos exportados, especialmente cacau. Ademais, discutiremos a possibilidade de alguns produtos não terem sido tributados pelo município e, portanto, escaparem da nossa análise, além dos próprios limites da fiscalização.

Assim, nos dois primeiros capítulos da tese abordamos aspectos relacionados com o território da comarca de Ilhéus, os produtos que circulavam no mercado interno,

⁵² Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

⁵³ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 – 1888; Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885; Livro de lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

⁵⁴ SPIX, Joham B. Von; MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981; WIED-NEUWIED, Maximiliano Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Sussekund de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989; AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

⁵⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885; Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878; Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879; Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1888; Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1888.

especialmente nas casas de negócios, a economia de exportação e a fiscalização existente na época. Desse modo, esperamos avaliar o peso do cacau no contexto histórico, tanto em relação à província, quanto em relação à Ilhéus.

No terceiro capítulo da tese tratamos da composição da riqueza nos inventários *post mortem* dos moradores da localidade. Os objetivos consistem em analisar a importância dos cacaueiros e dos escravos no patrimônio dos inventariados para sabermos a proporção dos envolvidos com o cultivo de cacau e a posse de escravos, dentre outros bens que compunham o patrimônio das famílias inventariadas. Outrossim, analisamos as diferenças das riquezas destas famílias segmentando-as em diferentes grupos a partir das atividades econômicas que praticam, o que possibilitará entender os que detinham as maiores e menores fortunas. As análises incluem também o estudo das culturas, calculando-se o número de cacaueiros por décadas para averiguarmos se houve expansão do cultivo desta e de outras culturas. Ademais, avaliamos a presença de terras entre os inventariados, tentando saber a proporção dos que tinham acesso a este bem e o tamanho das propriedades.

No quarto capítulo tratamos exclusivamente da escravidão, concentrando atenção nos inventários com presença de escravos. Inicialmente investigamos a estrutura da posse para sabermos se os produtores de cacau eram grandes escravistas ou não, ou seja, estamos interessados em identificar o tamanho da escravaria deles e dos demais inventariados. Depois averiguamos as origens dos escravos por sexos e faixas etárias e no último tópico analisamos os preços dos cativos. De modo geral, tentamos explicar neste capítulo as características dos escravos e da escravidão em Ilhéus na segunda metade do século XIX.

No quinto capítulo abordamos as escravas, que foram importantes não apenas como força de trabalho, mas também como mães. Muitas delas geraram filhos utilizados pelos escravistas para manutenção do cativo em Ilhéus. Tal constatação pôde ser identificada observando o perfil demográfico da população cativa, em que a presença de mulheres e crianças foi marcante. Assim, dedicamos um capítulo para o estudo dessas mulheres, onde tratamos dos aspectos demográficos, como estado conjugal e presença de filhos, e o mundo do trabalho, investigando as ocupações e alguns dilemas que elas enfrentaram no cativo junto com os filhos, ou separadas delas e de outros familiares.

No sexto capítulo analisamos os imóveis, os bens móveis e os animais descritos nos inventários *post mortem* de Ilhéus. A proposta é investigar como a economia cacaueira estava estruturada nessa época, se havia muitas casas de beneficiar cacau entre os imóveis dos inventariados, os tipos de moradias, as casas de farinha, as casas de negócios, entre outros aspectos que podem revelar a situação da economia de Ilhéus no período. Ao tratarmos dos

bens móveis podemos verificar a presença desses aspectos, conferindo os tipos de móveis das casas e lavouras, os tipos de embarcações, a presença de armas, dinheiro e outros bens móveis que possam demonstrar ou não a riqueza dos inventariados. Com essa mesma preocupação analisamos os animais, queremos saber se havia muitos burros de cargas, se eram utilizados no transporte de cacau e outras mercadorias, se a pecuária tinha importância, o tipo de animal que predominou entre os inventariados e se eles guardam relação com o desenvolvimento da economia cacaueira.

No último capítulo da tese analisamos as dívidas ativas e passivas declaradas nos inventários. O objetivo é verificar se houve expansão do sistema de crédito no período do nosso estudo, se essas dívidas estavam concentradas ou disseminadas entre os inventariados e qual o lugar dos produtores de cacau nesse sistema. Desse modo, o último capítulo da tese discute aspectos internos e externos relacionados com o processo de desenvolvimento da economia cacaueira. Estamos interessados em saber se havia relações entre os inventariados de Ilhéus com a praça de Salvador, quais eram as características dessas relações e o impacto disso na economia local. Desse modo, pretendemos explicar alguns aspectos da dinâmica econômica e escravista de Ilhéus entre os anos de 1850-1888, bem como as nuances relacionadas com a formação da economia cacaueira.

CAPÍTULO I

A COMARCA DE ILHÉUS (1850-1888): TERRITÓRIO, POPULAÇÕES E MERCADO INTERNO

1.1 - Introdução

Os estudos históricos sobre a escravidão na Bahia tiveram avanços consideráveis nas últimas décadas, incluindo várias comarcas importantes nas pesquisas, extrapolando as análises para além da capital (Salvador) e do Recôncavo. Parte desse avanço é resultado do crescimento dos cursos de pós-graduação no país, que motivou a incorporação de novos espaços ao campo dos estudos, com aplicação de metodologias renovadas, o que contribuiu para potencializar a historiografia brasileira, particularmente os estudos sobre escravidão. Desde as comemorações do centenário da abolição (1988) até o presente, é notório o crescimento do número de pesquisas abrangendo distintas localidades, com temas e problemas diversos⁵⁶.

Porém, algumas áreas da Bahia têm sido pouco exploradas do ponto de vista da pesquisa histórica sobre escravidão e economia. Isso ocorre, por exemplo, com muitas localidades do sul da província, entre as quais Valença, Camamú, Maraú, Barra do Rio de Contas (Itacaré), Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, Prado, Alcobaça, Caravelas, dentre outras. Em parte, isso deve-se ao fato dessa área não ter se tornado uma zona típica de *plantation* açucareira, como aconteceu com o Recôncavo baiano. Aprofundar o conhecimento dessas áreas contribuirá, evidentemente, para a melhor compreensão não apenas da localidade escolhida, mas da dinâmica econômica de toda a região.

Durante o século XIX essa parte da província se desenvolveu economicamente, devido ao aumento do número de engenhos, ao crescimento do cultivo do café e cacau, que ganharam importância como produto de exportação, este último servindo de matéria-prima na fabricação

⁵⁶ Para discussão historiográfica ver, entre outros, SILVA, Paulo Santos. A Historiografia Baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos de Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 85-105.; LEAL, Maria das Graças de Andrade.; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. (Org.) *Capítulos de História da Bahia*: novos enfoques, novas abordagens. São Paulo. Annablume, 2009. Para uma avaliação das pesquisas sobre escravidão na Bahia ver, entre muitos, REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012.; SAMPAIO, Gabriela dos Reis; CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra (Org.). *Barganhas e querelas da escravidão*: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX). Salvador: EDUFBA, 2014; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade*: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.; PIRES, Maria de Fátima Novaes; SANTANA, Napoliana Pereira; SANTOS, Paulo Henrique Duarte (Org.). *Bahia*: escravidão, pós abolição e comunidades quilombolas: estudos interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2018; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura*: alto sertão da Bahia, século XIX. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

do chocolate, cujo consumo aos poucos se difundia entre a população da Europa e dos Estados Unidos.

A comarca de Ilhéus apresentava condições naturais favoráveis ao cultivo do cacaueteiro e se tornou uma das principais áreas de produção nacional no século XX, contribuindo para tornar o Brasil um dos maiores fornecedores mundiais do fruto. Investigar o período 1850-1888 a partir de documentos sobre escravidão e economia pode contribuir para ampliar o conhecimento da história de Ilhéus e do sul da Bahia.

Esse capítulo aborda o assunto analisando as características do território e da população, bem como o mercado interno na segunda metade do século XIX. Nosso interesse é explorar os grupos sociais envolvidos, as mercadorias que circulavam, a cobrança de impostos e a presença do trabalho escravo.

A nossa hipótese é que neste período a comarca de Ilhéus iniciou uma fase de crescimento econômico, devido à disseminação da lavoura cacaueteira, mas também pelo incremento de outras culturas, pela diversificação das atividades e pela intensificação das relações comerciais com outras partes do Império, especialmente Salvador, capital da Bahia. Esse processo está ligado à expansão do capitalismo industrial na Europa, que se abasteceu de mercadorias baratas produzidas na América com uso do trabalho escravo para desenvolver as indústrias, ampliando e diversificando a oferta de produtos em escala mundial⁵⁷.

Para provar nossa hipótese utilizamos como fontes primárias *Falas e Relatórios de presidentes de província*, particularmente os quadros de exportações, *Livros de cobrança de impostos da Câmara de Ilhéus*, *Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação (1874-1886)*, inventários *post mortem* e o *Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*⁵⁸. Essa documentação, tomada em conjunto, permite entender parte das relações desenvolvidas no mercado interno de Ilhéus e avançar no tema da escravidão.

⁵⁷ Sobre o assunto ver, entre muitos, WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2012; TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Tradução de Paula Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

⁵⁸ Utilizamos basicamente duas falas de presidentes de província, quais sejam: Fala que recitou o presidente da província da Bahia, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa em 1º de março de 1853. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853; Fala com que abriu no dia 1º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Sr. Barão Homem de Mello. Bahia, Typ. do Diário, 1878. Disponíveis em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>, acesso em 10 de mar. 2018. APEB, SCP. Livros de cobrança de imposto da Câmara de Ilhéus. Maço 5455 – Casas de Negócios (1874-1892); Maço 5442 e 5451 – Gado Vacum abatido (1862- 1879) e (1879-1888), respectivamente; Maço 5447 – Gado Suíno abatido (1872-1885); Maço 5438 – Rendimento relativo a direitos de Madeira (1862-1870). APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Fundo: Tesouraria Provincial. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886; Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>, acesso em 15 de fev. 2018; APEB, SJ. 345 processos de inventários (Ver listagens de inventários e de livros de impostos em anexo).

A primeira seção privilegia o espaço geográfico da comarca, analisamos o território, as populações e o lugar do cacau na pauta das exportações da Bahia entre 1850-1888. A proposta é oferecer um panorama dos grupos sociais e da economia provincial no período, destacando as mudanças nas exportações, bem como a participação do cacau e de outros produtos despachados por Ilhéus nesse contexto.

Na segunda seção dedicamos atenção às atividades voltadas para o mercado interno com base nos *Livros* de cobranças de impostos, que permitem análises sistemáticas de determinados produtos, contendo nomes das pessoas envolvidas, as quantidades e o valor dos impostos pagos ao longo dos meses, durante anos. Utilizaremos os seguintes documentos: *Livro de imposto sobre Casas de Negócio (1874-1892)*; *Livro de imposto sobre abatimento de Gado Vacum (1862-1879) e (1879-1888)*; *Livro de imposto sobre abatimento de Gado Suíno (1872-1885)*; *Livro de imposto relativo a direito de exploração de madeiras (1862-1870)*⁵⁹.

Analisamos o mercado interno de Ilhéus a partir desta documentação e cruzando as informações das outras fontes, que tomadas em conjunto propiciam o desenvolvimento do tema.

Outros objetivos deste capítulo consistem em analisar a presença de escravos na população. Alguns Livros de cobrança de impostos foram preenchidos na mesma época da classificação dos escravos para concorrerem à libertação pelo fundo de emancipação, feita em Ilhéus entre os anos de 1874 e 1886, contendo nomes dos cativos e de seus proprietários, entre outras informações. Isso permitiu encontrar pessoas envolvidas nas atividades econômicas que classificaram escravos para libertação⁶⁰. Sempre que possível vamos evidenciar essas ligações.

A metodologia pauta-se, principalmente, em análises quantitativas, com apresentações de gráficos e tabelas a respeito dos produtos, das pessoas envolvidas e dos impostos pagos ao longo dos anos. Todavia, também procederemos a uma abordagem qualitativa do processo histórico, relacionando escravidão e desenvolvimento econômico.

⁵⁹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 – 1888; Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885; Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

⁶⁰ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

1.2 - Território, populações e mudanças econômicas. Ilhéus, 1850-1888

A vila de Ilhéus foi fundada em 1535 e funcionou como sede da capitania durante todo o período colonial. Esta capitania, São Jorge dos Ilhéus, possuía um território de aproximadamente 50 léguas, limitando-se ao norte com a capitania da Bahia e ao sul com a capitania de Porto Seguro⁶¹. A vila sede concentrava as principais estruturas do funcionamento da política, administração e economia, abrigava a Igreja matriz e o principal porto de exportação, situado na baía do pontal, confluência de três grandes rios (Cachoeira, Almada e Fundão)⁶².

Não obstante a importância de Ilhéus outras vilas foram fundadas nesse território durante o período colonial e no decorrer do século XIX. Muitas delas se desenvolveram a partir da instalação de aldeamentos indígenas e de alguns engenhos. Além da produção de açúcar e aguardente os habitantes se dedicavam às atividades de subsistência e abastecimento interno, principalmente a exploração de madeiras, fabricação de farinha, extração de piaçava, pesca, produção de melado, aguardente, dentre outras atividades⁶³.

Inicialmente os jesuítas foram os principais colonizadores daquele espaço, se tornaram donos do Engenho Santana, localizado nas proximidades da vila de Ilhéus, da maior parte das terras e da mão de obra disponível, os índios aldeados. Contudo, após as reformas pombalinas eles foram expulsos (1761), e a partir de então o território passou a ser ocupado de forma mais intensiva por particulares. Esse processo foi marcado por guerras e conflitos envolvendo catequização e escravização dos povos indígenas e africanos, muitos capturados nas “guerras justas”, trabalhando nos aldeamentos, vendidos como escravos, outros trazidos da África, forçados a trabalhar nos engenhos, alambiques, casas de farinha, na extração de madeiras e no cultivo da terra⁶⁴.

⁶¹ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus, Ba: Editus, 2006. p.23-26.

⁶² Sobre o porto de Ilhéus ver, entre outros, SANTOS, Flávio Gonçalves dos. A Baía do Pontal – Ilhéus: relações do porto com a cidade (1911-1971). *Revista Crítica Histórica*, v.7, n.13, p.1-19, 2016; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. O porto flúvio-marítimo de Ilhéus (1911-2010). In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (Org.) *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011. p.15-52.

⁶³ DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. p. 59.

⁶⁴ Ver, entre outros, SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese (Doutorado em História). FFLCH-USP. São Paulo 1998; MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, doas autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. Tese (Doutorado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2013.

No bojo das reformas ilustradas a Coroa portuguesa incentivou o desenvolvimento de várias atividades econômicas com o objetivo de aumentar a exploração do território, que foi integrado como comarca à capitania real da Bahia, mantendo-se os limites geográficos de antes.

Em 1789, o ouvidor da comarca, Manoel Ferreira da Câmara, em seu *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilhéus na América*, apresentado na Academia de Ciências de Lisboa, ressaltou as potencialidades do território e a viabilidade econômica de diversas culturas, inclusive do cacau e café⁶⁵.

No século XIX vários estrangeiros visitaram o Brasil em missões científicas e artísticas, fazendo anotações sobre a população, o modo de vida dos habitantes, a flora e a fauna. Apesar do olhar enviesado pelos princípios europeus de civilização, não pouparam elogios sobre a riqueza natural, a diversidade e exuberância da paisagem de várias regiões, inclusive do sul da Bahia⁶⁶.

Após a emancipação política da antiga colônia, em 1822, ocorreram mudanças na administração dos territórios e no caso da Bahia, que se tornou província, surgiram várias comarcas. Assim, na segunda metade do século XIX, a comarca de Ilhéus passou a ser conformado por duas vilas litorâneas: a vila de Ilhéus e a vila de Olivença⁶⁷.

A primeira possuía apenas uma freguesia, que preservou o mesmo nome da vila (São Jorge dos Ilhéus) e limitava-se ao norte com a vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas (Itacaré), e ao sul com a vila de Olivença, cujo território incluía a freguesia de Una, que fazia fronteira com a vila de Canavieiras, esta última pertencia à comarca de Ilhéus, mas após os desmembramentos passou a integrar a comarca de Porto Seguro. Este território, com aproximadamente 150 km de costa, contendo duas vilas e duas freguesias, com várias povoações no litoral e no interior, é o espaço privilegiado em nosso estudo. O mapa a seguir permite a visualização deste espaço.

⁶⁵ Manuel Ferreira da Câmara, “Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéus”, In: *Memórias Econômicas da Academia das Ciências da Lisboa*. n.1, p. 304-350, 1789.

⁶⁶ Sobre o assunto ver, entre outros, AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cutix; [Brasília]: INL, 1980.

⁶⁷ Cf. Quadro de relação das comarcas da Província da Bahia, com cidades, vilas e divisão judiciária, apresentado na fala do presidente da província, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa em 1º de março de 1853. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em 10 de mar. 2018.

Figura 1.1 - Mapa do Sul da comarca de Ilhéus, 1800

Fonte: DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) - ICHF/ UFF, Niterói, 2007. p. 408.

O mapa da Figura 1.1 mostra a vila de Ilhéus e várias povoações localizadas nas margens dos rios. Entre elas existiam aldeias indígenas, como a Aldeia do Almada e a Aldeia

Camacã, por exemplo. Outra, igualmente importante, era a Aldeia indígena de Nossa Senhora das Escadas de Olivença, que originou a vila de Olivença⁶⁸, ao sul da vila de Ilhéus. Vários estudiosos analisaram a presença indígena nessa região, ressaltando a exploração, os conflitos e a resistências desses povos, dentre outras questões.⁶⁹

Ainda na primeira metade do século XIX, como parte das mudanças que visavam promover a maior exploração do território da comarca de Ilhéus a Aldeia do Almada foi transferida para o distrito de Cachoeira de Itabuna, distante cerca de 30 Km do litoral, que se ligava à Ilhéus pelo rio Cachoeira. Nesse distrito foi instalada a Aldeia de São Pedro de Alcântara dos índios Guerens e os nativos foram utilizados nos trabalhos de abertura de estradas, exploração de madeiras e nas atividades agrícolas⁷⁰.

Além dos indígenas, existiam diversos quilombos nesta comarca e em outras vilas do sul da Bahia. O cronista João da Silva Campos fornece informações sobre vários desses grupos⁷¹. O historiador João José Reis analisou a devassa promovida contra um quilombo localizado nessa área em 1806, o quilombo do Oitizeiro⁷². Valdineia de Jesus Sacramento também abordou a organização e funcionamento desse quilombo, comprovando a existência de uma verdadeira confederação de mocambos espalhados nas matas entre Ilhéus e Barra do rio de Contas⁷³.

No decorrer do século XIX a ocupação deste espaço foi ampliada e os conflitos aumentaram. Muitos grupos foram mortos no confronto com os colonizadores, outros escravizados, além do avanço do desmatamento e expansão da fronteira agrícola com cultivo de cacau, café, cana de açúcar, exploração de madeiras e outras atividades.

⁶⁸ Sobre Olivença ver, por exemplo, MARCIS, Teresinha. *A “hecatombe de Olivença”*: construção e reconstrução da identidade étnica, 1904. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/UFBA. Salvador, 2004.

⁶⁹ Ver, entre muitos, FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro, *Caminhos ao encontro do mundo*: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul - Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001. MOTT, Luiz. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade, 1740-1854. In: *Cultura* (Salvador, BA, Fundação Cultural do Estado da Bahia). n.1, v.1, p.93-120, 1998. MARCIS, Teresinha. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal*: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822. Tese (Doutorado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2013.

⁷⁰ Ver, entre outros, SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento de São Pedro de Alcântara*: trabalho, relações interétnicas e ocupação territorial de Cachoeira de Itabuna, sul da Bahia (1814-1877). Dissertação (Mestrado em História). ICHS-UFRRJ. Rio de Janeiro, 2015.

⁷¹ “Nas matas de Cairu, de Camamu, do rio de Contas e de Ilhéus nunca deixaram de existir tais coíós de escravos fugidos, apesar de, por muitas vezes, serem eles destruídos, e aprisionados os seus moradores. Logo se refaziam e entravam os negros de novo a apavorar as vilas, fazendas, engenhos e roças”. CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus-Ba: Editus, 2006. p. 339

⁷² REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro-Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

⁷³ SACRAMENTO, Valdineia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008.

Em nossa pesquisa analisamos 345 inventários *post mortem* dos moradores de Ilhéus, abertos entre 1850 e 1888, além de vários Livros de cobrança de impostos, o que permitiu constatar a existência dessa ocupação. Ao longo das décadas encontramos mais duas centenas de propriedades particulares localizadas nas margens dos rios: no rio Almada, próximo da vila de Ilhéus; no rio Cururupe, próximo da vila de Olivença; no rio Maruim, próximo de Una; e muitas no rio Cachoeira de Itabuna, dentre outras localizadas no litoral.

Além destas, encontramos donos de engenhos e negociantes que se estabeleceram no território durante o século XIX. Afora o Santana, erguido no período colonial e com 260 escravos trabalhando na produção de açúcar em 1819⁷⁴, localizamos o Engenho Conceição de Itacanoeiras⁷⁵; o Engenho Castelo Novo, nas proximidades do rio Almada⁷⁶; o Engenho União⁷⁷; dentre outros.

Assim, notamos que o processo de ocupação do território se intensificou. Essas mudanças estavam relacionadas com as transformações da economia provincial durante a primeira metade do século XIX, que alcançou crescimento econômico devido ao aumento do número de engenhos e das exportações de açúcar, fenômeno motivado pelo vácuo deixado na economia mundial após a rebelião escrava de Saint Domingue (atual Haiti) em 1791⁷⁸.

Segundo Bert J. Barickman as exportações de açúcar feitas a partir do porto de Salvador passaram de 500 mil arrobas anuais em 1789 para aproximadamente 4 milhões em torno de 1850⁷⁹. Este mesmo autor ressaltou a ampliação dos engenhos em diversas áreas da província, inclusive nos municípios litorâneos ao sul do Recôncavo, entre eles Ilhéus, sendo que nessa região existiam 17 engenhos em 1842 e no ano de 1873 esse número chegou a 42⁸⁰. Nesse contexto o tráfico atlântico de africanos cresceu⁸¹, entre os anos de 1800-1850, segundo

⁷⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru: SP: EDUSC, 2001. p. 109.

⁷⁵ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Maria Luíza da Santíssima Trindade. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 08, 09 de out. 1850.

⁷⁶ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁷⁷ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Basto. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

⁷⁸ De acordo com Stuart B. Schwartz “entre 1817 e 1828 foram instalados 110 novos engenhos na Bahia e na década seguinte entraram em operação mais 220 unidades”. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 345-346.

⁷⁹ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 72-73.

⁸⁰ Ibidem., p. 80.

⁸¹ Sobre o tráfico de escravos na Bahia ver, entre muitos, VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Currupio, 2002.

estimativa de Barickman, uma média de 9.500 africanos foi desembarcada anualmente em Salvador para serem vendidos como escravos em diversas regiões⁸².

Nessa época o cacau não adquiriu importância significativa no comércio exterior da província, cujos principais produtos de exportação eram açúcar e fumo. O cultivo do cacau e do café cresceu lentamente no sul da província, que apresentava condições naturais favoráveis e abundância de terras virgens, porém com pouca disponibilidade de mão de obra. A Tabela 1.1 apresenta os percentuais das receitas arrecadadas pela província com exportações dos principais produtos.

Tabela 1.1 - Porcentagem da receita total das exportações dos principais produtos. Província da Bahia, 1853-1860

Produtos/Anos	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860
Açúcar	66,5	59,5	53,6	49,4	50,3	43,8	56,8	26,6
Fumo	8,2	17,0	14,1	12,8	16,7	14,4	15,9	21,9
Algodão	3,6	0,8	1,1	2,0	2,1	1,1	0,4	0,6
Café	3,3	4,7	8,6	8,0	6,8	8,9	6,0	9,3
Aguardente	2,7	4,1	6,1	4,1	3,0	4,4	2,7	1,2
Cacau	0,3	0,6	0,5	0,9	0,8	2,3	0,8	1,6
Couros	2,4	4,3	5,6	5,6	5,5	7,2	3,7	6,7
Ouro	*	*	*	*	-	*	0,2	0,3
Madeira	1,0	2,1	1,2	0,7	0,9	1,4	1,6	3,6
Diamantes	11,5	5,6	8,1	15,2	13,0	10,1	9,9	14,5
Soma	99,5	98,7	98,9	98,7	99,1	93,6	98,0	86,3

Fonte: BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 56-57. (Adaptado)

A Tabela 1.1 mostra que o açúcar era o principal produto da economia baiana, o que gerava as maiores receitas de exportação. O fumo aparece em segundo lugar, sendo que juntos, esses dois produtos dominavam a pauta das exportações da Bahia, ao passo que nesta conjuntura as receitas provenientes das exportações de cacau eram praticamente insignificantes, demonstrando a pouca relevância deste produto naquele contexto.

Na segunda metade do século XIX a economia açucareira enfrentou problemas que já estavam se agravando desde a década de 1830, devido à concorrência com o açúcar cubano, que contava com engenhos a vapor e técnicas de fabricação sofisticadas, o que garantia um produto de qualidade superior ao produzido na Bahia. Ademais, com a proibição do tráfico atlântico de africanos (1850) a situação se tornou mais aguda pela falta de braços para a

⁸² BARICKMAN, Op. cit., p. 228.

lavoura e pelo comércio interprovincial de cativos, que ensejou vendas de escravos a preços elevados para o Centro Sul do Império.

A venda de negros para as fazendas de café era, por sua vez, forçada pela escassez de recursos dos senhores de engenho para manter a própria escravaria, para o custeio de sua indústria, bem como para obter dinheiro com que cobrir os prejuízos ocasionados por diversos fatores conhecidos⁸³.

Além das dificuldades enfrentadas pela economia de exportação surgiram problemas relacionados com o abastecimento interno, principalmente a escassez de alimentos de primeira necessidade, que provocou revolta e motins na capital, somaram-se a isso as epidemias de cólera entre 1855 e 1856, que desorganizou o comércio e agravou o problema da fome⁸⁴.

Nesse contexto o governo provincial incentivou ainda mais a ocupação e exploração do território do sul da Bahia, estimulando o desbravamento das matas, abertura de estradas e o estabelecimento de colônias agrícolas. Henrique Jorge Buckingham Lyra analisou o processo de formação dessas colônias, relacionando-o com a “crise” de mão de obra na província. Segundo o autor “a proliferação de colônias agrícolas parece ter acontecido em resposta à proibição do tráfico de escravos”⁸⁵. Mesmo questionando alguns pontos da propalada crise de mão de obra, Henrique J. B. Lyra ressaltou que as comarcas do sul da Bahia se apresentavam, até o final do século XIX, como uma área em potencial para a expansão agrícola, seu estudo revelou o contingente das famílias estabelecidas, nacionais e estrangeiras, e os produtos cultivados por elas, entre os quais cacau e café⁸⁶.

Desse modo, entre 1850 e 1888, baliza temporal do nosso estudo, o território da comarca de Ilhéus vivenciou um processo de crescimento populacional e expansão das atividades econômicas, o cultivo do cacau foi uma dessas atividades, que se desenvolveu junto com o crescimento do mercado interno, da exploração de madeiras, do cultivo do café, produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente, dentre outros artigos.

Os dados sobre a população de Ilhéus são escassos e as informações dispersas, o que dificulta o trabalho do historiador interessado em conhecer o contingente demográfico do

⁸³ AZEVEDO, Thalles Olímpio Góes de. A economia Baiana em torno de 1850. *Revista Planejamento*. Salvador, n.5., v.4, p. 7-18, out./dez., 1977. p. 15.

⁸⁴ PINHO, José Ricardo Moreno. *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia e conflitos em Salvador (1858-1878)*. Salvador: EDUNEB; Câmara Municipal de Salvador, 2016. p. 145.

⁸⁵ LYRA, Henrique Jorge Buckingham. A crise de mão de obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850-1889. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau: Ilhéus*; Editus, 2007. p. 234.

⁸⁶ LYRA, Op. cit., p. 254-305.

território. Os naturalistas Spix e Martius, quando passaram por Ilhéus em 1818 informaram que a vila e toda a sua freguesia possuía apenas 2.400 almas⁸⁷. Mary Ann Mahony, com base em Livros de batismos, estimou cerca de 500 escravos nos anos 1820 e em torno de 700 nos anos 1840, mas concorda que esses números podem estar subestimados⁸⁸.

O primeiro Recenseamento Geral do Império do Brasil, realizado em 1872, é a fonte mais segura de que dispomos.

Tabela 1.2 - População livre e escrava. Vilas do sul da Bahia, 1872

MUNICÍPIOS	POP. LIVRE		POP. ESCRAVA		TOTAL		Nº FOGOS
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
CAMAMÚ	8.065	89,4	964	10,6	9.029	100,0	1.850
BARCELOS	1.556	77,2	460	22,8	2.016	100,0	624
MARAÚ	2.399	86,9	362	13,1	2.761	100,0	180
BARRA DO RIO DE CONTAS	3.102	85,9	510	14,1	3.612	100,0	736
ILHÉUS	4.631	81,5	1.051	18,5	5.682	100,0	1.620
UNA	2.689	93,5	188	6,5	2.877	100,0	505
CANAVIEIRAS	2.933	94,0	189	6,0	3.122	100,0	625

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em 15 de fev. 2018.

A Tabela 1.2 demonstra a presença de escravos na população das vilas do sul da Bahia, sendo Ilhéus uma delas. Dentre os 5.682 habitantes, 18,5% eram escravos, em outras esse índice foi de 14,1% (Barra do Rio de Contas); 6,5% (Una); 6% (Canavieira). Assim, é inegável que a escravidão foi parte integrante daquele contexto histórico. Todavia, precisamos avaliar o impacto do trabalho escravo no desenvolvimento da economia cacaueteira, sendo esse um dos objetivos de nossa tese.

Na opinião de Mary Ann Mahony “os escravos foram essenciais para o estabelecimento da economia cacaueteira da Bahia e para a sociedade que se desenvolveu com ela”⁸⁹. Outros pesquisadores, no entanto, assinalam as dificuldades enfrentadas por esta cultura em sua fase de implantação inicial, que se estendeu até a última década do século XIX. Romulo Barreto de Almeida, por exemplo, destacou que:

Não faltaram tentativas de racionalização da cultura e do tratamento da amêndoa do cacau, muitos fazendeiros procuraram inovar, adaptar processos

⁸⁷ SPIX, Joham B. Von; MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

⁸⁸ MAHONY, op. cit., p. 99.

⁸⁹ Ibidem., p. 95

usados em outras circunstâncias, inventar melhores sistemas de barcas, taboleiros e até estufas⁹⁰.

A despeito do crescimento do cultivo de cacau em Ilhéus, como será demonstrada em nossa análise dos inventários, a importância deste produto nas exportações da província continua reduzida se comparada à de outros gêneros, sobretudo açúcar, como se ver na Tabela 1.3.

Tabela 1.3 – Porcentagem da receita total das exportações dos principais produtos. Província da Bahia, 1873-1877

Produtos/Anos	1873	1874	1875	1876	1877	Média
Açúcar	37,2	25,1	38,1	20,4	37,0	31,6
Fumo e seus Preparos	31,0	33,0	31,0	40,7	29,5	33,0
Café	9,8	15,5	14,1	23,4	18,7	16,3
Couros em cabelo	5,4	6,7	4,9	2,8	2,3	4,4
Algodão	5,1	6,2	1,4	0,3	0,1	2,6
Madeira e taboado	3,5	3,1	2,4	1,6	1,4	2,4
Piaçava	2,4	2,6	2,9	2,2	2,2	2,5
Diamantes	2,3	3,2	0,7	2,8	3,0	2,4
Cacau	2,1	2,4	1,6	2,4	3,2	2,3
Aguardente	0,5	0,8	1,1	0,5	0,4	0,7
Pau Brasil	0,2	0,4	0,7	0,4	0,2	0,4
Ticum	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Vários gêneros	0,4	0,9	1,0	2,4	1,9	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fala com que abriu no dia 1º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Sr. Barão Homem de Mello. Bahia, Typ. do Diário, 1878. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 24 de março de 2018.

Os dados da Tabela 1.3 revelam que entre 1873 e 1877 o cacau ocupou uma posição secundária no que diz respeito às receitas provenientes das exportações na Bahia. O açúcar e o fumo permanecem como principais itens de exportações. Ao que parece esse quadro se manteve até a abolição da escravidão no Brasil (1888). Segundo Bert J. Barickman “[...] outros produtos entraram no rol das exportações baianas; mas, até as últimas décadas do século XIX, nenhum jamais se equiparou ao açúcar”⁹¹. Vale advertir que este autor ressaltou os problemas da economia açucareira e o declínio das exportações de açúcar a longo prazo,

⁹⁰ ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da História econômica da Bahia no último século e meio. *Revista Planejamento*. Salvador, n.5., v.4, p. 19-54, out./dez., 1977. p. 34-35.

⁹¹ BARICKMAN, Op. Cit., p. 71.

mas não fornece nenhuma pista indicando que o cacau se tornou importante para a economia baiana nesse período.

O café foi um dos produtos que se destacou no rol das exportações da Bahia. Os dados da Tabela 1.3 demonstram que as receitas provenientes das exportações deste produto saltaram de 9,8% no ano de 1873 para 18,7% em 1877, sendo que grande parte desse artigo vinha da comarca de Ilhéus⁹².

Talvez, a pouca relevância do cacau nas exportações da Bahia nessa época seja resultado da baixa oferta do produto, que percorreu a sua trajetória mais promissora e de plena afirmação econômica no período 1890-1930, como destacaram Angelina N. R. Garcez e Antônio Fernando G. de Freitas⁹³.

Consultamos 19 inventário *post mortem* de moradores de Ilhéus, abertos na década de 1850, entre eles apenas 7 declararam plantações de cacau, a maior delas possuía 2.877 cacaueiros, 60% com idade entre 6 e 12 anos, a outra parte entre 6 meses e 2 anos⁹⁴. É certo que esse quadro se modificou ao longo do período do nosso estudo (1850-1888), mas ao que parece as exportações não cresceram no mesmo ritmo das plantações⁹⁵.

De todo modo, os estudiosos são unânimes em ressaltar que o cacaueiro é uma planta muito exigente, sendo que na fase de sua implantação no sul da Bahia os lavradores enfrentaram sérias dificuldades para adaptá-la aos solos da região. Para Milton Santos,

O cacaueiro depende mais do céu do que da terra. É que, de fato, se as condições de solo influem na sua produção, determinando maior ou menor rendimento, são as condições de clima as preponderantes, pois, fora de certos limites, observados em todas regiões cacaucultoras do mundo, a sua produção torna-se economicamente impossível⁹⁶.

Assim, a escolha do solo e do local para plantação interferia no desenvolvimento da planta. Gregório Bondar expõe as diferentes espécies e variedades de cacaueiros que foram introduzidos no sul da Bahia, aconselhando que os terrenos devessem ter profundidade do

⁹² Ibidem., p. 61.

⁹³ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacaueira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. p. 21

⁹⁴ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.

⁹⁵ Como demonstra o Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

⁹⁶ SANTOS, Milton. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 17.

solo e subsolo e que se deviam evitar aqueles que recebem luz solar direta depois de 10 e 11 horas, já que o cacaueiro é uma planta adaptada a locais úmidos e sombreados⁹⁷.

O plantio das mudas necessitava de uma sombra provisória, fornecida por outras espécies, como a bananeira, por exemplo, além de cuidados permanentes contra insetos e plantas daninhas durante aproximadamente três anos, quando, em condições normais, o cacaueiros começava a frutificar. Porém, nos primeiros anos a frutificação era pequena e a safra completa era alcançada quando a planta atingia idade de sete a oito anos⁹⁸. Outrossim, após se tornarem frutíferas as árvores continuam necessitando de cuidados especiais, imprescindíveis para obtenção de uma boa colheita.

Milton Santos salienta que o cacaueiro pode atingir dez metros de altura e seu fruto, ligeiramente oval, tem entre 20 e 25 centímetros de comprimento e aproximadamente 30 de diâmetro. No seu interior encontram-se as amêndoas, em número de 20 a 30, estimando-se que, em condições normais, cada árvore fornecia cerca de 3 quilos, com duas fases de colheita: uma era a safra propriamente dita, que começava em agosto e a outra era o chamado temporão, iniciado em março. O “paradeiro” é a fase entre janeiro e março⁹⁹.

O cacau é colhido em podões amarrados em varas. Em seguida é arrumado em pequenos montes que os lavradores chamam de bandeira, as quais, reunidas, formam as rumas. Depois de embandeirado e junto o cacau é quebrado, sendo os caroços conduzidos pelos tropeiros em caixas e no lombo de burros, para os cochos de fermentação, onde ficam de 6 a 7 dias [...] Depois de fermentado o cacau é levado para as barcas, onde vai ser posto a secar [...] em seguida é ele encaminhado para o depósito [...] ¹⁰⁰

Em linhas gerais, o processo que envolve o cultivo de cacaueiro e a produção de cacau era demorado. Precisava-se abrir a mata, preparar as mudas, esperar crescerem, em seguida plantá-las em terrenos apropriados, cuidar durante mais ou menos três anos para a árvore começar a frutificar. Depois disso podiam contar com algo em torno de duas ou três colheitas por ano, dependendo das oscilações climáticas, das enchentes dos rios e dos cuidados com as plantações, fatores que interferiam diretamente nos resultados das safras.

Isso implicou na fixação permanente do homem à terra cultivada com cacau. Os que tomavam a posse pura e simples da terra precisavam defendê-la, numa época em que as divisas das propriedades não eram definidas, e precisavam legitimar a posse pela força.

⁹⁷ BONDAR, Gregório. *A cultura de cacao na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938. p. 126-142.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ SANTOS, Op. cit., p. 29.

¹⁰⁰ Ibidem., p. 29-30.

Vale ressaltar que a comarca de Ilhéus não era a única região que produzia cacau, assim como o Brasil também não era o único produtor mundial do fruto. É oportuno lembrar que o cacau é originário da América e já era conhecido pelos Maias e Astecas antes da colonização, sendo que esses povos cultuavam a planta e utilizavam as sementes como moeda, com as quais produziam a bebida dos deuses, conhecida como chocolate¹⁰¹.

No período colonial a bebida foi incorporada aos hábitos de consumo dos europeus, agregando valor ao fruto, que aos poucos foi se destacando nas exportações do Brasil. O cacau também era cultivado há tempos nas regiões dos atuais México, Guatemala, Nicarágua, Equador, Venezuela e Colômbia.

Ao longo do Oitocentos o plantio se estendeu para outros continentes, africano e asiático. Em 1895, por exemplo, se destacam entre os produtores mundiais a Costa do Ouro (atual Gana), Nigéria, Costa do Marfim, Fernando Pó e São Tomé, que juntos com outros países africanos exportaram 7.777 toneladas, enquanto no mesmo ano os países asiáticos exportaram 2.561 e os americanos 66.505 toneladas¹⁰². Assim, durante o século XIX a maior parcela da produção mundial era da América.

No Brasil, outras províncias, além da Bahia, também se dedicavam à produção de cacau para exportação, com destaque para Amazônia e Grão-Pará, localizadas na região Norte. Foram essas regiões, juntamente com a Bahia, que contribuíram para tornar o Brasil um dos maiores fornecedores mundiais do produto. No caso da comarca de Ilhéus esse processo começou a se desenvolver durante a segunda metade do século XIX, intensificando-se na última década desta centúria e atingindo auge nos primeiros decênios do século XX.

Vale advertir que este produto dependia exclusivamente da demanda externa, pois o processamento das amêndoas e a fabricação do chocolate realizavam-se fora do Brasil.¹⁰³ Assim, as exportações estavam sujeitas às oscilações do mercado externo, inclusive da concorrência com outros países. Contudo, o cultivo do cacau se disseminou no sul da Bahia e muitas pessoas se interessaram em comercializar o fruto em Ilhéus.

Nessa época várias mercadorias industrializadas, provenientes da Europa e Estados Unidos, eram desembarcadas na capital da Bahia e em outras partes do Império, sendo despachadas para diversas regiões do interior e do litoral. Por outro lado, matérias primas

¹⁰¹ Ver, entre outros, MCNEIL, Cameron L. *Chocolate in Mesoamerica: a cultural history of cacao*. University Press of Florida, 2006.

¹⁰² BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938. p. 22.

¹⁰³ Segundo Gregório Bondar a “foi ao principiar do século XVII que o cacau fez sua entrada definitiva na Europa. O seu uso começou a se generalizar na Espanha primeiramente, e dahi atravessou para a França e se espalhou por toda parte. BONDAR, Gregório. Op. Cit., p. 16-17.

baratas, muitas das quais produzidas com o uso do trabalho escravo, eram enviadas para Salvador e outros portos do Brasil, de onde eram despachadas para os países estrangeiros. Esse processo de trocas comerciais se desenvolveu em Ilhéus durante a segunda metade do século XIX. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas percebeu esse mecanismo, que ele denominou de formação da burguesia cacaueira, no entanto, o autor se concentrou no período da Primeira República (1889-1930)¹⁰⁴, ficando de fora de suas análises uma fase importante desse processo, que será uma das questões abordadas em nossa tese, começando com a investigação do mercado interno.

1.3 - O mercado interno. Ilhéus, 1850-1888

O mercado interno de Ilhéus ainda é pouco investigado pela historiografia, que concentrou atenção na produção e comercialização do cacau, deixando de fora outros produtos importantes. Nos próximos parágrafos analisamos o mercado interno de Ilhéus a partir dos Livros de cobrança de impostos, particularmente os que tratam das atividades internas, quais sejam: *Livro de imposto sobre Casas de Negócios (1874-1892)*; *Livro de imposto sobre Gado Vacum abatido (1862-1879) e (1879-1888)*; *Livro de imposto sobre Gado Suíno abatido (1872-1885)* e *Livro de imposto sobre os rendimentos dos direitos de madeiras (1862-1876)*¹⁰⁵.

Esses livros fazem parte de um conjunto de documentos relativos à fiscalidade da Câmara, eles demonstram a atuação do poder público municipal no controle das atividades praticadas, sobretudo na vila e suas imediações. Vale ressaltar que esta documentação não dá conta de explicar toda a dinâmica dos produtos que circulavam no território da comarca, visto que muitos produtos escapavam da fiscalização ou eram isentos de tributos.

De modo geral esses livros seguem basicamente um padrão de preenchimento, ou seja, são assinados e rubricados pelo Presidente da Câmara, com termo de abertura e encerramento, contendo no interior listas mensais com os nomes dos fornecedores ou exportadores dos produtos no decorrer dos meses e ao longo dos anos, as quantidades e os impostos pagos.

¹⁰⁴ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). ICS-UFBA. Salvador, 1979.

¹⁰⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879; Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 – 1888; Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885; Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

1.3.1 - As casas de negócios. Ilhéus, 1874-1888

O Livro de imposto sobre casas de negócios foi aberto e assinado em setembro de 1874 pelo presidente da Câmara, Joaquim Pereira Caldas, sendo procurador, Francisco Antônio de Salles Silva. Ele fornece listas anuais com os nomes dos negociantes que atuavam em Ilhéus, na vila e nos distritos ou povoações das adjacências, no período 1874-1892¹⁰⁶.

Para manter em funcionamento suas casas de negócios esses homens pagavam o valor de Rs. 2\$000 (dois mil réis) anuais de imposto municipal, tarifa que se manteve até abolição da escravidão (1888). A documentação permite conhecer apenas os nomes dos proprietários e o valor do imposto pago, sem discriminar as atividades econômicas praticadas.

No entanto, algumas constatações podem ser feitas a partir dessa documentação e do cruzamento com as outras fontes, especialmente os inventários *post mortem*. Inicialmente percebemos que houve expansão do número de casas de negócios ao longo dos anos, pois a quantidade de nomes que aparecem nas listas aumenta no decorrer do tempo. Na lista de 1875 aparecem 14 negociantes que pagaram imposto, já na lista de 1890 esse número subiu para 35, o que indica, em certa medida, crescimento das atividades comerciais.

Outro dado relevante é a frequência de membros da mesma família, que se destacam entre os proprietários das casas de negócio. Embora a documentação não informe nada sobre parentescos, os sobrenomes indicam o pertencimento a determinadas famílias, o que em alguns casos pôde se confirmar confrontando com as informações dos inventários. Vamos analisar alguns casos para ilustrar essa situação e explicar uma parte da dinâmica do mercado interno de Ilhéus.

Luiz Adami, por exemplo, era negociante em Ilhéus e pagou imposto diversas vezes para manter em funcionamento sua casa de negócio, até falecer, em março de 1887¹⁰⁷. Investigando seu inventário verificamos que ele era pai de outro importante negociante, José Carlos Adami, dono da Loja e Armazém Guarany, com venda de variado sortimento de fazendas, roupas, calçados, perfumaria, miudezas, além de gêneros alimentícios, bebidas de todas as qualidades e ferragens, conforme nota em papel timbrado que ele apresentou ao juiz no inventário de José Furtado da Silva, devedor da quantia de Rs. 201\$760, referente a compras realizadas na loja¹⁰⁸.

¹⁰⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

¹⁰⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Luiz Adami. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 18, 28 de maio 1887.

¹⁰⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Furtado da Silva. Est. 03, Cx. 1298, Maço 1767, Doc. 05, 22 de nov. 1882.

Outros membros dessa família aparecem no livro de impostos indicando que eles eram negociantes influentes em Ilhéus. Domingos Adami de Sá, era coletor da mesa de rendas provinciais, responsável pela arrecadação dos impostos provinciais, ele não aparece entre os negociantes que pagaram impostos, mas é filho de Luiz Adami. Outro membro dessa família que localizamos como dono de casa de negócio foi João Batista Adami, que pagou imposto para manter seu estabelecimento funcionando. Ao que parece, posteriormente eles montaram uma firma, Luiz Adami & Filho, como consta no referido Livro de cobrança de impostos.

José Joaquim da Costa Seabra, aparece entre os donos de casas de negócio, além de Emilio José Seabra. Um membro dessa família, Joaquim José da Costa Seabra, faleceu em 1856 e era negociante em Ilhéus, oferecendo crédito a diversas pessoas da vila e arredores, além de possuir um barco¹⁰⁹. Posteriormente eles também montaram uma firma, Seabra Filho & Cia¹¹⁰.

Caetano Lafeme também atuou como negociante em Ilhéus na segunda metade do século XIX. Quando Carlos Stephani Hohlenwegner faleceu, em 1886, Caetano apresentou ao juiz a dívida que o finado tinha na Loja e Armazém Caetano Lafeme, situado na rua da matriz nº 9, que vendia fazendas, miudezas, calçados, roupas, molhados, ferragens e drogas, além de comprar cacau e outros gêneros dos lavradores locais, como consta na nota. Entre os artigos consumidos encontramos garrafas de conhaque, caixas de charutos, côvados de chitas, fechaduras, latas de manteiga, além de dinheiro que Carlos Stephani tomava emprestado ao negociante¹¹¹. Tudo indica que este negociante fornecia crédito à população e recebia como pagamento gêneros da lavoura.

Adão Schaum foi outra pessoa que se destacou naquele contexto. Casado com dona Helena Lavigne Schaum, eles eram donos de uma padaria em Ilhéus quando ele faleceu em 1886, além de possuírem casa de farinha, quatro escravos e outros bens¹¹².

Domingos José de Lemos é outro negociante que aparece com frequência no Livro de cobrança de impostos sobre casas de negócio. José Antônio Coutinho, produtor de cacau, comprava diversos gêneros na loja dele antes de falecer em 1869, a exemplo de fumo, carne,

¹⁰⁹ Sobre este negociante ver, SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves; DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso de Joaquim José da Costa Seabra. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Juiz de Fora, v.7, n. 12, jan./jun. 2012.

¹¹⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Doc. 06, 17 de set. 1856.

¹¹¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Carlos Stephani Hohlenwegner. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 10, 20 de abr. 1886.

¹¹² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adão Schaum. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 02, 05 de nov. 1877.

bolacha, garrafas de vinho, açúcar branco, farinha, sabão, sal, pólvora, dentre outros artigos, que eram pagos com cacau e café¹¹³. Nessa conta, referente a compras realizadas entre dezembro de 1866 e março de 1869, uma garrafa de vinho custou Rs. \$640; de cachaça Rs. \$160; de aguardente de cana Rs. \$200; (½ kg) de fumo Rs. \$200; (1 kg) de açúcar branco Rs. \$200; um Alqueire (36,2 litros) de farinha Rs. 1\$800; (½ Kg) de bolacha Rs.\$200; uma arroba de carne Rs. 6\$600. Em contrapartida o negociante pagava Rs. 3\$200 (três mil e duzentos réis) por cada arroba de cacau do lavrador.

Pedro Gonçalves de Vasconcelos Gusmão vendia secos e molhados em sua casa de negócio, além de aviamentos, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos e materiais de construção. Quando este negociante faleceu, em 1881, devia à Pharmacia Ilheense diversos medicamentos que utilizou no tratamento de sua moléstia, como papeis diuréticos, óleo de fígado de bacalhau, garrafas de magnésio lefort, pílulas anti-intermitentes do Dr. Devay, tintura de iodo, vinho quinium de labarraque, entre outros.¹¹⁴

Infelizmente não conseguimos localizar o inventário de todos os negociantes, mas pelos exemplo mencionamos notamos que a vila de Ilhéus era dotada de comércio interno ativo, sendo possível contabilizar no Livro de cobrança de imposto sobre casas de negócio pelo menos uma centena de negociantes espalhados na vila e na zona rural, indicando a presença do capital comercial atuando em Ilhéus na segunda metade do século XIX¹¹⁵.

Ao que parece esses negociantes compravam mercadorias industrializadas: bebidas, fumos, medicamentos, pólvora, chumbo, ferramentas, materiais de construção, utensílios domésticos, vestuários, dentre outros artigos, revendendo-os no mercado interno de Ilhéus. Constatamos que alguns tinham ligação com a praça de Salvador e uma parte deles recebia cacau e outros produtos da lavoura como pagamento das dívidas contraídas em seus estabelecimentos.

As relações entre os negociantes e a população eram diversificadas. No geral os produtores de cacau podiam contar com apenas duas colheitas por ano, ficando desabastecidos durante a entre safra, tendo que recorrer às casas de negócio para suprir suas demandas básicas de sobrevivência. O preço das mercadorias que vinham da capital não devia ser baixo, dado os custos com transporte e pagamento de impostos. Mesmo assim os negociantes vendiam a prazo para muita gente, inclusive escravizados e indígenas, e recebiam como

¹¹³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Antônio Coutinho. Est. 02, Cx. 741, Maço 1206, Doc. 02, 13 de abr. 1869.

¹¹⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Pedro Gonçalves de Vasconcelos Gusmão. Est. 02, Cx. 757, Maço 1223, Doc. 03, 05 de mar. 1881.

¹¹⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

pagamento aluguéis de escravos, aluguéis de bois para serviços, além dos produtos da lavoura.

Essas relações se espalharam por diversos lugares da comarca. O Alferes Acrísio Januário Cardoso, por exemplo, era negociante estabelecido na Cachoeira de Itabuna, distante cerca de 30km de Ilhéus, tinha a posse de sete escravos e uma plantação de 4.155 pés de cacau, entre outros bens declarados no inventário, aberto em 1877, por ocasião da sua morte¹¹⁶. Encontramos outros casos semelhantes, indicando que os negociantes estavam acompanhando o crescimento da lavoura cacaueira, oferecendo crédito aos lavradores.

É oportuno lembrar que encontramos no Livro de imposto sobre casas de negócio nomes de pessoas “consagradas” como fundadoras do município de Itabuna, como José Firmino Alves e Henrique Alves dos Reis¹¹⁷. Na segunda metade do século XIX esse distrito se tornou um dos principais núcleos de atração populacional devido às condições naturais favoráveis ao desenvolvimento da lavoura cacaueira. Certamente muitos negociantes perceberam isso e aumentaram suas riquezas com a venda de produtos em suas casas de negócio.

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas não aprofundou o estudo dessas relações no período 1850-1888, mas talvez ele não estivesse equivocado quanto aos grupos que mais se beneficiaram com a expansão da lavoura cacaueira.

Desde as primeiras roças e logicamente com a ampliação da área cultivada e do volume da produção se fez presente de forma decisiva a classe agro-comercial através de seus agentes, prontos a financiar os "fregueses", com operações financeiras justificadas pela falta de crédito[...]¹¹⁸

¹¹⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Acrísio Januário Cardoso. Est. 03, Cx. 1298, Maço 1767, Doc. 08, 21 de abr. 1877.

¹¹⁷ APEB, SCP, Maço 5455. Livro de imposto sobre Casas de Negócio. Ilhéus, 1874-1892. Para uma discussão da História de Itabuna ver, SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guerens, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHS-UFRRJ. Rio de Janeiro, 2015. (Cap. I – Nem tudo era sergipano: a escrita do mito pioneiro e invizibilização indígena nas origens de Itabuna).

¹¹⁸ FREITAS, Op. cit., p. 14.

1.3.2 - O gado vacuum abatido. Ilhéus, 1864-1888

Art. 66. § 9º Só nos matadouros públicos, ou particulares, com licença das Camaras, se poderão matar, e esartejar as rezes, e calculado o arroamento de cada uma rez, estando presente os exactores dos direitos impostos sobre a carne; permitir-se-há aos donos dos gados conduzi-los depois de esartejados, e vende-los pelos preços que quiserem, e aonde bem lhe convier, contanto que o façam em lugares patentes, em que a Camara possa fiscalizar a limpeza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim como a fidelidade dos pesos¹¹⁹.

A carne bovina era um dos produtos que integrava a dieta da população da comarca de Ilhéus. A Câmara Municipal registrou o tributo sobre o Gado Vacuum abatido em dois livros. O primeiro abrange o período 1862-1879, e o segundo 1879-1888. Como são cronologicamente complementares, optamos por realizar uma análise conjunta dos mesmos, o que facilita a apresentação dos dados e permite uma visão global do fenômeno no período (1864-1888)¹²⁰.

A análise desta documentação permite inferir que a pecuária extensiva não foi uma atividade econômica que se destacou em Ilhéus durante a segunda metade do século XIX. Entre os inventariados encontramos pequenas criações e no Livro de cobrança de impostos constam poucos abatimentos de bois. No entanto, devemos considerar que uma parte devia escapar da fiscalização municipal.

No geral cada pessoa abatia apenas um animal por mês e as listagens dos fornecedores não são extensas. Assim, por exemplo, em fevereiro de 1864 houve registro de cobrança de imposto de apenas dois abastimentos, um realizado no dia 14 e outro no dia 20.

De acordo com o Livro de impostos no ano de 1864 foram abatidos apenas 48 animais, porém, no decurso do período a tendência foi de crescimento desse número, o que pode ser reflexo do aumento da fiscalização. Como mostra o Gráfico 1.2.

¹¹⁹ Brasil, Lei de 1º de outubro de 1828. Da nova forma às Camaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição e dos juizes de paz. Título II – Funções municipais. Art. 66. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 25 maio 2016.

¹²⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacuum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879; Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacuum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879-1888.

Gráfico 1.1 – Gado vacuum abatido. Ilhéus, 1864-1888

Fonte: APEB, SCP. Maços 5442 e 5451. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre Gado Vacuum abatido. Ilhéus, 1864-1888.

O Gráfico 1.1 permite identificar as variações nas quantidades de gado vacuum abatido em Ilhéus no período 1864-1888. No primeiro Livro (1864-1879) encontramos o total de 923 bois abatidos, no segundo (1879-1888) esse número subiu para 1.035. O ano em que houve maior número de abatimentos foi 1880, com 175 bois abatidos; por outro lado, a menor cifra foi registrada em 1886, quando apenas 3 animais foram abatidos. As médias mensais oscilaram entre o mínimo de 4,2 e o máximo de 15 abatimentos.

A análise desta documentação permite afirmar que nesse período não houve regularidade no fornecimento de carne bovina em Ilhéus, pois ocorreram muitas oscilações. Poucos meses mantiveram a frequência, com lacuna notória em 1886, quando apenas 3 animais foram abatidos em janeiro, ficando os demais meses deste ano sem registros, não sabemos por quais motivos. Além deste caso o Gráfico 1.1 demonstra variações significativas ao longo do período.

Ao que parece a carne bovina era vendida nas diversas feiras e casas de negócios espalhadas por Ilhéus na segunda metade do século XIX. Não encontramos nos Livros de cobrança de impostos, nem nos inventários *post mortem*, referências a matadouro público, mas é possível que existisse, já que a Câmara controlou a atividade.

Ademais, como já frisamos, muitos abatimentos podiam ser realizados no interior das fazendas, sítios e roças espalhados pelo município, longe da fiscalização municipal, assim, talvez a documentação esteja refletindo os abatimentos realizados no matadouro público localizado nas proximidades da vila, mas a documentação não revela nada sobre o assunto.

Provavelmente o abatimento dos animais era realizado por trabalhadores escravizados, homens libertos ou livres pobres, que extraíam o couro, separavam as partes e entregavam aos negociantes compradores dos bois, que compravam o animal vivo e pagavam os impostos para ter o direito de comercializar a carne em Ilhéus.

Os principais fornecedores de gado vacum abatido em Ilhéus eram negociantes, donos de casas de negócio, membros da elite econômica. Contudo, pessoas menos abastadas também deviam participar do negócio, desde que pagassem os impostos.

A Tabela 1.4 apresenta os principais fornecedores de gado vacum abatido em Ilhéus.

Tabela 1.4 - Principais fornecedores do gado vacum abatido. Ilhéus, 1864-1888

Fornecedores			Registros		Animais abatidos		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
Sebastião Egídio de Lemos	1	0,3	198	10,0	199	10,0	165.340	9,8
Plínio Cardoso do Nascimento	1	0,3	187	9,6	187	9,5	153.340	9,0
Egídio Geraldo de Lemos	1	0,3	185	9,5	185	9,4	179.060	10,5
Manoel Rodrigues de Moura	1	0,3	118	6,0	121	6,2	103.720	6,1
Antônio Victorio	1	0,3	91	4,7	91	4,7	79.120	4,7
Manoel Bernardino de Lemos	1	0,3	74	3,8	74	3,8	66.800	3,9
Demais fornecedores	329	98,2	1.102	56,4	1.108	56,4	952.260	56,0
Total	335	100,0	1.955	100,0	1.965	100,0	1.699,640	100,0

Fonte: APEB, SCP. Maços 5442 e 5451. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre Gado Vacum abatido. Ilhéus, 1864-1888.

Os membros da família Lemos se destacam no fornecimento do gado vacum abatido em Ilhéus. Sebastião Egídio de Lemos, Egídio Geraldo de Lemos e Manoel Bernardino de Lemos deviam ser parentes. Não encontramos referência direta sobre essas três pessoas, mas um integrante da família, Domingos José de Lemos, aparece listando três escravos para concorrerem à libertação pelo fundo de emancipação. Além de possuir escravos ele também era negociante, seu nome aparece várias vezes entre os pagantes do imposto sobre casas de negócios¹²¹.

Outro importante fornecedor do gado vacum abatido em Ilhéus, Plínio Cardoso do Nascimento, também era negociante, e pagou impostos diversos anos para manter em funcionamento sua casa de negócios¹²². Não encontramos seu inventário e o seu nome não aparece no Livro de classificação dos escravos. Quanto aos demais fornecedores constantes na Tabela 1.4 não encontramos pistas sobre eles.

¹²¹ APEB, SCP, Maço 5455. Livro de imposto sobre Casas de Negócio. Ilhéus, 1874-1892.

¹²² Ibidem.

Afora essas pessoas, que aparecem com maior frequência na documentação, identificamos muita gente participando do negócio envolvendo abatimento de gado bovino em Ilhéus, inclusive mulheres. Dona Ana Maria Velozo, Dona Helena Lavigne Shaum (esposa do negociante Adão Schaum), Thomazia Maria dos Santos e Sebastiana dos Prazeres Dias, por exemplo, fazem parte de uma minoria, mas que também participavam da atividade. Certamente elas compravam bois para serem abatidos, vendendo a carne nas casas de negócios ou colocando seus escravos para realizarem o serviço.

Algumas pessoas aparecem ao mesmo tempo realizando abatimentos de bois e classificando escravo para concorrerem à libertação. José Carlos Adami, por exemplo, apresentou o escravo Estevão para possível libertação, era dono de casa de negócio e forneceu um boi para abatimento em Ilhéus no dia 10 de outo de 1885¹²³.

Esses exemplos, entre outros casos, permitem inferir que homens e mulheres escravizados em Ilhéus também trabalhavam nas casas de negócios, vendendo carne bovina. Os homens podiam realizar o abatimento e a separação das partes do animal, as mulheres salgamento e venda da carne nas feiras e casas de negócios.

De todo modo a carne bovina, especialmente as partes privilegiadas do boi, devia custar caro e o acesso a este alimento devia ser restrito aos grupos abastados. Os custos com abatimento, retirada do couro, separação das partes, salgamento, transporte e armazenamento deviam gerar despesas aos fornecedores, o que possivelmente fazia aumentar o preço. Por cada boi abatido pagava-se o imposto de Rs. \$820, mas no último ano, 1888, essa cifra aumentou para Rs.1\$000¹²⁴. Ademais a Lei estabelecia que o dono do gado podia vender a carne pelo preço que quisesse¹²⁵. Assim, a população livre pobre, escravizados e líberos deviam consumir as partes menos privilegiadas do animal.

¹²³ APEB, SCP. Livro de imposto sobre Gado Vacum abatido. Maço 5442 (1862-1879); Maço 5451 (1879-1888); APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

¹²⁴ APEB, SCP. Livro de imposto sobre Gado Vacum abatido. Maço 5442 (1862-1879); Maço 5451 (1879-1888)

¹²⁵ Brasil, Lei de 1º de outubro de 1828. Da nova forma às Camaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição e dos juízes de paz. Título II – Funções municipais. Art. 66. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 25 maio 2016.

1.3.3 - O gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885

A carne de porco foi outro produto que integrou a dieta da população de Ilhéus. O livro que serviu para o registro do imposto relativo ao gado suíno abatido revela um fornecimento muito pequeno deste tipo de carne¹²⁶. Ao longo do período, que compreende aproximadamente 14 anos, foram registrados o abatimento de apenas 156 animais, perfazendo uma média de 13 suínos abatidos por ano, cifra muito baixa tendo em vista o tamanho da população, 5.682 habitantes em 1872¹²⁷. O Gráfico 1.2 mostra a variação do abatimento de suínos em Ilhéus entre 1872 e 1885.

Gráfico 1.2 – Gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885

Fonte: APEB, SCP. Maço 5447. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre Gado Suíno abatido. Ilhéus, 1872- 1885.

O Gráfico 1.2 demonstra as variações nas quantidades de gado suíno abatido. O ano com maior número de registro foi 1874, com o total de 28 suínos abatidos. Nos anos seguintes as quantidades declinaram de forma acentuada, chegando a não ocorrer registros em 1881 e 1882. A partir daí o número de abatimentos voltou a crescer, mas sem alcançar o nível de antes, pelo menos até onde foi possível investigar.

Todavia, como salientamos anteriormente em relação ao gado bovino, esse número certamente não revela o real consumo de carne suína no território da comarca, correspondendo apenas ao que era controlado pela Câmara, o que provavelmente se refere aos

¹²⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885.

¹²⁷ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

animais que eram abatidos e vendidos nas casas de negócios espalhadas na vila e seu termo. Os moradores das diversas fazendas, roças e sítios distantes da vila poderiam ter pequenas criações de suínos, abatendo-os em locais que escapavam do controle da Câmara e da fiscalização.

Ademais, os fornecedores de carne suína de Ilhéus pagavam tributos que provavelmente fazia aumentar o preço da carne. Também é importante ressaltar os custos que incidiam no processo de abatimento, separação das partes do porco, salgamento, transporte e armazenamento da carne. A Tabela 1.5 apresenta os principais fornecedores do gado suíno abatido em Ilhéus.

Tabela 1.5 – Principais fornecedores do gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885.

Fornecedores			Registros		Animais abatidos		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
José Carlos Leopoldo Valet	1	1,3	32	20,6	32	20,5	10,240	20,3
João Batista de Pena Matos	1	1,3	10	6,5	10	6,4	3,200	6,3
Manoel Rodrigues de Moura	1	1,3	10	6,5	11	7,0	3,520	7,0
Claudino José de Oliveira	1	1,3	5	3,2	5	3,2	1,600	3,2
Demais fornecedores	73	94,8	98	63,2	98	62,9	31,900	63,2
Total	77	100,0	155	100,0	156	100,0	50,460	100,0

Fonte: APEB, SCP. Maço 5447. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre Gado Suíno abatido. Ilhéus, 1872- 1885.

José Carlos Leopoldo Vallet foi o mais importante fornecedor do gado suíno abatido em Ilhéus no período, responsável por 20,5% de todos abatimentos. Não localizamos seu inventário, mas ele consta no Livro de imposto sobre casa de negócio, assim, constatamos que ele era negociante¹²⁸, mas não apresentou escravos no Livro de classificação para libertação. Ademais, ele aparece como um dos credores do Tenente Cândido Narciso Soares, que lhes devia a quantia de Rs. 6\$320 quando faleceu em 1869¹²⁹, e de Lúcio Antônio Brandão, que lhe devia o valor de Rs.32\$000, proveniente de gêneros comprados em sua loja¹³⁰.

Manoel Rodrigues de Moura aparece entre os principais fornecedores do gado suíno abatido em Ilhéus e também se destacou entre os fornecedores de gado vacum¹³¹. Não localizamos o seu inventário, ele também não consta no Livro de imposto sobre casa de

¹²⁸ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

¹²⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente Cândido Narciso Soares. Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 1, 01 de jan. 1869.

¹³⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lúcio Antônio Brandão. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 6, 22 de fev. 1871.

¹³¹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885; APEB, SCP. Livro de imposto sobre Gado Vacum abatido. Maço 5442 (1862-1879); Maço 5451 (1879- 1888).

negócio e nem no Livro de classificação dos escravos. Claudino José de Oliveira foi outro importante fornecedor de gado suíno de Ilhéus. Faleceu em outubro de 1880, era dono Fazenda Mapendi, com três escravos, um boi do serviço e uma plantação de mandioca, entre outros bens¹³².

Embora algo em torno de 37% do fornecimento de gado vacum estivesse concentrado não mãos de quatro pessoas, muita gente participava da atividade. Mais uma vez, destacamos a presença de mulheres, ainda que minoria. Dona Maria Saraiva, Dona Alifan Dimas Lessa, Perpétua Felicidade dos Santos, Ana Bernardes Gomes, Joana Maria da Conceição e Joana Maria Dantas, foram mulheres que pagaram imposto pelo abatimento de gado suíno em Ilhéus¹³³.

Afora essa peculiaridade, diversas pessoas participavam dessa atividade e algumas possuíam escravos. Adão Schaum, por exemplo, era comerciante, pagou imposto sobre sua casa de negócio¹³⁴, forneceu gado vacum e suíno para serem abatidos na vila e registrou quatro escravos no Livro de classificação¹³⁵. Existem outros exemplos semelhantes, indicando que certamente os escravos e as escravas trabalhavam nas atividades relacionadas com a venda de carne bovina e suína, dentre outros setores da economia de Ilhéus.

1.3.4 - A exploração de madeiras. Ilhéus, 1863

Poderemos plantar nossos arrozes onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso¹³⁶.

Quando os escravos do Engenho Santana reclamaram o direito de explorar madeiras, certamente o fizeram sabendo que era uma atividade rentável, que poderia gerar boas economias. Não por acaso, desde o período colonial a Coroa portuguesa tentou controlar a exploração das matas da capitania de Ilhéus, como demonstram os estudiosos do assunto¹³⁷.

¹³² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Claudino José de Oliveira. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 6, 22 de fev. 1871.

¹³³ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885

¹³⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

¹³⁵ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

¹³⁶ Tratado de paz proposto pelos escravos do Engenho Santana de Ilhéus em 1789. In: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 119-121.

¹³⁷ Ver, entre outros, DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011. DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Nessa seção analisaremos a exploração de madeiras em Ilhéus na década de 1860, quando a Câmara de Ilhéus cobrou tributos pelo direito de praticar a atividade exploratória, registrando em livro próprio os dados sobre as pessoas envolvidas, como nomes, quantidades, tipos de madeira e o valor do imposto pago¹³⁸.

O Livro abrange o período 1862-1876, mas somente os três primeiros anos foram utilizados para registrar o imposto sobre exploração de madeiras, nos demais o procurador registrou o tributo da décima urbana¹³⁹. Desse modo, ficamos com a possibilidade de analisar um período restrito, isto é, outubro de 1862 até março de 1864, sendo que 1863 é o único ano completo, com dados relativos a todos os meses, por isso concentramos nossa atenção nele.

Os registros revelam a diversidade de madeiras exploradas na mata atlântica. Em janeiro de 1863, por exemplo, cinco pessoas pagaram o tributo: Antônio Dias dos Santos pagou Rs. 11\$587 pela exploração de 71 paus de jacarandá; Domingos Cristaino Alves pagou Rs. 1\$000 pela exploração de 12 paus de cedro e Rs. \$500 pela exploração de 6 paus de jangada; João Florêncio Maceió pagou Rs. 2\$004 pela exploração de 12 paus de jacarandá e Manuel Eugênio dos Santos pagou Rs. 4\$814 pela exploração de 58 paus de cedro¹⁴⁰.

Outras madeiras, menos frequentes na documentação, foram louro e condurú, além das caixarias e tabuados. Nesse mesmo ano (1863) Domingos Cristaino Alves pagou Rs. 4\$585 pela exploração de 55 paus de condurú; Antônio G. Santiago pagou Rs. 8\$000 pela exploração de uma dúzia de louro; Jose Pereira de Andrade pagou Rs. 2\$800 pela exploração de 28 carradas de caixaria; e o capitão Ernesto de Sá pagou Rs. 40\$000 pela exploração de 40 dúzias de tabuado¹⁴¹.

A quantidade de nomes que aparece nas listas mensais variou bastante. O maior número de registros ocorreu em dezembro (20 registros), e em junho apenas um nome foi lançado no livro. De todo modo, percebemos uma intensa exploração de madeiras, com muitas pessoas envolvidas no negócio, inclusive escravistas. A Tabela 1.6 mostra uma parte das madeiras exploradas em Ilhéus no ano de 1863.

¹³⁸ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

¹³⁹ No catálogo do APEB a data correspondente a este livro é 1862-1870, porém, ao consultar o documento percebemos que ele se estende até 1876, por isso nas citações mantivemos a data do período correto, 1862-1876. Ademais, constatamos que a partir de 1864 o procurador lançou o tributo relativo à décima urbana pois a palavra décima passa a ser usada ao lado dos nomes das pessoas tributadas, com diferenças nominais notória entre os dois grupos, isto é, exploradores de madeira e pagadores do imposto da décima urbana.

¹⁴⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

¹⁴¹ Ibidem.

Tabela 1.6 – Relação das madeiras exploradas. Ilhéus, 1863

Tipos de Madeiras	Unidades	Quantidade
Jacarandá	Paus	1.226
Cedro	Paus	1.061
Jangada	Paus	228
Condurú	Paus	55
Tabuados	Dúzia	43
Louro	Dúzia	1
Louro	Tábuas	72
Caixaria	Carradas	234

Fonte: APEB, SCP, Maço 5438, Câmara de Ilhéus: lançamento dos rendimentos relativos a direito de madeira, 1862-1876.

A principal madeira explorada em 1863 foi o jacarandá (1.226 paus), seguida por cedro (1.061 paus), como demonstra a Tabela 1.6. Se cada pau for uma árvore derrubada, calculamos que neste ano houve desmatamento de pelo menos 2.570 plantas, incluindo, além das mencionadas, os paus de jangada e condurú.

Ao que parece boa parte do jacarandá era proveniente da Cachoeira de Itabuna, terceiro distrito de Ilhéus. Embora o livro não traga informação sobre a origem das madeiras, muitos inventários *post mortem* de moradores deste distrito se referem ao lugar denominado jacarandá, ou jacarandá de dentro, o que pode ser uma referência, ou pelo menos uma pista, a respeito de uma das áreas de exploração. Ademais, o rio Cachoeira serviu como uma das principais entradas para a expansão da lavoura cacaujeira em Ilhéus, sendo que a exploração das matas para abertura das roças de cacau acompanhou esse processo. Vale ressaltar que esses dados se referem apenas ao que era controlado pela Câmara, outra parte devia escapar da fiscalização.

Os principais exploradores de madeira encontram-se na Tabela 1.7. É importante salientar que cada registro no livro continha quantidades e qualidades variadas de madeiras, por isso optamos por apresentar apenas os nomes das pessoas com maior frequência no livro, sem descrever todos os tipos de madeiras que elas exploraram.

Tabela 1.7 - Principais exploradores de madeiras. Ilhéus, 1863

Exploradores de madeira			Registros		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
Antônio da Cruz R. Leitão	1	3,6	9	10,0	33.998	9,5
José Pereira de Andrade	1	3,6	9	10,0	9.383	2,6
Antônio Pedro dos Santos	1	3,6	8	9,0	67.419	18,8
Domingos [Critaino Alves]	1	3,6	8	9,0	41.580	11,6
José Ignácio da Silva	1	3,6	6	6,5	6.716	2,0
Demais exploradores	23	82,0	50	55,5	198.672	55,5
Total	28	100,0	90	100,0	357.768	100,0

Fonte: APEB, SCP, Maço 5438, Câmara de Ilhéus: lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira, 1862-1876.

A Tabela 1.7 demonstra que cinco pessoas se destacaram entre os exploradores de madeira, que juntos foram responsáveis por 44,5% dos registros. Antônio da Cruz Rabelo Leitão era negociante, seu nome consta no livro de imposto sobre casas de negócio, sendo que ele foi um dos que mais explorou jacarandá e cedro. José Pereira de Andrade, também era negociante, e explorou, principalmente, tábuas de louro, paus de jangadas e caixarias¹⁴².

Os valores dos tributos variavam de acordo com o tipo de madeira. Sobre cada pau de jacarandá cobra-se, aproximadamente, Rs. \$167; de cedro, jangada ou condurú Rs. \$083; por cada dúzia de tabuado Rs.1\$000 e por cada tábua de louro Rs.\$083.

De modo geral, os tributos que incidiam sobre essa atividade não eram baixos, mas certamente os ganhos compensavam o pagamento. Não conseguimos investigar os Livros de Notas do Cartório de Ilhéus, que podem fornecer os preços venais dessas madeiras. Todavia, alguns inventários contêm informações sobre madeiras, com preços de avaliação delas, o que pode ser útil para uma análise, ainda que superficial, da relação custo benefício.

Em 1874, por exemplo, foi aberto o inventário do produtor de cacau Thomas Dias dos Inocentes, que morava na Cachoeira de Itabuna, onde tinha uma dúzia de madeira cedro, ainda na mata, avaliada em Rs. 12\$000¹⁴³, sendo que em 1863 a Câmara cobrou Rs. 1\$000 pela exploração desta mesma quantidade de cedro.

O Tenente Cândido Narciso Soares, dono da Fazenda Caldeiras, entre outras propriedades, tinha sete escravos e 40 carradas de caixarias, entre outros bens, cada uma

¹⁴² Ver APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

¹⁴³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Thomas Dias dos Inocentes. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 5, 18 de ago. 1874.

avaliada em Rs. 9\$000 e todas por Rs. 360\$000¹⁴⁴. Em 1863 o imposto sobre cada carrada era de Rs.\$100. Na Fazenda Piratiquesse, em 1878, cada tábua de louro foi avaliada em Rs. 1\$280¹⁴⁵, e o tributo cobrado em 1863 era de Rs. \$083 sobre cada tabua explorada¹⁴⁶. Esses exemplos indicam que a exploração de madeira era uma atividade rentável.

Nesse capítulo ressaltamos algumas mudanças que ocorreram no território da comarca de Ilhéus no período 1850-1888. As nossas análises buscaram salientar a presença de indígenas, quilombos e escravos na população, bem como o avanço do processo de ocupação e exploração do território.

Para além dessas questões avançamos nas análises sobre a fiscalidade e o mercado interno de Ilhéus. A nosso ver essa foi a principal contribuição do primeiro capítulo da tese. Existe um debate sobre a presença da escravidão na economia cacaueteira que ainda não está encerrado. A historiadora Mary Ann Mahony foi pioneira nessa discussão e suas análises buscam evidenciar que o cacau foi um produto economicamente muito importante para o sul da Bahia na segunda metade do século XIX, atraindo para Ilhéus várias famílias interessadas em cultivar o fruto e que para isso recorreram ao trabalho escravo.

As nossas análises mostraram que naquele contexto o cacau ainda não tinha se tornado uma mercadoria importante na pauta das exportações da Bahia. Mesmo assim houve expansão das atividades econômicas naquele território e acreditamos que os engenhos de açúcar foram os empreendimentos mais atraentes. Embora até aqui não tenhamos fornecido dados sobre os engenhos e a produção de açúcar, Bert J. Barickman demonstrou que o açúcar continuou sendo o principal produto da economia da província até a véspera da abolição¹⁴⁷.

O referido autor salienta que os engenhos se expandiram para o sul da província durante a primeira metade do Oitocentos e o café também se tornou produto de valor econômico considerável¹⁴⁸. Por outro lado, o cultivo do cacau ainda estava em posição

¹⁴⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente Cândido Narciso Soares. Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 1, 01 de out. 1869.

¹⁴⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 13, 17 de set. 1878.

¹⁴⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

¹⁴⁷ BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

¹⁴⁸ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

secundária se comprado ao açúcar e ao café. Nesse sentido parece que ele não foi o principal atrativo econômico do sul da província, e sim a empresa açucareira, dada abundância de terras virgens e disponibilidade de madeiras.

As madeiras inclusive eram produtos que geravam mais receitas de exportação que o cacau. Neste capítulo mostramos que vários negociantes estavam envolvidos com exploração de madeiras. Certamente eles lucravam com essa atividade, não por acaso pagavam os impostos para terem o direito de exploração. Todavia, suas negociações não se restringiam ao negócio madeireiro, eles forneciam crédito à população e recebiam gêneros da lavoura como pagamento. Certamente perceberam que os cultivos de cacau e café estavam se desenvolvendo em Ilhéus e se interessaram em lucrar como o comércio dessas mercadorias.

Essa observação vai de encontro às análises de Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, segundo o qual o crédito comercial acompanhou o desenvolvimento da lavoura cacaueira desde o início da sua formação¹⁴⁹. Ainda que o estudo deste autor tenha como foco o período da Primeira República, nossas análises sugerem que desde meados do século XIX já existiam grupos intermediários (negociantes) financiando o desenvolvimento da economia de Ilhéus com oferta de crédito.

Ademais, verificamos que além dos Livros tratados neste capítulo existiam outros tipos de tributação. Cobravam impostos sobre a décima urbana (1857-1858) e (1872-1888); sobre foros de terrenos (1879-1892); sobre balança grande (1862-1878), sobre passagem (1865-1878) e sobre a venda de pólvora (1862-1890)¹⁵⁰.

Além destes, vários produtos destinados à exportação também eram tributados. No próximo capítulo da tese dedicamos atenção à esses produtos, identificando os principais exportadores, os artigos exportados e a posse de escravos.

¹⁴⁹ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). ICS-UFBA. Salvador, 1979.

¹⁵⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5431. Ilhéus, 1857-1858; Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5450. Ilhéus, 1872-1888; Livro de imposto dos foros de terrenos. Maço 5457. Ilhéus, 1879-1892; Livro de imposto sob direitos de balança grande. Maço 5452. Ilhéus, 1880-1888; Livro de imposto sob direitos de passagens. Maço 5440. Ilhéus, 1865-1878; Livro de imposto sobre vendagem de pólvora e fogos de artifício. Maço 5454. Ilhéus, 1862-1890.

CAPÍTULO II

EXPORTAÇÕES E POSSE DE ESCRAVOS. ILHÉUS, 1850-1888

2.1 - Introdução

A maioria dos estudos sobre a economia cacaueteira do sul da Bahia privilegiou o século XX como foco das análises, especialmente por ter sido nesta centúria que o cacau se destacou nas exportações do Estado e contribuiu para tornar o Brasil um dos maiores fornecedores mundiais do fruto¹⁵¹. De modo geral, parte da literatura negou a presença da escravidão no século anterior, privilegiando os coronéis e o mandonismo como foco das análises, atribuindo pouca ou nenhuma importância às relações escravistas e à economia de Ilhéus no século XIX¹⁵².

Nas últimas décadas, o avanço das pesquisas em arquivos trouxe revisões importantes desses paradigmas, criticando muitos de seus postulados. Mary Ann Mahony é a pesquisadora que mais contribuiu para realçar a presença da escravidão na economia cacaueteira. Suas análises enfatizaram que a posse de escravos estava difundida em Ilhéus no século XIX e que algumas famílias ligadas à elite açucareira do Recôncavo se transferiram para Ilhéus e fizeram grandes investimentos no cacau, entre elas as famílias Sá, Cerqueira Lima e Gallo¹⁵³.

As nossas análises seguem essa direção crítica, acreditamos que na segunda metade do século XIX o processo de ocupação da comarca de Ilhéus se intensificou e várias atividades econômicas se desenvolveram, sendo que muitos produtos eram exportados, inclusive o cacau. Ademais, havia negociantes exportando diversos artigos, sendo que nessa época não existia uma especialização na economia, visto que a cultura do cacau se afirmou somente nos

¹⁵¹ Sobre o assunto ver, entre outros. SANTOS, Milton. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. Companhia Editora Nacional, 2ed. São Paulo, 1957. BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

¹⁵² Ver, por exemplo, BARROS, Francisco Borges. *Memória sobre o município de Ilhéus*. 3ª ed. Ilhéus: Editus; Fundação cultural de Ilhéus, 2004; FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1983. ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia, chão de cacau*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

¹⁵³ MAHONY, Mary Ann. "Instrumentos Necessários" *Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001. p. 109.

primeiros decênios do século XX¹⁵⁴. Outrossim, sustentamos que o trabalho escravo estava presente naquele contexto, em várias atividades, inclusive nas exportações¹⁵⁵.

Argumentamos que durante o período 1850-1888 o cacau não ocupou lugar de destaque nas exportações da província, mas aos poucos adquiriu importância na economia de Ilhéus.

Acreditamos que nesse contexto os negociantes se sobressaíram no comércio de mercadorias, no setor de exportação e abastecimento interno. Como demonstramos no primeiro capítulo, eles obtinham mercadorias industrializadas na capital da província para revende-las em suas casas de negócios em Ilhéus, enquanto outros produtos eram exportados de Ilhéus para Salvador e de lá para países estrangeiros. Todos esses produtos estavam sujeitos às oscilações da demanda externa, à disponibilidade de transportes para exportação, ao pagamento de fretes e impostos municipais.

Analisaremos a economia de exportação de Ilhéus tentando perceber a influência desses fatores e dos negociantes. A nossa hipótese é que nesse contexto as atividades econômicas se diversificaram e vários produtos, além do cacau, integravam a pauta de exportações da comarca, sendo que a Câmara atuou no controle dessas atividades por meio da cobrança de tributos.

As fontes que servem de suporte para as análises são os Livros de cobrança de impostos sobre os produtos destinados para fora do município, quais sejam: cacau e café (1871-1885); cachaça (1870-1878), jacarandá (1870-1879); piaçava (1879-1892) e couros (1878-1892).¹⁵⁶

Analisaremos de modo sistemático as exportações de cada um desses produtos, destacando as principais pessoas envolvidas, o pagamento de impostos e a presença da posse de escravos.

¹⁵⁴ Segundo Angelina Nobre R. Garcez e Antônio Fernando G. de Freitas, no período entre 1890 e 1930 a lavoura cacaueira percorre a sua trajetória mais promissora e de plena afirmação econômica. GARCEZ, Angelina N. R.; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacaueira: um estudo de história recente*. Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1979.

¹⁵⁵ Sobre o trabalho escravo em Ilhéus ver, entre outros, MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos Necessários” *Escravidão e Posse de Escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001; ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade*. Das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013; CRUZ, Ronaldo Lima da. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia (1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - FCHS/UNESP, Franca, 2012; GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava* (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Dissertação (Mestrado em História) - FFCH, UFBA, Salvador, 2014.

¹⁵⁶ Disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Colonial Provincial (SCP). Livros de cobrança de imposto da Câmara de Ilhéus. Maço 5459 - Cacau e Café (1871-1885); Maço 5441 - Cachaça (1870-1878); Maço 5443 - Jacarandá (1870-1879); Maço 5458 - Piaçava (1879-1892) e Maço 5456 - Couros (1878-1892).

2.2 - Exportações de cacau, café e posse de escravos. Ilhéus, 1871-1885

O Livro que serviu para o registro do imposto sobre exportação de cacau e café foi aberto pelo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Pereira Caldas, em 12 de janeiro de 1871¹⁵⁷. O procurador responsável pela arrecadação dos impostos foi Francisco Antônio de Salles Silva, que preencheu os livros com os nomes dos exportadores, registrando os dias e os meses das exportações, as quantidades exportadas e os impostos pagos. No final de cada mês ele somava a receita, descrevia o total por extenso, datava e assinava.

Em alguns meses não houve registro e a série apresenta lacunas. Ademais, não é possível saber o destino das exportações, quem eram os compradores dos produtos e nem os preços de venda das mercadorias exportadas, o mesmo ocorrendo com os demais livros¹⁵⁸.

Essa documentação constitui fonte valiosa para as pesquisas sobre a economia do sul da Bahia no século XIX, haja vista a carência de estudos sistemáticos a respeito das exportações das vilas localizadas nessa parte da província.

A primeira folha do Livro fornece uma noção das exportações e das pessoas envolvidas no comércio. Em janeiro de 1871 foram lançados treze nomes de exportadores, quantidade que se mantém relativamente razoável ao longo da série, mas com alguns declínios, especialmente nos meses de abril e maio.

O primeiro nome da lista é Fernando Steiger, uma das pessoas que aparece com frequência ao longo dos anos. Em janeiro de 1871 ele exportou 1.068 arrobas de cacau e pagou Rs. 21\$360 (vinte e um mil trezentos e sessenta réis) de impostos. Dividindo este valor pela quantidade de arrobas verificamos que por cada arroba exportada incidia a quantia de Rs.\$020 (vinte réis), mas ao longo do período a tarifa aumentou.

Outros importantes exportadores também aparecem nessa primeira lista, como Luiz Adami, Jose Simeão Moreno dos Reis e Antônio da Cruz Rabelo Leitão, por exemplo¹⁵⁹. O total das exportações deste mês foi de 5.656 arrobas de cacau, sendo que não houve exportação de café, e a Câmara Municipal arrecadou Rs. 113\$120 de impostos.

As exportações de cacau superaram as exportações de café, num total de 242.635 arrobas contra 8.386, respectivamente. Inicialmente analisamos as exportações de cacau,

¹⁵⁷ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

¹⁵⁸ Utilizamos o termo exportação para se referir aos produtos enviados para fora de Ilhéus.

¹⁵⁹ Vale explicar que alguns nomes foram registrados com abreviações, ou com o acréscimo de outro sobrenome, como existe fortes evidências acreditamos que se tratava da mesma pessoa. Assim, por exemplo, Joze Simeão, teve seu nome registrado desta forma, outras vezes como Joze Simeão Mor. e como Joze Simeão Moreno dos Reis, de modo semelhante aconteceu com Antônio da Cruz Rabello e Joze Malaquias Barbosa, dentre outros.

lembrando que este produto dependia exclusivamente da demanda externa, visto que nessa época a fabricação de chocolate se realizava principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

O Gráfico 2.1 mostra o comportamento das exportações de cacau em Ilhéus no período 1871-1885.

**Gráfico 2.1 - Exportações de cacau (em arrobas).
Ilhéus, 1871-1885**

Fonte: APEB. SCP. Maço 5459. Câmara de Ilhéus: Imposto sobre exportação de cacau e café. Ilhéus, 1871-1885.

O Gráfico 2.1 mostra as variações nas exportações de cacau, sendo a tendência de declínio no período 1871-1885. O ano de maior exportação foi 1872, com 37.338 arrobas e o oposto foi 1885, quando apenas 1.487 arrobas foram exportadas, mas neste último ano ocorreram registros de exportações em somente cinco meses. Infelizmente não sabemos explicar as razões dessa redução. Algumas hipóteses podem ser discutidas, mas não temos respostas conclusivas.

A primeira é que a produção realmente pode ter diminuído neste período, outra é que parte das exportações pode ter escapado da fiscalização, principalmente porque ao longo do período a cobrança de imposto aumentou. Nos primeiros anos a Câmara cobrava Rs. \$020 (vinte réis) por cada arroba de cacau ou de café exportada. Em outubro de 1873, no entanto, o valor foi reajustado na mesma proporção para os dois produtos, ou seja, Rs. \$040 (quarenta réis) por arroba. A partir de 1877, no entanto, a tarifa sobre o café exportado passa a ser um pouco menor que a do cacau, mas ambas aumentaram, alcançando Rs.\$090 e Rs.\$120, respectivamente. No final do período ocorreu novo aumento, isto é, a partir de 1881 a Câmara

passou a cobrar Rs. \$180 (cento e oitenta réis) por cada arroba de cacau ou de café exportada¹⁶⁰.

Esse aumento pode ter influenciado produtores e negociantes a buscarem rotas alternativas de exportação, o que parece ser uma hipótese pouco provável, já que a economia de Ilhéus devia funcionar no sistema de porto único.

Outra hipótese é que nessa época as lavouras se expandiram principalmente pelas encostas dos rios, sobretudo o Cachoeira de Itabuna, que passava por enchentes periódicas, alagando as lavouras e prejudicando a produção, como ressaltaram Angelina Nobre R. Garcez e Antônio Fernando G. de Freitas,

A primeira variedade de cacau transplantada para a Bahia – extremamente exigente quanto ao grau de umidade e solo – ocupou inicialmente as terras ribeirinhas, tornando assim as rocas muito vulneráveis as enchentes periódicas desses rios. [...] De 1860 em diante, porém, um dos fatores negativos internos para a expansão da lavoura é superado com a introdução de variedades mais resistentes de cacau – as variedades Pará e Maranhão do grupo “forasteiro” permitindo que as roças se estendessem pelas encostas, ocupando terras mais protegidas e conferindo assim maior estabilidade às plantações¹⁶¹.

Com efeito, a disseminação da lavoura cacaueira estava condicionada a vários fatores, sobretudo ao processo de ocupação e exploração das terras, que envolvia derrubada das matas, preparação do solo e enfrentamento dos grupos indígenas. Ademais, independente da espécie, o cacau é uma planta muito exigente, como ressaltamos no primeiro capítulo. Depois que as mudas são plantadas eram necessários aproximadamente 3 anos para a realização da primeira colheita. Dali para frente os cacaueiros adultos podiam render entre duas e três colheitas no ano, mas as safras dependiam dos cuidados com a plantação, das oscilações climáticas, da quantidade de chuva, do tipo de solo, dentre outros fatores¹⁶².

Por fim, devemos considerar as oscilações na demanda externa, que nessa época não apresentava regularidade, o que também pode ter influenciado na redução das exportações.

Avaliando agora o café, notamos que as exportações deste produto também declinaram, sendo que neste caso a cobrança de imposto também aumentou ao longo do

¹⁶⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

¹⁶¹ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacaueira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. p. 20-21.

¹⁶² Ver, entre outros, BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938. p. 126-164.

período. Desse modo, as hipóteses que levantamos podem servir para explicar não apenas o caso do cacau, mas também do café, que também teve que se adaptar às condições naturais do território da comarca de Ilhéus. O Gráfico 2.2 mostra as variações nas exportações de café.

**Gráfico 2.2 - Exportações de café (em arrobas).
Ilhéus, 1871-1885**

Fonte: APEB. SCP. Maço 5459. Câmara de Ilhéus: Imposto sobre exportação de cacau e café. Ilhéus, 1871-1885.

O Gráfico 2.2 mostra as variações nas exportações de café, com acentuado declínio do período 1871-1885. Em 1871 as exportações de café atingiram o pico com 2.243 arrobas. No último triênio do período, precisamente em junho de 1884, somente 38 arrobas de café foram exportadas.

Apesar da diferença no volume das exportações dos produtos ambos eram importantes para a economia de Ilhéus. O café, além de exportado, podia circular no mercado interno, uma parte da produção, ainda que pequena, devia servir ao consumo diário da população.

Ademais, algumas pessoas, mesmo grandes exportadores de cacau, em certas ocasiões, exportaram mais café. Luiz Adami, por exemplo, no dia 5 de maio de 1871 exportou 56 arrobas de café e apenas 8 de cacau¹⁶³. Uma possível explicação para tal ocorrência é que os meses de março, abril e maio foram os que apresentaram as menores médias de exportação de cacau, 245, 48 e 280 arrobas, respectivamente, ao passo que a média dos meses de dezembro foi de 2.647 arrobas, e dos meses de janeiro 2.568, o que corresponde às maiores médias mensais de exportação compulsadas.

¹⁶³ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

Com efeito, observando a série é possível notar que as maiores exportações de cacau ocorriam no segundo semestre, começando em agosto e se estendendo até janeiro. O café, por sua vez, era exportado em maiores quantidades nos meses de maio, junho e julho, cujas médias mensais compulsadas chegaram a 334, 157 e 116 arrobas, respectivamente.

A diferença quantitativa entre os dois produtos, no entanto, deve-se às condições naturais do território. O café se adaptou melhor ao clima e ao solo da região Sudeste e era o principal produto de exportação do Império nesse período, mas no sul da Bahia o cacau se desenvolveu melhor, mesmo assim, encontramos várias pessoas exportando os dois produtos, o que significa que o café também tinha importância naquele contexto.

Começaremos analisando os principais exportadores de cacau.

Tabela 2.1 - Principais exportadores de cacau. Ilhéus, 1871-1885

Exportadores			Registros		Cacau exportado		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(em @)	%	(em réis)	%
Luiz Adami	1	0,5	90	8,8	68.092	28,1	2.322,900	13,5
José Simeão Moreno dos Reis	1	0,5	103	10,0	33.895	14,0	1.416,600	8,2
Antônio da Cruz Rabelo Leitão	1	0,5	65	6,3	17.572	7,2	1.167,720	7,0
José Carlos Adami	1	0,5	34	3,3	11.365	4,7	1.811,760	10,6
Manoel Esteves Moreno	1	0,5	27	2,6	11.063	4,6	586,800	3,4
Fernando Steiger	1	0,5	17	1,6	8.340	3,4	193,880	1,1
José Malaquias Barbosa	1	0,5	15	1,4	6.641	2,7	187,380	1,0
Demais exportadores	208	96,5	676	66,0	85.667	35,3	9.458,650	55,2
Total	215	100,0	1.027	100,0	242.635	100,0	17.145,690	100,0

Fonte: APEB. SCP. Câmara de Ilhéus: Maço 5459. Imposto sobre exportação de cacau e café. Ilhéus, 1871-1885.

A Tabela 2.1 demonstra alta concentração das exportações de cacau nas mãos de poucas pessoas. Praticamente sete indivíduos foram responsáveis por algo em torno de 70% das exportações de cacau no período.

Luiz Adami, por exemplo, foi responsável por 28,1% das exportações de cacau e por 17% das exportações de café. No primeiro capítulo comentamos sobre ele, destacamos que era negociante e o seu filho, José Carlos Adami, dono da loja e armazém Guarany, também aparece entre os principais exportadores de cacau, responsável por 4,7% de todas exportações. Outro filho de Luiz Adami era coletor da mesa de rendas provinciais, Domingos Adami de Sá,

que também exportou cacau, embora seu nome não esteja na Tabela 2.1. Somando as exportações dos três podemos afirmar que eles concentraram pelo menos um terço das exportações de cacau e todos apresentaram escravos para concorrerem à libertação, mas a quantidade de cativos indica que eles não eram grandes escravistas¹⁶⁴. O inventário de Luiz Adami foi aberto em 1877, por ocasião da sua morte, sendo que nesta data ela não tinha plantação alguma de cacau e era dono de cinco escravos, dentre outros bens¹⁶⁵.

Outra pessoa que se destacou nas exportações foi José Simeão Moreno dos Reis, responsável por 14% de todo o cacau exportado e por 31,4% das exportações de café. Seu inventário foi aberto em 1881, ano em que ele faleceu, quando possuía apenas uma escrava, uma plantação de cacau avaliada em Rs. 500\$000, dentre outros bens. Analisando seu inventário constatamos que ele não era grande produtor de cacau, atuava como negociante, junto com alguns filhos, que também aparecem no Livro de impostos sobre casas de negócio, como João Simeão Moreno e Antônio Simeão Moreno¹⁶⁶. Entre os bens desta família constava uma lancha, que o falecido tinha em sociedade com Bernardo Sellemam, outro negociante, que não tinha produção de cacau quando faleceu em 1881 e era dono de três escravos, entre outros bens, além de ter atuado como presidente da Câmara Municipal de Ilhéus¹⁶⁷.

Nos autos do processo alguns parentes e o sócio reclamaram ao juiz dos prejuízos da lancha estar parada no porto da vila, solicitando licença para navegar até o porto da Bahia (Salvador)¹⁶⁸. Entre os reclamantes encontramos Manoel Esteves Moreno, que também se destacou nas exportações de vários produtos. Assim, pelo sobrenome comum, identificamos que eram membros da mesma família. Manoel Esteves Moreno foi responsável por 4,6% de todas exportações de cacau, além dele, outros membros desta família exportaram várias mercadorias, como veremos nas próximas páginas. Assim, é possível afirmar que pelo menos um quarto das exportações de cacau foi realizada por esses negociantes¹⁶⁹.

¹⁶⁴ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

¹⁶⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Luiz Adami. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 18, 28 de maio 1887.

¹⁶⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

¹⁶⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Bernardo Sellman. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 01, 11 de nov. 1881.

¹⁶⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881.

¹⁶⁹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

Outro nome que se destacou na Tabela 2.1 foi Fernando Steiger, que exportou 8.340 arrobas de cacau (3,4% do total) e 921 arrobas de café (11%)¹⁷⁰. Ele foi um dos que mais apresentou escravos para concorrerem à libertação (146 cativos)¹⁷¹. Neste caso identificamos que ele integrava uma família de produtores de cacau e café. Sua falecida esposa, Dona Amélia de Sá Steiger, era filha do Tenente Coronel Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara e Dona Rita Constança de Melo Sá. Este ramo da família Sá Bitencourt Câmara, uma das mais tradicionais de Ilhéus, tinha fazendas com produção de cacau e café no distrito da Cachoeira de Itabuna, além de imóveis na vila, dentre outros bens constantes no inventário de sua sogra, aberto em 1880¹⁷². Outros membros desta família também aparecem exportando cacau, como Capitão Egídio Luiz de Sá, cunhado de Fernando Steiger, que também classificou escravos para concorrerem à libertação e era dono de fazendas com produção de cacau no distrito da Cachoeira de Itabuna, entre outros bens¹⁷³.

Antônio da Cruz Rabelo Leitão foi outro nome que se destacou nas exportações, responsável por 7,2% das exportações de cacau e 12% das exportações de café. Não encontramos seu inventário, mas seu nome consta no Livro de impostos sobre casas de negócios, o que permite afirmar que ele era negociante¹⁷⁴.

Agora vamos analisar a relação dos principais exportadores de café, constantes na Tabela 2.2.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

¹⁷² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 de ago. 1880.

¹⁷³ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886. APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Camara. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 11, 16 de nov. 1880.

¹⁷⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892

Tabela 2.2 - Principais exportadores de café. Ilhéus, 1871-1885

Exportadores			Registros		Café exportado		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(em @)	%	(em réis)	%
José Simeão Moreno dos Reis	1	3,6	32	24,6	2.633	31,4	69,390	23,2
Luiz Adami	1	3,6	22	17,0	1.456	17,4	37,630	12,6
Antônio da Cruz Rabelo Leitão	1	3,6	14	10,7	1.011	12,0	36,030	12,0
Fernando Steiger	1	3,6	12	9,2	921	11,0	51,020	17,0
Antônio Jorge Moreno	1	3,6	3	2,3	525	6,2	10,500	3,5
Joaquim André Mattos	1	3,6	2	1,5	390	4,6	7,800	2,6
Henrique [Torres] C.	1	3,6	1	0,8	328	4,0	6,560	2,2
Demais exportadores	21	74,8	44	33,9	1.122	13,4	80,300	26,9
Total	28	100,0	130	100,0	8.386	100,0	299,230	100,0

Fonte: APEB. SCP. Câmara de Ilhéus: Maço 5459. Imposto sobre exportação de cacau e café. Ilhéus, 1871-1885.

De modo semelhante ao que aconteceu com o cacau, percebemos alta concentração nas exportações de café. No computo geral apenas sete pessoas concentraram a maior parte das exportações, com destaque para José Simeão Moreno dos Reis, que sozinho concentrou 31,4% das exportações. Grande parte dos nomes da Tabela 2.2 também se destacou nas exportações de cacau e já comentamos que muitos eram negociantes, a exceção de Fernando Steiger.

Apesar da concentração nas exportações desses produtos (cacau e café) outras pessoas participavam do negócio, e na década de 1880 apareceram firmas e companhias de navegação que atuaram nas exportações: Lavigne & Irmão, Seabra S. e Cia, Henrique Berbet, Vapor S. Feliz, Vapor Marinho, Vapor Sergipe, Vapor Caravelas e Vapor Rio Vermelho.

Ao que parece, nessa época, algumas firmas e companhias de navegação começaram a se especializar nas exportações de cacau e café, certamente comprando o produto dos lavradores para revenderem a preços mais elevados, processo que Antônio Fernando Guerreiro de Freitas denominou de formação da burguesia cacaueira¹⁷⁵.

Algumas linhas da Companhia de Navegação Baiana apareceram nas exportações de cacau e café em Ilhéus nesse período. O vapor Rio Vermelho, por exemplo, em outubro de 1884 exportou 1.582 arrobas de cacau¹⁷⁶. Essas embarcações percorreriam todo o litoral, como ressaltou Kátia M. de Queirós Mattoso “A Linha Sul conduz os vapores da Companhia

¹⁷⁵ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). ICS-UFBA, 1979.

¹⁷⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

aos portos de Camamu, Ilhéus, Canavieiras, Porto Seguro, São José, Colônia Leopoldina, numa viagem redonda mensal”¹⁷⁷.

Ilhéus não era o único município dedicado ao cultivo e exportação de cacau e café, então é possível supor que essas companhias compravam produtos da lavoura para exportação em outras partes da Bahia. Quando comparamos o volume das exportações desta localidade com as quantidades apresentadas no quadro de exportação da província, apresentado pelo Conselheiro Barão Homem de Mello na Assembleia Legislativa de 1878, conseguimos dimensionar a questão.

O referido quadro contempla cinco (5) anos financeiros, começando em 1872-1873, quando a província exportou, entre outros produtos, 79.171 arrobas de cacau e terminando em 1876-1877, quando essa cifra atingiu 97.910 arrobas. O Gráfico 2.3 apresenta o resultado da comparação.

Fontes: Fala com que abriu no dia 1º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Exm. Sr. Conselheiro Barão Homem de Mello, presidente da Província da Bahia. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 24 de março de 2018. APEB. SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

O Gráfico 2.3 revela que a participação de Ilhéus no quadro geral das exportações de cacau da província não foi muito expressiva. Em 1872 o município chegou a exportar 47% do

¹⁷⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 73-74.

total despachado pela Bahia para países estrangeiros, mas esse percentual diminuiu nos anos seguintes.

Desse modo, outras comarcas também participavam das exportações. Como se ver no Gráfico 2.3 existe diferenças significativas entre o volume das exportações de Ilhéus e o total realizado pela província da Bahia entre os anos de 1872 e 1876. De onde vinha a outra parcela da produção de cacau? Talvez, as outras comarcas despachassem cacau para Salvador em proporção maior que Ilhéus, que certamente estava adaptando a cultura ao território nessa época.

Como afirmaram Angelina N. R. Garcez e Antônio Fernando G. de Freitas, o cacau percorreu a sua trajetória mais promissora e de plena afirmação econômica no período 1890-1930¹⁷⁸.

2.3 - Exportações de cachaça e posse de escravos. Ilhéus, 1870-1878

No dia 1º de outubro de 1870 o presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, Joaquim Pereira Caldas, assinou a folha de abertura do Livro de registro do imposto sobre a aguardente exportada pelo município, onde constam as seguintes informações: o mês, o dia, o nome do produtor/exportador, a quantidade exportada e o valor do imposto cobrado¹⁷⁹. O procurador da Câmara, Francisco Antônio de Salles Santos, anotava os dados e no final de cada folha descrevia por extenso o total da receita do mês, datava e assinava. O documento dispõe de uma série praticamente completa com essas informações distribuídas ao longo do período 1870-1878¹⁸⁰.

Para se ter uma ideia, no mês de outubro de 1870, quando iniciou o registro do imposto no referido livro, Ilhéus exportou 1.565 canadas de cachaça (10.720 litros), o que rendeu a quantia de Rs. 15\$650 (quinze mil seiscentos e cinquenta réis) de impostos. Se levarmos em conta a população de Ilhéus em 1872, que era de 5.682 habitantes¹⁸¹ notamos que a quantidade de cachaça exportada não era pequena.

Os responsáveis pela exportação do produto no primeiro mês foram: José Simeão (2.021); o Tenente José Seabra (480); outra vez José Simeão (7.671) e por último Antônio da

¹⁷⁸ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Bahia cacauzeira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979. p. 21

¹⁷⁹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878.

¹⁸⁰ Os únicos meses que não ocorreram registros de impostos foram outubro de 1874 e junho de 1878.

¹⁸¹ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

Cruz, que no dia 28 de outubro pagou Rs.\$800 pela exportação de 80 canadas (548 litros) de aguardente de cana¹⁸².

A pequena quantidade de nomes que aparece em cada mês, no máximo chegava-se a listar sete, normalmente era em torno de quatro, e o volume da cachaça exportada por cada um deles, permitem duas inferências relevantes: primeiro isso leva a crer que as exportações estavam concentradas, devido à presença constante de determinados nomes durante os meses e anos analisados, com registros de quantidades expressivas de cachaça exportada; segundo que, apesar disso, era possível realizar exportações de pequenas quantidades, embora essas ocorrências não tenham sido frequentes. Raras vezes encontramos exportações de apenas 2 barris no mês. A Tabela 2.3 apresenta os principais exportadores de cachaça de Ilhéus na década de 1870.

Tabela 2.3 - Principais exportadores de cachaça. Ilhéus, 1870-1878

Exportadores			Registros		Cachaça exportada		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(em litros)	%	(em réis)	%
José Simeão Moreno	1	1,8	100	32,0	189.343	35,0	344,370	34,0
Antônio da Cruz Rabelo	1	1,8	42	13,4	83.736	15,0	135,300	13,3
Luiz Adami	1	1,8	15	4,8	42.202	8,0	62,050	6,1
José Malaquias Barboza	1	1,8	18	5,7	31.383	6,0	41,790	4,1
Manoel Esteves Moreno	1	1,8	19	6,1	49.910	9,0	81,650	8,1
Demais exportadores	50	91,0	119	38,0	147.175	27,0	348,210	34,4
Total	55	100,0	313	100,0	543.749	100,0	1.013,370	100,0

Fonte: APEB. SCP. Maço 5441. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre exportação de cachaça, 1870-1878.

Os dados da Tabela 2.3 revelam forte concentração das exportações de cachaça, ou seja, cinco pessoas foram responsáveis por 73% de toda a cachaça exportada por Ilhéus no período. Os exportadores de cachaça também tiveram presença marcante entre os exportadores de cacau e café, como Luiz Adami e José Simeão Moreno, por exemplo.

A análise do documento permite inferir que a produção de cachaça era uma importante atividade econômica de Ilhéus, mas determinado grupo controlava as exportações. Encontramos alguns donos de engenho que exportaram o produto, porém, o mais comum era a cachaça ser exportada por negociantes, sem vínculo direto com a fabricação da bebida.

¹⁸² Uma canada de aguardente da Bahia correspondia a 6,85 litros. Ver BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 23.

Mariana Caldas, era dona do Engenho São João, entre outros bens, e antes de falecer, em 1878, exportou 548 litros de cachaça em janeiro de 1874, mais 840 em novembro do mesmo ano, e por último 160 litros em agosto de 1875¹⁸³. Lourenço Dias Ribeiro tinha uma Fazenda com engenho de moer cana e alambique no Iguape, dentre outros bens, e antes de falecer, em 1879, exportou cachaça¹⁸⁴.

Agora vamos analisar o volume da bebida exportada por Ilhéus entre outubro de 1870 e setembro de 1878, como mostra o Gráfico 2.4.

**Gráfico 2.4 - Exportações de cachaça (em litros).
Ilhéus, 1870-1878**

Fonte: APEB. SCP. Maço 5441. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Ilhéus, 1870-1878.

O Gráfico 2.4 mostra as variações nas exportações de cachaça em Ilhéus entre 1870 e 1878, sendo possível notar que as oscilações foram significativas. A menor média mensal foi de 2.629 litros em 1875, e a maior de 9.455 litros em 1876, ano que Ilhéus mais exportou cachaça (113.470 litros). Se considerarmos a possibilidade de parte da produção ser desviada do controle da Câmara, mais o que era consumido nos armazéns e botequins da vila, é possível inferir que a produção fosse maior do que a apresentada no Gráfico 2.4. Ademais, na listagem dos exportadores consta apenas um registro, realizado em setembro de 1876, no qual José

¹⁸³ Ver, APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Mariana Joaquina de Queirós Caldas. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878.; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878.

¹⁸⁴ Ver, APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lourenço Dias Ribeiro. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 01, 30 de jun. 1879; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878

Malaquias Barboza exportou 600 litros de cachaça, explicitamente declarada como sendo de fora do município.

Desse modo, a grande maioria dos registros foi de cachaça proveniente do próprio município. Com base no quadro de exportação dos artigos da província da Bahia, em que consta a aguardente e outros produtos, conseguimos calcular a participação da cachaça de Ilhéus no total das exportações da província. O referido quadro contempla cinco (5) anos financeiros, começando em 1872-1873, quando a província exportou, entre outros produtos, 602.844 litros de aguardente e terminando em 1876-1877, quando essa cifra despencou para 363.187 litros¹⁸⁵. O Gráfico 2.5 apresenta o resultado da comparação.

Gráfico 2.5 - Exportações de cachaça (em litros). Bahia, 1872-1876

Fontes: Falla com que abriu no dia 1.º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da província da Bahia. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>, acesso em março de 2018; APEB. Seção Colonial Provincial. Maço 5441. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre a aguardente, 1870-1878.

O Gráfico 2.5 permite dimensionar o volume da exportação de cachaça de Ilhéus no contexto da província da Bahia. Analisando os dados percebemos que as exportações desta localidade, quando comparadas com as da província, não eram muito significativas. O que já

¹⁸⁵ Falla com que abriu no dia 1.º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia o exm. sr. conselheiro barão Homem de Mello, presidente da província da Bahia. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> APEB. Seção Colonial Provincial. Maço 5441. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre a aguardente exportada, 1870-1878.

era de se esperar, visto que a Bahia possuía um território grande, composto por 17 comarcas, além da capital, todas, provavelmente, também dedicadas à produção do destilado¹⁸⁶.

Ainda com relação ao Gráfico 2.5, notamos que o menor percentual de participação no total das exportações foi de 4,5% em 1874, todavia a aguardente de Ilhéus chegou a corresponder a 31% de toda a cachaça exportada pela província da Bahia em 1876, indicando que a fabricação da bebida era uma importante atividade econômica do município.

Alguns exportadores de cachaça também constam no Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação (1874-1886)¹⁸⁷. Os membros da família Sá Bithencourt Camara, por exemplo, aparecem nos dois documentos. Eduardo de Sá Bithencourt Camara listou três escravos e em abril de 1877 exportou 3.900 litros de cachaça. Luiz Adami também listou três escravos, no entanto, exportou mais de 42.000 litros de cachaça entre 1871 e 1877¹⁸⁸. Mariana Caldas, dona do engenho São João, possuía, dentre outros bens, 22 escravos antes de falecer em 1878¹⁸⁹, sendo que seu nome aparece entre os exportadores de cachaça. Lourenço Dias Ribeiro tinha Engenho no Iguape e possuía, dentre outros bens, 20 escravos, antes de falecer em 1879¹⁹⁰, seu nome também aparece nas exportações de cachaça. Outros exemplos semelhantes poderiam ser mencionados para demonstrar a relação de alguns exportadores da bebida com a posse de escravos.

¹⁸⁶ Além da comarca de Ilhéus, cuja sede era a vila de mesmo nome, em 1853 a província da Bahia era composta pelas seguintes comarcas, afora a capital: Abrantes, Cachoeira, Santo Amaro, Nazareth, Inhambupe, Itapicuru, Monte Santo, Sento Sé, Jacobina, Rio de Contas, Urubu, Rio de São Francisco, Valença, Camamu, Porto Seguro e Caravelas. In: Fala que recitou o Exm. Presidente da província da Bahia, dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província no dia 1º de março de 1853. Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 24 de março de 2018.

¹⁸⁷ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Mariana Joaquina de Queirós Caldas. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878

¹⁹⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lourenço Dias Ribeiro. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 01, 30 de jun. 1879.

2.4 - Exportações de jacarandá e posse de escravos. Ilhéus, 1870-1879

A extração de madeiras é uma atividade que existe em Ilhéus desde os tempos coloniais. As pesquisas voltadas para o assunto ressaltaram a importância histórica da mata atlântica para o funcionamento do antigo sistema colonial, sendo que a Coroa portuguesa procurou controlar o corte de madeira de diversas formas¹⁹¹.

Durante o Império essa atividade continua sendo praticada na comarca de Ilhéus, mas sob o controle da Câmara Municipal, como demonstra a documentação produzida pelos agentes da fiscalização.

Encontramos dois Livros de cobrança de impostos que tratam do assunto. O primeiro diz respeito aos direitos cobrados pela exploração de madeira na localidade, tratado no primeiro capítulo, o segundo se refere ao imposto que incidia sobre as exportações¹⁹².

Nesta seção analisamos apenas as exportações, ainda assim de um tipo específico de madeira, ou seja, o jacarandá¹⁹³. O livro de imposto sobre exportação deste artigo foi aberto em primeiro de outubro de 1870, pelo presidente da Câmara, Joaquim Pereira Caldas, sendo o procurador Francisco Antônio de Sales Silva. O registro foi feito em paus, e manteve-se assim até o final do período, junho de 1879. Não sabemos qual era o peso e tamanho desses paus, a documentação não faz especificações alguma, a cobrança de imposto também não permite identificar distinção.

No geral registrava-se o nome de uma ou duas pessoas em cada mês, o máximo que ocorreu foram cinco registros em dezembro de 1875. O Gráfico 2.6 apresenta as exportações de jacarandá em Ilhéus na década de 1870.

¹⁹¹ Ver, entre outros, DIAS, Marcelo Henrique. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011; PEREIRA, Rodrigo Osório. *O império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial, 1768-1808*. Tese (Doutorado em História) – FAFICH-UFMG. Belo Horizonte, 2013.

¹⁹² APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

¹⁹³ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

**Gráfico 2.6 – Exportações de madeira Jacarandá (em paus).
Ilhéus, 1870-1879**

Fonte: APEB. SCP. Maço 5443. Câmara de Ilhéus: Imposto sobre jacarandá exportado. Ilhéus, 1870-1879.

O Gráfico 2.6 mostra oscilações significativas nas exportações, aumento e declínio constantes marcaram o período. No total foram exportados 3.952 paus de jacarandá, ocorrendo exportações todos os anos, porém com vazios em vários meses, sendo que no geral as exportações se concentraram no segundo semestre.

O ano de maior exportação foi 1872, quando Ilhéus exportou 748 paus de jacarandá, o oposto ocorreu em 1876, com apenas 56 exportações. A Tabela 2.4 apresenta os principais exportadores.

**Tabela 2.4 – Principais exportadores de madeira jacarandá.
Ilhéus, 1870-1879**

Exportadores			Registros		Jacarandá exportada		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(em paus)	%	(em réis)	%
Antônio da Cruz Rabelo	1	5,3	20	31,2	1.302	32,9	240,804	34,5
José Simeão Moreno	1	5,3	11	17,2	711	18,0	118,490	17,0
Manoel Esteves Moreno	1	5,3	6	9,4	429	11,0	76,492	10,9
Cristhiano Sellman	1	5,3	5	7,8	320	8,0	53,318	7,6
Demais exportadores	15	78,8	22	34,4	1.190	30,1	209,458	30,0
Total	19	100,0	64	100,0	3.952	100,0	698,562	100,0

Fonte: APEB. SCP. Maço 5443. Câmara de Ilhéus: Imposto sobre exportação de Jacarandá, 1870-1879.

A Tabela 2.4 mostra que em torno de 70% das exportações de Jacarandá foram realizadas por apenas quatro pessoas, evidenciando a forte concentração dessa atividade, como também ocorreu com as exportações dos produtos anteriormente analisados.

Alguns nomes se destacaram nas exportações de jacarandá, como os negociantes Antônio da Cruz Rabelo e Jose Simeão Moreno¹⁹⁴. O primeiro foi responsável por 32,9% das exportações e classificou duas cativas para concorrerem à libertação¹⁹⁵, o segundo exportou 18% das madeiras e quando faleceu, em 1881, era dono da escrava Maria¹⁹⁶.

Como já ressaltamos, os negociantes prevaleceram nas atividades de exportação, certamente eles obtinham lucros com o comércio de madeiras e a cobrança de fretes, mas eles arcavam com os impostos.

Na maior parte do período o imposto que incidia sobre cada pau de Jacarandá exportado era de Rs. \$167 (cento e sessenta e sete réis). No entanto, a partir de janeiro de 1879 o tributo sofreu um reajuste vertiginoso, passando para Rs.\$333, não sabemos por quais motivos.

Ao que parece, essa atividade gerava bons rendimentos para os exportadores e para os cofres municipais. Para se ter uma ideia o imposto por cada arroba de cacau exportada alcançou o pico de Rs.\$180¹⁹⁷, bem abaixo do que incidia sobre exportação de jacarandá (Rs.\$333).

Talvez, na segunda metade do século XIX, a exploração de madeiras tenha se tornado uma atividade econômica tão importante quanto a produção de cacau em Ilhéus.

2.5 - Exportações de piaçava e posse de escravos. Ilhéus, 1879-1888

A piaçava é uma fibra vegetal extraída de palmeiras nativas da mata atlântica. Gregório Bondar, referindo-se ao tipo de solo dessa planta destacou o seguinte:

[...] são solos profundos, permeáveis, leves, formados de areia solta. Como vegetação espontânea possuem a piassaveira (*Attalea funifera*), bury, catulé, ticum, e outras palmeiras, cyperaceas e fetos de solos ácidos [...] Estes terrenos são de uma pobreza extrema e não acumulam húmus. Nenhuma cultura racional de plantas alimentícias é praticável. A piassaveira é a única espécie botânica que dá a estes solos um certo valor, estendendo-se do município do Prado até a Bahia¹⁹⁸.

¹⁹⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892

¹⁹⁵ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886

¹⁹⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881

¹⁹⁷ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

¹⁹⁸ BONDAR, Gregório. *A cultura de cacao na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938. p. 100.

A extração de piaçava é uma atividade econômica que existe em Ilhéus desde os tempos coloniais. Marcelo Henrique Dias, por exemplo, menciona a existência dessa atividade entre os habitantes da capitania no período 1757-1768¹⁹⁹. Os viajantes estrangeiros Spix e Martius, quando passaram por Ilhéus em 1819, afirmaram que na vila de Olivença, duas léguas ao sul da vila de Ilhéus,

habitam uns 800 índios [...], que ocupam-se com a fabricação de rosários de cocos de piaçaba [...] outros em fazer cordas, escovas, esteiras, com as fibras da piaçaba, e chapéus de palha do coqueiro, sabendo também tingir, com pau-brasil ou pau-amarelo, esses chapéus e panos de algodão²⁰⁰.

O litoral sul da Bahia é uma área própria ao desenvolvimento das palmeiras de piaçava, com forte presença dos indígenas nessa atividade. O Livro de imposto sobre exportação do produto atesta a importância dessa fibra para a economia de Ilhéus, mas nada informava sobre os produtores. O livro abrange o período compreendido entre janeiro de 1879 até março de 1891. Nesta época o presidente da Câmara era Bernardo Sellman, que assinou a folha de abertura do Livro²⁰¹.

As exportações foram registradas sempre em molhos. Não sabemos o volume e nem o peso desses molhos, provavelmente significava uma certa quantidade de piaçava enrolada e amarrada como um feixe, mas a documentação nada informa a esse respeito.

Nem todos os meses ocorriam exportações de piaçava, no total do período elas chegaram a 120.389 molhos. No único ano em que Ilhéus exportou piaçava todos os meses (1879) a cifra chegou a 54.709 molhos. O ano de menor exportação foi 1886, quando apenas 1.250 molhos foram despachados entre janeiro e fevereiro.

No computo geral a média anual de exportações de piaçava foi calculada em 12.039 molhos, mas com oscilações significativas. No que se refere às médias mensais, a máxima observada foi no mês de março (2.011 molhos) e a mínima em novembro (710). O mês em que Ilhéus mais exportou piaçava foi janeiro de 1879 (13.652 molhos) e o contrário foi novembro de 1882, com apenas 72 molhos de piaçava exportados. O Gráfico 2.7 mostra o movimento das exportações de piaçava no decorrer do período 1879-1888.

¹⁹⁹ DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFF, Niterói, 2007. p. 364 (Tabela 17)

²⁰⁰ SPIX; MARTIUS, op. cit. p. 177.

²⁰¹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1892.

Gráfico 2.7 – Exportações de piaçava (em molhos). Ilhéus, 1879-1888

Fonte: APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Maço 5458. Imposto sobre exportação de piaçava. Ilhéus, 1879-1892.

Entre 1879 e 1888 as exportações de piaçava de Ilhéus declinaram muito, como se ver no Gráfico 2.7. Diversos fatores podem estar associados a esse declínio, mas a documentação não informa nada sobre isso. Talvez seja devido ao avanço da ocupação do território e expulsão dos indígenas para o interior, que sofriam baixas constantes nas “guerras justas”, ou devido à redução da demanda externa. Como a Bahia exportava piaçava para países estrangeiros a demanda estava sujeita às oscilações do mercado externo.

Ao que parece a piaçava era extraída pelos diversos grupos indígenas que habitavam o sul da Bahia. Isso fica evidente quando analisamos os inventários, onde quase não aparece referência à cultura de piaçava. Quem seriam os exploradores desta fibra? Sabemos que o município exportava o artigo, mas não sabemos quem extraía a piaçava da floresta, montava os molhos e transportava o produto até o porto ou até as casas de negócio da vila. Esse silêncio nas fontes pode indicar muita coisa, nossa interpretação é que era uma atividade própria dos índios²⁰².

Nesse sentido é importante conhecer os exportadores de piaçava de Ilhéus. A Tabela 2.5 apresenta os principais.

²⁰² Sobre a cultura de piaçava na Bahia ver, por exemplo, GUIMARÃES, Carlos Alex Lima; SILVA, Luiz Alberto Mattos. *Piaçava da Bahia (Attalea funifera Martius): do extrativismo à cultura agrícola*. Ilhéus, BA: Editus, 2012.

Tabela 2.5 – Principais exportadores de piaçava. Ilhéus, 1879-1888

Exportadores			Registros		Piaçava exportada		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	(molhos)	%	(em réis)	%
Antônio Simeão M. dos Reis	1	4,0	54	32,0	27.475	22,8	408,530	20,0
Manoel Esteves Moreno	1	4,0	19	11,2	15.381	13,0	243,490	12,0
Antônio da Cruz R. Leitão	1	4,0	14	8,3	14.429	12,0	269,235	13,2
Jose Simeão M. dos Reis	1	4,0	16	9,4	12.802	10,5	200,715	9,8
José Jorge Moreno	1	4,0	8	4,7	10.792	9,0	200,970	9,8
Antônio Moreno de Jesus	1	4,0	9	5,3	6.919	5,7	130,905	6,4
Outros exportadores	19	76,0	49	29,0	32.591	27,0	587,470	28,8
Total	25	100,0	169	100,0	120.389	100,0	2.041,315	100,0

Fonte: APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Maço 5458. Imposto sobre exportação de piaçava, 1878-1892.

Os nomes dos principais exportadores de piaçava já são bem conhecidos, pois eles também atuaram de modo incisivo nas exportações dos produtos anteriormente analisados. A família de José Simeão Moreno é um dos exemplos. Como salientamos eles possuíam alguns escravos, mas não tinham ligação com a produção das mercadorias. A especialidade deles era a exportação, comercializavam produtos e cobravam fretes pelo transporte de mercadorias. Vale lembrar que ele tinha uma lancha em sociedade com Bernardo Sellman, que foi presidente da Câmara municipal de Ilhéus²⁰³.

O imposto que incidia sobre cada molho de piaçava exportada era de Rs.\$020 (vinte réis), reduzindo-se para Rs.\$015 a partir de outubro de 1879, mantendo-se assim até 1888. Certamente os exportadores negociavam a piaçava com os indígenas, pagam o imposto à Câmara Municipal e obtinham lucros com a venda do produto a preços mais elevados em Salvador, onde a mercadoria era exportada para países estrangeiros, certamente por preços ainda mais elevados.

2.6 - Exportações de couros e posse de escravos. Ilhéus, 1878-1888

A pecuária não foi uma atividade econômica que se destacou em Ilhéus no século XIX. Ao que parece a criação extensiva não teve lugar na estrutura agrária do município, sendo mais comum a utilização de gado como força de tração animal, como eram chamados os “bois de brocha” ou “bois do serviço”, como evidenciam os inventários *post mortem*.

Não obstante, encontramos algumas propriedades com pequenas criações de bovinos, incluindo vacas, novilhas, bezerros e garrotes. Ademais, o crescimento populacional

²⁰³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881.

certamente provocou aumento na demanda por alimentos, o que pode ter estimulado essa atividade. Outro ponto a considerar é a abertura de estradas ligando Ilhéus ao interior da Bahia e a outras províncias, especialmente do norte de Minas Gérias, o que pode ter estimulado a vinda de gado de fora do município.

O Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados não informa nada a respeito da origem do produto²⁰⁴, podendo ser proveniente de bois abatidos no interior das fazendas ou nas proximidades da vila (matadouro), retirando-se o couro do animal para salgar, secar e exportar. O Gráfico 2.8 permite analisar a movimentação das exportações de couros em Ilhéus.

**Gráfico 2.8 – Exportações de couros secos ou salgados (em unidades).
Ilhéus, 1878-1888**

Fonte: APEB, SCP. Maço 5456. Câmara de Ilhéus. Imposto sobre exportação de Couros. Ilhéus, 1878-1892.

O Gráfico 2.8 demonstra oscilações nas exportações de couros, atingindo o pico em 1885, quando 406 couros foram exportados, e reduzindo-se ao mínimo de 57 unidades exportadas em 1886. No computo geral calculamos o total de 2.722 couros, provavelmente despachados para Salvador e de lá para o exterior, onde certamente eram utilizados como matéria prima na indústria de calçados, bolsas, cintos e outros acessórios.

Essa deve ter sido a lógica de funcionamento do comércio de couros. Produzidos em Ilhéus eram transportados para o exterior e processados nas indústrias, onde eram transformados em diversos artigos e vendidos no mundo inteiro.

²⁰⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1888.

O couro de Ilhéus também podia ser destinado ao mercado interno da capital e para outras regiões da Bahia e ou do Império do Brasil. Ao que parece os exportadores preferiam a praça mercantil de Salvador, mas não podemos descartar a possibilidade de o artigo ser levado para o Rio de Janeiro e outras províncias. A Tabela 2.6 apresenta os principais exportadores de couros de Ilhéus.

Tabela 2.6 – Principais exportadores de couros. Ilhéus, 1878-1888

Exportadores			Registros		Couros exportados		Imposto Pago	
Nomes	Nº	%	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
Antônio Simeão Moreno	1	3,3	26	24,5	571	21,0	136,220	25,3
Manoel Esteves Moreno	1	3,3	20	18,9	343	12,6	96,780	18,0
Maximiano & Irmão	1	3,3	11	10,4	301	11,0	96,320	17,9
Antônio da Cruz R. Leitão	1	3,3	9	8,5	230	8,5	46,540	8,6
Demais exportadores	26	86,8	40	37,7	1.277	46,9	163,120	30,2
Total	30	100,0	106	100,0	2.722	100,0	538,980	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1878-1892.

As exportações de couros também se mostraram bem concentradas, quatro pessoas foram responsáveis por aproximadamente 53% do total das exportações, enquanto os demais exportadores (86,8%) exportaram 46,9% dos couros. Alguns nomes são bem conhecidos, como é o caso de Antônio Simeão Moreno e Manoel Esteves Moreno, familiares de José Simeão Moreno, que juntos detinham grandes parcelas das exportações.

O imposto que incidia sobre cada couro exportado era, inicialmente, de Rs.\$100 (cem réis), mas foi reajustado para Rs.\$320 em janeiro de 1884, mantendo-se nesse valor até 1888. Infelizmente, a documentação nada informa sobre os motivos do reajuste.

No geral os principais exportadores estavam ligados ao comércio local, seus nomes aparecem com frequência no Livro de imposto sobre casas de negócios²⁰⁵. Alguns tinham embarcações próprias e cobravam fretes para realizar o transporte dos produtos. De todo modo, eles exerciam influência significativa na economia de Ilhéus, tanto nas exportações quanto no abastecimento interno.

²⁰⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892

Nesse capítulo procuramos evidenciar três questões que consideramos relevantes para entendermos a economia de exportação de Ilhéus. A primeira é que nessa época não havia uma especialização, já que diversos produtos integravam a pauta de exportação; a segunda é que os negociantes concentraram parte significativa do comércio exportador; a terceira é que a maioria das exportações declinou.

Essa foi a nossa primeira intenção, de caráter geral, provar a existência de uma diversificação econômica, que extrapolava o âmbito do comércio de cacau. Além deste produto foram despachados café, cachaça, madeiras, piaçava e couros, todos exportados nas décadas de 1870 e 1880, com acentuados declínio em muitos casos. O Quadro 2.1 apresenta uma síntese dessas exportações.

Quadro 2.1 – Exportações do município de Ilhéus, 1870-1888

Produtos	Unidades	Quantidades	Média Anual Quantidade	Imposto Arrecadado	Média Anual Imp. Arrecad.
Cacau (1871-1885)	Arrobas	242.635	16.175	17.145,690	1.143,046
Café (1871-1885)	Arrobas	8.386	559	299,230	23,018
Aguardente (1870-1878)	Litros	543.949	60.147	1.013,390	112,599
Jacarandá (1870-1879)	Paus	3.952	395	698,562	69,856
Piaçava (1879-1888)	Molhos	120.389	12.039	2.041,320	170,109
Couros (1878-1888)	Quantid.	2.722	247	538,980	48,998

Fonte: APEB, SCP. Livros de cobrança de imposto da Câmara de Ilhéus. Maço 5459 - Cacau e Café (1871-1885); Maço 5441 - Cachaça (1870-1878); Maço 5443 - Jacarandá (1870-1879); Maço 5458 - Piaçava (1879-1892) e Maço 5456 - Couros (1878-1892).

O Quadro 2.1 comprova que o cacau, apesar de ser o produto que gerou mais receitas de impostos para a Câmara de Ilhéus não era o único item das exportações. Ademais, mesmo considerando que os pesos e medidas desses artigos eram diferentes, em termos globais podemos comprovar que a economia era diversificada.

Desse modo, olhar Ilhéus apenas pelo prisma da produção e exportação de cacau não ajuda entender toda a dinâmica da economia. Muitos produtos não eram exportados, mas serviam ao mercado interno. O café, por exemplo, se comparado ao cacau não teve

participação expressivo nas exportações, mas uma parte devia servir ao abastecimento interno, para consumo diário da população. A exploração de madeira era outro componente com utilidade no mercado interno e na economia de exportação, servindo para fabricação de canoas, jangadas, móveis da lavoura, dentre outras funções. A piaçava também tinha utilidade para a população local e era exportada, o mesmo acontecendo com o couro.

Desse modo, os dados indicam que a produção de cacau não dominava a economia. Talvez por isso muitos negociantes se interessaram em praticar negócios na praça de Ilhéus, sendo que muitos deles controlavam as exportações, como procuramos demonstrar neste capítulo. Alguns tinham transportes marítimos, como era o caso de Jose Simeão Moreno dos Reis e seus familiares, cobrando fretes, pagando impostos e certamente obtendo lucros com a venda das mercadorias na capital. Ao que parece esse comércio se tornou rentável e algumas firmas e companhias de navegação ingressaram na atividade.

Os dados compulsados indicam que as exportações de Ilhéus não estavam atravessando uma fase de crescimento, contudo, devemos considerar que essa documentação não dá conta de explicar toda a dinâmica da economia. Certamente a fiscalização era limitada por diversos fatores.

Ademais, alguns produtos como açúcar e farinha de mandioca, por exemplo, não estavam submetidos à tributação municipal. A existência de engenhos em Ilhéus nessa época suscita este tipo de questionamento. Qual o lugar do açúcar nas exportações de Ilhéus? Os engenhos produziam somente cachaça? A economia realmente estava em declínio ou essa evidência é uma questão da fonte, ou seja, dos Livros de cobrança de impostos?

Acreditamos que existia uma dinâmica em determinados setores da exportação que as fontes utilizadas não permitem captar. O estudo sistemático dos inventários *post mortem* pode ajudar a elucidar algumas dessas questões. Os próximos capítulos baseiam-se principalmente nessa fonte. Entre os objetivos propostos estão analisar a composição da riqueza inventariada, o peso dos escravos e cacaueiros no conjunto dos bens, as diferenças das fortunas dos grupos sociais, as atividades econômicas, dentre outras questões relacionadas com a escravidão e economia em Ilhéus no período 1850-1888.

CAPÍTULO III

A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA NOS INVENTÁRIOS *POST MORTEM*. ILHÉUS, 1850-1888

3.1 - Introdução

Os estudos sobre a composição da riqueza a partir de inventários *post mortem* é uma linha de investigação da História econômica brasileira praticamente consolidada, com pesquisas abrangendo diferentes espaços e temporalidades.²⁰⁶ Nesse capítulo analisaremos a composição da riqueza de Ilhéus com base na investigação desses processos judiciais, abertos entre 1850 e 1888, e preservados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O objetivo geral é avaliar a importância do cacau e dos escravos no conjunto dos bens. Queremos saber se a produção de cacau era a principal atividade econômica da população inventariada e qual o lugar dos escravos nessa atividade. Estamos interessados em conhecer as características dos produtores de cacau e das plantações, o uso da terra e a concentração da riqueza.

Os inventários *post mortem* oferecem grandes possibilidades para a realização desses estudos. Constituem um verdadeiro convite ao historiador interessado em conhecer diversos aspectos da vida dos indivíduos e das famílias no espaço e no tempo, contendo informações detalhadas sobre os bens que compõe o patrimônio.

Para alcançarmos os objetivos propostos foi necessário o auxílio de um banco de dados, no qual registramos as informações sobre os bens arrolados nos inventários de Ilhéus. O banco é composto por diferentes grupos, cada um correspondendo a determinado tipo de bem e ocupando uma planilha no programa computacional, com informações quantitativas e qualitativas próprias, específicas daquele bem²⁰⁷.

Os grupos tentam seguir as etapas que, no geral, os processos de inventários obedecem, desde a abertura até a partilha. Assim, organizamos cada planilha com informações específicas sobre os seguintes itens: Inventários, Herdeiros, Móveis, Animais,

²⁰⁶ Para uma discussão historiográfica sobre o uso dos inventários ver, entre outros, COSTA, Fernando Antônio Alves da. *Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos*. Tese (Doutorado em História). FFLCH - USP, São Paulo, 2014. (Cap. I – O estudo da riqueza como instrumento para a análise das formações sociais e econômicas do passado brasileiro). Sobre os limites e potencialidades dos inventários como fonte histórica ver, entre outros, MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação. (Mestrado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 2013; ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

²⁰⁷ Agradeço ao Breno Aparecido Servidone Moreno, que forneceu o Banco de Dados e me auxiliou nas instruções de uso, além de ajudar nas dúvidas que surgiram durante a transcrição dos inventários de Ilhéus.

Escravos, Culturas, Imóveis, Terras, Dívidas ativas, Dívidas passivas e Partilhas, cada um com descrições próprias do grupo, com os respectivos valores alocados, sendo que na planilha de Partilhas encontra-se a distribuição da riqueza por item, o cálculo da soma da fortuna (Monte-mor) e a divisão dela entre os herdeiros.

Essa fragmentação do patrimônio permite uma compreensão global da composição da riqueza e possibilita averiguar cada grupo separadamente, assim como a representatividade deles dentro da fortuna.

Inicialmente investigamos o peso relativo dos escravos e dos pés de cacau no conjunto dos bens inventariados ao longo das décadas. Em seguida tratamos das hierarquias sociais, aprofundando as análises sobre os produtores de cacau e suas singularidades. Depois investigamos as culturas, principalmente as plantações de cacau, e o uso da terra.

A proposta do capítulo é compreender a dinâmica entre a composição da riqueza, o desenvolvimento da economia e a utilização do trabalho escravo.

A nossa hipótese é que os escravos foram importantes ativos do desenvolvimento da economia de Ilhéus, e estavam presentes em diversas atividades relacionadas com a subsistência, mercado interno e exportações, sendo parte considerável do patrimônio de muitos inventariados.

3.2 - Escravos e cacaueiros no conjunto dos bens inventariados

A maioria dos inventários *post mortem* abertos no Cartório de Ilhéus são processos judiciais movidos pelos herdeiros das pessoas falecidas, que tinham interesse na divisão e/ou preservação do patrimônio. No entanto, em alguns casos a própria justiça intimou os familiares a realizarem a abertura do inventário, para resguardar a herança dos órfãos, ou para atender pedidos de credores, geralmente negociantes, que recorriam à justiça para tentar receber as dívidas contraídas pelo falecido.

De todo modo, por intimação ou livre vontade do inventariante, o juiz nomeava dois avaliadores para realizarem a avaliação do patrimônio. Após o juramento de fidelidade esses louvados, como eram chamados na época, se dirigiam para a propriedade do falecido e realizavam a avaliação dos bens, junto com o escrivão, que descrevia de forma detalhada os itens da riqueza e seus valores.

Essa documentação permite conhecer a realidade da vida material dos moradores de Ilhéus, particularmente os que deixaram riquezas inventariadas entre 1850 e 1888, e cujos processos sobreviveram ao nosso tempo. Outros pesquisadores já utilizaram essa documentação em seus estudos sobre a escravidão na localidade, mas não exploraram toda potencialidade da fonte²⁰⁸. Em nossa pesquisa analisamos 345 inventários, entre eles encontram-se partilha amigável, arrolamento e arrecadação de bens. O foco das análises são os aspectos econômicos relacionados com a composição da riqueza, a escravidão e desenvolvimento da economia cacaueira.

Normalmente, nas primeiras páginas do inventário descreve-se a data de abertura do processo, a localização do cartório e da residência da pessoa falecida, nome do inventariado, inventariante, dos louvados, do juiz, dentre outras informações. Isso permitiu verificar a distribuição espacial das pessoas inventariadas, como mostra o Gráfico 3.1, lembrando que algumas tinham mais de uma residência.

²⁰⁸ Ver, entre outros, MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1889*. Ph. D. dissertation, Yale University. Parte desse estudo foi publicado no Brasil com o título – “Instrumentos necessários:” Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001; GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores na terra do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2014.

Essas localidades foram fundadas e cresceram em território já ocupado por diversos povos indígenas, que compunham a maioria da população, além de outra parcela expressiva de crioulos e africanos, alguns vivendo e trabalhando como escravos²⁰⁹.

Entre os 345 inventários analisados doze estão muito incompletos e/ou sem descrição alguma dos bens, extremamente deteriorados, ou os trâmites não foram levados adiante por diversos motivos.

Em 1885, por exemplo, foi aberto o inventário do índio João Caboclo, que possuía algum dinheiro recolhido na tesouraria da Fazenda Provincial e deixou como únicos herdeiros dois sobrinhos menores e uma dívida que segundo o credor, José Carlos Adami, era da quantia de Rs. 60\$500. O curador geral dos órfãos nomeou Adão Schaum como tutor dos menores e ao que parece os trâmites encerraram-se aí, apesar das queixas do credor sobre a demora no andamento do processo²¹⁰.

Nesse caso, como em outros semelhantes, não é possível saber detalhes sobre os bens, nem mesmo o valor que João Caboclo possuía foi declarado. Talvez o processo tenha sido retomado posteriormente, mas não conseguimos saber. Desse modo, eliminamos doze processos e ficamos com um conjunto de 333 inventários *post mortem* com algum potencial de investigação sobre a composição da riqueza.

No geral, as pessoas inventariadas eram de diversas condições sociais, com grandes contrastes em suas fortunas. Todavia, não estão contempladas nos inventários as camadas sociais sem patrimônio, abrangendo boa parte da população.

Entre os processos investigados encontramos desde pequenos produtores de cacau, café, farinha de mandioca, coco, e outras culturas, até grandes negociantes, alguns com fazendas, engenho, escravos e imóveis na vila e na área rural. A diferença entre eles pode ser percebida, por exemplo, pelo valor do monte-mor, ou seja, a riqueza bruta, resultado da soma de todos os bens mais as dívidas ativas. Essas diferenças refletem as condições de vida da população e as hierarquias sociais constantes na localidade.

A posse de escravos, por exemplo, não estava presente em todos os inventários. Ainda que a escravidão estivesse disseminada na sociedade e economia Ilhéus muitos não tinham

²⁰⁹ Ver, entre outros, FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul: Ilhéus, 1534-1940. Ilhéus: Editus, 2001; NÓS, Tupinambá. *Índios na visão dos índios*. Textos e fotos da comunidade indígena Tupinambá de Olivença. Edição Sebastian Gerlic. Maceió, 2008. HÂ-HÂ-HÂE, Pataxó. *Índios na visão dos índios*. Textos e fotos da comunidade indígena Pataxó hâ-hâ-hâe. Edição Sebastian Gerlic. Maceió, 2008. Disponível em www.indiosonline.org.br acesso em dez. 2018.

²¹⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Caboclo. Est. 02, Cx. 761, Maço 1227, Doc. 14, 14 nov. 1885.

condições de comprar e manter escravos. Entre os 333 processos investigados encontramos escravos em 121 casos (36%).

A primeira década (1850-1859) apresenta o problema da baixa representatividade do número de processos, apenas 19 inventários foram localizados, o que impõe limites para uma análise razoavelmente segura deste período. Nas demais alcançamos médias anuais relativamente confiáveis, ou seja, na década de 1860 computamos 63 inventários e média anual de 6,3 processos, na seguinte (1870-1879) 121 inventários e na última, que na verdade compreende nove anos (1880-1888), encontramos 130 inventários, com média anual de 14,4 processos.

O Gráfico 3.2 mostra a distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de escravos.

Gráfico 3.2 – Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de escravos. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

Observando os dados do Gráfico 3.2 percebemos que o número de inventários com presença de escravos manteve-se concentrado ao longo do período 1850-1888, visto que a maior proporção foi de processos sem cativos. Assim, acreditamos que a escravidão não se expandiu junto com o processo de crescimento da lavoura cacaueira.

Para aprofundar essa questão vamos analisar a composição da riqueza a partir da distribuição global dos diferentes tipos de bens, somando os valores líquidos alocados em cada um deles, apresentando as somas e os percentuais correspondentes. Isso permite conferir quais eram os principais componentes da riqueza dos inventariados de Ilhéus, verificar o peso

relativo dos escravos e cacaueiros, bem como as mudanças na forma de acumulação da riqueza ao longo do tempo.

Para realizar os cálculos computamos somente os valores considerados na partilha final do inventário. É importante ressaltar essa questão porque às vezes alguns bens eram contestados, outros tinham seus valores depreciados, outros simplesmente desapareciam. Houve caso de escravos que morreram ou fugiram durante os trâmites do processo, algumas dívidas não foram acatadas pelo juiz por falta de provas, entre outros casos semelhantes.

Outro agravante deste método, que impõe limites nas análises longitudinais, diz respeito à questão da inflação. Os historiadores, de modo geral, enfrentaram essa questão desconsiderando as oscilações da moeda durante o Império, sendo que o peso dos bens é sempre tomado em termos relativos, especialmente quando realizam-se comparações sobre a distribuição da riqueza ao longo do tempo, sempre que necessário vamos advertir o leitor para esta questão.

A Tabela 3.1 mostra a distribuição dos bens declarados nos inventários de Ilhéus por décadas. A fragmentação em colunas segue ordem cronológica, da esquerda para a direita, e na última coluna apresentamos o resultado da soma global de todos os bens inventariados no período 1850-1888. Ao lado de cada década, entre parêntese, encontra-se o número de inventários utilizados.

Tabela 3.1 – Distribuição dos bens inventariados por décadas (valores em réis). Ilhéus, 1850-1888

PERÍODOS/TIPOS DE BENS	1850-1859 - (19)		1860-1869 - (63)		1870-1879 - (121)		1880-1888 - (130)		1850-1888 - (333)	
BENS DE RAIZ	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)
Cacaueiros	12.532,000	10,6	51.444,400	15,0	153.019,880	21,4	252.454,000	28,2	469.450,280	22,6
Imóveis	23.612,380	20,0	61.781,967	18,0	108.931,100	15,2	153.805,000	17,2	348.130,447	16,8
Terras	8.726,545	7,3	26.967,111	7,8	79.569,771	11,1	63.066,285	7,1	178.329,712	8,6
Outras Culturas	2.087,800	1,7	5.726,480	1,7	18.863,400	2,6	14.267,720	1,6	40.945,400	2,0
Subtotal	46.958,725	39,6	145.919,958	42,5	360.384,151	50,3	483.593,005	54,1	1.036.855,839	50,0
ESCRAVOS E SEMOVENTES	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)
Escravos	34.889,110	29,4	139.970,000	40,7	166.308,980	23,2	100.190,320	11,2	441.358,410	21,3
Animais	1.118,000	1,0	6.338,000	1,9	10.581,000	1,5	14.999,000	1,7	33.036,000	1,6
Subtotal	36.007,110	30,4	146.308,000	42,6	176.889,980	24,7	115.189,320	12,9	474.394,410	22,9
BENS MOVEIS	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)
Móveis	8.990,245	7,6	14.324,845	4,2	86.620,727	12,1	63.460,730	7,0	173.396,547	8,4
Outros ⁽¹⁾	2.047,366	1,7	540,964	0,1	1.620,449	0,2	7.624,723	1,0	11.833,502	0,6
Subtotal	11.037,611	9,3	14.865,809	4,3	88.241,176	12,3	71.085,453	8,0	185.230,049	9,0
DÍVIDAS	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)	VALORES	(%)
Dívidas Ativas	24.485,610	20,7	36.384,245	10,6	90.752,079	12,7	224.007,497	25,0	375.629,431	18,1
Dívidas Passivas	45.587,622	-	41.094,278	-	121.253,433	-	262.047,593	-	468.415,860	-
TOTAL ⁽²⁾	118.489,056	100,0	343.478,012	100,0	716.267,386	100,0	893.875,275	100,0	2.072.109,729	100,0

Fonte: APEB. Seção Judiciária (SJ). 333 Processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(Nº) Número de inventários por década.

(1) Inclui bens não identificados e/ou ilegíveis devido ao estado de conservação do documento.

(2) Não inclui dívidas passivas.

Os dados da Tabela 3.1 evidenciam a importância dos cacaueiros (pés de cacau) e dos escravos na composição da riqueza de Ilhéus. De modo global (1850-1888), os bens estavam distribuídos da seguinte forma, em ordem de importância econômica: cacaueiros (22,6%), escravos (21,3%), dívidas ativas (18,1%) e imóveis (16,8%). Somando os percentuais relativos às plantações de cacau e aos escravos notamos que 43,9% de todas as fortunas declaradas nos inventários de Ilhéus estavam alocadas nesses bens, mas nem todos detinham a posse de escravos.

Não obstante, observando os valores relativos às outras culturas percebemos que foram sempre inferiores às quantias alocadas nos cacaueiros, sugerindo que ao longo da segunda metade do Oitocentos os moradores de Ilhéus investiram, principalmente, no cultivo de cacaueiros. Na década de 1860 as plantações deste fruto representavam 15% do total da riqueza inventariada e no último período (1880-1888), esse índice foi para 28,2%. Ao que parece na década de 1880 a produção de cacau se tornou uma atividade com importância econômica significativa para a população de Ilhéus.

Sobre o peso relativo dos escravos verificamos que declinaram de 40,6% na década de 1860 para 11,2% no período 1880-1888, mas ao longo do período eles continuaram como um dos principais componentes do patrimônio de determinado grupo de inventariados. Em março de 1888 ainda existiam nove escravos no Engenho São João do Pasto, que correspondiam a 27% da fortuna inventariada²¹¹.

Esse declínio do peso dos escravos na riqueza não é específico de Ilhéus, quicá de todo o Brasil, visto que desde a década de 1830 a instituição escravista vinha sofrendo os efeitos da interferência do Estado, que se agravou, sobretudo após a lei do Ventre Livre (1871), que declarou os filhos das escravas nascidos a partir daquela data como sendo de condição livre (ingênuos), e os mesmos deixaram de ser avaliados²¹². Outrossim, em 1885 a lei do sexagenário “libertou” os escravos acima de 60 anos, e eles também deixaram de ser avaliados nos inventários²¹³.

²¹¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Firmino Pires Caldas. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 14, 10 mar. 1888.

²¹² BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em 24 de mar. 2016.

²¹³ BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Art. 1º § 5º Não serão dados á matricula os escravos de 60 anos de idade em diante; serão, porém, inscriptos em arrolamento especial para os fins dos §§ 10 a 12 do art. 3º. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

Os demais bens mantiveram a importância relativa no grupo de modo mais ou menos estável, com exceção das dívidas, que aumentaram no período, tanto as ativas (a receber), quanto as passivas (a pagar), o que pode ser reflexo da atuação dos negociantes. Como ressaltamos no primeiro capítulo o número de casas de negócios aumentou em Ilhéus no período 1874-1892²¹⁴, assim, esses dados sugerem que, em certa medida, houve desenvolvimento do sistema de crédito ao longo dos anos. Ademais, alguns negociantes recebiam gêneros da lavoura como pagamento das contas realizadas em seus estabelecimentos²¹⁵.

Sobre os animais os dados da Tabela 3.1 mostram que o peso relativo desse grupo nunca ultrapassou 2% do total da riqueza inventariada, indicando que no período 1850-1888 não houve crescimento da pecuária na comarca de Ilhéus, ao contrário de certas áreas do sertão da Bahia²¹⁶. Dentre os grupos de animais predominaram os bovinos, com destaque para os bois do serviço de lavoura. Todavia, a partir de 1885 começou a aparecer muares nos inventários, indicando mudanças no transporte terrestre de pessoas e mercadorias.

Os imóveis declarados nos inventários de Ilhéus concentraram parcela significativa da riqueza, mas os índices mantiveram-se relativamente estáveis no período, entre 15% e 20%, aproximadamente. Contudo, percebemos que a partir do ano de 1868 começou a surgir nos inventários casas com balcões para secar cacau, indicando que a lavoura estava se expandindo.

As análises globais, no entanto, encobrem as particularidades, muito importantes para o entendimento das mudanças na economia de Ilhéus. Afinal, quantos inventários tinham a presença de cacaueiros? Quais os outros tipos de culturas inventariadas? Já demonstramos que ao longo das décadas o número de inventários sem posse de cativos aumentou, mas ainda não sabemos quem concentrava a propriedade escrava.

Para responder essas questões analisaremos as atividades econômicas dos inventariados para percebermos as diferenciações entre eles, em seguida vamos verificar o tamanho do patrimônio (em réis) e estabelecer comparações, com o objetivo de entender as nuances relacionada com a economia e escravidão.

²¹⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

²¹⁵ Sobre o assunto ver capítulo 7: Credores e devedores na economia de Ilhéus, 1850-1888, p. 229.

²¹⁶ Em Caitité, por exemplo, os investimentos em gado vacum chegaram a 12,98% no quinquênio 1870-1874. PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 132 (Tabela 12)

3.3 - Os produtores de cacau e as hierarquias sociais nos inventários

Antes de analisarmos quantos inventariados de Ilhéus estavam envolvidos com o cultivo de cacau vamos investigar a distribuição das fortunas nos processos de inventários, para entendermos a distribuição das fortunas em diferentes faixas de riqueza e se havia concentração.

Para realização desta tarefa utilizamos critério de classificação das fortunas semelhante ao estabelecido por Kátia M. de Queiróz Mattoso em seu estudo sobre Salvador no século XIX, cuja fonte também foi inventários *post mortem*²¹⁷. Esta opção foi motivada pelo interesse em comparar a riqueza nas duas localidades e dimensionar a importância econômica dos inventariados de Ilhéus durante o processo de formação da economia cacaueira.

A Tabela 3.2 apresenta o resultado dessa distribuição.

Tabela 3.2 – Classificação das fortunas inventariadas. Ilhéus, 1850-1888

CLASSIFICAÇÃO DAS FORTUNAS	FAIXAS DE RIQUEZAS (em réis)	INVENTÁRIOS		SOMA DAS FORTUNAS	
		Nº	%	(contos de réis)	%
1. Muito pequenas	até :200	12	3,6	1.519,100	0,1
2. Pequenas	:201 a 1:000	99	29,7	59.885,073	2,9
3. Médias baixas	1:100 a 2:000	58	17,4	87.613,857	4,2
4. Médias	2:100 a 10:000	112	33,6	518.835,987	25,0
5. Grandes baixas	10:100 a 50:000	45	13,5	955.467,432	46,1
6. Grandes	50:100 a 200:000	7	2,1	448.788,280	21,7
SOMA		333	100,0	2.072,109,729	100,0

Fonte: APEB. Seção Judiciária (SJ). 333 Processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

A Tabela 3.2 demonstra que no computo geral a riqueza declarada nos inventários de Ilhéus não se concentrava na faixa das fortunas muito pequenas. Kátia Mattoso considerou nesta condição as pessoas com até Rs. 200\$000 (duzentos mil réis (:200)), sendo que entre os 720 inventários analisados para Salvador no período 1851-1889, apenas cinco (0,7%) tinham fortunas nesta faixa, enquanto em Ilhéus esta cifra foi de 3,6%²¹⁸.

Comparando a riqueza nas duas localidades percebemos contrastes e semelhanças. Entre os inventariados de Ilhéus 29,7% detinha riqueza classificada como pequena, enquanto em Salvador somente 10% estava nesta categoria, este é um contraste entre as duas

²¹⁷ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 608 e 611 (Tabelas 105 e 107)

²¹⁸ Ibidem

localidades. Por outro lado, em Ilhéus, aproximadamente um terço (33,6%) dos inventariados tinha fortunas classificadas como médias (entre dois contos e cem mil réis até dez contos de réis(2:100 a 10:000), enquanto em Salvador no mesmo período 37% dos inventariados estava nesta condição, sendo que neste caso notamos semelhança.

Contudo, as maiores fortunas declaradas nos inventários de Ilhéus chegaram no máximo à categoria das fortunas classificadas como Grandes baixas na capital baiana (200:000 a 500:000), que possuía pessoas com fortunas superiores a Ilhéus, isto é, Grandes médias (200:100 a 500:000), representando 2,9% dos inventariados e concentravam 29,5% das fortunas, e Grandes (500:100 a 1.000:000), representando 0,4% dos inventariados e concentrando 10,9% de toda riqueza²¹⁹.

Isso significa que no computo geral os inventariados de Salvador tinham riquezas maiores que os inventariados de Ilhéus, apesar de aproximadamente um terço possuírem fortunas semelhantes, ou seja, dentro da faixa de riqueza considera como média.

Porém, nas duas localidades encontramos altos níveis de concentração da riqueza. Em Salvador 14,5% dos inventariados entre 1851-1889 detinha 72% de toda fortuna e em Ilhéus 15,6% concentrou 68% de toda riqueza inventariada no período 1850-1888. Ao que parece as atividades econômicas que se desenvolveram em Ilhéus na segunda metade do século XIX contribuíram para aumentar a fortuna de uma parcela da população²²⁰. Desse modo, cabe investigar quais as atividades econômicas dos inventariados que detinham as maiores e menores fortunas em Ilhéus nessa época, para tentarmos entender o lugar dos produtores de cacau no contexto.

Os inventários *post mortem* oferecem a possibilidade de investigar as hierarquias sociais. No final de cada processo os avaliadores somam o montante bruto da riqueza da pessoa falecida (monte-mor), descontam as dívidas passivas, os gastos com a abertura e realização do processo, e depois repartiam o monte líquido entre os herdeiros.

Analisaremos as hierarquias sociais em Ilhéus a partir desta documentação, comparando o valor da riqueza dos inventariados. Estamos interessados em identificar os grupos que tinham as maiores e as menores fortunas, o lugar dos produtores de cacau, a concentração da riqueza e a posse de escravos.

Inicialmente procuramos identificar a ocupação principal dos indivíduos a partir da análise da composição de suas riquezas. Para isso realizamos uma investigação minuciosa dos

²¹⁹ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 608 e 611 (Tabelas 105 e 107)

²²⁰ Ibidem.

bens inventariados e a importância econômica deles no conjunto do patrimônio. A partir daí definimos diferentes categorias ocupacionais, que não devem ser entendidas como categorias fixas (congeladas), já que muitas pessoas estavam envolvidas em várias atividades.

Os inventários dos donos de engenho, por exemplo, normalmente descrevem o nome da propriedade, as plantações de cana, as moendas, os cilindros, os tachos de cobre, os tanques, roda d'água, formas de açúcar, entre outros móveis. Na maioria das vezes a riqueza se concentrava no mobiliário do engenho, em escravos, terras e imóveis, mas isso não foi regra. Alguns donos de engenho, a minoria, tinham balcões, armazéns e realizavam negócio, a maior parte deles produzia, além de açúcar, cachaça e farinha de mandioca, e uma pequena parcela tinha plantação de cacau, sendo que entre eles os proprietários do Engenho Castelo Novo foram os que localizamos com a maior plantação (2 mil cacauzeiros), que representava apenas 4,4% da fortuna inventariada²²¹. Assim, apesar de praticarem outras atividades, grande parte da riqueza estava alocada no mobiliário do engenho e todos possuíam terras e escravos.

Os negociantes compunham outra categoria que encontramos certos riscos na hora de identificar. Em muitos casos os avaliadores descreveram listas com os gêneros da casa de negócio, os balcões, a relação dos devedores e outros bens. Contudo, alguns possuíam outras ocupações, eram membros da Guarda Nacional, tinham sítios ou fazendas na zona rural, eram donos de terras, a maioria tinha posse de alguns escravos, porém a minoria possuía plantações de cacau. Desse modo, constatamos que a atividade econômica principal deles se relacionava com os negócios, apesar de terem outras ocupações.

Na categoria dos produtores de cacau incluímos as pessoas com fortuna alocada, principalmente, nas plantações de cacauzeiros, porém, alguns tinham acessórios para produção de farinha, cachaça, tinham plantações de café, e outros móveis. Entre eles encontramos casos em que os imóveis e ou escravos representavam parcela maior do patrimônio, mas notamos que a atividade econômica principal se relacionava com o cultivo de cacauzeiros, assim, a partir desta verificação optamos por defini-los como produtores de cacau. Esse critério também foi utilizado para definição dos inventariados inseridos na categoria dos produtores de farinha, café e coco. Incluímos nesta categoria aqueles que tinham parcela significativa dos bens relacionada com estas atividades, como casas de farinha, rodas de ralar mandioca, moinhos de café, tachos de cobre, plantações de coco, café e mandioca, porém, alguns praticavam mais de uma atividade econômica e às vezes os imóveis e/ou escravos

²²¹ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Esta. 02. Cx. 786, Maço 1253. Doc. 06, 28 de fev. 1861.

sobressaíram no montante da riqueza, mas a composição do patrimônio indica que praticavam, principalmente, atividades relacionadas com produção de farinha, café e coco.

Afora esses casos, encontramos inventariados ligados às profissões liberais e funcionários eclesiásticos, bem como pessoas envolvidas com a exploração de madeiras ou com lavouras de mandioca. Ademais não foi possível identificar qual era a atividade econômica de parte dos inventariados, que foram inseridos na categoria ocupacional como “não identificada”.

Consideramos que essa metodologia de classificação das ocupações dos inventariados envolve sérios riscos, muitas vezes inerentes ao ofício do historiador. Assim, optamos por assumi-los considerando ser esta a melhor saída para abordarmos o contexto histórico investigado. Outrossim, para não reduzirmos as atividades econômicas dos inventariados a apenas uma ocupação oferecemos um quadro contendo as ocupações que consideramos como principais e outra, que normalmente combinava-se a esta, que classificamos como ocupações secundárias. O Quadro 3.1 mostra essas categorias ocupacionais.

Quadro 3.1 – Quadro de ocupações dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888.

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Nº	%	OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	Nº	%
Produtores de cacau	215	64,5	Não possui outra ocupação	132	39,6
Negociantes	39	11,8	Produz farinha	53	16,0
Donos de engenho	12	3,6	Produz Farinha + (café e/ou coco, outros)	45	13,5
Produtores de coco	11	3,3	Produz Farinha + (cachaça e/ou cacau, dendê, outros)	14	4,2
Produtores de farinha	8	2,4	Produz ou café e/ou coco e/ou cacau	33	9,9
Produtores de café	5	1,5	Possui pequenas criações	10	3,0
Pequenos criadores	4	1,2	Possui Lavoura de mandioca	5	1,5
Profissionais liberais	4	1,2	Outras produções	11	3,3
Func. Eclesiástico	2	0,6	Não identificada	30	9,0
Madeireiro	1	0,3			
Produtor de inhame	1	0,3			
Dono de engenhoca	1	0,3			
Não identificada	30	9,0			
TOTAL	333	100,0	TOTAL	333	100,0

Fonte: APEB, SJ. 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

O Quadro 3.1 mostra que 64,5% dos inventariados tinha nas plantações de cacauzeiros a ocupação principal, em seguida apreço os negociantes, representando 11,8 dos inventariados e os donos de engenho 3,6%. Os demais estavam envolvidos com produção de farinha, café,

coco e outras ocupações menos representativa no conjunto dos inventários, como mostra o Quadro 3.1.

Entre as ocupações secundárias uma parte significativa (39,6%) não possuía outra ocupação, além da principal, quando falecera. A maioria, no entanto, combinava a ocupação principal com a produção de farinha de mandioca. Somando os percentuais de todos envolvidos com a produção de farinha constatamos que 33,7% dos inventariados praticava essa atividade, muitas vezes combinando-a com outras, produção de farinha com café, coco, cachaça, dendê e outras.

Assim, notamos que a produção de farinha de mandioca combinava-se com a ocupação principal da maioria dos inventariados, sendo esta atividade importante não somente para subsistência e abastecimento interno da população de Ilhéus como também nas exportações destinadas à capital da província. Bert J. Barickman realizou uma estimativa da produção de farinha da comarca de Ilhéus entre 1785 e 1865, destacando que em 1864 Ilhéus enviou 2.656 alqueires de farinha para Salvador e no ano seguinte foram despachados 4.466 alqueires do produto para a capital²²², demonstrando assim a importância deste produto para a economia de Ilhéus.

De modo geral as combinações foram diversificadas por todo período, incluindo frequentemente produção de cacau, farinha, café e coco. Todavia, é oportuno lembrar que muitas atividades de subsistência não aparecem nos inventários, como a caça, a pesca, a mariscagem, por exemplo, invisíveis na documentação, mas que integravam o cotidiano da população de Ilhéus.

Como salientamos anteriormente, essa diversidade impõe limites ao historiador na hora de definir a ocupação principal dos inventariados, sendo que do ponto de vista metodológico não é viável classificar e analisar separadamente cada um dos 333 inventariados, assim, para nos aproximarmos da realidade socioeconômica deles, realizamos o cruzamento das duas categorias ocupacionais, apresentadas no Quadro 3.1, o que a nosso ver permite conhecermos melhor as combinações das atividades econômicas dos inventariados. A Tabela 3.3 mostra o resultado dessas combinações.

²²² BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 155 (Tabela 9)

Tabela 3.3 – Distribuição das ocupações principais e secundárias dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888

OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	OCUPAÇÕES SECUNDÁRIAS																			
	Não possui outra ocupação		Produce Farinha		Produce Farinha + (café e/ou coco, outros)		Produce Farinha + (cachaça, e/ou cacau, dendê, outros)		Produce ou café e/ou coco e/ou cacau, outros)		Possui pequenas criações (bovinos ou muas)		Lavadores de mandioca		Outras produções		Não identificada		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	98	45,6	46	21,4	31	14,4	9	4,2	14	6,5	4	1,9	5	2,3	8	3,7	0	0,0	215	100,0
Negociantes	17	43,6	0	0,0	7	17,9	2	5,1	9	23,1	2	5,1	0	0,0	2	5,1	0	0,0	39	100,0
Donos de engenho	1	8,3	1	8,3	4	33,3	4	33,3	1	8,3	1	8,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	12	100,0
Produtores de coco	3	27,3	3	27,3	0	0,0	1	9,1	2	18,2	1	9,1	0	0,0	1	9,1	0	0,0	11	100,0
Produtores de farinha	3	37,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	37,5	1	12,5	0	0,0	1	12,5	0	0,0	8	100,0
Produtores de café	1	20,0	0	0,0	1	20,0	0	0,0	3	60,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	100,0
Pequenos criadores	1	25,0	2	50,0	0	0,0	0	0,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
Profissionais liberais	4	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
Func. Eclesiásticos	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Madeireiro	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Produtor de inhame	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Dono de engenhoca	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Não identificada	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	30	100,0	30	100,0
TOTAL	132	39,6	52	15,6	44	13,2	16	4,8	33	9,9	9	2,7	5	1,5	12	3,6	30	9,0	333	100,0

Fonte: APEB, SJ. 333 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

A Tabela 3.3 revela o universo das atividades econômicas existente entre os inventariados de Ilhéus, com as respectivas combinações. Entre os produtores de cacau quase a metade (45,6%) não possuía outra ocupação, dedicava-se principalmente ao cultivo de cacaueiros. Outra parte (21,4%) consorciava plantação de cacau com produção de farinha, outros incrementavam essas duas atividades com produção de cachaça, cultivo de café, coco, dendê e pequenas criações.

Entre os negociantes o mais comum foi a dedicação principal aos negócios, 43,6% não possuía outra atividade. Não obstante 23,1% tinha, além dos negócios, produção de café e/ou coco e/ou cacau e 17,9% consorciava a ocupação principal com a produção de farinha de mandioca, incrementada ou não com outras culturas.

Os donos de engenho, além de produzirem açúcar, se dedicavam à produção de farinha de mandioca mais café e/ou coco (33,3%), outros consorciavam as atividades do engenho com a produção de farinha, cachaça, dendê (33,3%), além de uma parte deles possuir pequenas criações de bovinos e/ou muares (8,3%).

Os demais inventariados faziam parte do grupo de pequenos lavradores, com riquezas apoiadas principalmente na produção de farinha, café e coco. Além destes, encontramos pessoas ligadas às profissões liberais e funcionários eclesiásticos, bem como pessoas envolvidas com a exploração de madeiras.

Isso demonstra uma diversidade significativa de atividades econômicas praticadas pelos moradores de Ilhéus da segunda metade do século XIX, sendo que muitas vezes a produção de cacau estava associada com a produção de farinha de mandioca.

Agora é importante identificar quais dessas categorias ocupacionais detinham as maiores fortunas. Os produtores de cacau eram mais ricos entre os inventariados? Como estava distribuída a riqueza de acordo com a ocupação principal?

Para responder essas perguntas agrupamos os inventários em seis categorias que a nosso ver, permitem uma aproximação com o tema, quais sejam: produtores de cacau, negociantes, donos de engenho, produtores de farinha/café/coco, “outros” e “não identificado”. Na categoria “outros” incluímos funcionários eclesiásticos, profissionais

liberais, madeireiros, pequenos criadores e outros lavradores. Na categoria “não identificada” incluímos os inventários que não conseguimos identificar a ocupação²²³.

Tabela 3.4 – Distribuição dos inventários segundo ocupação principal e montante da riqueza. Ilhéus, 1850-1888

OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Inventários		Monte-mor		Monte-mor
DOS INVENTARIADOS	Nº	%	Soma (em réis)	%	Média (em réis)
Produtores de cacau	215	64,5	826.087,702	40,0	3.842,268
Negociantes	39	11,7	707.941,329	34,1	18.152,342
Produtores de farinha/café/coco	24	7,2	70.887,350	3,4	2.941,947
Donos de Engenho	12	3,6	365.744,351	17,6	30.232,863
Outros *	13	4,0	29.226,089	1,4	2.248,161
Não Identificada	30	9,0	72.222,908	3,5	2.407,430
TOTAL	333	100,0	2.072.109,729	100,0	6.212,850

Fonte: APEB, SJ, 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Prof. liberais, func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiro etc.

A Tabela 3.4 demonstra que, no computo global do período (1850-1888) os produtores de cacau não concentraram a maior parte da riqueza inventariada em Ilhéus. Embora eles representassem a maioria dos inventariados (64,5%), a soma de suas riquezas correspondeu a somente 40% de todas as fortunas declaradas nos processos de inventários, ao passo que os negociantes, 11,7% dos inventariados e donos de engenho, 3,6% destes, concentraram, respectivamente, 34,1% e 17,6% das fortunas. Ao que parece nessa época os produtores de cacau não estavam entre os mais abastados economicamente.

Em média os donos de engenho eram aproximadamente dez vezes mais ricos que os produtores de cacau e quase duas vezes mais ricos que os negociantes. Somando os percentuais relativos aos negociantes e aos donos de engenho constatamos que juntos eles representavam tão somente 15,3% da população inventariada e concentraram 51,7% de toda a fortuna declarada nos inventários.

Isso não significa que todos produtores de cacau eram pobres, encontramos exceções dentro do conjunto dos processos. No entanto, ao longo do período a tendência foi de maior

²²³ A partir daqui vamos utilizar essas seis categorias de análises para entendermos as mutações da riqueza, bem como a relação desses grupos com outras variáveis relacionadas com a escravidão e economia.

concentração da riqueza entre negociantes e donos de engenho. Segmentar as análises em décadas pode confirmar essa hipótese.

Inicialmente vamos verificar a distribuição dos inventariados segundo suas ocupações principais por décadas.

Tabela 3.5 – Distribuição dos inventariados por décadas segundo ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888

DÉCADAS	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	5	26,3	35	55,5	79	65,3	96	73,8
Negociantes	3	15,8	9	14,3	9	7,5	18	13,8
Prod. de farinha/café/coco	1	5,3	14	22,2	4	3,3	5	3,9
Donos de Engenho	2	10,5	2	3,2	5	4,1	3	2,3
Outros *	3	15,8	2	3,2	5	4,1	3	2,3
Não Identificada	5	26,3	1	1,6	19	15,7	5	3,9
TOTAL	19	100,0	63	100,0	121	100,0	130	100,0

Fonte: APEB, SJ. 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros; etc.

A Tabela 3.5 permite constatar que no decorrer das décadas houve acentuado crescimento do número de produtores de cacau. Entre 1850 e 1859 eles eram cinco e representavam 26,3% dos inventariados, na década de 1860 este percentual alcançou 55,5%, na década de 1870 chegou a 65,3% e no último período do nosso estudo (1880-1888) atingiu 73,8% do total de inventariados.

Isso comprova que ao longo do período 1850-1888 houve expansão dos produtores de cacau no conjunto da população inventariada. Nenhuma outra categoria cresceu tanto quanto a destes lavradores. O número de negociantes manteve-se relativamente estável no período, saindo de 15,2% na primeira década (1850-1859) para 13,8% no período 1880-1888. Os donos de engenho também se mantiveram razoavelmente estáveis, nunca ultrapassando 4,1% dos inventariados. De modo semelhante ocorreu com os produtores de farinha, café e coco, que não cresceram de modo expressivo como os produtores de cacau. A exceção da década de 1860, que eles chegaram a representar 22,2% dos inventariados, nas demais décadas nunca ultrapassaram 5,3% destes.

Agora que constatamos o expressivo aumento dos produtores de cacau no decorrer das décadas podemos comparar as fortunadas dos inventariados a partir da soma da riqueza bruta (monte-mor). A Tabela 3.6 mostra os percentuais destas somas de acordo com as categorias ocupacionais.

Tabela 3.6 – Distribuição dos inventariados por décadas segundo a porcentagem da soma das riquezas(monte-mor). Ilhéus, 1850-1888

DÉCADAS	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	%	%	%	%
Produtores de cacau	15,6	29,6	48,4	40,1
Negociantes	54,1	23,6	20,0	47,0
Prod.de farinha/café/coco	0,6	15,7	1,1	1,0
Donos de Engenho	19,0	27,5	23,0	9,3
Outros *	3,6	3,5	0,5	1,1
Não Identificada	7,1	0,1	7,0	1,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: APEB, SJ. 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros; etc.

Observando a porcentagem da soma das riquezas dos produtores de cacau e comparando com os percentuais das outras categorias percebemos que no decorrer das décadas eles não conseguiram acumular grandes fortunas, como ocorreu com os negociantes e donos de engenho. Mesmo na década de 1880, quando eles chegaram a representar quase três quartos dos inventariados (Tabela 3.5) a soma de suas riquezas representou 40% de toda a fortuna inventariada.

Em média a fortuna dos negociantes e donos de engenho foram sempre superiores às dos produtores de cacau e à dos produtores de farinha/café/coco, com diferenças significativas.

Na década de 1860-1869, por exemplo, a média de riqueza dos negociantes era aproximadamente três vezes maior que a dos produtores de cacau, Rs. 9.002\$921 contra Rs. 2.909\$502; a diferença com relação à riqueza dos donos de engenho era muito maior, Rs. 2:909\$582 contra Rs. 47:281\$015, respectivamente. Nesta década, em média os donos de engenho eram dezesseis vezes mais ricos que os produtores de cacau.

Em certa medida, esse quadro permanece ao longo do período, sendo que na década de 1880 a média do monte-mor dos produtores de cacau foi de Rs. 3.734\$597, dos negociantes Rs. 23.328\$923 e dos donos de engenho Rs. 26.794\$483.

Esse é um aspecto importante do processo de formação da economia cacaueira de Ilhéus, que perpassou todo o período do nosso estudo. Na maioria das vezes os homens que tinha como ocupação principal o cultivo de cacaueiros possuíam riquezas, em média, bem inferiores à dos negociantes e donos de engenho.

Essas diferenças refletem, em alguma medida, as hierarquias sociais existentes na localidade. A maioria dos produtores de cacau era formada por pequenos lavradores (pessoas com poucos recursos econômicos), assim como os produtores de farinha/café/coco.

Contudo, essas diferenças não explicam todas as nuances da formação da economia cacaueira. Ainda podemos avançar no assunto investigando a presença de escravos na composição da riqueza dos inventariados. A maioria dos escravistas era formada por produtores de cacau, negociantes ou donos de engenho? Para avançar no assunto distribuímos os inventariados de acordo com as ocupações principais e a presença de escravos no patrimônio.

Tabela 3.7 – Distribuição dos inventariados por ocupação principal e posse de escravos. Ilhéus, 1850-1888

TIPOS DE INVENTÁRIOS	Com escravos		Sem escravos		Total de inventários	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	51	23,7	164	76,3	215	100,0
Negociantes	31	79,5	8	20,5	39	100,0
Produtores de farinha/café/coco	11	45,8	13	54,2	24	100,0
Donos de Engenho	12	100,0	0	0,0	12	100,0
Outros *	3	23,0	10	77,0	13	100,0
Não Identificada	13	43,3	17	56,7	30	100,0
TOTAL	121	35,7	214	64,3	333	100,0

Fonte: APEB, SJ. 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros; etc.

Os dados da Tabela 3.7 mostram que em relação à presença de escravos no patrimônio existiam diferenças significativas entre os inventariados de Ilhéus. A primeira constatação de

caráter geral é que entre os produtores de cacau predominou os “sem escravos”. No computo global de todo o período (1850-1888) constatamos que apenas 23,7% deles detinha a posse de algum escravo. Por outro lado, entre os negociantes e donos de engenho a presença de escravos foi expressiva se comparada com a realidade dos produtores de cacau. Todos os donos de engenho estavam comprometidos com a exploração do trabalho escravo (100%) e entre os negociantes verificamos que 79,5% detinha a posse de a menos um cativo. Até a categoria dos produtores de farinha, café e coco tinha percentual de escravos no patrimônio superior ao dos produtores de cacau, 45,8% contra 23,7%, como mostram os dados da Tabela 3.7.

Essa constatação permite contrapor, ainda que de modo parcial, a premissa de Mary Ann Mahony, segundo a qual “[...] os escravos foram essenciais para estabelecimento da economia cacaueira da Bahia e para a sociedade que se desenvolveu com ela [...]”²²⁴ Como vimos até agora no conjunto de 333 inventários analisados os produtores de cacau não estavam entre os mais envolvidos com a posse de escravos, pelo contrário, apenas um quarto deles, aproximadamente, detinha a posse de cativos. Ainda podemos averiguar se ao longo das décadas esse quadro se modificou.

Tabela 3.8 – Distribuição dos inventariados por décadas segundo a ocupação principal e posse de escravos em porcentagem. Ilhéus, 1850-1888

DÉCADAS	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Produtores de cacau	40,0	60,0	34,3	65,7	20,2	79,8	21,9	78,1
Negociantes	100,0	0,0	88,9	11,1	66,7	33,3	77,8	22,2
Prod.de farinha/café/coco	100,0	0,0	50,0	50,0	25,0	75,0	40,0	60,0
Donos de Engenho	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Outros *	33,3	66,7	50,0	50,0	0,0	100,0	33,3	66,7
Não Identificada	80,0	20,0	0,0	100,0	42,1	57,9	0,0	100,0
TOTAL	68,4	31,6	47,6	52,3	29,8	70,2	31,5	68,5

Fonte: APEB, SJ. 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros; etc.

OBS: (1) Inventários com escravos; (2) Inventários sem escravos.

²²⁴ MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários”: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 25-25, p. 95-139, 2001. p. 95.

Observando os dados da Tabela 3.8 percebemos que ao longo das décadas o percentual de produtores de cacau com posse de escravos diminuiu. Isso demonstra que a lavoura cacaueira não dependeu, essencialmente, do trabalho escravo para o seu desenvolvimento. Na década de 1850 notamos que 60% deles não tinha sequer um escravo entre os bens inventariados, na seguinte esse índice chegou a 65,7% e nas últimas décadas chegou a 79,8% e 78,1%, respectivamente. Assim, é notório que a maioria dos produtores de cacau não era constituída por escravistas.

Desse modo, cabe indagar qual o tipo de trabalho que predominou na lavoura cacaueira entre os anos de 1850-1888. Quem fornece a resposta é a própria Mary Ann Mahony, apoiada na Memória sobre a cultura de cacau, de Miguel Calmon du Pin e Almeida, a autora ressaltou que “seis homens adultos eram suficientes para manter e colher uma plantação com 6.400 cacaueiros”²²⁵. Em outra passagem a Mahony observou que,

O grande atrativo da lavoura cacaueira residia no fato de não se precisar de muito capital nem de braços para cultivá-la, especialmente quando comparada com as lavouras de cana e fumo, os dois grandes produtos de exportação da Bahia na época. Era, portanto, uma cultura aberta a todo mundo, desde os mais pobres até os senhores de engenho com seu capital e já empregado em engenhos, escravos e plantações de cana²²⁶.

Em suas análises Mary Ann Mahony reconhece que não há necessidade de muitos trabalhadores para o cultivo de cacaueiros, porém em muitas passagens insiste que a escravidão determinou os rumos da lavoura cacaueira. Concordamos em muitos pontos com as análises de Mahony, sobretudo em suas críticas aos postulados de Adonias Filho, segundo o qual o coronel desbravador não se serviu do trabalho escravo para exploração da terra e quando o fez foi em escala mínima²²⁷. É inegável a contribuição da referida autora para descortinar os mitos que foram construídos na história de Ilhéus. Todavia, nossos dados apontam uma direção um pouco diferentes da visão de Mahony. Constatamos, por exemplo,

²²⁵ MAHONY, Op. Cit., p. 106-107.

²²⁶ MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. Tradução de Marcelo Henrique Dias. In: *Especiaria* - Cadernos de Ciências Humanas. Dossiê: Sociedade Escravista e Pós-Abolição. Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 732-793, jul-dez., 2007. p. 740.

²²⁷ FILHO, Adonias. *Sul da Bahia: chão de cacau*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 51-52.

que o maior percentual de escravistas estava presente entre os donos de engenho e negociantes e que entre eles não havia investimentos significativos em plantações de cacau.

É oportuno lembrar que as categorias ocupacionais definidas em nosso estudo não expressam, exatamente, os espaços de atuação dos escravos na economia e sociedade de Ilhéus. Já ressaltamos que muitos inventariados tinham mais de uma ocupação, alguns possuíam propriedades na zona rural e urbana e seus escravos deviam circular, desempenhando várias funções.

Não faz parte dos objetivos de nossa pesquisa negar a presença da escravidão formação da economia cacaueira, tampouco fazer terra arrasada das análises de Mary Ann Mahony. O que fica nítido a partir da análise da documentação é que dentro da sociedade escravista de Ilhéus os produtores de cacau ocupavam uma posição econômica que não era das mais privilegiadas se comparada com a dos negociantes e donos de engenho. Eles tinham menores níveis de riqueza e, portanto, menos condições de comprar e manter escravos.

Assim, constatamos que uma parcela restrita da população inventariada de Ilhéus estava investindo de modo sistemático em escravos e plantações de cacau. Alguns eram membros de famílias ricas, tinham recursos suficientes para comprar escravos e fazê-los trabalhar na lavoura cacaueira, que se tornou economicamente muito importante na década de 1880. Isso permitiu a este grupo aumentar suas riquezas. Computando-se a média das fortunas dos produtores de cacau escravistas (23,7%) notamos que alcançou a quantia de Rs. 9.943\$441, ao passo que aqueles que não tinham escravos (76,3%) chegou a Rs. 1.993\$428.

Esse quadro se repete de modo mais ou menos semelhante ao longo das décadas, revelando que a posse de escravos foi um elemento definidor de riqueza em Ilhéus e no Brasil de uma maneira geral. Os mais afortunados eram aqueles que possuíam com mais frequência escravos na composição do patrimônio. Se a maior parte dos escravistas não era formado por produtores de cacau isso significa que o cacau não se tornou um produto de grande importância econômica na maior parte do período do nosso estudo (1850-1888), ao contrário do açúcar²²⁸. Podemos avaliar melhor a questão investigando as culturas declaradas nos inventários.

²²⁸ Sobre o assunto ver, entre outros, BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

3.4 - As plantações de cacau e outras culturas nos inventários

Os inventários *post mortem* de Ilhéus contém descrições de diversos tipos de culturas, destacando-se as plantações de cacau. Antes de apresentar os dados dessas culturas e iniciar as análises é importante explicar algumas peculiaridades dos procedimentos adotados na pesquisa.

Primeiro aspecto importante é saber a distribuição dos inventários com cultura ao longo das décadas, para avaliarmos se houve expansão das lavouras no período. O Gráfico 3.3 apresenta essa distribuição.

**Gráfico 3.3 – Distribuição dos inventários segundo a presença de culturas.
Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

Os dados do Gráfico 3.3 mostram crescimento do número de inventários com declaração de algum tipo de cultura. Do total de 333 processos analisados encontramos cultura em 263 casos, 79% dos inventários. A distribuição destes processos nas décadas indica que houve expansão das lavouras no decorrer do período, agora precisamos saber qual foi a cultura que mais se expandiu.

Inicialmente é importante ressaltar que no momento da abertura dos inventários essas culturas encontravam-se em condições e situações diversas, o que impõe limites na hora de avaliar e estabelecer comparações.

Já constatamos que os cacaueiros concentravam a maior parte dos investimentos entre as culturas inventariadas (Tabela 3.1), mas ainda não conhecemos nada sobre as outras plantações, nem se o cacau foi a cultura mais disseminada ou simplesmente era o produto mais valorizado. Investigar essa questão pode ajudar a entender o processo de formação da economia cacaueira.

Para realizarmos essa tarefa somamos o número de pés de cacau declarados nos inventários ao longo das décadas, em seguida comparamos com as quantidades das outras culturas. Isso implica, necessariamente, enfrentar sérios problemas e riscos, pois, entre outras questões, alguns registros não declararam as quantidades. No inventário de Antônio Manoel da Coroa de Cristo, por exemplo, os avaliadores declararam “uma plantação de cacaueiros no lugar putumujú, avaliada em vinte e cinco mil réis”²²⁹. Em casos como este, ainda que minoria, não é possível saber a quantidade de plantas cultivadas.

Outra questão pertinente é que existem culturas com rotatividades no plantio e colheita bem diferenciados. As plantações de cana e mandioca, por exemplo, após o plantio das primeiras mudas não ultrapassam 16 meses sem que sejam colhidas, e praticamente todas as plantas são extraídas do solo, enquanto as plantações de cacau, café e coco, entre outras, podem perdurar por décadas, colhendo-se apenas os frutos e mantendo-se as plantações²³⁰. Desse modo, podemos esperar encontrar com maior frequência as plantas que se mantêm fixas no solo por muito tempo, frutificando periodicamente.

Outra questão importante que devemos considerar refere-se às diferentes formas de descrição das plantações. Afora os casos como o de Antônio Manoel da Coroa de Cristo, mencionado acima, normalmente as plantações de cacau, coco e café são descritas em número de pés cultivados, já as canas de açúcar são descritas em tarefas e as plantações de mandiocas em covas, com variações nas idades, nas condições e nos tipos de terrenos (próprios ou foreiros), mas nem sempre essas informações aparecem nos inventários.

²²⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Antônio Manoel da Coroa de Cristo. Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 13, 13 mar. 1865.

²³⁰ Sobre o cultivo de cana na Bahia ver, entre outros, SCHWARTZ, op. cit., (1988), p. 95-122 (Safrá: as técnicas do fabrico do açúcar); para o cultivo da mandioca ver, entre outros, AGUIAR, Pinto de. *Mandioca: pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; sobre o cultivo do cacau ver, entre outros, BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de cacau da Bahia. Salvador: Editora Revista dos Tribunais, 1938; SOUZA, Carlos Alberto Spaggiari [et al.]. *Cacau: do plantio à colheita*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2016.

Mesmo com a diversidade de condições e situações das lavouras cultivadas em Ilhéus optamos por estruturar uma tabela com o objetivo de mostrar as principais culturas arroladas nos inventários ao longo das décadas, revelando as quantidades de plantas e os preços que foram avaliadas no momento da abertura do processo.

Essa foi a noção intenção ao construir a Tabela 3.9. Na primeira coluna, da esquerda para a direita, lançamos os tipos de culturas, em seguida mostramos o número e o percentual dos registros referentes a cada uma delas, na próxima coluna destacamos as plantações de acordo com as quantidades descritas pelos avaliadores, ou seja, em número de plantas cultivadas (Nº Pés), em número de tarefas (Nº TRF) ou em número de plantações (Nº PLT).

Na última coluna informamos a soma dos preços alocados em cada cultura com os respectivos percentuais. Vale destacar que priorizamos as culturas mais frequentes nos inventários, agrupando as demais na categoria “outras culturas”, inclusive as situações em que as culturas foram descritas e avaliadas em conjunto como ocorreu na Fazenda Massaquara, por exemplo, localizada na Cachoeira de Itabuna, com 4.400 cacauzeiros, onde os avaliadores descreveram em 1884 “um roçado de mandioca e cacau pequeno, avaliado em duzentos mil réis”²³¹. Outro exemplo semelhante ocorreu no inventário de Maria Izabel de Souza, falecida em 1887, onde consta “um roçado novo plantado de cacauzeiro e mandioca, tudo avaliado em cem mil réis”²³².

Esses exemplos demonstram os cuidados com as plantações de cacauzeiros novos, que necessitavam de sombras produzidas por outras culturas, nesse caso mandioca, mas também eram utilizadas bananeiras nesta função. Como ressaltamos no primeiro capítulo o cacauzeiro é uma planta muito exigente e precisa de cuidados especiais, sobretudo, nos primeiros três anos de vida²³³.

²³¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Jorge Mathias Scher. Est. 02, Cx. 761, Maço 1227, Doc. 01, 28 de out. 1884.

²³² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria Izabel de Souza. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 16, 02 de ago. 1887.

²³³ Sobre o assunto ver, por exemplo, BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938.

**Tabela 3.9 - Distribuição das culturas nos inventários por décadas.
Ilhéus, 1850-1888**

1850-1859 - (10)	Registros		Plantações			Soma dos Preços	
CULTURAS	Nº	%	Nº Pés	Nº TRF	Nº PLT	(em réis)	%
Cacaua	16	47,0	7.004	-	-	12.532,000	85,7
Coqueira	9	26,5	807	-	-	1.908,400	13,1
Cafeza	1	2,9	100	-	-	13,000	0,09
Canavia	5	14,7	-	5,5	-	158,000	1,08
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-
Outras culturas *	3	8,9	26	-	-	8,400	0,06
TOTAL	34	100,0	7.937	5,5	-	14.619,800	100,0
1860-1869 - (51)	Registros		Plantações			Soma dos Preços	
CULTURAS	Nº	%	Nº Pés	Nº TRF	Nº PLT	(em réis)	%
Cacaua	64	44,7	41.066	-	2	51.864,400	89,2
Coqueira	25	17,5	1.992	-	-	2.812,100	4,9
Cafeza	17	12,0	2.495	-	1	892,360	1,5
Canavia	5	3,5	-	41,5	2	1.105,000	1,9
Mandioca	14	9,8	47.500	2	5	1.035,000	1,8
Outras culturas *	18	12,5	191	-	6	427,920	0,7
TOTAL	143	100,0	93.244	43,5	16	58.136,780	100,0
1870-1879 - (91)	Registros		Plantações			Soma dos Preços	
CULTURAS	Nº	%	Nº Pés	Nº TRF	Nº PLT	(em réis)	%
Cacaua	156	62,6	179.406	-	7	153.125,180	89,0
Coqueira	39	15,7	6.066	-	-	7.785,000	4,6
Cafeza	15	6,0	12.111	-	1	3.583,900	2,1
Canavia	7	2,8	-	32,75	1	2.760,000	1,6
Mandioca	19	7,7	58.752	-	6	1.391,000	0,8
Outras culturas *	13	5,2	585	-	1	3.239,100	1,9
TOTAL	249	100,0	256.920	32,75	16	171.884,180	100,0
1880-1888 - (111)	Registros		Plantações			Soma dos Preços	
CULTURAS	Nº	%	Nº Pés	Nº TRF	Nº PLT	(em réis)	%
Cacaua	229	76,6	282.373	-	13	253.249,000	94,7
Coqueira	40	13,4	7.703	-	3	10.916,720	4,1
Cafeza	13	4,3	8.050	-	1	1.950,000	0,7
Canavia	3	1,0	-	15	-	360,000	0,13
Mandioca	9	3,0	6.000	-	7	1.005,000	0,36
Outras culturas *	5	1,7	20	-	-	41,000	0,01
TOTAL	299	100,0	304.146	15	24	267.521,720	100,0

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 263 processos de inventários, 1850-1888.

(*) Pés de jaca, dendê, laranja, inhame, fruta pão etc.; (Nº) Número de inventários com culturas por décadas.

Observando os dados da Tabela 3.9 percebemos que tanto em termos quantitativos quanto em termos de avaliação, as plantações de cacau se destacaram entre as culturas inventariadas. Os dados demonstram que a maior parte dos registros se referia à lavoura cacaueira (cacaual), que nunca concentrou menos que 85% do total dos investimentos em culturas.

Essas plantações estavam espalhadas, principalmente, pelas margens dos rios, riachos e ribeirões existentes na região, expandindo-se especialmente para Cachoeira de Itabuna, terceiro distrito de Ilhéus. Os inventários contêm descrições de plantações, roças, sítios e fazendas com números variados de cacaueiros plantados por pessoas de diferentes condições, revelando que essa cultura estava disseminada na sociedade. Entre os 263 inventários com declaração de algum tipo de cultura, a maior parte, 232 (88%), possuía alguma plantação de cacau, porém as plantações eram de tamanhos diferenciados. Computando-se todos os casos com declaração da quantidade de plantas cultivadas chegamos ao total de 507.510 cacaueiros, com idades e situações diversas, como mostra o Gráfico 3.4.

**Gráfico 3.4 – Distribuição dos cacaueiros segundo o estado da planta.
Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, Sessão Judiciária (SJ), 221 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

A maior parte dos cacaueiros inventariados encontrava-se na condição de frutíferos (55%), ou seja, estavam produzindo cacau, embora em muitos casos não apareça essa

informação, pois os avaliadores não informaram. Os cacauzeiros descritos como velhos, em mau estado e infrutífero compunham uma parcela pequena das plantações e ao longo das décadas surgiram cacauzeiros descritos como esgalhando, cultivados a pouco tempo, que ainda não frutificavam²³⁴.

Agora que conhecemos um pouco das características dos cacauzeiros podemos avançar para analisarmos o tamanho das plantações. A Tabela 3.10 permite visualizar a estrutura das plantações de cacau em Ilhéus entre 1850-1888.

Tabela 3.10 – Distribuição dos cacauzeiros por faixas de tamanho das plantações. Ilhéus, 1850-1888

Classificação das Plantações	Faixas de Tamanho das Plantações (FTP)	Inventários		Soma dos cacauzeiros	
		Nº	%	Nº	%
Muito Pequena	até 250 cacauzeiros	24	10,8	3.260	0,6
Pequena	251 a 1.000 cacauzeiros	70	31,7	39.791	7,8
Média	1.001 a 3.000 cacauzeiros	75	34,0	141.768	28,0
Média Alta	3.001 a 5.000 cacauzeiros	30	13,5	114.272	22,5
Grande	5.001 a 10.000 cacauzeiros	15	6,8	103.455	20,4
Muito Grande	acima de 10.000 cacauzeiros	7	3,2	104.964	20,7
TOTAL		221	100,0	507.510	100,0

Fonte: APEB, SJ, 221 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

Observando os dados da Tabela 3.10 percebemos que as plantações grandes e muito grandes pertenciam a poucos inventariados, 6,8% e 3,2%, respectivamente. Entretanto, uma parcela expressiva dos cacauzeiros estava com esses proprietários, 20,4% nas grandes plantações e 20,7% nas classificadas como muito grandes.

Por outro lado, os donos das plantações classificadas como muito pequenas, 10,8% dos inventariados, detinham somente 0,6% de todos cacauzeiros e os donos das plantações pequenas, 31,7% dos inventariados, detinham 7,8% dos cacauzeiros, já as plantações médias, 34% dos inventariados, concentraram 28% dos cacauzeiros.

Isso significa que a maioria dos produtores de cacau tinha plantações de no máximo 3 mil cacauzeiros, enquanto uma parcela diminuta concentrou em suas propriedades a maior

²³⁴ BONDAR, Gregório. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia (ICB) – Boletim Técnico n 1º. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”. São Paulo: 1938. p. 131-138.

parte das plantações. Juntos, os donos das plantações grandes e muito grande representavam 10% dos proprietários de cacau e concentraram 41,1% de todos os cacauzeiros.

No entanto, esses dados estão agregados e representam o período como um todo. Fragmentar as análises por décadas pode revelar outra característica importante do processo de formação da economia cacauzeira de Ilhéus no período 1850-1888. A Tabela 3.11 apresenta essa distribuição.

Tabela 3.11 – Distribuição dos cacauzeiros por décadas segundo faixas de tamanho das plantações (FTP). Ilhéus, 1850-1888

Classificação das Plantações	FTP Cacauzeiros	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Muito Pequena	até 250	3	42,8	11	29,7	8	10,1	2	2,0
Pequena	251 a 1.000	1	14,4	13	35,1	34	43,0	22	22,5
Média	1.001 a 3.000	3	42,8	10	27,1	23	29,1	39	39,8
Média Alta	3.001 a 5.000	0	0,0	2	5,4	6	7,6	22	22,5
Grande	5.001 a 10.000	0	0,0	1	2,7	4	5,1	10	10,2
Muito Grande	10.001 ou +	0	0,0	0	0,0	4	5,1	3	3,0
TOTAL		7	100,0	37	100,0	79	100,0	98	100,0

Fonte: APEB, SJ, 221 inventários. Ilhéus, 1850-1888.
(FTP) Faixas de Tamanho das Plantações

Observando os dados da Tabela 3.11 notamos que nas duas primeiras décadas as plantações grandes e muito grandes foram quase inexistentes, encontramos apenas um caso de grande plantação em 1868, cujo proprietário era membro de família rica de Ilhéus²³⁵, o Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara, dono da Fazenda Bom Sucesso, com 5.500 cacauzeiros e onze escravos, entre outros bens²³⁶.

Nas outras décadas as plantações de cacau muito pequenas diminuíram, ao passo que as grandes e muito grandes começaram a aparecer nos inventários, mesmo assim, durante todo o período as plantações com até 3 mil cacauzeiros sobressaíram-se, sendo que as propriedades com mais de 10 mil cacauzeiros continuam representando uma fração pequena no conjunto das plantações, 5,1% na década de 1870 e 3% no período 1880-1888, mas eles concentraram a maior parte dos pés de cacau, como vimos na Tabela 3.10.

²³⁵ Sobre família em Ilhéus ver, por exemplo, RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.

²³⁶ APEB, Seção Judiciária. Inventários. Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 05 de nov. 1868.

Isso indica que ao longo do período as pequenas plantações estavam disseminadas e com o passar dos anos surgiram pessoas interessadas em expandir a cultura e para isso recorreram ao trabalho escravo.

Na década de 1850 a maior plantação pertencia a Guilherme Mor, proprietário da Fazenda Boa Vista, dono de 1.950 cacaueiros e um escravo, entre outros bens. A sua riqueza bruta foi calculada Rs. 4.004\$000, os cacaueiros representavam 85% do patrimônio, cada pé frutífero e bem tratado foi avaliado em Rs. 2\$000 e outros 300, ainda principiando a dar frutos, porém mal tratados, em Rs.\$500, o único escravo que ele possuía era Manoel, africano, já idoso e doente, avaliado em Rs. 250\$000²³⁷. Antes de falecer, em 1856, Guilherme Mor possuía seis filhos, dois do sexo feminino e quatro masculinos, o inventariante não informou a idade, mas certamente os adultos e jovens ajudavam a cuidar das plantações de cacau e realizavam outros serviços²³⁸.

O Alferes Augusto de Sá Bitencourt Camara, casado com Maria Bárbara Melo e Sá, dono da Fazenda Bom Sucesso, proprietário de onze escravos e 5.500 pés de cacau, entre outros bens, teve fortuna avaliada em Rs. 20.697\$800 ante de falecer em 1868, sendo dono da maior plantação de cacau da década de 1860, como já ressaltamos. Os escravos representavam 32% de sua fortuna e os cacaueiros 38%, cada pé de cacau foi avaliado em Rs. 1\$500 e os pequenos em Rs. \$800, entre seus imóveis consta uma serra d'água com tanque, avaliada em Rs. 2.000\$000, casa de morada e casa de farinha²³⁹.

Na década de 1870 a maior plantação de cacau pertencia ao Major Joaquim José de Oliveira, casado com Adelaide Melo Sá de Oliveira, proprietário de 19.404 cacaueiros em sua fazenda localizada na Cachoeira de Itabuna, além de 28 escravos, dentre outros bens. Sua riqueza bruta foi avaliada em Rs. 62.180\$824, os escravos representavam 18% dessa fortuna, os cacaueiros 31%, os imóveis 17% e as terras 14%, cada pé de cacau foi avaliado em Rs. 1\$000. Ademais, o referido Major possuía plantações de café, engenhoca de fabricar açúcar,

²³⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 06 de fev. 1856.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 05 de nov. 1868.

casa de farinha, casa com balcão para venda e outros bens²⁴⁰. No computo geral ele foi o dono da maior plantação de cacau que localizamos entre os inventariados e era membro da família Sá Bitencourt Câmara, assim como o Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara, dono da maior plantação de cacau da década de 1860²⁴¹.

Ao que parece esta família foi o principal grupo que estava investindo em escravos e plantações de cacau. Na década de 1880 outro membro desta família, o Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara aparece como proprietário da segunda maior plantação de cacau, com 11.622 cacaueiros espalhados em várias propriedades, muitos na Cachoeira de Itabuna, e 29 escravos, dentre outros bens. Seu inventário foi aberto em 1880, por ocasião da sua morte, e a riqueza bruta avaliada em Rs. 25.575\$000, os cativos representavam 42% desta fortuna e os cacaueiros 38%²⁴².

O dono da maior plantação de cacau da década de 1880 foi Augusto Ferreira Scher, proprietário da Fazenda Rio Comprido, localizada na Cachoeira de Itabuna, com 13.890 cacaueiros e 12 escravos, dentre outros bens. Seu inventário foi aberto em 1882, ano de seu falecimento, sendo a riqueza bruta avaliada em Rs. 23.006\$000, os cacaueiros representavam 55% desta fortuna e os escravos 27%²⁴³.

Esses exemplos deixam de fora muitos inventariados envolvidos com plantações de cacau. No entanto eles dão a dimensão do desenvolvimento da lavoura cacaueira em Ilhéus no período do nosso estudo (1850-1888). Notamos que as plantações cresceram a partir da década de 1870, mas chegou ao máximo de 19.404 cacaueiros²⁴⁴, a maioria das plantações estava bem abaixo desse número. Destarte, o preço de cada cacaueiro variou muito entre as propriedades e percebemos que eles não aumentaram no decorrer das décadas, mesmo considerando as diferentes condições da planta, o maior valor de um cacaueiro frutífero, por

²⁴⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

²⁴¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 05 de nov. 1868.

²⁴² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 11, 16 de nov. 1880.

²⁴³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Augusto Ferreira Scher. Est. 02, Cx. 757, Maço 1223, Doc. 09, 18 de ago. 1882.

²⁴⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

exemplo, foi encontrado em 1862, custando Rs. 3\$000 no inventário de Domingos Alves da Silva²⁴⁵.

Além dessas observações, notamos que nessa época a economia de Ilhéus não era completamente dominada pela cultura do cacau, outras plantações eram importantes para a dinâmica das exportações e do abastecimento interno. Voltando atenção para os dados da Tabela 3.9 verificamos que as plantações de coco e café, por exemplo, também aumentaram ao longo das décadas.

Manoel Conrado de Gusmão, morador da povoação de Una, detinha a posse de dois escravos e da maior plantação de coco entre os inventariados, 1.660 pés (10% do total), avaliados em mil réis cada um (Rs. 1\$000) e todos na quantia de um conto e seiscentos e sessenta mil réis (Rs. 1.660\$000)²⁴⁶.

A maior plantação de café, por sua vez, pertencia a ao Major Joaquim José de Oliveira, dono de 6.000 pés em sua propriedade na Cachoeira de Itabuna, que corresponde a 26% do total computado, cada um dos frutíferos foi avaliado em quatrocentos réis (Rs. \$400), e os infrutíferos por cem réis, Rs.\$100²⁴⁷.

As plantações de mandioca também aparecem com certa frequência nos inventários. Na década de 1860 calculamos o total de 47.500 covas de mandiocas cultivadas, contra 41.066 pés de cacau. A Fazenda Jetimana-Acu, concentrou a maior plantação, com 30.000 covas de mandioca em 1866, correspondendo a 27% do total. Ao que parece tratava-se de uma propriedade especializada na produção de farinha, não possuía plantação de cacau nem de café, tinha casa de farinha coberta de telha, roda de ralar mandioca, prensa e utensílios, alguidar de barro e de ferro, bois de brocha e contava com o trabalho escravo de 14 pessoas, entre outros bens²⁴⁸.

As plantações de cana de açúcar concentravam-se, a maioria, entre os donos de engenho. Do total de 94,75 tarefas declaradas nos inventários, parte significativa estava no

²⁴⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Domingos Alves da Silva. Est. 02, Cx. 784, Maço 1251, Doc. 12, 09 de set. 1862.

²⁴⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ana Maria Afonso de Gusmão. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 01, 10 de jun. 1871.

²⁴⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

²⁴⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Felipa de Melo Sá Bandeira. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 07, 16 de mar. 1866.

Engenho Castelo Novo, ou seja, quarenta tarefas de canas (42%), que juntas foram avaliadas em Rs.800\$000²⁴⁹.

As outras culturas, menos frequentes nos inventários, também tinham importância para a população. Os dendezeiros, as jaqueiras, os pés de fruta pão, entre outros, serviam ao abastecimento interno e circulavam como mercadorias. Embora pouco frequentes na documentação essas culturas tinham importância na alimentação da população, sobretudo na subsistência dos grupos menos favorecidos economicamente.

3.5 - As terras nos inventários

Segundo Bert J. Barickman no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX a Bahia possuía uma oferta abundante de terras para aumentar a produção agrícola, sendo o litoral ao sul do Recôncavo, nas antigas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, o povoamento mal começara a abrir brechas nas matas, de onde eram retiradas as madeiras de lei e abrigava escravos fugidos e índios não subjugados²⁵⁰.

Esse era o cenário do território da comarca de Ilhéus em meados do século XIX, quando o governo provincial passou a estimular a ocupação do espaço e promover a desapropriação das terras indígenas, como ressaltaram Marcelo Henrique Dias e Girleane Santos Araújo²⁵¹.

Entre os anos de 1850 e 1888 esse território foi ocupado de modo mais intenso por particulares, que estabeleceram fazendas com engenhos e outras propriedades nas margens dos rios e na costa litorânea, explorando madeiras e cultivando cacau, café, coco, produzindo açúcar, cachaça, farinha de mandioca e outros gêneros. Os inventários *post mortem* contêm descrições de vários tipos de terras. Normalmente os terrenos na área urbana eram descritos em “palmos de chãos”, os localizados na zona rural em “quinhão de terras” ou “sorte de

²⁴⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

²⁵⁰ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-169.

²⁵¹ DIAS, Marcelo Henrique; ARAÚJO, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 9, n. 1, jan./jun. 2016. Ver também, entre outros, DIAS, Marcelo Henrique. Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822). *Especiaria – Caderno de Ciências Humanas*, v.14, n.25, p. 53-65, jul./dez. 2013.

terras”. Além destes encontramos descrições em “braças de terras”, em “tarefas de pastos” e raros casos em “léguas”. Todas essas descrições apresentam problemas comuns aos estudiosos do assunto, sendo que a falta de precisão nos limites das propriedades é a questão mais evidente²⁵².

No caso de Ilhéus mais da metade dos registros referia-se a “quinhão de terra” ou “sorte de terra”, sem mencionar o tamanho dos terrenos. Em outras situações os avaliadores descreviam apenas a medida da frente, por vezes apenas a medida dos fundos, o que dificulta muito o trabalho do historiador interessado em conhecer a estrutura fundiária da localidade.

Por esses motivos nossos esforços de análise das terras têm sérios limites e não pretendemos apresentar resultados conclusivos.

Para iniciar a investigação delimitamos os inventários com presença de terras para sabermos a proporção deles no conjunto dos processos. O Gráfico 3.5 mostra essa distribuição.

**Gráfico 3.5 – Distribuição dos inventários com presença de terras.
Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, SJ. 223 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

²⁵² Sobre o assunto ver, entre muitos, FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996.

De acordo com o Gráfico 3.5 ao longo das décadas a tendência foi de crescimento do número de inventários com terras, o que pode estar refletindo o aumento da ocupação do território com a policultura, especialmente cacau, principal cultura declarada nos inventários *post mortem* da localidade.

No computo geral de todo o período (1850-1888) identificamos que 66,7% dos inventários possuíam algum tipo de terra, sendo que na primeira década (1850-1859) do total de 19 inventários analisados 63% possuía este bem e no último período 1880-1888 este percentual alcançou a cifra de 75% dos processos.

Agora precisamos saber quais categorias ocupacionais possuíam terras com mais frequência, para isso cruzamos os informes relativos à ocupação principal com a presença de terras nos inventários. A Tabela 3.12 apresenta o resultado desse cruzamento.

Tabela 3.12 – Distribuição dos inventariados segundo a presença de terras e ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888

TIPOS DE INVENTÁRIOS	Com Terras		Sem Terras		Total de Inventários	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	147	68,4	68	31,6	215	100,0
Negociantes	25	64,0	14	36,0	39	100,0
Produtores de farinha/café/coco	20	83,4	4	16,6	24	100,0
Donos de Engenho	12	100,0	0	0,0	12	100,0
Outros *	6	46,0	7	54,0	13	100,0
Não Identificada	12	40,0	18	60,0	30	100,0
TOTAL	222	66,7	111	33,3	333	100,0

Fonte: APEB, SJ, 333 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Os dados da Tabela 3.12 mostram que 68,4% dos produtores de cacau eram proprietários de algum tipo de terra. A outra parte deles, quase um terço (31,6%), não possuía terras declaradas nos inventários, certamente cultivavam cacau em terrenos foreiros, em terras de familiares ou eram agregados, cultivando lavouras em terras de outrem. Francisca de Jesus, por exemplo, possuía 247 cacaueiros plantados na fazenda do pai²⁵³. José Dias Ribeiro tinha

²⁵³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Francisca de Jesus. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 09, 26 de ago. 1856.

500 cacaueiros, no lugar denominado Bazílio, em terrenos de Lourenço Dias Ribeiro²⁵⁴. Herculano Quintino dos Santos tinha 620 cacaueiros frutíferos, no lugar Almada, em terrenos foreiros a Roberto Lavigne²⁵⁵. Encontramos vários casos com este entre os produtores de cacau sem terras.

Com relação aos produtores de farinha/café/coco percebemos que 83,4% possuía algum tipo de terra e entre os negociantes a maior parte também detinha este bem (64%). Contudo, os dados da Tabela 3.9 confirmam que o grupo de proprietários de terra que mais se destacou em Ilhéus foi o dos donos de engenho, todos possuíam terras.

Esses dados mostram como alguns grupos sociais de Ilhéus acumularam riquezas no período de crescimento da economia cacaueira. Os mais ricos entre os inventariados (donos de engenho), eram os que tinham maior número de escravos e possuíam terras com mais frequência que os demais inventariados.

Agora é importante saber se ao longo do período a presença de terras entre os produtores de cacau aumentou ou diminuiu. Isso pode ajudar a entender se houve crescimento da ocupação do território com plantações de cacaueiros no período 1850-1888.

Tabela 3.13 – Distribuição dos inventários com terras por décadas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1888

DÉCADAS	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total de inventários	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	2	16,7	25	55,5	42	62,7	78	79,6	147	66,2
Negociantes	3	25,0	4	8,9	7	10,4	11	11,2	25	11,3
Prod. farinha/café/coco	1	8,2	11	24,4	3	4,5	5	5,1	20	9,0
Donos de Engenho	2	16,7	2	4,5	5	7,5	3	3,1	12	5,4
Outros *	2	16,7	2	4,5	1	1,5	1	1,0	6	2,7
Não Identificada	2	16,7	1	2,2	9	13,4	0	0,0	12	5,4
TOTAL	12	100,0	45	100,0	67	100,0	98	100,0	222	100,0

Fonte: APEB, SJ. 222 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

²⁵⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Dias Ribeiro. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 13, 10 de abr. 1875.

²⁵⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Herculano Quintino dos Santos. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 03, 02 de jun. 1875.

Os dados da Tabela 3.13 mostram que no decorrer das décadas houve progressivo crescimento do número de produtores de cacau com terras. Na década de 1850-1859 eles representavam 16,7% dos inventariados e no período (1880-1888) este percentual alcançou 79,6%, demonstrando que ao longo da segunda metade do século XIX as terras da comarca de Ilhéus foram ocupadas, principalmente, com plantações de cacau.

Todavia, ainda não sabemos como essas terras foram adquiridas nem os tamanhos das propriedades, infelizmente, os inventários não revelam muita coisa sobre esses aspectos. Podemos avaliar parcialmente as formas de aquisição contabilizando os registros de terras com declaração do modo de aquisição, como mostra a Tabela 3.14.

Tabela 3.14 – Distribuição dos registros de terras segundo o modo de aquisição. Ilhéus, 1850-1888

DÉCADAS	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total de registros	
MODO DE AQUISIÇÃO	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Posse	1	3,6	9	10,5	16	8,9	21	9,9	47	9,3
Compra	0	0,0	1	1,1	5	2,8	1	0,5	7	1,4
Herança	1	3,6	3	3,5	4	2,2	2	1,0	10	2,0
Compra e herança	1	3,6	0	0,0	0	0,0	1	0,5	2	0,4
Sem informação	25	89,2	73	84,9	155	86,1	187	88,1	440	86,9
TOTAL	28	100,0	86	100,0	180	100,0	212	100,0	506	100,0

Fonte: APEB, SJ. 222 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

Observando os dados da Tabela 3.11 percebemos que a grande parte dos registros de terras não contém informação sobre o modo de aquisição. Entre os casos em que esta informação aparece constatamos que a posse prevaleceu em relação à compra e herança. Talvez, a “posse pacífica” tenha sido o meio mais comum de apropriação da terra pelos pequenos produtores de cacau. Do total de 47 registro com declaração de posse de terras notamos que 41 (87%) era de pessoas que cultivavam cacauzeiros. Isso pode ser um indício de que a lavoura cacauzeira se formou a partir da expansão das pequenas propriedades.

Na década de 1850 encontramos dois produtores de cacau com terras declaradas nos inventários. Guilherme Mor e Jacob Mor eram donos da Fazenda Boa Vista, o primeiro possuía “vinte e cinco braças de terras onde se acha situada a fazenda do casal com seus

fundos respectivos avaliadas na quantia de cem mil”²⁵⁶ e o segundo “trinta e três braças de terreno a margem do rio cachoeira com seus competentes fundos, cada uma avaliada na quantia de quatro mil réis e todas por cento e trinta e dois mil réis”²⁵⁷

Na década de 1860 encontramos produtores de cacau com 25, 60, 80 e 690 braças de terras, isso para os casos com dimensões das propriedades declaradas nos inventários. Entre os bens de Pedro Bonin, dono da Fazenda Rio Comprido consta:

seiscentas e noventa braças de terreno na sesmaria comprada a Joaquim Pereira Caldas e seu irmão Firmino Pereira Caldas, do lado sul do rio Cachoeira de Itabuna, principiando onde acaba a sesmaria que hoje é do Tenente Coronel Paulino Lopes de Carvalho, senhor do Engenho Jacarecica, a findar no mesmo terreno de Henrique Berbet²⁵⁸.

Nesta década de 1870, entre os produtores de cacau com as dimensões da propriedade declarada, encontramos os donos da Fazenda Ermo Nobre, com 713 braças de terra e uma légua de fundo, cada braça avaliada em três mil réis e todas por Rs. 2.139\$000²⁵⁹. Esta foi a propriedade da terra que alcançou a maior avaliação nesta década, as demais, em sua grande maioria, tiveram preços de avaliação bem abaixo deste, indicando que, talvez, as dimensões das propriedades fossem menores.

Entre os anos de 1880 e 1888 o dono da Fazenda Almada, Roberto Gaston Lavigne, foi o produtor de cacau que localizamos entre os que tiveram as dimensões das terras definidas e que a propriedade alcançou a mais alta avaliação, ou seja, “quinhentas braças de terras no mesmo rio com uma légua de fundo, avaliadas na quantia de dois contos de réis”²⁶⁰.

²⁵⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Guilherme Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 06 de fev. 1856.

²⁵⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Jacob Mor. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 14, 06 de fev. 1856.

²⁵⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Pedro Bonin. Est. 02, Cx. 742, Maço 1207, Doc. 02, 03 de jul. 1868.

²⁵⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Luiza Amélia Vaill Benevides. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 07, 17 de jul. 1871.

²⁶⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Roberto Gaston Lavigne. Est. 02, Cx. 758, Maço 1224, Doc. 13, 19 de jun. 1882.

É certo que esses exemplos deixam de fora muitos proprietários de terras que não sabemos a dimensão das propriedades e isso prejudica qualquer conclusão antecipada sobre o as formas de ocupação e uso da terra em Ilhéus entre os anos de 1850-1888. Nossas análises procuraram apenas apontar tendências sobre a questão.

Este capítulo mostrou alguns aspectos da composição da riqueza nos inventários *post mortem* de Ilhéus entre os anos de 1850 e 1888. No bojo das discussões sobre a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da lavoura cacaueira constatamos que as plantações de cacau estavam disseminadas no patrimônio da maior parte dos inventariados, porém, a posse de escravo abrangeu somente um terço dos processos investigados.

Ao segmentarmos os inventariados em categorias ocupacionais verificamos que a maioria dos produtores de cacau não estava entre os mais privilegiados economicamente se comparados aos negociantes e donos de engenhos. Ademais, apenas uma fração deles (23,7%) detinha escravos e, em média, as fortunas destes eram superiores às dos seus pares que não tinha cativos. Assim, as diferenças de riquezas estavam pautadas, sobretudo, nas chances de adquirir escravos e não necessariamente na produção de cacau. Como a maioria dos negociantes e donos de engenho tinha acesso a estes trabalhadores e poucos estavam envolvidos com plantações de cacau acreditamos que a produção de açúcar e as atividades comerciais eram as principais atividades geradoras de riqueza. Isso não significa que todos os produtores de cacau eram pobres, mas é certo que grande parte deles não conseguia ampliar suas fortunas pela falta de acesso ao trabalho escravo e igualmente pelas dificuldades que tinham de exportar seus produtos.

Como afirmamos no segundo capítulo da tese os negociantes eram os principais exportadores de mercadorias, isso indica que eles eram os mais beneficiados com as vendas dos produtos, restando aos lavradores a alternativa de entregar os gêneros da lavoura como pagamento pelas compras realizadas nas casas de negócio.

Essa é a premissa de Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, que enfatizou que os donos dos frutos de ouro eram aqueles qualificados pelo autor como burguesia cacaueira. Em

parte, concordamos com sua hipótese sobre o processo de endividamento o qual eram submetidos os produtores de cacau. Ao que parece a origem da riqueza dos negociantes vinha dessas relações, pautadas na comercialização não apenas do cacau mais em diversos tipos de mercadorias, incluindo café, madeiras, cachaça, farinha e outros gêneros.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que os donos de engenho eram possuidores das maiores fortunas inventariadas e ao que parece a riqueza deles provinha do comércio de açúcar. A nossa hipótese, pouco discutida na historiografia, é que no século XIX a comarca de Ilhéus atraiu pessoas interessadas em montar engenho e não necessariamente em investir em cacau, como afirmou Mary Ann Mhony. A nosso ver, as famílias ricas do recôncavo se estabeleceram em Ilhéus com o intuito de montar engenhos, principalmente, dada a disponibilidade de terras virgens e madeiras, essenciais para fazer funcionar a empresa açucareira. Nesse processo também se empenharam no cultivo de cacau e café, mas não parece que este foi o objetivo principal.

CAPÍTULO IV

ESCRAVIDÃO NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

4.1 - Introdução

Os estudos históricos sobre a escravidão no Brasil avançaram de modo significativo nas últimas décadas e parte dos pesquisadores se concentrou no campo da Demografia Histórica, trazendo contribuições importantes para a revisão de alguns paradigmas da historiografia brasileira²⁶¹. Nesse capítulo vamos estudar a escravidão na economia de Ilhéus na época da disseminação da lavoura cacaueira, utilizando as ferramentas deste campo de estudo. Estamos interessados em conhecer a estrutura da posse de escravos, a origem, o sexo e os preços dos cativos, bem como a relação dessas variáveis com o contexto socioeconômico.

A intensificação das pesquisas nesta área do conhecimento permitiu identificar a existência de estruturas de produção variadas, relativizando a suposta predominância das *plantations* na escravidão brasileira. Além disso destacou a presença marcante dos pequenos plantéis e a expressiva quantidade de produtores não escravistas²⁶².

A quantificação e catalogação dos dados permitiu compreender ainda as diferenças entre os papéis desempenhados pelos escravos e escravas dentro da escravidão. As análises sobre os preços, sexo, idade e origem revelaram, entre outras questões, os meios utilizados pelos escravistas para prolongar o cativeiro no Brasil, sobretudo após a proibição do tráfico atlântico de africanos (1850)²⁶³.

²⁶¹ Sobre este alentado potencial revisionista ver, entre outros, MOTTA, José Flávio. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001, p. 473-507; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009; SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese (Doutorado em História). Stanford University, Stanford, 1976.

²⁶² Ver, entre outros, COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁶³ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

Esses avanços refinaram nosso entendimento sobre o passado escravista brasileiro. No caso de Ilhéus, bem como na Bahia de maneira geral, as pesquisas nas áreas de história econômica e demográfica histórica ainda são escassas. Nosso objetivo é avançar no tema e contribuir com os estudos recentes.

Inicialmente analisaremos a estrutura da posse de escravos para entender a distribuição da propriedade escrava em Ilhéus no período 1850-1888. Queremos saber se havia concentração e/ou disseminação de cativos, quem eram os maiores escravistas e qual o lugar dos produtores de cacau nesse contexto.

Em seguida dedicamos atenção aos aspectos relacionados com a origem e o sexo dos cativos para avaliarmos a participação de crioulos e africanos na época de formação da economia cacaueira. Ademais, cruzaremos essas informações com a ocupação principal dos inventariados com o objetivo de identificar os grupos que tinham mais africanos, isto é, se havia concentração destes cativos em alguma atividade econômica específica.

Na última seção analisamos de modo sistemático os preços dos escravos por décadas, relacionando-os com as variáveis sexo e idade. Estamos interessados em saber se ao longo do período houve oscilações dos preços e qual a relação disso com a economia de Ilhéus. Outra questão que pretendemos discutir é sobre os meios utilizados pelos escravistas para adquirirem escravos, por isso segmentamos os cativos em faixas etárias e de acordo com o sexo, o que permite verificar a proporção de mulheres e crianças na população escrava.

A nossa hipótese é que a reprodução natural foi um dos fatores que contribuiu para manutenção do escravismo na localidade, pois na segunda metade do século XIX os preços dos escravos sofreram elevação, sendo que poucas famílias de Ilhéus tinham recursos suficientes para comprar escravos²⁶⁴.

²⁶⁴ Para uma discussão historiográfica do tráfico interno de escravo no Brasil ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012. (Capítulo 2 – Historiografia e tráfico interno de escravos no Brasil, p. 61-101). Sobre o tráfico interno na Bahia ver, entre outros, PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

4.2 - A estrutura da posse de escravos

Durante a segunda metade do século XIX diversas famílias exploraram o trabalho escravo em Ilhéus. Nesta seção investigaremos a estrutura da posse de cativos com o objetivo de avaliar a proporção de escravos entre os inventariados. Vale ressaltar que nessa conjuntura a Bahia, assim como outras províncias do Nordeste, atravessou uma fase marcada pela diminuição da mão de obra escrava, pois muitos escravistas, aproveitando a elevação dos preços dos cativos, optaram por vende-los via tráfico interno.

A documentação que serve de suporte para nossas análises são, essencialmente: 333 inventários *post mortem* (1850-1888)²⁶⁵, o Livro de classificação dos escravos para libertação pelo Fundo de Emancipação (1874-1886)²⁶⁶ e o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872²⁶⁷.

No censo de 1872 duas paróquias conformavam a comarca de Ilhéus. A paróquia de São Jorge dos Ilhéus, com 5.682 habitantes, dos quais 1.051 eram escravos (18,5%) e a paróquia de Santo Antônio da Barra do rio de Una, com 2.877 habitantes, sendo 188 (6,5%) escravos.

Os 333 inventários compulsados são de pessoas que viviam nas diversas localidades da comarca e identificamos a presença de escravos em 121 processos (36%). No computo geral foram arrolados 829 cativos, dentre eles 75 ingênuos²⁶⁸. Já no Livro de classificação encontramos 802 escravos, além de 345 filhos menores e 65 ingênuos, perfazendo, nesta fonte, o total de 1.212 cativos.

Inicialmente analisaremos a distribuição da população escravizada descrita nos inventários de acordo com a faixa de tamanho da posse, identificada pela sigla (FTP).

²⁶⁵ APEB, SJ. Inventários *post mortem* (333 processos). Ilhéus, 1850-1888. (Ver listagem em anexo).

²⁶⁶ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

²⁶⁷ Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

²⁶⁸ Ingênuos eram os filhos das escravas nascidos após a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, que passaram a ser considerados de condição livre. BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em 24 mar. de 2018.

Queremos saber quem eram os maiores e menores escravistas, as suas atividades econômicas e se havia a concentração e/ou disseminação da posse de escravos.

Para tanto optamos por segmentar a posse de cativos em quatro faixas principais, que a nosso ver correspondem à realidade socioeconômica de Ilhéus, uma localidade distante dos principais pontos terminais do tráfico atlântico de africanos e com uma economia em desenvolvimento, assim definimos as seguintes faixas escravista (1 a 3 escravos); pequeno escravista (4 a 9); médio escravista (10 a 19), e por fim aqueles que tinham 20 ou mais escravos, classificados como grandes escravistas, sendo que nesta fonte o maior de todos chegou a possuir 73 escravos²⁶⁹.

Tabela 4.1 - Distribuição dos escravistas inventariados por faixas de tamanho da posse de escravos (FTP). Ilhéus, 1850-1888

Classificação dos escravistas	FTP	Escravistas		Total de escravos	
		Nº	%	Nº	%
Mini	1 a 3	66	54,5	109	13,1
Pequeno	4 a 9	31	25,6	181	21,8
Médio	10 a 19	15	12,4	221	26,7
Grande	20 ou +	9	7,5	318	38,4
Total		121	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ. 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

De acordo com os dados da tabela 4.1 a maioria dos escravistas de Ilhéus detinha entre 1 e 3 cativos, eles representavam 54,5% de todos inventariados com posse de escravos, porém, a soma de seus cativos correspondeu apenas a 13,1% dos escravos arrolados nos inventários. Por outro lado, os grandes escravistas, que representavam tão somente 7,5% dos donos de escravos, acumularam 38,4% do total de cativos, demonstrando alta concentração na estrutura da posse.

Os grupos intermediários também eram importantes. Os médios escravistas, 12,4% do total, detinham 26,7% de toda escravaria, e os pequenos (4 a 9 escravos), que representavam 25,6 % dos escravistas, concentraram 21,8% dos escravos.

²⁶⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

Esse quadro demográfico mostra que poucas famílias de Ilhéus eram detentoras de grandes escravarias. Não obstante, ele permite afirmar que não era privilégio dos mais ricos ter escravos, muitas pessoas tinham entre 1 e 3 cativos. Destarte, encontramos pessoas que tinham metade de um escravo. Em Ilhéus, e no Brasil de maneira geral, os escravos eram bens de valor considerável, frequentemente disputado na justiça, doados, vendidos, comprados ou arrematados em praça pública para pagamento de dívidas, como deixam transparecer alguns inventários *post mortem*²⁷⁰.

Ademais, após a proibição do tráfico atlântico de africanos, em 1850²⁷¹, o preço desse bem subiu muito e para maioria dos lavradores de Ilhéus, ficou mais difícil comprar escravos. Esse foi um dos aspectos que limitou a posse de cativos pelos produtores de cacau da localidade, assim muitos recorreram ao trabalho familiar para cultivar as plantações e garantir a sobrevivência.

Segundo Mary Ann Mahony “os registros de batismo, inventários e documentos notariais mostram que a posse de escravos era muito difundida no século XIX”²⁷². Ao que parece algumas famílias, que já eram ricas, concentraram a maior parte dos escravos em suas propriedades, sendo que grande parte dos cacauzeiros foram cultivados por pequenos lavradores, sem recursos suficientes para adquirir escravos, e outros com pequenas posses de cativos.

Podemos avaliar melhor essa questão cruzando as diferentes ocupações dos inventariados com a estrutura da posse de escravos, isso permitirá saber quem eram os maiores escravistas de Ilhéus nessa época. Antes de mostrarmos os resultados deste cruzamento é oportuno lembrar que no conjunto dos inventários compulsados nesta pesquisa

²⁷⁰ Maria, uma criança escrava de 6 anos de idade, foi avaliada em 1865 no inventário do seu proprietário (João Adão Schaum), pelo preço de Rs. 600\$000, sendo que a inventariante declarou que metade daquela escrava pertencia a herdeira Maria Juliana Schaum; Francisca, uma escrava preta de 54 anos, cega do olho esquerdo, foi avaliada em Rs. 400\$000 em 1880, sendo que cabia a Hipólito Gastão Lavigne, um dos proprietários, a quantia de Rs. 294\$320, porque a outra parte foi liberta. Durante os trâmites do processo Francisca apresentou o restante do seu valor e solicitou a liberdade. APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Adão Schaum, Est. 02 Cx. 784, Maço 1251, Doc. 09, 12 jul. 1865; Hipólito Gastão Lavigne, Est. 02 Cx. 755, Maço 1221, Doc. 06, 19 ago. 1880.

²⁷¹ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

²⁷² MAHONY, Mary Ann. “Instrumentos necessários”; escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001. p. 108.

(333) o maior índice de escravistas foi entre os donos de engenho (100% dos casos); depois entre os negociantes (79,5%); em seguida entre os produtores de farinha/café ou coco (45,8%) e por último entre os produtores de cacau (23,3%). É certo que alguns donos de engenho, negociantes e outros inventariados tinham plantações de cacau, mas estas não eram a principal fonte de alocação de suas riquezas.

Inicialmente vamos analisar a distribuição global dos escravos de acordo com a ocupação principal dos escravistas.

Tabela 4.2 – Distribuição dos escravos segundo a ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888

Ocupação principal	Total de escravistas		Soma dos escravos	
	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	51	42,1	254	30,6
Negociantes	31	25,6	122	14,7
Donos de Engenho	12	9,9	304	36,7
Produtores de farinha	5	4,1	52	6,3
Produtores de coco	4	3,3	7	0,8
Produtores de café	2	1,7	4	0,5
Outros	3	2,5	12	1,4
Não Identificada	13	10,7	74	8,9
TOTAL	121	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

Observando a Tabela 4.2 notamos que 42,1% dos escravistas tinha como ocupação principal a produção de cacau, porém a soma de seus escravos correspondeu apenas a 30,6% do total de cativos, demonstrando que a participação do trabalho escravo no cultivo de cacau não era desprezível.

No entanto, entre os donos de engenho, que representaram tão somente 9,9% dos escravistas inventariados, a posse de escravos era mais concentrada, visto que 36,7% dos cativos estavam em suas propriedades.

Esse é o ponto de partida importante para entendermos a estrutura da posse de escravos em Ilhéus. Donos de engenho e negociantes detinham as maiores fortunas e a maioria deles era composta por escravistas, ao contrário dos demais inventariados. Embora

42,1% dos escravistas fossem produtores de cacau, ainda não sabemos se eles concentraram a maior parte das plantações de cacauzeiros.

Vamos avançar nessa investigação analisando, num primeiro momento, o tamanho das escravarias dos inventariados de Ilhéus de acordo com as ocupações principais.

Tabela 4.3 – Distribuição dos escravistas inventariados por faixas de tamanho da posse de escravos (FTP) e ocupação principal. Ilhéus, 1850-1888

(FTP)	1 a 3 escravos		4 a 9 escravos		10 a 19 escravos		20 ou + escravos		Total de escravistas	
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	31	60,8	12	23,5	5	9,8	3	5,9	51	100,0
Negociantes	17	54,8	13	41,9	1	3,9	0	0,0	31	100,0
Donos de Engenho	1	8,3	1	8,3	4	33,3	6	50,0	12	100,0
Produtores de farinha	2	40,0	0	0,0	3	60,0	0	0,0	5	100,0
Produtores de coco	3	75,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	4	100,0
Produtores de café	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0
Outros	2	75,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	3	100,0
Não identificada	8	61,5	3	23,1	2	15,4	0	0,0	13	100,0
TOTAL	66	54,5	31	25,6	15	12,4	9	7,4	121	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

Os dados da Tabela 4.3 mostram que 60,8% dos produtores de cacau escravistas detinha entre 1 e 3 cativos, comprovando que entre eles uma parcela restrita tinha 20 ou mais escravos, apenas 5,9%, ao contrário dos donos de engenho, em que a maior parte era formada por grandes e médios escravistas, 50% e 33,3%, respectivamente.

Não devemos desprezar o fato de que entre 1850 e 1888 diversos negociantes, muitos deles pertencentes a famílias ricas, estavam envolvidos com a comercialização de cacau e outros gêneros da lavoura. No entanto, entre eles também predominou pequenas posses de escravos, 54,8% tinha entre 1 e 3 cativos e a outra parcela (41,9%) entre 4 e 9. Certamente eles utilizavam seus escravos nos serviços domésticos, no embarque e desembarque de mercadorias, nas vendas de produtos nas casas de negócios, nas feiras e com menor frequência no cultivo de cacau.

Desse modo, para a maioria dos pequenos lavradores as chances de comercializar seus produtos diretamente em Salvador eram remotas dadas a dificuldade de obter transportes de

longa distância a preços baixos, além da cobrança de fretes e impostos e as complicações do acesso ao mercado da capital, que certamente oferecia preços mais altos pelos produtos. É oportuno lembrar que essa questão foi colocada no tratado de paz proposto pelos escravos do Engenho Santana, “[...] Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos a nossas cargas para não pagarmos fretes”²⁷³.

Ao que parece, para os pequenos lavradores de Ilhéus da segunda metade do século XIX a alternativa mais viável era entregar a produção aos negociantes, que recebiam o cacau e outros gêneros da lavoura como pagamento, revendendo os produtos na capital a preço mais elevados, e lá mesmo se abastecendo com mercadorias vindas de outros lugares da província, do Império ou do exterior, retornando para abastecer o mercado interno de Ilhéus²⁷⁴.

Agora vamos avaliar a distribuição dos cacauzeiros de acordo com a estrutura da posse de escravos, para entendermos qual foi a importância do trabalho escravo no processo de disseminação do cultivo do cacau em Ilhéus. Devido à baixa amostragem de inventários na década de 1850 optamos por realizar uma análise conjunta do período 1850-1869.

**Tabela 4.4 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos.
Ilhéus, 1850-1869**

FTP	Nº Produtores	Nº Escravos	Nº Cacauzeiros *	% Cacauzeiros
0	26	0	16.636	36,4
1	5	5	7.560	16,5
2	2	4	4.134	9,0
3	0	0	0	0,0
4 a 9	6	31	11.922	26,0
10 a 19	1	11	5.500	12,0
Total	40	51	45.752	100,0

Fonte: APEB, SJ. 40 Inventários. Ilhéus, 1850-1869

(FTP) Faixas de tamanho da posse de escravos.

(*) Excluímos 2.318 cacauzeiros pertencentes a 6 inventariados que não tinham a produção de cacau como ocupação principal.

²⁷³ Tratado de paz proposto pelos escravos do Engenho Santana de Ilhéus. In: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Apêndices: Documentos relativos aos fugitivos do Engenho Santana. Documento II, p. 119-121.

²⁷⁴ Essa discussão pode ser vista em FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). ICS-UFBA. Salvador, 1979.

Os dados da Tabela 4.4 mostram que entre 1850-1869 aproximadamente um terço dos cacauzeiros (36,4%) eram cultivados por pessoas que não detinham escravos. A outra parte das plantações, a maioria, contava com a participação de pelo menos um cativo. Sendo que apenas um inventariado, dono de 11 escravos, concentrou 12% dos cacauzeiros. Aproximadamente um quarto tinha entre 1 e 2 escravos e 26% entre 4 e 9 cativos. Assim, neste período, o trabalho escravo estava presente na maioria das plantações, ainda que indiretamente.

Não obstante, a fase de arranque da lavoura cacauzeira em Ilhéus ocorreu entre as décadas de 1870 e 1880, sendo imprescindível avaliar a distribuição dos cacauzeiros e a presença de escravos nesses decênios.

**Tabela 4.5 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos.
Ilhéus, 1870-1879**

FTP	Nº Produtores	Nº Escravos	Nº Cacauzeiros*	% Cacauzeiros
0	63	0	81.691	47,0
1	4	4	5.965	3,4
2	1	2	4.154	2,4
3	4	12	7.381	4,3
4 a 9	4	15	8.791	5,1
10 a 19	2	29	25.159	14,5
20 ou +	2	49	40.293	23,2
Total	80	111	173.434	100,0

Fonte: APEB, SJ. 80 Inventários. Ilhéus, 1870-1879.

(FTP) Faixas de tamanho da posse de escravos.

(*) Excluímos 5.972 cacauzeiros pertencentes a 4 inventariados que não tinham a produção de cacau como ocupação principal.

Observando os dados da Tabela 4.5 percebemos que quase a metade dos cacauzeiros (47%) eram cultivados por produtores sem escravos. Isso significa que a participação relativa deste grupo aumentou em relação ao período anterior. Por outro lado, notamos que ocorreu aumento da concentração de cacauzeiros nas propriedades com grandes escravarias. Apenas dois produtores, donos de 20 ou mais cativos, detinham 23,2% de todos os cacauzeiros arrolados nos inventários da década de 1870. Isso permite constatar que as poucas famílias

com muitos escravos conseguiram ampliar a produção. Todavia, o trabalho familiar desempenhou papel importante na expansão da lavoura de cacau.

Ainda podemos avançar nessa investigação analisando a década de 1880, que concentrou a maior parte dos cacauzeiros.

**Tabela 4.6 - Produtores de cacau segundo a posse de escravos.
Ilhéus, 1880-1888**

FTP	Nº Produtores	Nº Escravos	Nº Cacauzeiros*	% Cacauzeiros
0	76	0	159.780	63,2
1	13	13	51.686	20,4
2	1	2	8.561	3,4
3	0	0	0	0,0
4 a 9	2	12	3.576	1,4
10 a 19	2	29	17.577	7,0
20 ou +	1	29	11.622	4,6
Total	95	85	252.802	100,0

Fonte: APEB, SJ. 95 Inventários. Ilhéus, 1880-1888

(FTP) Faixas de tamanho da posse de escravos.

(*): Excluímos 29.571 cacauzeiros pertencentes a 6 inventariados que não tinham a produção de cacau como ocupação principal.

Os dados da Tabela 4.6 mostram que entre 1880 e 1888 a maioria (63,2%) dos cacauzeiros era cultivada por produtores sem escravos. Assim, notamos que a fase de arranque e expansão da lavoura cacauzeira se caracterizou por ampla participação do trabalho familiar, sendo que poucas famílias utilizaram o trabalho escravo em larga escala no cultivo do cacau.

Todavia, é importante ressaltar que essas análises deixam de fora uma parte dos inventariados que tinham escravos e cacauzeiros, mas que não foi possível saber a quantidade de plantas cultivadas, pois os avaliadores descreveram as culturas em conjunto com outros bens. Esses casos constituem a minoria dos processos investigados e acreditamos que eles não distorcem os resultados apresentados, até porque a maior parte desses processos era de pessoas que não tinham cativos, outros que tinham pequenas posses e somente um era grande escravistas, membro da família Sá Bitencourt Câmara ²⁷⁵.

²⁷⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

É importante ressaltar que, apesar da posse de escravos estar restrita a 36% dos inventariados identificamos que os cativos trabalhavam em vários setores da economia. Comprar escravos e fazê-los trabalhar significava a possibilidades de aumentar a fortuna em quaisquer que fosse a atividade. Todavia, no caso de Ilhéus notamos que a maior parte dos grandes escravistas era constituída por donos de engenho, isso significa que a maioria dos escravos trabalhava, principalmente, na produção de açúcar e em menor proporção nas lavouras de cacau. Assim como no Recôncavo baiano²⁷⁶, em Ilhéus a empresa açucareira continuo sendo uma atividade lucrativa até a véspera da abolição da escravidão.

No entanto, devemos reconhecer que nesse contexto a expansão do cultivo de cacau conviveu com várias outras atividades importantes. Encontramos produtores de farinha que tinham entre 10 e 19 escravos, muito acima da posse do típico lavrador de mandioca analisado por Bert J. Barickman, que no geral detinha entre dois e oito escravos²⁷⁷. No litoral havia fazendas com escravos e plantações de coco; também encontramos produtores de café com escravos.

Assim, a exploração do trabalho escravo em larga escala realizava-se, sobretudo, entre os donos de engenho, que concentraram a maior parte dos cativos e entre algumas famílias ricas que viram no cacau uma alternativa de investimento, mesmo assim eles tinham ligação com os negociantes, donos de engenho e se articulavam para obter vantagens não apenas com a produção mas também na comercialização dos produtos. A maioria dos produtores de cacau não tinha esses recursos, utilizaram as sementes do fruto como moeda de pagamento, ficando impossibilitado, na maioria das vezes, de enriquecer com o cultivo de cacaueiros.

Analisar a relação dos maiores proprietários de escravos presentes nos inventários *post mortem*, bem como a composição de suas riquezas, pode contribuir para entendermos melhor a questão.

²⁷⁶ Ver, BARICKMAN, Bert J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*. Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

²⁷⁷ BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 248.

Tabela 4.7 – Relação dos grandes escravistas (20 ou + cativos) inventariados. Ilhéus, 1850-1888

			Total de Escravos *	
Nomes	Nº	%	Nº	%
Rita Constança de Melo Sá e esposo	1	0,8	73	9,0
Maria José Leola Del Rey e irmã	1	0,8	54	6,5
Maria da Piedade Melo e Sá	1	0,8	48	5,7
Cap. Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara	1	0,8	29	3,5
Major Joaquim José de Oliveira	1	0,8	28	3,4
Cristiano Manoel de Sá Bitencourt Câmara	1	0,8	23	2,7
Mariana Joaquina de Queirós Caldas	1	0,8	22	2,6
Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva	1	0,8	21	2,5
Lourenço Dias Ribeiro	1	0,8	20	2,4
Demais escravistas	112	92,5	511	61,7
TOTAL	121	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ. 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Inclui 75 ingênuos.

A Tabela 4.7 apresenta os nove maiores escravistas encontrados nos inventários *post mortem* de Ilhéus, isto é, aqueles que tinham 20 ou mais escravos. Eles representavam a minoria dos escravistas, mas concentraram 38,3% dos cativos inventariados.

A primeira pessoa da lista é Dona Rita Constança de Melo Sá, viúva do Tenente Coronel Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara, dona do maior número de escravos entre os inventariados, 73 cativos (9%). O inventário foi aberto em 28 de agosto de 1880, após a morte de Dona Rita, que tinha várias propriedades em Ilhéus e no distrito de Cachoeira de Itabuna, com riqueza bruta calculada no valor de Rs.57.889\$448, a maior parte comprometida com escravos (53%), dívidas ativas (35%) e terras (8%)²⁷⁸.

A primeira avaliação foi realizada na Fazenda Morro, na Cachoeira de Itabuna, um dos locais de residência da inventariada, onde trabalhavam doze escravos no serviço de lavoura. A fazenda possuía três bois do serviço, todos por Rs. 150\$000; uma casa de morada coberta de telha por Rs. 500\$000; uma plantação com 4.500 cafezais por Rs. 900\$000; outra com 4.000 covas de mandioca por Rs. 100\$000. Ao que parece tratava-se de uma fazenda escravista voltada para produção de café e mandioca para fabricação de farinha.

²⁷⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

Outra importante propriedade de Dona Rita era “uma fazenda de cacauzeiros denominada Santa Maria, situada no mesmo rio Cachoeira, com um quarto de légua de frente, três léguas de fundo, casa velha de fazer farinha coberta de telha, tudo avaliado em Rs. 2.500,000”²⁷⁹. Pelas dimensões da fazenda e o preço de avaliação parece que era uma grande propriedade escravista dedicada à produção de cacau. Embora os avaliadores não mencionem o número de cacauzeiros cultivados, nem quantos escravos trabalhavam nesta fazenda, acreditamos que durante o século XIX este foi o principal ramo da família Sá Bitencourt Câmara, uma das mais tradicionais de Ilhéus²⁸⁰, que investiu muito em escravos e plantações de cacau e café no distrito da Cachoeira de Itabuna, além da produção de farinha de mandioca. A inventariada tinha imóveis na vila de Ilhéus e uma parte dos seus escravos (29) estava neste espaço, outra parte (32) na Fazenda Vitória, também localizada na Cachoeira de Itabuna, propriedade de Fernando Steiger, genro da falecida, outro importante escravista produtor de cacau e café desta família, como mostraremos nos próximos parágrafos.

Um dos filhos de Dona Rita Constança, o Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara, batizado com mesmo nome do pai, faleceu em 1880, poucos meses depois da morte de sua mãe e seu nome aparece em quarto lugar em nossa lista dos maiores escravistas inventariados, possuindo 29 escravos. Na época, além dos cativos ele possuía 11.622 cacauzeiros espalhados em diversas propriedades, inclusive na Cachoeira de Itabuna: na Fazenda Santa Maria, propriedade de seus falecidos pais (2.100); na Fazenda Boa Vista Sá (3.140); na Fazenda Boa Vista Kahene Sá (4.647); na Fazenda Hico, continuação da Boa Vista Sá (1.070) e na Fazenda Pupe (665). Ademais, ele possuía casa de residência na vila de Ilhéus, na rua direita do Porto, casas de morada nas fazendas, casa de farinha, senzalas, casas de beneficiar cacau, entre outros bens. No computo geral a riqueza bruta foi calculada no valor de Rs. 25.575\$000, a maior parte alocada em escravos (42%) e cacauzeiros (38%)²⁸¹.

Outro segmento desta família tinha riqueza apoiada nas atividades do engenho. Maria da Piedade Melo e Sá faleceu em 12 de abril de 1876 e era casada com Christiano Manoel de Sá Bitencourt Câmara. Na época eles eram donos do Engenho Itaípe e de 48 escravos, entre

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ Sobre as tradicionais famílias de Ilhéus ver, entre outros, Ribeiro, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus* (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

²⁸¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Egídio Luiz de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02 Cx. 754, Maço 1220, Doc. 11, 16 de nov. 1880.

outros bens. A fortuna da família foi calculada em Rs. 53.097\$000, a maior parte comprometida com escravos (61%), imóveis (14,4%) e terras (14%)²⁸². O nome dela aparece em terceiro lugar em nossa lista dos maiores escravistas. Todavia, o viúvo se casou em segundas núpcias com Cândida Fausta de Sá e faleceu em 14 de abril de 1879, sem deixar testamento. Nesta ocasião Christiano Manoel de Sá ainda era dono do Engenho Itaípe e dos escravos, mas neste inventário só foram considerados 23 escravos, pois a outra parte pertencia ao espólio do primeiro casamento²⁸³, assim, ele aparece em sexto lugar em nossa lista dos maiores escravistas inventariados.

Outro representante desta família ocupa o quinto lugar na alista dos maiores escravistas inventariados. Major Joaquim José de Oliveira era casado com dona Adelaide de Melo Sá Oliveira e o inventário da família foi aberto em 1875, por ocasião da morte do Major. O casal possuía, entre outros bens, uma fazenda na Cachoeira de Itabuna com 19.406 cacaueiros, 6 mil pés de café e 28 escravos. A riqueza bruta foi avaliada em Rs. 62.180\$824, e estava comprometida, principalmente, com os seguintes bens: plantações de cacau (31%); escravos (18%); imóveis (17%), dívidas ativas (14%) e terras (14%)²⁸⁴. Além de dono da maior plantação de cacau entre os inventariados o Major Joaquim José de Oliveira era dono de “uma engenhoca de fabricar açúcar e casa de farinha com todos os seus utensílios, tudo no valor de duzentos e sessenta mil réis”²⁸⁵, também possuía “uma casa situada na rua do porto com seus chãos próprios e armação para venda”²⁸⁶. Assim, percebemos que sua riqueza era diversificada, além de grande produtor de cacau ele devia vender gêneros da lavoura na vila de Ilhéus.

Voltando atenção para a Tabela 4.7 notamos que Maria José Leola Del Rey e sua irmã ocuparam o segundo lugar em nossa lista dos maiores escravistas. Elas eram herdeiras do Engenho Castelo Novo, grande complexo econômico e escravista de Ilhéus na segunda metade do século XIX, com 54 escravos. O inventário foi aberto em 1861 devido a morte

²⁸² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.

²⁸³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Cristiano Manole de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 02, 24 de abr. 1879.

²⁸⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ Ibidem.

destas herdeiras e essa família foi a mais ricas entre os inventariados, com fortuna calculada no valor de Rs. 89.797\$030, grande parte alocada em escravos (60%); imóveis (18%) e terras (9%)²⁸⁷.

Os escravos do Engenho Castelo Novo trabalhavam em diversas atividades relacionadas com a produção de açúcar, aguardente, farinha de mandioca, serviços domésticos, exploração e beneficiamento de madeiras, além de cuidarem dos animais, do canavial e da plantação de cacau (2.000 pés). O engenho também tinha balcão com armação para negócio e o nome de Manoel Assêncio Homem Del Rey, um dos proprietários, consta no Livro de imposto sobre casas de negócio²⁸⁸. Ademais, ele recebia cacau como pagamento das dívidas contraídas em seu estabelecimento pelos lavradores.

A viúva de José Pedro Mendes, por exemplo, produtor de cacau em Banco do Pedro, declarou que entregou mais de 200 arrobas ao Tenente Manoel Assencio Homem Del Rey, por conta de sua dívida, mas segundo ela “o referido credor não costuma passar recibo da quantidade de cacau que seus fregueses lhe entregam e que à própria inventariante recusou dar conta corrente, perguntando-lhe na ocasião em que solicitava-a: Para que conta? A senhora vai pagar?”²⁸⁹ A viúva mostrou-se claramente inconformada com o valor da dívida apresentada pelo negociante (Rs. 2.537\$521), que arrancou 40% da fortuna do casal (Rs. 6.297\$500)²⁹⁰.

Outro nome que aparece na lista dos maiores escravistas inventariados é o de Dona Mariana Joaquina de Queirós Caldas, proprietária do Engenho São João, localizado na Cachoeira de Itabuna, com 22 escravos e outros bens em 1878, ano que ela faleceu²⁹¹. A riqueza bruta da família foi avaliada em Rs. 22.186\$960, a maior parte comprometida com escravos (54%), imóveis (26%) e terras (12,5%)²⁹².

²⁸⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

²⁸⁸ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Maço 5455. Livro de imposto sobre casas de negócio. Ilhéus, 1874-1892.

²⁸⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Pedro Mendes. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 14, 16 de nov. 1886.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Mariana Joaquina de Queirós Caldas. Est. 02, Cx. 750 Maço 1216, Doc. 07, 16 de set. 1878.

²⁹² Ibidem.

Outro grande escravista de Ilhéus era o Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva, casado com Florinda Francisca de Paiva, donos da Fazenda Pirataquisse, além de 20 escravos e plantações que totalizaram 20.889 cacaueiros, espalhados em vários lugares, entre outros bens declarados no inventário, aberto em 1878 por ocasião da morte do referido capitão. A fortuna do casal foi calculada em Rs. 49.742\$100, comprometida, principalmente, com os seguintes bens: cacaueiros (41,7%); escravos (25%); terras (17%) e imóveis (9%)²⁹³.

O último nome da lista dos maiores escravistas era proprietário de engenho. Antes de falecer, em 1879, Lourenço Dias Ribeiro era dono de Fazenda com engenho no Iguape, dono de 20 escravos e de uma fortuna avaliada em Rs. 17.457\$800, a maior parte comprometida com escravos (58%); imóveis (21,5%) e terras (15%)²⁹⁴.

A análise do patrimônio desses grandes escravistas mostra que na segunda metade do século XIX a economia de Ilhéus estava em transição, sendo que os mais ricos estavam investindo em engenhos e outros e plantações de cacau, ambos recorreram ao trabalho escravo como meio de aumentar as suas riquezas. Alguns engenhos se expandiram além do litoral e foram estabelecido no distrito de Cachoeira de Itabuna, para onde se deslocaram membros da família Sá Bitencourt Câmara junto com seus escravos, eles foram os grandes escravistas que investiram no cultivo de cacau e outros produtos, a maioria dos lavradores que também se dirigiram para Itabuna para expandir a fronteira agrícola com plantações de cacau era formada por pessoas com poucos recursos financeiros e portanto sem condições de comprar escravos.

A família Sá Bitencourt Câmara já era rica antes mesmo do cacau se tornar produto de alto valor econômico. Eles compraram o Engenho Santana na primeira metade do século XIX e alguns continuaram investindo em engenhos enquanto outros se estabeleceram em Itabuna, mas mantiveram propriedades na vila de Ilhéus e em outras partes da comarca²⁹⁵.

Mary Ann Mahony argumenta que no final do século XIX e início do XX surgiram novos ricos em Itabuna em contraposição às antigas famílias tradicionais de Ilhéus. Os nossos dados indicam que essa questão merece aprofundamentos, visto que encontramos

²⁹³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 13, 17 de set. 1878.

²⁹⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Lourenço Dias Ribeiro. Est. 02, Cx. 754, Maço 1220, Doc. 01, 30 de jun. 1879.

²⁹⁵ Sobre a cadeia sucessória dos proprietários do Engenho Santana ver, entre outros, MARCIS, Teresinha. O Engenho Santana: uma reconstrução histórica. In: PÓVOAS, Ruy do Carmo. *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012. p. 281-326.

diversos integrantes desta tradicional família rica de Ilhéus (Sá Bitencourt Câmara) estabelecidos no distrito de Cachoeira de Itabuna, isso desde a segunda metade do século XIX²⁹⁶.

Ainda podemos analisar a estrutura da posse de escravos investigando outra fonte, o Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação, onde constam grandes escravistas, parte deles não capturados nos inventários *post mortem*²⁹⁷.

Entre 1874 e 1886, os donos de escravos de Ilhéus tiveram que apresentar seus cativos à Junta de classificação para concorrerem à libertação pelo Fundo de emancipação²⁹⁸, declarando as características principais como nome, cor, idade, ocupação, estado conjugal e a quantidade de filhos menores, escravos e ingênuos. O resultado é uma listagem com o nome de 183 escravistas, que classificaram 802 escravos, além de 345 filhos menores e outros 65 ingênuos²⁹⁹. A distribuição desses escravistas e dos 1.212 escravizados por faixas de tamanho da posse poder ser vista na Tabela 4.8.

Tabela 4.8 - Distribuição dos escravistas do Livro de classificação dos escravos por faixas de tamanho da posse de cativos (FTP). Ilhéus, 1874-1886

Classificação dos escravistas	FTP	Escravistas		Total de escravos*	
		Nº	%	Nº	%
Mini	1 a 3	117	64,0	176	14,5
Pequeno	4 a 9	35	19,0	199	16,4
Médio	10 a 19	14	7,7	203	16,8
Grande	20 ou +	17	9,3	634	52,3
Total		183	100,0	1.212	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Livro nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(*) Inclui 345 filhos menores escravos e 65 ingênuos

²⁹⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

²⁹⁷ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Fundo: Tesouraria Provincial. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

²⁹⁸ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 3º Serão anualmente libertados em cada Província do império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado à emancipação. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

²⁹⁹ Ibidem.

A Tabela 4.8 evidencia um padrão de estrutura da posse de escravos semelhante ao encontrado no estudo com os inventários *post mortem*, ou seja, a maioria (64%) dos donos de escravos também possuía de 1 a 3 cativos. No entanto, a soma de seus escravos representou somente 14,5% dos cativos classificados.

Já o grupo dos grandes escravistas, com 20 ou mais escravos, era composto por apenas 17 pessoas (9,3%) e concentrou 52,3% dos escravos. Juntos, médios e grandes escravistas detinham 69,1% de todos os escravos, e representavam tão somente 17% dos escravistas. Desse modo, assim como nos inventários *post mortem*, no Livro de classificação encontramos altos níveis de concentração na estrutura da posse de escravos.

Muitos escravistas presentes nos inventários também aparecem no Livro de classificação dos escravos e vamos analisar alguns. Contudo, para evitar repetição das análises vamos contemplar aqueles que não estavam entre os inventariados anteriormente discutidos. Vale advertir que não encontramos informações sobre todos escravistas do Livro de classificação dos escravos, certamente alguns faleceram num período posterior aos limites temporais do nosso estudo. Mesmo assim, ao confrontar a duas fontes, percebemos que o número de escravistas de Ilhéus era maior do que os 121 inventariados.

Tabela 4.9 – Relação dos maiores escravistas (20 ou + cativos) do Livro de classificação dos escravos. Ilhéus, 1874-1886

Nomes	Nº	%	Total de escravos*	
			Nº	%
Fernando Steiger	1	0,55	146	12,0
Fortunato Pereira Gallo	1	0,55	63	5,2
Ernesto de Sá Bitencourt Câmara	1	0,55	47	4,0
Paulino Lopes de Carvalho	1	0,55	46	3,9
Dr. Pedro de Cerqueira Lima	1	0,55	37	3,0
José de Melo Sá	1	0,55	30	2,5
Joaquim José de Calazans Bitencourt	1	0,55	23	1,9
Leôncio Armando de Lima	1	0,55	23	1,9
Luiz Gaston Lavigne	1	0,55	23	1,9
João Baptista Homem Del Rey	1	0,55	21	1,7
Demais escravistas	173	94,5	753	62,0
TOTAL	183	100,0	1.212	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Livro nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(*) Inclui 345 filhos menores escravos e 65 ingênuos.

A Tabela 4.9 mostra que apenas dez escravistas concentraram 38% dos escravos classificados. Fernando Steiger foi o que apresentou maior quantidade, 146 cativos (12%). Ele foi um dos maiores exportadores de cacau e café de Ilhéus entre 1871 e 1885³⁰⁰ e era casado com a filha do Tenente Coronel Egídio Luiz de Sá Bithencourt Câmara e de Dona Rita Constança de Sá, que na época da abertura do inventário já era falecida. Assim, percebemos que Fernando Steiger era viúvo e disputou na justiça vários escravos com Paulina Kaene de Sá, também viúva, nora de Dona Rita³⁰¹. Outro grande escravista membro desta família foi Ernesto de Sá Bitencourt Câmara, que apresentou 47 escravos para concorrerem à libertação, mas não encontramos seu inventário.

Fortunato Pereira Galo, classificou 49 escravos, mas também não tivemos acesso ao seu inventário. Quem fornece informações sobre ele é Mary Ann Mahony, segundo a autora,

Fortunato Pereira Gallo era o filho de um proeminente senhor de engenho do Recôncavo, que comprou vários cativos na praça de Salvador quando recebeu sua herança e se mudou para Ilhéus, onde reconstituiu uma parte significativa de uma antiga sesmaria para criar uma propriedade agrícola chamada Santo Antônio da Ribeira das Pedras, que produzia madeiras, açúcar, café e cacau³⁰².

Mais uma vez identificamos o caso de um grande escravista em Ilhéus, dono de 49 escravos, que era dono de engenho, envolvido com a produção de açúcar, cacau e café, com a exploração de madeiras e outras atividades.

Pedro de Cerqueira Lima é outro importante escravista de Ilhéus que Mary Ann Mahony identificou como ligado às famílias da elite açucareira do Recôncavo. Ao todo ele apresentou 30 escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Não localizamos seu inventário, contudo seu nome é citado nos autos do inventário de Roberto Gaston Lavine

³⁰⁰ Ver APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Fundo: Tesouraria Provincial. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Maço 5459. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Ilhéus, 1871-1885.

³⁰¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

³⁰² MAHONY, Mary Ann. A vida e os tempos de João Gomes: escravidão, negociação e resistência no Atlântico negro. *Revista Crítica Histórica*. Ano VII, nº 13, jun. 2016.

como sendo o proprietário do Engenho Almada, onde o falecido inventariado residia, na qualidade de caixeiro da casa de negócio³⁰³.

Paulino Lopes de Carvalho apresentou 49 escravos para concorrerem à libertação pelo fundo de emancipação. No inventário de João Pedro Bonin, aberto em 1868, consta a seguinte informação sobre ele,

[...] 690 braças de terreno na sesmaria comprada a Joaquim Pereira Caldas e seu irmão Firmino Pereira Caldas, do lado sul do rio Cachoeira de Itabuna, principiando onde acaba a sesmaria que hoje é do Tenente Coronel Paulino Lopes de Carvalho, senhor do Engenho Jacarecica, a findar no mesmo terreno de Henrique Berbet³⁰⁴. (Grifo nosso)

Essa descrição revela que Paulino Lopes de Carvalho era dono de Engenho Jacarecica, localizado na Cachoeira de Itabuna, além de possuir a patente de Tenente Coronel da Guarda Nacional, constituindo mais um exemplo de grande escravista dono de engenho.

Joaquim José de Calazans Bitencourt é outro exemplo, no inventário de Rita Constança de Melo Sá consta uma dívida ativa no valor de Rs. 4.445\$000, “referente à venda do Engenho Esperança, localizado nas proximidades do rio Fundão, vendido ao Coronel Joaquim José de Calazans Bitencourt por Rs. 12.000\$000”³⁰⁵.

João Baptista Homem Del Rey era proprietário do Engenho Santana e apresentou 21 escravos para concorrerem à libertação. Seu inventário foi aberto em 1884, por ocasião da sua morte, e sua fortuna foi avaliada em Rs. 11.219\$000, nessa época ele possuía dez escravos que representaram 29% da riqueza, as terras 44% e os imóveis 17%, não encontramos plantações de cacau entre os seus bens inventariados³⁰⁶.

Desse modo, na listagem dos dez grandes escravistas da Tabela 4.9 percebemos que pelo menos 50% deles eram donos de engenho. É certo que não localizamos os inventários de todos, mas percebemos que a quantidade de engenhos não era desprezível. Destarte, muitos

³⁰³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Roberto Gaston Lavigne. Est. 02 Cx. 758, Maço 1224, Doc. 08, 19 de jun. 1882.

³⁰⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Pedro Bonin. Est. 02 Cx. 742, Maço 1207, Doc. 02, 03 de jul. 1868.

³⁰⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Rita Constança de Melo Sá, Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 ago. 1880.

³⁰⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão João Batista Homem Del Rey. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, doc. 11, 09 de jun. 1884.

membros da família Sá Bitencourt Câmara aparecem entre os grandes proprietários de escravos, parte deles envolvida com cultivo de cacau e outra parte continuou com engenhos praticamente até a véspera da abolição. Assim, podemos considerar que naquele contexto Ilhéus estava vivenciando uma transição econômica dos engenhos de açúcar para a lavoura cacaueira. Nesse processo as famílias ricas conseguiram ampliar suas fortunas, pois tinham recursos para comprar escravos e assim conseguiam aumentar a produção, ao contrário da maioria dos inventariados que investigamos.

Entre os pequenos escravistas encontramos produtores de cacau, negociantes, produtores de farinha e pessoas envolvidas com outras atividades econômicas. Santos Antônio Teixeira, por exemplo, morava no sítio Jacarandá, na Cachoeira de Itabuna, tinha um escravo e uma plantação com 125 pés de cacau, entre outros bens. Sua riqueza bruta foi calculada em Rs. 940\$000 e o seu escravo João, cabra de 18 anos de idade, representava 85% do valor de seu patrimônio. Nos autos do processo, cujo inventário foi aberto em 1862, a viúva inventariante declarou que ele estava foragido e o juiz mandou capturá-lo³⁰⁷.

Antônio da Cunha Marelim era negociante na vila de Ilhéus e possuía apenas uma escrava, a crioula Paulina, solteira, avaliada em Rs. 1.000\$000, entre outros bens descritos no inventário, aberto em 1866 por ocasião da morte de Antônio. O monte-mor foi avaliado em Rs. 11.700\$473 e neste caso a escrava equivalia a 8,5% de toda fortuna³⁰⁸.

Esses exemplos demonstram as disparidades entre os pequenos escravistas de Ilhéus. Se a viúva de Santos Antônio Teixeira não conseguisse que as autoridades capturassem seu escravo foragido a riqueza da família seria drasticamente reduzida. No caso do negociante uma situação como esta não causaria grande impacto. De todo modo, muitos escravistas tinham apenas um escravo. Dentre os 121 inventários com posse de cativos constatamos que 31% era dono de apenas um escravo, a maioria deles era formada por produtores de cacau.

No Livro de classificação dos escravos computamos a presença de 183 escravistas, dos quais 74 (40%) eram donos de apenas um escravo, demonstrando que a posse de muitos cativos estava restrita a algumas famílias ricas da localidade e outras que vieram do

³⁰⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Santos Antônio Teixeira. Est. 02 Cx. 784, Maço 1251, Doc. 15, 04 de ago. 1862.

³⁰⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Antônio da Cunha Marelim. Est. 02 Cx. 785, Maço 1252, Doc. 02, 06 de ago. 1866.

Recôncavo e se estabeleceram em Ilhéus para montar engenhos de açúcar, empreendimento que exige grande quantidade de trabalhadores, como ressaltou Stuart Schwartz, “Embora existissem alguns engenhos que operassem com menos de quarenta escravos, na Bahia a maioria deles possuía entre sessenta e oitenta, número esse que podemos supor como sendo o mínimo necessário para o funcionamento eficaz”³⁰⁹.

4.2 - Crioulos e africanos no trabalho escravo

Muitos crioulos e africanos trabalharam como escravos em Ilhéus durante a segunda metade do século XIX. Nessa seção analisaremos a proporção deles no conjunto da população escrava da localidade, levando em consideração a divisão por sexo e idade. O objetivo é investigar a dispersão ou concentração de africanos nas atividades econômicas e discutir o acesso dos escravistas de Ilhéus ao mercado de escravo, bem como analisar as origens dos cativos pertencentes aos produtores de cacau, negociantes, donos de engenho e demais inventariados.

Nosso ponto de partida é a proibição do tráfico atlântico de africanos pela Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850³¹⁰, que causou elevação dos preços dos cativos. A partir desta lei a compra de escravos passou a exigir maiores somas de dinheiro, o que ensejou um opulento comércio interno de pessoas escravizadas, cuja direção principal foi da região Norte para o Centro Sul do Império, onde a cafeicultura se expandia. Os estudiosos do assunto já demonstraram que esse comércio se desenvolveu tanto pelos caminhos do interior quanto pelo litoral, com quantidades expressivas de pessoas comercializadas³¹¹. Bert J. Barickman, por

³⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e colonial*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 136.

³¹⁰ BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

³¹¹ Para discussão historiográfica ver, por exemplo, MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo. Alameda, 2012. (Capítulo II – Historiografia e tráfico interno de escravos no Brasil). Sobre o tráfico interno na Bahia ver, entre outros, PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

exemplo, constatou que entre 1853 e 1871 as autoridades portuárias da Bahia registraram a saída de quase 18.000 escravos despachados para fora da província.³¹²

Entre os inventariados de Ilhéus encontramos casos de pessoas envolvidas com o tráfico interno de cativos. Joaquim José da Costa Seabra, por exemplo, um dos grandes negociantes de Ilhéus, realizou a venda de dois escravos para o Rio de Janeiro, conforme a conta de venda e líquido que aparece em seu inventário, aberto em 1856. Sebastião, de nação Angola, foi vendido por Rs. 550\$500 e Maria, crioula, por Rs. 550\$000. Entre as despesas com a venda constam: frete ao Brigue (Rs. 24\$100); apresentação na Polícia e matrícula no Tesouro (Rs. 5\$000); comedorias por seis dias cada um, a Rs. \$200 o dia (Rs. 2\$400) e Comissão de 5% sobre as vendas (Rs. 55\$000)³¹³.

Por outro lado, alguns estudiosos apontam que desde 1831, com o aumento da repressão britânica ao tráfico de africanos, o sul da Bahia se tornou uma alternativa para os traficantes que fugiam da fiscalização. O cronista João da Silva Campos informa que moradores de Ilhéus noticiaram desembarque ilegal de africanos na costa do mamoa³¹⁴. Mary Ann Mahony discute vários exemplos de desembarques de escravos no litoral de Ilhéus após a Lei de 1850³¹⁵. Ronaldo Lima da Cruz também se debruçou sobre a questão analisando as correspondências dos juizes de Ilhéus, constatando, entre outras questões, a preocupação das autoridades com os desembarques clandestinos³¹⁶.

Analisar as características da população escrava descrita nos inventários *post mortem* pode ajudar a entender como os escravistas de Ilhéus conseguiram escravos. A nossa hipótese é que a reprodução natural foi o principal aspecto a garantir a manutenção do sistema escravista na localidade. Todavia, não descartamos a possibilidade de algumas compras via tráfico interno. A Tabela 4.10 fornece algumas pistas sobre a questão.

³¹² BARICKMAN, Bert. J. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1888). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999. p. 194 e 204.

³¹³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08 Cx. 3424, Doc. 06, 17 de set. 1856.

³¹⁴ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed. Ilhéus: Editus, 2006. p. 356.

³¹⁵ MAHONY, 2001, Op. Cit. p. 103-104; BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste império. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

³¹⁶ CRUZ, Ronaldo Lima. No lado de cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates*, Caetité, UNEB, v.1, n.1, p. 1-18, jul./dez., 2010.

Tabela 4.10 – Distribuição dos escravos por décadas, segundo origem e sexo. Ilhéus, 1850-1888

Décadas	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total de escravos	
Origem e Sexo	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crioulos	23	29,1	69	36,1	109	34,5	69	29,4	270	32,9
Crioulas	26	32,9	69	36,1	121	38,3	86	36,6	302	36,7
Subtotal	49	62,0	138	72,2	230	72,8	155	66,0	572	69,6
Africanos	15	19,0	14	7,3	22	7,0	7	3,0	58	7,1
Africanas	6	7,6	14	7,3	14	4,4	10	4,2	44	5,3
Subtotal	21	26,6	28	14,6	36	11,4	17	7,2	102	12,4
Sem inform.	9	11,4	25	13,2	50	15,8	63	26,8	147	18,0
Total *	79	100,0	191	100,0	316	100,0	235	100,0	821	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Excluímos 8 casos sem informação de sexo.

A Tabela 4.10 mostra que o número de crioulos predominou sobre o de africanos em todas as décadas, sendo que no compute do total de escravos eles perfizeram 69,6% dos cativos e os africanos 12,4%. Ademais, é possível constatar que ao longo do período o percentual de africanos declinou, saltando de 26,6% na década de 1850 para 7,2% no período 1880-1888.

Não obstante, devemos considerar que o percentual relativo de casos sem informação da origem aumentou de forma vertiginosa, 11,4% na década de 1850 para 26,8% nos últimos anos (1880-1888). A historiografia já ressaltou que desde 1831 os escravistas evitaram, até quando puderam, revelar a origem de seus escravos, visto que os africanos desembarcados no Brasil a partir desta data eram considerados pela lei como de condição “livres”³¹⁷. Isso também pode ter acontecido em Ilhéus, visto que o aumento dos casos sem informação sobre a origem é surpreendente, o que não deve ser mera coincidência.

A procedência dos africanos, por exemplo, aparece poucas vezes nos inventários, encontramos apenas dez casos: cinco nagôs e os outros gege, congo, cassange, fula e Angola.

³¹⁷ Sobre o assunto ver, entre outros, MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. Revisitando a “transição para o trabalho livre” a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

Não sabemos se eles foram comprados antes ou depois de 1850. Avaliar a origem por faixas etárias pode revelar algumas pistas sobre o assunto. Antes de aprofundar a questão vamos explicar a metodologia que adotamos na definição das idades dos escravos.

Incluimos no grupo das crianças os cativos com até 10 anos de idade e os casos descritos como “cria”, “crioulinho”, “mulatinho”, “cabrinha” e “pardinho”. No grupo dos jovens incluimos escravos entre 11 e 16 anos, bem como os casos declarados como “moço”, ou “ainda moço”. No grupo dos adultos novos incluimos cativos com idades entre 17 e 30 anos; os considerados adultos maduros com idades entre 31 e 55 anos e no grupo dos idosos incluimos aqueles com idade a partir de 56 anos, bem como os casos descritos como “velhos”, “idosos”, “bastante velho”. Os cativos sem menção da idade foram agrupados na categoria “sem informação”.

Tabela 4.11 - Distribuição da população escrava por faixas etárias. Ilhéus, 1850-1888

CLASSIFICAÇÃO	FAIXAS ETÁRIAS	TOTAL DE ESCRAVOS	
		Nº	%
Crianças	até 10 anos	194	23,4
Jovens	11 até 16 anos	85	10,3
Adultos Novos	17 até 30 anos	179	21,6
Adultos Maduros	31 até 55 anos	160	19,3
Idosos	56 ou + anos	58	7,0
Sem informação		153	18,4
TOTAL		829	100,0

Fonte: APEB, SJ. 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

Os dados da Tabela 4.11 revelam a presença significativa de crianças na população escrava, 23,4% deles tinha entre 0 e 10 anos de idade. Do ponto de vista senhorial o elevando percentual de crianças significava a possibilidade de prolongar o cativeiro, para os

escravizados significava a chance de formar família, contudo, não pretendemos investigar esse assunto no momento, nosso foco é analisar a origem dos cativos³¹⁸.

Tabela 4.12 – Distribuição da população escrava por origem e faixas etárias. Ilhéus, 1850-1888

Origem	Crioulos		Africanos		Sem Informação		Total de escravos	
Faixas Etárias	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Crianças (0-10)	171	29,8	0	0,0	23	15,0	194	23,4
Jovens (11-16)	78	13,6	2	2,0	5	3,3	85	10,2
Adultos N. (17-30)	143	25,0	13	12,7	23	15,0	179	21,6
Adultos M. (31-55)	109	19,0	35	34,3	16	10,4	160	19,3
Idosos (56 ou +)	21	3,6	32	31,4	5	3,3	58	7,0
Sem Informação	52	9,0	20	19,6	81	53,0	153	18,5
TOTAL	574	100,0	102	100,0	153	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888

Os dados da Tabela 4.12 demonstram que havia diferenças significativas quanto à origem e faixas etárias da população escrava de Ilhéus. A maioria dos crioulos era formada por pessoas com até 30 anos de idade, enquanto entre os africanos predominou adultos maduros (34,3%) e idosos (31,4%). Esse quadro sugere que houve incentivo à reprodução natural entre os crioulos e também houve compra de africanos, talvez antes de 1850, dada a quantidade de idosos entre eles.

Avaliar essa hipótese por meio dos inventários *post mortem* é uma tarefa muito arriscada, pois não sabemos como os escravistas de Ilhéus adquiriram esses escravos. O máximo que podemos fazer é levantar hipóteses sobre a questão. Um dos caminhos que permitem se aproximar do assunto é distribuir a origem desses escravos nas diferentes categorias ocupacionais dos inventariados.

³¹⁸ Sobre a família escrava no Brasil ver, entre outros, MOTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999; SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Sobre família escrava em Ilhéus ver SANTOS, Victor Gonçalves dos. *Escravos e senhores nas terras do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, 2014.

Tabela 4.13 – Distribuição da população escrava por origem e ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888

Origem dos escravos	Crioulos		Africanos		Sem Inf.		Total de escravos	
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	196	34,1	31	30,4	27	17,6	254	30,6
Negociantes	77	13,4	17	16,7	28	18,3	122	14,7
Donos de Engenho	199	34,7	44	43,1	61	40,0	304	36,7
Produtores de farinha	38	6,6	3	2,9	11	7,2	52	6,3
Produtores de coco	5	0,9	2	2,0	0	0,0	7	0,8
Produtores de café	4	0,7	0	0,0	0	0,0	4	0,5
Outros *	6	1,0	2	2,0	4	2,6	12	1,4
Não identificada	49	8,6	3	2,9	22	14,3	74	9,0
TOTAL	574	100,0	102	100,0	153	100,0	829	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Os dados da Tabela 4.13 comprovam que a posse de africanos estava distribuída em todas ocupações principais dos inventariados. No entanto, os donos de engenho concentraram a maior proporção deles em suas escravarias (43,1%). Os produtores de cacau aparecem em segundo lugar neste quesito, acumulando 30,4% dos africanos.

Considerando que os investimentos em escravos dependiam, sobretudo, da rentabilidade das atividades econômicas e da necessidade de mão de obra que cada uma exigia, podemos inferir que os donos de engenho foram os que mais recorreram ao mercado de escravos. A média de africanos por produtor de cacau era de 1,6 escravo, entre os donos de engenho chegou a 4,4. A produção de açúcar dependia de muito mais trabalhadores que a lavoura cacaueira.

Entre os 54 escravos do Engenho Castelo Novo pelo menos 14 (26%) eram africanos, com idades entre 18 e 74 anos, isso em 1861, quando foi aberto o inventário da família³¹⁹. Entre os 23 cativos que aparecem na matrícula de escravos do Engenho União e da Fazenda Caldeiras nove (39%) eram africanos, com idades entre 46 e 70 anos. Amancio e Adolpho,

³¹⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

natural da África, foram descritos como fugidos, além de Frederico, natural de Ilhéus, filho de Rachel, também descrito como fugido³²⁰.

Ademais, encontramos nos inventários de Ilhéus escravos provenientes de outras regiões da Bahia, que podem ter sido adquiridos via tráfico interno.

Em 1872 foi aberto o inventário de Manoel Cardoso da Silva, dono da Fazenda Retiro, sendo que na matrícula dos escravos consta Delmira, com 27 anos, natural de Santo Amaro³²¹. Antônio, cabra de 45 anos, era natural da vila de Nazareth, e trabalhava como escravo na Fazenda Tabocas em 1873, propriedade de Manoel Francisco Dunda, com 6.020 cacauzeiros cultivados³²². Maximiano era um escravo natural da vila de Maraú e trabalhava como padeiro na casa de negócio de Adão Schaum em 1877³²³. O crioulo Mamedis era natural do Pilão Arcado e em 1885 trabalhava como escravo na fazenda de cacau de João Francisco da Mata, localizada na Cachoeira de Itabuna³²⁴. Entre os escravos do Engenho São João do Pasto, constam a preta Domingas, natural de São Francisco, a parda Cecília, natural da Bahia e o preto Francisco, de 40 anos, natural da vila de Nazareth³²⁵.

Esses exemplos apenas ilustram as diversas origens dos escravos que trabalhavam em Ilhéus na segunda metade do século XIX, uma pesquisa aprofundada nos registros de compra e venda pode revelar outros aspectos dessa realidade, que não conseguimos captar com o uso dos inventários.

³²⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02 Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

³²¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Cardoso da Silva. Est. 02, Cx. 737, Maço 1205, Doc. 04, 19 de nov. 1872.

³²² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Francisco Dunda. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 18, 18 de fev. 1873.

³²³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adão Schaum. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 02, 05 de nov. 1877.

³²⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Francisco da Mata. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 01, 11 de dez. 1885.

³²⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Firmino Pires Caldas. Est. 03 Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 14, 10 de mar. 1888.

4.3 - Os preços dos escravos

Os preços dos escravos possuem relação direta com outras variáveis demográficas, especialmente idade e sexo, além das condições de saúde e especialização. Outrossim, as pressões contra o tráfico, as conjunturas econômicas e as leis antiescravistas também interferiam no mercado de escravos³²⁶. Vamos analisar os preços dos cativos de Ilhéus tentando considerar a influência desses fatores, dentro dos limites e potencialidades de nossas fontes.

Nos inventários *post mortem* de Ilhéus os escravos foram descritos por diversos avaliadores, cada um com estilo próprio de descrição, o que impõe sérios limites à pesquisa. Entre as especializações, por exemplo, muitas vezes aparece a descrição “do serviço de lavoura”, que é uma categoria ampla, incluindo várias atividades, que dependendo do caso influenciava no preço. Quanto às condições de saúde alguns escravos foram declarados como “doentes”, porém, nem sempre consta o tipo de doença. Ademais, nem todos eram efetivamente avaliados: alguns doentes foram declarados como “sem valor algum” o que também ocorreu entre os idosos; certos escravos pertenciam a vários donos e o valor declarado corresponde apenas a parte do inventariado; alguns filhos de escravas foram avaliados junto com a mãe e os ingênuos, nascidos após a Lei do Ventre Livre, deixaram de ser avaliados.

Essa complexidade da documentação exige cuidados minuciosos na hora de calcular e apresentar os dados relativos aos preços dos escravos. Para efeito de cálculo consideramos as variáveis idades e sexo. Inicialmente apresentamos os preços (mínimo, médio e máximo) por faixas etárias, englobando todos cativos. Num segundo momento fornecemos os preços médios por sexos e faixas etárias, excluindo dos cálculos os doentes e, posteriormente, os ingênuos. Outrossim, optamos por segmentar o estudo em décadas pois ao longo do século

³²⁶ Sobre o assunto ver, entre muitos, ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988; BARICKMAN, Bert J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado Regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos da nossa formação econômica e social. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 539-564, 2002; VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. “Preços de escravos em Pernambuco no século XIX”. Texto para Discussão nº 252. Brasília, DF: Universidade de Brasília, outubro de 2002. Disponível em: <www.unb.br/face/eco/cpe/TD/252Oct02FVersiani.pdf> Acesso em: 16 de fev. 2019.

XIX ocorreram mudanças na legislação que influenciaram no mercado de escravos. A proibição do tráfico atlântico de africanos (1850), por exemplo, foi um dos acontecimentos que causou impacto nos preços dos cativos. Vejamos a situação dos preços dos escravos de Ilhéus nessa época.

Tabela 4.14 – Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1850-1859

Faixas Etárias Grupos	Escravos		Preços (em réis)			Soma dos Preços	
	Nº	%	Mínimo	Médio	Máximo	(em réis)	%
Crianças (0-10)	22	26,8	40,000	182,482	504,620	4.114,620	11,8
Jovens (11-16)	9	11,0	400,000	872,222	1.100,000	7.850,000	22,5
Adultos N. (17-30)	17	20,7	300,000	555,294	1.000,000	9.440,000	27,0
Adultos M. (31-55)	12	14,7	100,000	425,167	1.200,000	5.102,000	14,7
Idosos (56 ou +)	6	7,3	30,000	293,333	900,000	1.760,000	5,0
Sem Informação	16	19,5	100,000	413,906	800,000	6.622,490	19,0
TOTAL	82	100,0	30,000	425,477	1.200,000	34.889,110	100,0

Fonte: APEB, SJ. 13 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos um escravo (criança) sem preço, avaliado junto com a mãe.

A Tabela 4.14 apresenta a proporção de escravos por faixas etárias com os respectivos preços mínimo, médio e máximo de cada grupo. Na década de 1850 os escravos classificados como jovens, entre 11 e 16 anos, alcançaram os maiores preços médios (Rs. 872\$222) e o valor máximo de um escravo chegou a Rs. 1.200\$000, que foi o crioulo Pedro, marinheiro, com 35 anos de idade em 1856, quando foi avaliado no inventário de Joaquim José da Costa Seabra, negociante de Ilhéus.³²⁷ O menor valor foi atribuído ao africano Antônio, escravo de 60 anos, doente, que trabalhava no Engenho União em 1851, quando foi avaliado em Rs. 30\$000.³²⁸

As crianças escravas, em geral custavam menos que os adultos, mas aparecem em quantidade expressiva na década de 1850, representando 26,8% de todos escravos. Computando-se os percentuais delas com o dos jovens concluímos que nesta década ao menos um terço dos escravos inventariados tinham até 16 anos de idade.

³²⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.

³²⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Narcisa da Rosa Dorea. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 15, 23 de ago. 1851.

O filho da escrava Clara, de nome Moysés, com menos de um ano de idade, foi o que teve o preço mais baixo. Ele foi doado em 1851 e seu preço (Rs. 40\$000) descontado nas terças do inventário³²⁹.

Miguel, cabrinha, pertencente à Joaquim José da Costa Seabra alcançou a mais alta avaliação, ele foi vendido no Rio Janeiro pela quantia de Rs. 504\$620, conforme declaração do inventariante³³⁰.

Ao que parece na década de 1850 os preços dos cativos de Ilhéus estavam dentro da média de preços dos escravos inventariado em outras partes do Brasil. No geral os jovens e adultos eram os mais valorizados. Agora vamos conferir a proporção dos sexos entre os cativos para saber as diferenças de preços. Optamos por excluir os doentes dos cálculos, a fim de obter resultados mais apurados dos preços.

Tabela 4.15 – Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1850-1859

Sexos	Masculino			Feminino			Total	
Faixas Etárias	Nº	%	Preços Médios	Nº	%	Preços Médios	Nº	%
Crianças (0-10)	13	59,0	197,278	9	41,0	172,222	22	100,0
Jovens (11-16)	5	55,5	830,000	4	44,5	925,000	9	100,0
Adultos N. (17-30)	9	53,0	612,222	8	47,0	491,250	17	100,0
Adultos M. (31-55)	3	33,3	666,667	6	66,7	375,167	9	100,0
Idosos (56 ou +)	2	66,7	40,000	1	33,3	900,000	3	100,0
Sem Informação	5	50,0	396,600	5	50,0	635,100	10	100,0
TOTAL	37	53,0	427,434	33	47,0	460,014	70	100,0

Fonte: APEB, SJ. 13 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos 12 escravos: 8 doentes e 4 sem informação de sexo

Na década de 1850 a população escrava mostrou-se bem equilibrada com relação aos sexos: 53% masculino e 47% feminino, sendo que os preços médios dos cativos superaram os das escravas na maioria das faixas etárias, porém, no computo geral elas alcançaram níveis de preços médios mais elevados que os deles, Rs. 460\$014 contra Rs. 427\$434.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.

Observando a Tabela 4.15 percebemos que os preços médios das escravas não estavam muito reduzidos se comparados aos dos escravos. Entre os jovens elas alcançaram preço médio mais elevado que o deles. A escrava Helena, com 13 anos de idade, foi a de maior valor, Rs. 1.100\$000. Ela pertencia a Joaquim José da Costa Seabra, mas foi doada para Manoel José Spinola Bithencourt, conforme declaração do inventariante³³¹.

Nesse contexto econômico algumas famílias de Ilhéus podem ter sido motivadas a comprar escravos, principalmente mulheres, devido a possibilidade que elas tinham de gerar novos rebentos, fato que ganhou maior importância após a proibição do tráfico atlântico de africanos (1850). Talvez, essa tenha sido a principal estratégia dos escravistas da localidade, uma vez que elas podiam trabalhar em vários serviços, tanto no eito quanto nos espaços urbanos e nos serviços domésticos.

Para os donos de engenho adquirir escravos era essencial para manter a capacidade de produção de açúcar nos níveis desejados, sendo que o maior percentual de africanos estava entre eles. Bert J. Barickman ao analisar os custos de produção do açúcar e a relação com o preço dos escravos no recôncavo entre 1780 e 1860 destacou que “A duplicação e talvez triplicação da produção de açúcar por escravo entre a década de 1780 e meados do século XIX teria compensado em grande parte a elevação do preço do escravo”³³².

Ao que parece investir em escravos e na produção de açúcar se tornou um bom negócio viável em Ilhéus durante o século XIX, dada a disponibilidade de terras virgens e abundância de madeiras, elementos essenciais na atividade. Nesse processo eles também fizeram investimentos em cacau, café, produção de farinha e cachaça, mas para os donos de engenho o açúcar permaneceu como principal produto até a década de 1880, quando o cacau começou a adquirir maior importância econômica.

Podemos continuar testando essa hipótese analisando os períodos subsequentes. Na década de 1860 os preços dos escravos se elevaram de modo acentuado no Brasil e muitos escravistas de Ilhéus optaram por manter a posse de seus escravos ao invés de vendê-los, indicando que, talvez, naquela conjuntura essa manutenção fosse favorável economicamente.

³³¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.

³³² BARICKMAN, Bert J. Op. cit. p. 235.

Tabela 4.16 – Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1860-1869

Faixas Etárias Grupos	Escravos		Preços (em réis)			Soma dos Preços	
	Nº	%	Mínimo	Médio	Máximo	(em réis)	%
Crianças (0-10)	54	28,7	20,000	403,333	1.000,000	21.780,000	15,6
Jovens (11-16)	17	9,0	300,000	952,941	1.500,000	16.200,000	11,6
Adultos N. (17-30)	44	23,4	500,000	1.130,682	1.500,000	49.750,000	35,7
Adultos M. (31-55)	30	15,9	400,000	935,000	1.500,000	28.050,000	20,0
Idosos (56 ou +)	15	8,0	50,000	318,000	1.000,000	4.770,000	3,4
Sem Informação	28	15,0	80,000	679,643	1.200,000	19.030,000	13,7
TOTAL	188	100,0	20,000	742,447	1.500,000	139.580,000	100,0

Fonte: APEB, SJ. 30 inventários. Ilhéus, 1860-1869.

OBS: Excluímos 3 escravos sem preços.

Observando a Tabela 4.16 percebemos que na década de 1860 todos preços máximos se encontravam na casa dos Rs.1.000\$000 e o maior preço médio chegou a Rs. 1.130\$682.

Assim, notamos que os preços sofreram elevação com relação ao decênio anterior. Na década de 1850 em média um escravo chegou a custar no máximo de Rs. 872\$222 e o valor máximo de um cativo chegou Rs. 1.200\$000. Na década de 1860 essas cifras foram de Rs. 1.130\$682 e Rs. 1.500\$000, respectivamente.

Outros estudiosos do assunto também constataram semelhante elevação nos preços médios dos escravos nesse período. Para Salvador, por exemplo, utilizando inventários *post mortem* a historiadora Maria Jose de Souza Andrade destacou que “Quanto à elevação dos preços médios de escravos, observamos que, considerando-se os períodos de 1831 a 1860 e de 1861 a 1888, o preço médio dos escravos homens cresce 24% e o das mulheres, 20%”³³³ Bert J. Barickman destacou que “Um escravo de enxada e foice que podia ser comprado por menos de Rs. 480\$000 no início da década de 1850 era vendido por Rs. 1:075\$000 em 1858.”³³⁴

Se os preços dos escravos aumentaram e ainda assim os escravistas de Ilhéus optaram por manter a posse de cativos, sobretudo jovens e adultos, significa que para alguns

³³³ ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1888*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 170

³³⁴ BARICKMAN, op. cit. p. 231.

compensava mantê-los, do contrário teriam vendido para o Centro-Sul do Império, onde a demanda por escravos era grande, sobretudo em função da expansão cafeeira.³³⁵

Nossa premissa é que a exploração do trabalho escravo nos engenhos, nas lavouras de cacau, café e em outras atividades proporcionavam lucros suficientes que justificavam a manutenção da posse de cativos em Ilhéus naquela conjuntura. Vamos avançar nas análises para averiguarmos a situação de acordo com a divisão por sexos.

Tabela 4.17 – Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos.
Ilhéus, 1860-1869

Sexo	Masculino		Preços	Feminino		Preços	Total	
Faixas Etárias	Nº	%	Médios	Nº	%	Médios	Nº	%
Crianças (0-10)	31	58,5	379,355	22	41,5	441,818	53	100,0
Jovens (11-16)	9	56,3	866,667	7	43,7	1.157,143	16	100,0
Adultos N. (17-30)	19	45,2	1.118,421	23	54,8	1.172,154	42	100,0
Adultos M. (31-55)	15	57,7	1.063,333	11	42,3	890,909	26	100,0
Idosos (56 ou +)	5	38,4	660,000	8	61,6	152,500	13	100,0
Sem Informação	7	30,4	921,429	16	69,6	601,875	23	100,0
TOTAL	86	49,7	780,930	87	50,3	746,782	173	100,0

Fonte: APEB, SJ. 30 inventários. Ilhéus, 1860-1869.

OBS: Excluímos 15 escravos: 12 doentes e 3 sem preços.

Os dados da Tabela 4.17 mostram que em Ilhéus, na década de 1860, os escravos adultos foram aqueles que alcançaram maiores preços médios, seguindo a tendência geral do mercado, de valorizar os que estavam em melhor idade produtiva. Contudo, em relação aos sexos os preços médios delas foram ligeiramente superiores ao deles nas três primeiras faixas etárias, indicando que, talvez, naquele contexto as mulheres alcançaram importância singular.

Todavia, após a Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre), os filhos das escravas foram considerados ingênuos e deixaram de ser avaliados. Isso pode ter provocado diminuição nos preços delas. Para analisarmos essa questão foi preciso excluir os ingênuos dos cálculos.

³³⁵ Sobre o assunto ver, entre muitos, MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP, 2013.

Tabela 4.18 – Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1870-1879

Faixas Etárias Grupos	Escravos		Preços (em réis)			Soma dos Preços	
	Nº	%	Mínimo	Médio	Máximo	(em réis)	%
Crianças (0-10)	38	13,4	100,000	356,579	700,000	13.550,000	7,7
Jovens (11-16)	38	13,4	100,000	734,211	1.200,000	27.900,000	16,0
Adultos N. (17-30)	65	23,0	150,000	801,231	1.300,000	52.080,000	29,7
Adultos M. (31-55)	65	23,0	50,000	545,846	1.000,000	35.480,000	20,3
Idosos (56 ou +)	21	7,4	50,000	328,571	900,000	6.900,000	3,9
Sem Informação	56	19,8	300,000	702,303	1.300,000	39.328,980	22,4
TOTAL	283	100,0	50,000	619,219	1.300,000	175.238,980	100,0

Fonte: APEB, SJ. 36 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos 36 escravos: 29 ingênuos e 7 sem preços.

Os dados da Tabela 4.18 mostram que no compute de todos os escravos o preço médio chegou a Rs. 619\$219. Desse modo, se comparado ao decênio anterior notamos que houve declínio, visto que na década de 1860 o referido preço médio alcançou a quantia de Rs.742\$447 (Tabela 4.17).

No entanto, essa redução não parece ser típica de Ilhéus quiçá de todo Brasil, visto que as mudanças na legislação interferiram no mercado de escravos, não só em relação aos filhos das escravas nascidos a partir da Lei do Ventre Livre, que deixaram de ser avaliados, como também em relação aos tributos que passaram a incidir sobre a compra e venda de cativos, o que interferiu nos preços³³⁶. Vejamos as diferenças em relação aos sexos.

³³⁶ Sobre as tarifas do tráfico de escravos ver, entre outros, MOTA, José Flávio. A Lei, Ora a Lei! driblando a legislação no tráfico interno de escravos no Brasil (1861-1887). *História e Economia – revista interdisciplinar*. BBS Business School, São Paulo, v. 10, n.1, p. 15-28, 2012; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 58-60.

Tabela 4.19 – Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos. Ilhéus, 1870-1879

Sexo	Masculino			Feminino			Total	
Faixas Etárias	Nº	%	Preços Médios	Nº	%	Preços Médios	Nº	%
Crianças (0-10)	22	58,0	356,818	16	42,0	356,250	38	100,0
Jovens (11-16)	16	42,0	887,500	22	58,0	622,727	38	100,0
Adultos N. (17-30)	24	40,0	1.031,250	36	60,0	680,000	60	100,0
Adultos M. (31-55)	26	51,0	728,846	25	49,0	540,000	51	100,0
Idosos (56 ou +)	5	50,0	525,000	5	50,0	300,000	10	100,0
Sem Informação	34	65,4	783,205	18	34,6	633,333	52	100,0
TOTAL	127	51,0	742,023	122	49,0	580,000	249	100,0

Fonte: APEB, SJ. 36 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos 70 escravos: 35 doentes, 26 ingênuos e 9 sem preços.

Os dados da Tabela 4.19 revelam que na década de 1870 os preços médios das escravas estavam abaixo dos preços dos cativos em todas as faixas etárias. No computo geral eles alcançaram Rs. 742\$023 e elas Rs. 580\$000, demonstrando que a lei do Ventre Livre impactou no preço das escravas de Ilhéus, assim como no Brasil de maneira geral.

Entre 1880 e 1888 os preços dos escravos de Ilhéus continuam declinando, mas ainda era possível encontrar escravos custando Rs. 1.500\$000 nos inventários *post mortem*.

Tabela 4.20 – Preços dos escravos por faixas etárias. Ilhéus, 1880-1888

Faixas Etárias	Escravos		Preços (em réis)			Soma dos Preços	
Grupos	Nº	%	Mínimo	Médio	Máximo	(em réis)	%
Crianças (0-10)	3	1,7	400,000	633,333	1.000,000	1.900,000	1,8
Jovens (11-16)	20	11,0	300,000	700,500	1.200,000	14.010,000	13,4
Adultos N. (17-30)	51	28,2	50,000	743,157	1.200,000	37.901,000	36,3
Adultos M. (31-55)	51	28,2	50,000	503,908	1.000,000	25.699,320	24,7
Idosos (56 ou +)	13	7,2	100,000	311,538	500,000	4.050,000	3,8
Sem Informação	43	23,7	30,000	483,256	1.500,000	20.780,000	20,0
TOTAL	181	100,0	50,000	576,466	1.500,000	104.340,320	100,0

Fonte: APEB, SJ. 40 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos 55 escravos: 52 ingênuos e 3 sem preços.

Na década de 1880 os preços médios dos escravos de Ilhéus permaneceram baixos, porém notamos que ainda era possível encontrar vários cativos com valores acima de Rs.

1.000\$000. Ademais, nesta década encontramos muitas famílias com riquezas apoiadas na exploração do trabalho escravo, indicando que naquele contexto ainda era viável, do ponto de vista econômico, manter tais investimentos. Ao que parece o retorno financeiro compensava os riscos da abolição. Destarte, o preço do cacau aumentou em relação ao decênio anterior. Se em 1873 uma arroba foi avaliada no inventário *post mortem* pelo valor de Rs. 3\$500³³⁷, dez anos depois esse preço dobrou, chegando a custar Rs. 7\$000 no inventário do Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva, aberto em 1883³³⁸.

Essa tendência pode ter influenciado os escravistas de Ilhéus na decisão de manter a posse de seus cativos até a véspera da abolição (1888). Vários negociantes, a maioria composta por escravistas, estavam envolvidos nos negócios do cacau.

Em janeiro de 1884, por exemplo, o negociante José Carlos Adami exportou 850 arrobas. Se tomarmos como referência o valor de Rs. 7\$000 por cada arrobas calculamos que ele podia obter até Rs. 5.950\$000 com estas exportações. Talvez isso justifique a decisão de manter a posse de cativos.

Em 1887 o alferes Acrísio Januário Cardoso, negociante estabelecido na Cachoeira de Itabuna, era dono de sete escravos e uma plantação com 4.155 cacauzeiros. Sua riqueza bruta foi calculada no valor de Rs. 46.864\$778, sendo que os escravos concentravam 11,5% desta fortuna: o preto Antônio, de 30 anos, foi avaliado em Rs. 800\$000; a escrava Julia, de cor preta, com 25 anos, em Rs. 675\$000; o jovem Antônio, 16 anos, em Rs. 900\$000; a escrava Domingas, 21 anos, em Rs. 675\$000; a preta Vitória, 27 anos, em Rs. 675\$000; o escravo Luiz, de 23 anos, foi avaliado em Rs. 900\$000 e o escravo Jacinto, de 30 anos, foi avaliado em Rs. 800\$000.³³⁹

Em 1886 o alferes João Carlos Hohlenweger, proprietário da Fazenda Óculos, no Almada, possuía dois escravos e uma plantação de 8.561 cacauzeiros, entre outros bens. Sua fortuna foi calculada no valor de Rs. 11.622\$944, a maior parte alocada em cacau (53%),

³³⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Ignez Maria do Espírito Santo. Est. 02 Cx. 737, Maço 1202 Doc. 13, 27 de fev. 1873.

³³⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva. Est. 02 Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

³³⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Acrísio Januário Cardoso. Est. 03 Cx. 1298, Maço 1767, Doc. 08, 21 de abr. 1887.

escravos (8,6%) e terras (10%). A escrava Romana, crioula de 34 anos, foi avaliada em Rs. 500\$000; a escrava Paula, crioula de 32 anos, também foi avaliada em Rs. 500\$000³⁴⁰.

Outras pessoas, principalmente negociantes, continuaram exportando cacau nesse período. As evidências indicam que o crescimento da economia cacaueira, aliado à elevação dos preços do cacau na década de 1880, influenciou na decisão dos escravistas de manter a exploração do trabalho escravo, mesmo com o risco da abolição.

A exploração dos cativos não se restringiu ao trabalho na lavoura, eles desempenharam diversas funções na sociedade. Os serviços domésticos das escravas, por exemplo, deviam ser imprescindíveis para as famílias ricas.

Vejamos as diferenças entre seus preços médios de escravos e escravas na década de 1880.

**Tabela 4.21 – Preços médios dos escravos por faixas etárias e sexos.
Ilhéus, 1880-1888**

Sexo	Masculino			Feminino			Total	
Faixas Etárias	Nº	%	Preços Médios	Nº	%	Preços Médios	Nº	%
Crianças (0-10)	1	33,4	1.000,000	2	66,6	450,000	3	100,0
Jovens (11-16)	12	63,2	785,417	7	36,8	612,143	19	100,0
Adultos N. (17-30)	20	50,0	880,000	20	50,0	670,000	40	100,0
Adultos M. (31-55)	20	45,5	577,750	24	54,5	514,583	44	100,0
Idosos (56 ou +)	6	66,6	441,667	3	33,4	166,667	9	100,0
Sem Informação	13	31,7	600,000	28	68,3	424,286	41	100,0
TOTAL	72	46,0	694,861	84	54,0	537,247	156	100,0

Fonte: APEB, SJ. 40 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

OBS: Excluímos 80 escravos: 52 ingênuos, 25 doentes e 3 sem preços.

Os preços dos escravos do sexo masculino continuaram ligeiramente superiores aos das escravas, em todas faixas etárias. Os classificados como jovens e adultos novos foram os que alcançaram preços médios mais elevados, Rs. 785\$417 e Rs. 880\$000, respectivamente.

Essas diferenças podem estar relacionadas com as diversas habilidades dos cativos de ambos os sexos. Eles deviam ter mais habilidade que elas no uso do facão, deviam cuidar da

³⁴⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes João Carlos Hohlenwegner. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 12, 20 de abr. 1886.

poda das árvores, colher e quebrar os frutos para extração das sementes, transportando a matéria prima para os cochos de fermentação, secagem e posteriormente para o porto de embarque.

Já as crianças e mulheres escravas deviam atuar com mais frequência no cuidado com as primeiras mudas de cacau, que demoravam pelo menos três anos para começarem a frutificar. Ademais, elas eram empregadas com mais frequência que eles nos serviços domésticos, na raspagem da mandioca, na fabricação de farinha, na colheita do café e quebra dos grãos, e em outras lavouras de subsistência.

Esse capítulo analisou algumas características da escravidão na economia de Ilhéus. Um dos traços marcantes que constatamos naquela sociedade foi a alta concentração na estrutura da posse de escravos. Com destaque para os donos de engenhos e os membros da família Sá Bitencourt Câmara, normalmente detentores de mais de 20 cativos.

Outras pessoas, não diretamente ligados à esta família, também eram donos de quantidades expressivas de cativos. No computo geral a maior parte delas tinha ligação com engenho de açúcar e outros estavam investindo em plantações de cacau. Ao que parece a economia estava atravessando uma fase de transição da produção de açúcar para lavoura cacaueira, processo que se consolidou no século XX e contou com a participação expressiva de pequenos produtores que utilizaram o trabalho familiar para desenvolver suas lavouras.

Outros grandes escravistas conseguiram ampliar suas plantações explorando o trabalho escravos, sendo que alguns donos de engenho começaram a investir no plantio de cacau, como foi o caso dos proprietários do Engenho Castelo³⁴¹. Em outros casos percebemos ramificações entre os donos de engenho e negociantes.

As análises realizadas neste capítulo, bem como os exemplos discutidos, evidenciaram que na segunda metade do século XIX a escravidão em Ilhéus estava bem desenvolvida, com concentração de escravos em várias propriedades, como também ocorria em outras áreas da

³⁴¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

província, onde os cativos eram explorados em diversas atividades econômicas. Bert J. Barickman, por exemplo, ao investigar a distribuição da posse de escravos no Recôncavo baiano entre 1779 e 1835, destacou:

Em Nazaré, nenhum fogo empregava mais de 34 escravos, e em São Gonçalo dos Campos só 1,7% de todos os fogos com escravos tinham plantéis de quarenta ou mais cativos. Mas no Iguape, 11,2% dos plantéis compreendiam pelo menos quarenta escravos. Onze fogos na freguesia açucareira possuíam cem ou mais escravos³⁴²

Assim como no Recôncavo baiano, em Ilhéus os maiores plantéis de escravos se concentraram nas mãos dos donos de engenho. O crescimento da economia cacaueteira provocou dinamização de várias atividades econômicas e muitos negociantes, apesar de não produzirem cacau recebiam as sementes deste fruto e outros gêneros da lavoura como pagamento pelas compras realizadas em suas casas de negócio, muito deles também eram escravistas, a maior parte 54,8% detinha entre 1 e 3 cativos. Os produtores de farinha, café e coco também tinham escravos, mas normalmente suas posses não eram tão elevadas quanto a dos donos de engenho.

Quando aprofundamos a análise a respeito da composição da população cativa percebemos traços típicos das zonas de abastecimento. Como ressaltou Stuart Schwartz, entre outros historiadores, “Em áreas menos fortemente ligadas à economia exportadora ou com menos acesso ao tráfico atlântico de escravos, poderíamos esperar encontrar razões de masculinidade menores, menos africanos, mais crioulos e pardos e mais mulheres e crianças [...]”³⁴³.

Essas foram as características que encontramos na população escrava declarada nos inventários *post mortem* de Ilhéus. A presença marcante de mulheres e crianças indica que a família escrava exerceu papel importante no tipo de escravidão que se desenvolveu na

³⁴² BARICMAN, Bet J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiz X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 239.

³⁴³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredo internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. p. 290. Ver também, entre outros, GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia Escrava numa Economia Não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*: São Paulo, 17 (2), p. 297-314, maio/ago. 1987.

localidade. Todavia, percebemos indícios de que os escravistas também recorreram ao mercado interno de escravos, dada a presença de africanos e de cativos natural de outras vilas da Bahia, como Maraú, Santo Amaro, Nazaré e outras.

A manutenção ou busca por escravo pode estar relacionada com a dinamização da economia, que fomentou investimento em escravos, elemento importante para obtenção de lucros e aumento da riqueza no Brasil colonial e Imperial. Os preços dos cativos de Ilhéus indicam que eles eram bens de valor considerável, nem todos podiam adquirir escravos e talvez por isso poucas famílias ricas tinham acesso a grandes escravarias. A maioria dos escravistas detinha entre 1 e 3 escravos.

A rentabilidade da economia cacaeira parece que ganhou maior importância somente na década de 1880, quando os preços do produto se elevaram. Todavia, as demais atividades econômicas também geravam rendas suficientes para justificar a manutenção da posse de cativos. A opção de manter número considerável de escravos mesmo na década de 1880 indica que, talvez, naquela conjuntura, os lucros compensassem os riscos da abolição.

A presença marcante de mulheres e crianças escravas naquele contexto indica que um dos meios que garantiu a manutenção do escravismo na localidade foi a reprodução natural dos escravos. Conhecer as características das famílias que se formaram no cativeiro de Ilhéus, pode ajudar a entender outros aspectos da escravidão na localidade. Nesse sentido, o próximo capítulo investiga as mulheres e crianças escravizadas.

CAPÍTULO V

AS ESCRAVAS E SEUS FILHOS NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

5.1 - Introdução

Muitas mulheres negras viveram como escravas em Ilhéus na segunda metade do século XIX, contribuindo de diversas formas para o desenvolvimento da economia. Uma parte delas era formada por mães solteiras, outras casadas e viúvas, que trabalharam como escravas e compartilharam com os filhos a experiência do cativo. Nesse capítulo dedicamos atenção especial ao estudo dessas mulheres. Os objetivos principais são analisar os aspectos demográficos, como a quantidade de filhos e estado conjugal, bem como os espaços de trabalho, tentando explicar a importância delas no contexto socioeconômico.

Essas escravas, na maior parte das vezes, encontravam-se nos espaços rurais de Ilhéus, viviam próximas do litoral e das margens dos rios. Eram as mulheres dos serviços de lavoura, que trabalhavam nas plantações de cacau, café, mandioca, coco, dendê, trabalhavam nas casas de farinha, nos engenhos de açúcar e alambiques. Outras se ocupavam do serviço doméstico, achavam-se no território da vila, trabalhavam nas casas de negócios e circulavam pelos diferentes espaços, compartilhando a criação dos filhos com suas famílias, com os parceiros de cativo, tendo que trabalhar como escrava, ser mãe e mulher negra numa sociedade escravista e patriarcal.

A historiografia sobre as mulheres no Brasil alcançou avanços consideráveis nas últimas décadas e parte dos pesquisadores se dedicou ao estudo das escravas e forras, trazendo contribuições importantes para o entendimento dos papéis sociais, econômicos e culturais que elas desempenharam na sociedade escravista brasileira. Muitas obras se tornaram referências no assunto e gostaríamos de comentar alguns de seus argumentos³⁴⁴.

³⁴⁴ Um painel denso e atualizado, com 20 artigos de especialistas, pode ser visto em: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. Sobre a história das mulheres no Brasil ver, entre muitos, SAMARA, Eni de Mesquita; GUTIÉRREZ, Horácio. *Mujeres esclavas em el Brasil del Siglo XIX*. In: PERROT, Michele; DUBY, Georges. *História de las mujeres em Occidente*. Traducción de Marco Aurelio Galmarini. Taurus Ediciones, p. 640-641. Spain, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1989; PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

Cecília Conceição Moreira Soares, por exemplo, pesquisou as mulheres negras em Salvador no século XIX, e fez um esboço das principais ocupações femininas, entre outras análises. Destacou que a maioria das escravas de Salvador ocupava-se do serviço doméstico (27,2%), mas ressaltou que no geral elas estavam envolvidas em diversas atividades como amas-de-leite, lavadeiras, cozinheiras, ganhadeiras, dentre outras.³⁴⁵ Sandra Lauderdale Graham, estudando as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, destacou que “uma escrava podia inclusive viver fora da jurisdição de seu amo, empregar-se como mão de obra e pagar uma soma fixa a seu proprietário, guardando para si o que sobrasse, a fim de comprar comida ou pagar um cômodo”³⁴⁶. Maria Odila Leite da Silva Dias, ao destacar as mulheres pobres de São Paulo no século XIX, percebeu a presença importante destas no pequeno comércio, disputando pontos estratégicos da cidade, vendendo produtos diversos (quitutes, cará, milho, garapa, aluá, saúva fêmea, peixes, dentre outros) evidenciando as habilidades delas na luta pela sobrevivência.³⁴⁷

Esses estudos mostraram a diversidade de ocupações das escravas e libertas, para além do serviço no eito e o trabalho doméstico. Ademais, revelaram aspectos importantes do cotidiano, das lutas travadas frente às imposições das autoridades e suas formas de resistência no Brasil escravista do século XIX³⁴⁸.

Outros estudos se dedicaram à investigação do papel das escravas dentro da família, discutindo o acesso ao casamento, a escolha dos parceiros e a condição social dos cônjuges, bem como a quantidade de filhos e o crescimento vegetativo da população³⁴⁹.

³⁴⁵ SOARES, Cecília Conceição Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/ UFBA. Salvador, 1994. p. 23 (Tabela 1).

³⁴⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviana Bosi – São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 19

³⁴⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 156.

³⁴⁸ Ver, entre muitos, MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo. Contexto, 1988; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 15, n. esp. p. 167-80, 1985; FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, v.5, n. 9, p. 65-92, jul.2000.

³⁴⁹ Ver, entre outros, ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima*. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia 1780 – 1830. Tese (Doutorado em História) - ICH/ UFF, Rio de Janeiro, 2010; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão, Bahia 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) - IFCH-UNICAMP, Campinas, 2007.

Analisaremos o estado conjugal e a presença de filhos entre as escravas de Ilhéus para entender o acesso ao casamento, os tipos de uniões, a maternidade e a importância da reprodução natural para o crescimento da população cativa. Para tanto recorreremos ao Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação (1874-1886), que oferece informações sistemáticas a respeito desses aspectos³⁵⁰.

No segundo momento tratamos da participação das escravas na economia, tentando explicar os seus espaços de trabalho, o envolvimento nas atividades econômicas e o desempenho de diversas funções ligadas à subsistência, exportações e mercado interno. Neste caso recorreremos aos inventários *post-mortem*, que se mostraram fontes privilegiadas para as análises, haja visto a riqueza de informações sobre os bens que compunham o patrimônio dos escravistas. Como fonte complementar utilizaremos o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872³⁵¹.

5.2 - A população escrava classificada para libertação. Ilhéus, 1874-1886

Em 1873 foi rubricado o Livro destinado à classificação dos escravos que pudessem ser libertos pelo fundo de emancipação no Município de Ilhéus. Esse livro, fornecido pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, contém as seguintes informações sobre os escravos: número da matrícula, nome, cor, idade, estado conjugal, profissão, aptidão para o trabalho, pessoas de família, moralidade, valor, nome do senhor e observações. Infelizmente, no caso de Ilhéus, os campos valor e moralidade não foram preenchidos, não sabemos por quais motivos³⁵².

³⁵⁰ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

³⁵¹ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

³⁵² O fundo de emancipação de escravos foi um instrumento jurídico criado pela lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871 (conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco), que previa a destinação de recursos pecuniários a cada província do país e ao Município Neutro (o Rio de Janeiro) para a libertação de tantos escravos quantos possíveis. Decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872. “Aprova o regulamento geral para a execução da lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889*. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2014.

Essa documentação provém do contexto mais amplo de projeto do governo imperial brasileiro para controlar a emancipação dos escravos, cuja lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre) é um dos principais referenciais³⁵³. Em linhas gerais, o objetivo do governo era promover a emancipação por meio da indenização aos senhores, respeitando a propriedade particular e tentando conduzir de forma lenta e gradual, o processo de abolição da escravidão.

Assim, as Câmaras Municipais atenderam às prerrogativas da lei e montaram as juntas responsáveis pela classificação dos escravos, composta pelo Presidente da Câmara, o Promotor Público e o Coletor da Fazenda Pública, além de um escrivão do Juízo de Paz, cuja função seria registrar as atividades da junta em livros próprios³⁵⁴.

No caso de Ilhéus, a composição da junta variou ao longo dos anos. O nome de Domingos Adami de Sá é o único que permanece em todas as assinaturas, na condição de coletor da Fazenda Pública, responsável pela arrecadação dos impostos destinados à província. Entre os que assinaram como presidente da Câmara Municipal destaca-se Joaquim Pereira Caldas, mas a composição variou ao longo dos anos.

A folha de abertura do Livro data de 22 de março de 1873, e foi entre esta data e a primeira assinatura coletiva da junta (1874), que a maioria dos escravos foram classificados. A partir dali outros foram apresentados, porém em quantidades bem menores, até 12 de outubro de 1886, última assinatura definitiva da junta³⁵⁵. O Gráfico 5.1 mostra a distribuição das classificações ao longo do período.

³⁵³ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em 24 de mar. 2016.

³⁵⁴ Sobre o assunto ver, entre outros, DAUWE, Fabiano. “A libertação gradual e a saída viável: os múltiplos sentidos da liberdade pelo fundo de emancipação de escravos. Dissertação (Mestrado em História). ICHF-UFF, Rio de Janeiro, 2004; SANTANA NETO, José Pereira de. “A Alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de emancipação na Bahia (1871-1888). Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, 2012.

³⁵⁵ Excluímos de nossas análises oito classificações explicitamente declaradas pelos membros da junta como “sem efeito”.

Gráfico 5.1 - Distribuição das classificações dos escravos por anos. Ilhéus, 1874-1886.

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. n° 7008. Ilhéus, 1874-1886.

Ao todo foram classificados 802 escravos, a serem libertos de acordo com as reservas do fundo, provenientes dos impostos sobre transações envolvendo escravos, loterias, doações e depósitos realizados pelos próprios cativos. Além destes foram mencionados indiretamente filhos menores, nascidos antes ou depois da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871³⁵⁶.

Nas observações do primeiro casal de escravos classificado para libertação, por exemplo, consta a seguinte frase “cônjuges com uma filha livre, tida da lei, e um menor escravo”³⁵⁷. Essas descrições de “filhos menores livres” e “filhos menores escravos” foram frequentes, o que permite calcular a quantidade de filho das escravas, todavia não é possível saber o sexo, a cor e a idade delas, por isso optamos em excluí-las dos cálculos de algumas tabelas que mostram dados sobre os escravos classificados para libertação.

Antes de analisarmos as mulheres escravas e seus filhos vamos explicar os traços gerais da população descrita nesta fonte, começando pela distribuição por faixas etárias.

³⁵⁶ BRASIL. Lei n° 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em 24 de mar. 2016.

³⁵⁷ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

Tabela 5.1 - População escrava por faixas etárias.
Ilhéus, 1874-1886

FAIXAS ETÁRIAS (anos)	TOTAL DE ESCRAVOS	
	Nº	%
Crianças *	436	36,0
Jovens (11-16)	65	5,4
Adultos N. (17-30)	275	22,7
Adultos M. (31-55)	381	31,4
Idosos (56 ou +)	55	4,5
TOTAL	1.212	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de Classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(*) Inclui 65 ingênuos, 345 filhos menores e 26 crianças diretamente classificadas com idades entre 0 e 10 anos.

OBS: Adultos N. (Adultos Novos)

Adultos M. (Adultos Maduros)

Os dados da Tabela 5.1 mostram elevado percentual de crianças na população escrava de Ilhéus, 36% dos cativos. Entre os adultos notamos que 22,7% tinha idade entre 17 e 30 anos, a outra grande parte (31,4%) era composta por Adultos Maduros, entre 31 e 55 anos e a minoria era jovem (5,4%) e idosos (4,5%). Esse elevado número de crianças sugere que a família escrava e a reprodução natural podem ter sido elementos importantes para o tipo de escravismo que se desenvolveu em Ilhéus na segunda metade do século XIX. Analisar a distribuição por sexo ajuda a elucidar a questão. Para este cálculo excluimos os ingênuos e os filhos menores nascidos antes da Lei do Ventre Livre, pois o documento não informa a cor nem o sexo deles.

Tabela 5.2 - População escrava por sexo e cor.
Ilhéus, 1874-1886

SEXO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
COR	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PRETA	295	44,2	373	55,8	668	100,0
PARDA	63	47,7	69	52,3	132	100,0
CABRA	1	50,0	1	50,0	2	100,0
TOTAL	359	44,8	443	55,2	802	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de Classificação dos escravos para serem Libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

OBS: Excluimos dos cálculos 345 menores escravos e 65 ingênuos, por não sabermos a cor nem o sexo deles.

A primeira constatação de caráter geral é a predominância de cativos da cor preta e com relativo equilíbrio de sexo na população cativa, sendo que a proporção de escravas foi ligeiramente superior à de escravos em todas as situações. A maioria dos classificados como de cor preta era do sexo feminino (55,8%), e entre os pardos elas também predominaram (52,3%), o que atesta a importância dessas mulheres no contexto histórico investigado.

Outra variável que nos interessa analisar é a condição de saúde desta população. O Livro de classificação também apresenta um campo com informações sobre a aptidão para o trabalho, o que permite verificar essa questão³⁵⁸. Quais eram as condições físicas desses cativos? O que é possível saber a respeito do assunto? Os dados da Tabela 5.3 mostram que a maioria dos homens e das mulheres estava em boas condições de trabalho.

**Tabela 5.3 – População escrava por sexo e aptidão para o trabalho.
Ilhéus, 1874-1886**

SEXO	ESCRAVAS		ESCRAVOS		TOTAL	
TIPOS DE APTIDÃO	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boa	371	83,7	302	84,1	673	83,9
Pouca	35	7,9	21	5,8	56	7,0
Muita	4	0,9	13	3,6	17	2,1
Nenhuma	8	1,8	7	2,0	15	1,8
Regular	8	1,8	5	1,4	13	1,6
Apto	5	1,1	6	1,7	11	1,4
Ótima	8	1,8	2	0,6	10	1,2
Alguma	3	0,7	1	0,3	4	0,5
Bastante	1	0,2	2	0,6	3	0,4
TOTAL	443	100,0	359	100,0	802	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

OBS: Excluímos dos cálculos 345 menores escravos e 65 ingênuos, por não sabermos o sexo e o estado de saúde deles.

Os dados da Tabela 5.3 mostram que no que diz respeito à aptidão para o trabalho predominou aqueles descritos em boas condições, 673 (83,9%), sem grandes diferenças em

³⁵⁸ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

relação aos sexos. Vale ressaltar que muitas crianças foram mencionadas indiretamente nesta fonte, muitas delas certamente ainda não estavam aptas ao trabalho.

Outra característica que a documentação permite identificar é a profissão dos escravos. A Tabela 5.4 mostra a distribuição dos cativos de acordo com essa variável.

**Tabela 5.4 – Profissão dos escravos de acordo com o sexo.
Ilhéus, 1874-1886**

SEXO	ESCRAVAS		ESCRAVOS		TOTAL	
TIPOS DE PROFISSÃO	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serviço de Lavoura	366	82,6	311	86,6	677	84,4
Serviço Doméstico	55	12,4	11	3,1	66	8,2
Carapina	0	0,0	13	3,6	13	1,7
Cozinheira(o)	7	1,6	3	0,8	10	1,3
Padeiro	0	0,0	7	1,9	7	0,9
Ferreiro	1	0,2	5	1,4	6	0,8
Costureira	5	1,1	0	0,0	5	0,7
Carregador	0	0,0	2	0,6	2	0,2
Lavadeira	2	0,5	0	0,0	2	0,2
Serrador	0	0,0	1	0,3	1	0,1
Arrumadeira	1	0,2	0	0,0	1	0,1
De canoa	0	0,0	1	0,3	1	0,1
Marinheiro	0	0,0	1	0,3	1	0,1
Marítimo	0	0,0	1	0,3	1	0,1
Gomadeira	1	0,2	0	0,0	1	0,1
Outras	5	1,2	3	0,8	8	1,0
TOTAL	443	100,0	359	100,0	802	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

OBS: Excluímos dos cálculos 345 menores escravos e 65 ingênuos, por não sabermos o sexo nem a profissão deles.

Com relação à profissão predominou os escravos do serviço de lavoura. A maioria das escravas estavam nesta categoria (82,6%) e nos serviços domésticos (12,4%). Contudo, elas deviam exercer mais de uma atividade, trabalhando durante o dia na lavoura e a noite nos serviços domésticos. Algumas foram descritas como cozinheiras (1,6%), outras como costureiras (1,1%), arrumadeira e engomadeira.

A maioria dos escravos também era do serviço de lavoura (86,6%) e assim como as cativas eles certamente desempenhavam diversas funções durante o dia e a noite, em proveito próprio ou do senhor. Entre eles poucos foram vinculados aos serviços domésticos (3,1%), o que está bem abaixo do índice delas (12,4%).

Conjugar o trabalho de lavoura com serviço doméstico parece mais próximo da realidade das escravas. Entre eles o mais comum, depois da profissão dos serviços de lavoura, era trabalhar na profissão de carapina (3,6%), padeiro (1,9%), ferreiro (1,4%) e nas navegações, como marinheiro, marítimo e de canoa.

Agora vamos analisar o estado conjugal desses cativos, para sabermos as possibilidades de acesso ao casamento legítimo, contraído na Igreja Católica, e qual a frequência que isso ocorria entre homens e mulheres que viviam no cativeiro em Ilhéus. A Tabela 5.5 mostra a distribuição da população escrava de acordo com o sexo e estado conjugal.

**Tabela 5.5 – População escrava por sexo e estado conjugal.
Ilhéus, 1874-1886**

SEXO	ESCRAVAS		ESCRAVOS		TOTAL	
ESTADO CONJUGAL	Nº	%	Nº	%	Nº	%
SOLTEIROS	393	88,7	319	88,8	712	88,8
CASADOS	38	8,6	38	10,6	76	9,5
VIÚVOS	12	2,7	2	0,6	14	1,7
TOTAL	443	100,0	359	100,0	802	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886

OBS: Excluímos dos cálculos 345 menores escravos e 65 ingênuos, por não sabermos o sexo deles.

Em Ilhéus notamos que predominou aquilo que a historiografia, de maneira geral, também identificou para outras localidades, ou seja, poucos escravos tinham acesso ao casamento legítimo, apenas 9,5% deles foram classificados como casados, a maioria era composta por solteiros (88,8%)³⁵⁹.

³⁵⁹ Ver, entre outros, COSTA, Iraci del Nero da.; GUTIÉRREZ, Horacio. Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da.; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 511-518; LUNA, Francisco Vidal. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829. In: LUNA; COSTA; KLEIN, Op. cit., p. 571-594.

Vamos analisar agora a quantidade de filhos de acordo com o estado conjugal das escravas.

Tabela 5.6 – Distribuição das escravas por estado conjugal e quantidade de filhos. Ilhéus, 1874-1886.

ESTADO CONJUGAL E PRESENÇA DE FILHOS	ESCRAVAS		TOTAL DE FILHOS *	
	Nº	%	Nº	%
Solteiras sem filhos	211	47,6	0	0,0
Solteiras com filhos	182	41,1	370	90,3
Casadas sem filhos	24	5,4	0	0,0
Casadas com filhos	14	3,2	40	9,7
Viúvas sem filhos	12	2,7	0	0,0
Viúvas com filhos	0	0,0	0	0,0
TOTAL	443	100,0	410	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(*) Inclui filhos menores escravos (345) e ingênuos (65).

A Tabela 5.6 demonstra alta concentração de filhos entre as escravas solteiras (90,3%), enquanto 9,7% eram filhos de escravas casadas, ou seja, com uniões legitimadas na Igreja católica. Não encontramos nenhuma escrava viúva com filhos menores (escravos ou ingênuos).

Vale ressaltar que a documentação não permite capturar o universo de afetividade e habilidade dessas pessoas, muito menos os laços de parentesco e solidariedade que eles desenvolveram ao longo de suas vidas. Nesse sentido é oportuno lembrar do estudo de Luiz R. B. Mott sobre desvios da moral sexual dos habitantes da Comarca de Ilhéus, baseado no ato da devassa ocorrida na região em 1813, em que constatou que 60,5% das acusações se referiam aos desvios da vida familiar, sendo o concubinato o desvio mais frequente³⁶⁰.

³⁶⁰ MOTT, Luiz R. B. *Os pecados da família na Bahia de todos os Santos (1813)*. Centro de Estudos Baianos. Gráfica Universitária. Salvador, 1982. p. 10-13.

5.3 - As escravas casadas e seus filhos. Ilhéus, 1874-1886

Investigaremos agora as mulheres negras que viveram como escravas em Ilhéus e consagraram matrimônio perante a Igreja Católica, ou seja, eram casadas. Parte delas conviveu com os filhos a experiência do cativo, outra parte não tinha filhos menores na época da implantação da lei do Ventre Livre (1871)³⁶¹.

Como já explicamos, no Livro de classificação dos escravos de Ilhéus foram listadas 802 pessoas, entre elas 443 (55%) eram mulheres e 359 (45%) homens, além destes foram mencionados a existência de 345 filhos menores escravos e outros 65 ingênuos³⁶².

Dentre os 802 escravos somente 76 eram casados (9,5%), destes 32 eram casais formados por cônjuges do mesmo proprietário, compunham 16 famílias em que provavelmente os membros viviam juntos no cativo. Rachel e Firmino, por exemplo, foi o primeiro casal de escravos da lista. Ela uma mulher escrava, classificada como parda, casada, com 21 anos de idade. Ele classificado como preto, casado, 23 anos, ambos do serviço de lavoura, com ótima aptidão para o trabalho e com quatro pessoas de família, pois os cônjuges possuíam um filho menor escravo, e um filho livre em virtude da lei, todos propriedades de Ernesto de Sá Bithencourt Câmara, um dos maiores escravistas de Ilhéus na época.

Entre as escravas casadas a maior parte formou união com pessoa da mesma condição social e proprietário comum, como Rachel e Firmino. Entre as 16 famílias nestas condições encontramos Rita, a mãe com maior número de filhos, classificada como parda, 49 anos, mãe de cinco filhos que teve com o escravo Felippi, classificado como preto, com a mesma idade dela, ambos do serviço de lavoura e com boa aptidão para o trabalho. Esta família, composta por sete pessoas, também pertencia a Ernesto de Sá Bitencourt Câmara, ao que parece, um dos incentivadores da reprodução natural de seus escravos.

³⁶¹ BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Art. 1º Os filhos de mulheres escravas que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder ou sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

³⁶² APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

Além dessas famílias, com uniões entre escravos do mesmo cativeiro, encontramos casamentos de escravas com pessoas libertas e livres, e casos em que os cônjuges não são mencionados. Victória, por exemplo, foi classificada como escrava do serviço de lavoura, com 43 anos de idade, casada, na época com seis filhos menores escravos. Nesse caso, o documento não diz nada sobre seu marido, podia ser um escravo de outro proprietário, um homem liberto ou livre, mas nem sempre é possível identificar, às vezes aparece informações específicas na documentação, mas isso não foi uma regra.

Percebemos que havia possibilidade das cativas se casarem com escravos de outros proprietários ou com pessoas de condições sociais diferentes. Umbelina, por exemplo, escrava de Maria Custódia Lessa Soares, foi classificada como parda, casada, 28 anos, do serviço de lavoura, boa aptidão para o trabalho. No campo observações consta a descrição “casada com Joaquim, escravo de José Antônio Foneto Bastos”³⁶³. Assim, notamos que os membros deste casal pertenciam a proprietários diferentes, e provavelmente residiam em lugares distintos.

Essa deve ter sido a realidade de muitas famílias negras sujeitas à escravidão em Ilhéus. Os membros deviam enfrentar as complicações de ter que servir diferentes senhores, de viverem separados ou ter seus entes queridos vendidos, doados ou trocados. Maria Felicia, por exemplo, mulher negra, escrava, classificada como preta, 36 anos, solteira, do serviço de lavoura, com muita aptidão para o trabalho e com três pessoas de família foi descrita como “mãe com dois filhos menores escravos pertencentes a diversos senhores”³⁶⁴. Não sabemos se os filhos foram separados da mãe, a necessidade do senhor, no entanto, devia prevalecer, e até antes da Lei do Ventre Livre as crianças escravas podiam ser separadas de suas famílias sem impedimentos legais³⁶⁵.

Em outros casos a condição social dos cônjuges das escravas era diferente. Felipa, por exemplo, mulher escrava, classificada como preta, 47 anos, era casada com o liberto João, o casal não tinha filho menor escravo nem ingênuo. Júlia, mulher escrava, classificada como parda, 17 anos, era casada com o livre José Cardoso de Jesus, na época eles também não tinham filhos menores. Nesses casos a condição dos cônjuges aparece no campo observações.

³⁶³ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

³⁶⁴ Ibidem.

³⁶⁵ Sobre o assunto ver, entre outros, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *História de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

Esses exemplos demonstram que as mulheres escravas de Ilhéus consagraram matrimônio com pessoas de diversas condições sociais e isso também ocorria com os escravos. Vicente, por exemplo, foi classificado como preto, 49 anos, carapina, boa aptidão para o trabalho, casado com a índia Carolina; Domingos, pardo, 34 anos, do serviço de lavoura, casado com Maria, livre; Pedro Lourdes, preto, 60 anos, do serviço de lavoura, boa aptidão para o trabalho, casado com a liberta Delfina.³⁶⁶

Esses exemplos mostram que os escravos fizeram suas escolhas, atuaram como protagonistas de suas vidas, estabelecendo uniões com diversas pessoas da sociedade em que estavam inseridos.

Agora vamos analisar a situação das outras escravas, que também foram classificadas como casadas, mas que estabeleceram outros tipos de uniões. Já salientamos que do total de 76 cativos casados 32 (42%) formavam famílias com parceiros da mesma condição social e proprietário comum, resta saber da realidade conjugal das outras 44 pessoas (58%).

Inicialmente constatamos exato equilíbrio de sexo dentro do grupo, sendo metade (22) formada por mulheres e a outra parte por homens. Entre elas encontramos sete casadas com libertos; quatro com pessoas livres; três com escravos de outros donos e o restante eram mulheres escravas casadas, mas os maridos não foram mencionados no documento, não sendo possível identificar a condição social deles.

No geral esses dados demonstram que entre as escravas casadas o mais comum foi o consórcio delas com escravos, em seguida com libertos e depois com livres. O número de filhos que tiveram também variou e tal variação encontra correspondência na condição social do cônjuge.

Para dar conta da diversidade de situações montamos uma tabela com a distribuição das mulheres escravas casadas de acordo com a condição social do cônjuge e a presença de filhos.

³⁶⁶ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

Tabela 5.7 – Escravas casadas segundo a condição social dos cônjuges e presença de filhos. Ilhéus, 1874-1886

ESCRAVAS CASADAS	COM FILHOS ¹		SEM FILHOS		TOTAL DE ESCRAVAS	
Tipos de Uniões	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Casada c/ escravo	9	47,4	10	52,6	19	100,0
Casada c/ liberto	2	28,6	5	71,4	7	100,0
Casada c/ livre	0	0,0	4	100,0	4	100,0
Casada c/outros ²	3	37,5	5	62,5	8	100,0
TOTAL	14	37,0	24	63,0	38	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

OBS: (1) Inclui filhos menores escravos e ingênuos.

(2) Condição do cônjuge não mencionada no documento.

A Tabela 5.7 mostra que a maioria das escravas era casada com escravos e quase metade delas tinha filhos menores (47,4%). Não obstante, a ocorrência de filhos variou conforme a condição social do cônjuge. Entre as casadas com libertos este percentual foi de 28,6% e entre as casadas com homens livres não localizamos nenhum casal com filhos menores.

Embora a amostragem seja pequena, os dados da Tabela 5.7 evidenciam que em Ilhéus a reprodução natural dos escravos ocorria, principalmente, entre as pessoas que compartilhavam a experiência do cativo, o que pode refletir a opção dos escravistas em aumentar suas escravarias estimulando o casamento e o nascimento de novos rebentos, mas pode significar também que havia certo grau de autonomia das escravas na escolha pelos seus parceiros. A historiografia debateu o papel da família escrava no contexto da escravidão, oferecendo diferentes interpretações sobre essa questão³⁶⁷.

A nossa interpretação é que na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento econômico de Ilhéus, a reprodução natural foi um dos aspectos que permitiu aos escravistas aumentar ou pelo menos manter a posse de escravos, como prova o elevado

³⁶⁷ Sobre a família escrava no Brasil ver, entre outros, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801 – 1829*. São Paulo, FAPESP: Annablume, 1999; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; FLORENTINO, Manolo; GÔES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

número de crianças na documentação. Investigar a quantidade de filhos entre as escravas casadas para contribuir para elucidar a questão.

Tabela 5.8 – Escravas casadas com filhos menores escravos e ingênuos segundo a condição social do cônjuge. Ilhéus, 1874-1886.

MÃES ESCRAVAS CASADAS			FILHO(A)S ⁽¹⁾		FILHO(A)S ⁽²⁾		TOTAL (1+2)		MÉDIA
Tipos de Uniões	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Casada c/ escravo	9	64,3	18	45,0	6	15,0	24	60,0	2,6
Casada c/ liberto	2	14,3	1	2,5	3	7,5	4	10,0	2,0
Casada c/outros ³	3	21,4	11	27,5	1	2,5	12	30,0	4,0
Total	14	100,0	30	75,0	10	25,0	40	100,0	2,8

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(1) Filhos menores escravos.

(2) Filhos ingênuos.

(3) Condição do cônjuge não mencionada no documento.

A Tabela 5.8 demonstra que o maior número de filhos estava presente entre as escravas casadas com escravos, 60% dos filhos provinham de casamentos entre cativos, 10% da união entre escravas e libertos e os outros 30% eram filhos de escravas casadas, mas o documento não cita a condição do cônjuge, informa apenas que era casada³⁶⁸.

No geral os dados da Tabela 5.8 evidenciam que a reprodução natural ocorreu com maior frequência entre parceiros de cativo, o que pode ser um indício da interferência dos escravistas, estimulando casamentos para obter vantagens com reprodução natural de seus cativos. Ao que parece as famílias escravas foram importantes para o crescimento e manutenção do escravismo em Ilhéus, ao mesmo tempo em que serviram como elo entre os escravos, no fortalecimento de suas culturas, muito importantes para a conquista das alforrias e a resistência ao cativo.

Não obstante o matrimônio consagrado na Igreja não era acessível a grande parte dos escravizados. De acordo com a documentação compulsada a maior parcela das mães escravizadas em Ilhéus não alcançou o casamento legítimo e estabeleceram outros tipos de uniões, as chamadas uniões consensuais, realizadas pelos próprios cativos, fora da Igreja, como ocorreu com as escravas classificadas como solteiras.

³⁶⁸ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

5.4 – As escravas solteiras e seus filhos. Ilhéus, 1874-1886

Parte das escravas solteiras também viveu com seus filhos a experiência do cativeiro em Ilhéus. Assim como as casadas, elas desempenharam vários papéis na economia e sociedade, trabalharam como escravas e criaram os filhos no cativeiro³⁶⁹.

Entre as 443 mulheres escravas, constatamos que 393 eram solteiras, 38 casadas e 12 viúvas. As casadas, abordadas na seção anterior, detinham apenas 8,6% do total de filhos menores escravos e somente 15,4% dos ingênuos, evidenciando assim que a maior parcela das crianças mencionadas no Livro de classificação dos escravos pertencia às escravas solteiras, pois entre as viúvas não constatamos presença de filhos menores.

Para sistematizar essas informações construímos uma tabela com a distribuição geral das escravas de acordo com o estado conjugal e a presença de filhos menores, o que permite conhecer a realidade conjugal dessas mulheres.

Tabela 5.9 – Distribuição das escravas segundo o estado conjugal e a presença de filhos menores escravos e ingênuos. Ilhéus, 1874-1886

ESTADO CONJUGAL E PRESENÇA DE FILHOS	ESCRAVAS		FILHOS 1		FILHOS 2		TOTAL (1+2)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiras sem filhos	211	47,6	-	-	-	-	-	-
Solteiras com filhos	182	41,1	315	91,3	55	84,6	370	90,3
Casadas sem filhos	24	5,4	-	-	-	-	-	-
Casadas com filhos	14	3,2	30	8,7	10	15,4	40	9,7
Viúvas sem filhos	12	2,7	-	-	-	-	-	-
TOTAL	443	100,0	345	100,0	65	100,0	410	100,0

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(1) Filhos menores escravos.

(2) Filhos ingênuos.

A Tabela 5.9 apresenta informações importantes para entendermos o papel da reprodução natural entre a população cativa de Ilhéus. Em primeiro lugar notamos que quase metade da população escrava feminina tinha filhos menores na época da elaboração do documento, somando as solteiras com filhos (41,1%) mais as casadas com filhos (3,2%),

³⁶⁹ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

notamos que 44,5% das mulheres escravas eram mães, o que constitui forte indício da reprodução natural.

O cruzamento da quantidade de filhos com a estrutura da posse de escravos pode revelar onde se encontravam os maiores índices de crianças no conjunto dos escravistas de Ilhéus. A Tabela 5.10 apresenta o resultado dessa distribuição.

Tabela 5.10 – Distribuição das crianças escravas e ingênuas por faixas de tamanho da posse de cativos. Ilhéus, 1874-1886

FTP	Total de escravos e ingênuos	Crianças escravas		Crianças ingênuas	
	Nº	Nº	%	Nº	%
1 a 3	176	21	12,0	14	7,9
4 a 9	199	51	25,6	16	8,0
10 a 19	203	88	43,3	10	4,9
20 ou +	634	185	29,0	25	4,0
Total	1.212	345	28,4	65	5,4

Fonte: APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para libertação pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

(FTP) Faixas de tamanho da posse de cativos

A Tabela 5.10 mostra que as crianças (escravas e ingênuas) estavam distribuídas em proporções razoavelmente significativas em todas as faixas de tamanho da posse de escravos, com exceção da primeira faixa (1 a 3 escravos) em que os percentuais foram menores que nas demais faixas, onde no mínimo um terço da população cativa, aproximadamente, era constituída por crianças escravas e ingênuas.

Mafalda, mulher escravizada, foi a que localizamos com maior número de filhos menores escravos. Classificada como preta, 40 anos de idade, do serviço de lavoura, boa aptidão para o trabalho, com oito filhos menores escravos, todas propriedades de Fernando Steiger, um dos maiores escravistas de Ilhéus, que classificou 146 cativos, (41,8%) crianças. Ele está na lista dos maiores exportadores de cacau e café de Ilhéus³⁷⁰. Segundo Mary Ann Mahony,

³⁷⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Maço 5459. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café, 1871-1885.

Pelo menos um senhor de escravos de Ilhéus, Fernando Steiger, tentou explicitamente estimular a reprodução, encorajando o casamento entre seus escravos e oferecendo prêmios às escravas que dessem à luz mais de seis crianças. Ele fugia da regra, mas pode não ter sido o único fazendeiro local a esperar resolver, com a reprodução natural, alguns de seus problemas com mão de obra³⁷¹.

Fernando Steiger não era exceção, ao que parece outros escravistas de Ilhéus adotaram essa prática. Ernesto de Sá Bitencourt Câmara, grande escravista, classificou 47 cativos dos quais 32% eram crianças³⁷². Dr. Pedro de Cerqueira Lima classificou 37 escravos, 19% crianças. Fortunato Pereira Galo classificou 63 cativos, 22% eram crianças. José de Melo Sá classificou 30 e quase a metade (43%) era constituída por crianças. Paulino Lopes de Carvalho classificou 46 dos quais 12 (26%) também eram crianças³⁷³.

Outros exemplos semelhantes aparecem na documentação, indicando que muitos escravistas de Ilhéus estavam buscando ampliar o número de escravos incentivando a reprodução natural de seus cativos. Agora vamos investigar as atividades econômicas em que essa população estava inserida.

O Livro de classificação dos escravos, embora tenha sido a principal fonte utilizada até aqui, não permite aprofundar o conhecimento sobre os espaços de trabalho das cativas, já que não informa nada a respeito das atividades econômicas dos escravistas.

Para avançar nessa questão, crucial para o entendimento dos papéis socioeconômicos das escravas de Ilhéus, recorreremos aos inventários *post mortem*, que oferecem maiores possibilidades de investigação a respeito do assunto. Na medida do possível vamos cruzar informações das duas fontes, com o objetivo de realizar uma abordagem qualitativa do processo histórico e revelar alguns aspectos do mundo do trabalho, da maternidade e da vida das escravas que viveram em Ilhéus na segunda metade do século XIX, muitas delas compartilhando com os filhos a experiência do cativo.

³⁷¹ MAHONY, afro-ásia. P. 103.

³⁷² APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. nº 7008. Ilhéus, 1874-1886.

³⁷³ Ibidem.

5.5 - Trabalhar e criar os filhos: as escravas nos inventários de Ilhéus, 1850-1888

Muitas mulheres negras trabalharam como escravas em diversas ocupações durante o crescimento da economia cacauera de Ilhéus. Nessa seção vamos analisar as escravas descritas nos inventários *post mortem* para entendermos o mundo do trabalho e da escravidão dessas mulheres. Parte delas também compartilhou com os filhos a experiência do cativo.

Em nossa planilha de dados com informações sobre a população escrava declarada nos inventários reunimos informes referentes a 829 pessoas escravizadas, 423 do sexo feminino (51%), 397 masculinos (48%) e 8 casos que não foi possível identificar o sexo. Para sabermos os espaços de trabalho dessas mulheres distribuímos a população cativa de acordo com os sexos e a ocupação principal dos escravistas. Desse modo, pretendemos identificar as atividades econômicas que concentraram maior número de escravas. A Tabela 5.10 apresenta o resultado dessa distribuição.

Tabela 5.11 – População escrava segundo o sexo e a ocupação principal dos escravistas. Ilhéus, 1850-1888

OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Escravistas		Escravos		Escravas		Total de Escravos	
CATEGORIAS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Produtores de cacau	51	42,1	125	49,6	127	50,4	252	100,0
Negociantes	31	25,6	54	44,3	68	55,7	122	100,0
Donos de Engenho	12	9,9	146	48,8	153	51,2	299	100,0
Produtores de farinha	5	4,1	26	50,0	26	50,0	52	100,0
Produtores de coco	4	3,3	4	57,1	3	42,9	7	100,0
Produtores de café	2	1,7	4	100,0	0	0,0	4	100,0
Outros *	3	2,5	7	63,6	4	36,4	11	100,0
Não identificada	13	10,8	35	47,3	39	52,7	74	100,0
TOTAL	121	100,0	401	48,8	420	51,2	821	100,0

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

OBS: Excluímos 8 escravos sem informação de sexo.

A Tabela 5.11 demonstra acentuado equilíbrio de sexo entre quase todas ocupações principais dos escravistas, exceção aos produtores de café, que aparecem na tabela sem a presença de escravas. Entre os produtores de cacau as escravas representavam 50,4% do total

de cativos, entre os negociantes 55,7% e entre os donos de engenho 51,2%, comprovando a importância delas nas mais variadas atividades econômicas.

Contudo, devemos ressaltar que essas mulheres não atuavam apenas nas ocupações descritas na Tabela 5.9, muitos escravistas de Ilhéus consorciavam mais de uma atividade, e certamente eles utilizavam as escravas e os escravos, bem como os filhos destes, de acordo com as circunstância e necessidades do momento.

É oportuno lembrar que na tabela das ocupações (Tabela 3.3, p. 104), apresentada no capítulo III, ressaltamos que além das ocupações principais havia aquelas que classificamos como secundárias, com destaque para a produção de farinha, cachaça, café, coco, dendê e outras. Desse modo, as escravas estavam envolvidas em diversas atividades.

Seja qual for o contexto as elas buscavam obter ganhos e encontrar meios de criar seus filhos, algumas delas conseguiam acumular pecúlio e livrar a criança do cativeiro.

Os inventários *post mortem* não informam as habilidades que elas desenvolveram ao longo de suas vidas para trabalhar e criar os filhos, no geral os cativos são descritos nesta fonte como bens “semoventes”. Destarte, os historiadores conseguiram investigar os espaços de trabalho delas a partir da análise do patrimônio de seus proprietários. Esta também foi a nossa opção para abordar o tema.

Encontramos escravistas com propriedades espalhadas na vila e na zona rural, alguns tinham casas de negócio na área urbana, sítios com plantações de coco e mandioca, outros tinham roças de cacau, fazendas com engenho, plantações de cana, café e cacau, espalhados em diversas partes do território na comarca de Ilhéus. Nesse sentido, acreditamos ser plausível pensar que as escravas circulavam, atendendo as demandas de seus proprietários, mas também utilizando os dias de descanso para construir arranjos de sobrevivência e resistência, muito importantes para o fortalecimento das suas relações afetivas, dos laços de compadrio, família e amizade.

As possibilidades, no entanto, deviam ser bem variadas. Muitas escravas viviam distantes da vila, trabalhando no eito e nos serviços domésticos e as chances de mobilidade deviam depender de muitos fatores.

No Engenho Castelo Novo, por exemplo, trabalhavam 54 escravos, sendo 13 (24%) africanos e a maioria (76%) crioulos, entre eles 17 (31%) eram crianças com menos de 10

anos de idade, e 28 (52%) eram do sexo feminino. Provavelmente existiam famílias escravas neste engenho, mas os avaliadores não mencionaram nada a respeito do assunto. Macario, Estanislao e Maria tinham menos de um ano de idade quando da abertura do inventário, cada um avaliado em Rs. 100\$000; Evaristo e [Paesleiro] tinham dois anos de idade, cada um por Rs. 200\$000; Vitória e Anselma tinham três anos, avaliadas em Rs. 350\$000 e Rs. 400\$000, respectivamente, dentre outros³⁷⁴.

O único escravo com ofício declarado entre os cativos do Engenho Castelo Novo foi o mestre de açúcar, Clarencio, africano, 58 anos de idade, avaliado em Rs. 1.000\$000. Sobre as escravas não encontramos informação a respeito de suas ocupações, as cinco africanas tinham idade avançada na época da abertura do inventário, a mais nova com 54 anos e a mais velha com 74. O engenho tinha criação de animais, plantação de cana, cacau, produção de farinha, açúcar/cachaça, senzalas, casas de morada, balcão de negócio e outros bens. Certamente as escravas e seus filhos circulavam pelos diferentes espaços, trabalhando nas lavouras e nos serviços domésticos³⁷⁵.

No Engenho Itacanoeiras trabalhavam dezessete escravos em 1850, quando foi aberto o inventário de Maria Luiza da Santíssima Trindade. Entre os cativos encontramos 41% com menos de 10 anos de idade, mas não sabemos nada a respeito de seus pais. Contudo, existiam duas escravas neste engenho que provavelmente eram adultas, Maria e Margarida, mas o documento não revela suas idades, nem ocupações. Além da produção de açúcar e cachaça, este engenho produzia farinha, tinha plantação de cana, cacau e coco, além de animais e casa de morada. As escravas e seus filhos deviam exercer diversas funções, no eito e nos serviços domésticos.

Trabalhando nos engenhos, nas casas de negócios, nas plantações cacau, café e nas casas de farinha, nos serviços domésticos, bem como em outras atividades, as escravas conseguiam obter ganhos, importantes para a criação dos filhos e para a sobrevivência da família. Certamente elas não ficavam confinadas nas unidades de produção, mas com certeza suas liberdades eram restritas em vários aspectos, dependendo de onde trabalhavam e da relação que mantinham com o proprietário.

³⁷⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02 Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

³⁷⁵ Ibidem.

Algumas escravas de Ilhéus consagraram matrimônio perante a Igreja Católica e parte delas estabeleceu uniões com pessoas livres e libertas, assim, o controle do senhor sobre a vida destas mulheres também tinha seus limites.

Entre os bens móveis inventariados encontramos muitas canoas e embora nenhuma escrava tenha sido descrita como canoeira, não podemos descartar a possibilidade de elas praticarem a pesca e a mariscagem, sustentando a família com crustáceos e peixes, combinando estes alimentos com farinha de mandioca, dendê, leite de coco etc., obtidos durante o trabalho e nos dias de descanso. É oportuno lembrar que a pesca e mariscagem foram pontos abordados no tratado de paz, proposto pelos escravos do Engenho Santana em meados do século XIX,

Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas. Não nos hade obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas. Para o seu sustento tenha Lanxa de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas³⁷⁶.

Embora os inventários não permitam identificar as habilidades desenvolvidas pelas escravas durante suas vidas no cativeiro, podemos considerar que elas participaram ativamente de muitas atividades econômicas desenvolvidas em Ilhéus na segunda metade do século XIX, sendo que algumas conseguiram obter vantagens nesse contexto. Rosa e Rosalina, por exemplo, eram escravas que pertenciam à Maria Margarida Ninch, natural da Alemanha, que tinha fazenda de cacau e produção de farinha na Cachoeira de Itabuna, quando faleceu em 1886. No inventário desta estrangeira consta o valor de Rs. 900,000 pagos pelas ditas escravas, que na época já estavam em posse de suas cartas de liberdade. Nos autos do processo o inventariante declarou que “existem em poder dos herdeiros, Dona Luiza Dionízia Ninch e Dona Maria Juliana Ninch, três ingênuos, a saber: dois filhos de Rosa de nomes Firmino, com 15 anos de idade e Ana, com 12 anos de idade, e um de Rosalina, de nome Landônio, com 12 anos³⁷⁷.

³⁷⁶ SCWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros... Op. Cit., p. 119.

³⁷⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria Margarida Ninck. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 15, 25 de out. 1886.

Como essas escravas conseguiam dinheiro para comprar suas alforrias? Infelizmente a documentação não permite responder. Contudo, existem indícios comprovando que algumas escravas conseguiam formar pecúlio, seja por meio do apoio de seus parceiros, cônjuges ou familiares, e a partir de seus próprios esforços. Às vezes, aparecem somas em dinheiros apresentadas por elas e pelos escravos durante o processo de partilha dos bens, solicitando cartas de liberdade.

Benta, por exemplo, mulher escrava, parda de 33 anos de idade, trabalhava no Engenho União e na Fazenda Caldeiras em 1875, quando o proprietário faleceu. A referida escrava possuía dois filhos, Cirilo (5 anos) e Aquilina (12 anos), que foram libertos durante os trâmites do processo, ele avaliado em Rs. 400\$000 e ela em Rs. 600\$000. Infelizmente o documento não informa os meios utilizados para obtenção destas somas. Não obstante, Benta foi descrita como filha legítima de Romualdo e Aninha. Talvez, neste caso, a família escrava tenha contribuído para obtenção das alforrias dessas crianças³⁷⁸.

Nos autos do processo de inventário de Acrísio Januário Cardoso, negociante, dono de escravos, estabelecido na Cachoeira de Itabuna, consta a seguinte declaração “duzentos e oitenta e seis mil réis em poder do seu cunhado, Antônio da Cruz Rebelo Leitão, referente ao pecúlio do escravo Gregório”³⁷⁹. Durante os trâmites do processo ficamos sabendo que se tratava de um ex-escravo, mas não encontramos nada sobre os meios que ele utilizou para a conseguir o referido dinheiro³⁸⁰.

De modo semelhante ocorreu no inventário do Capitão Joaquim Ferreira Paiva, onde os avaliadores descreveram “a quantia de um conto e sessenta mil réis, dinheiro que a inventariante tinha recebido pela liberdade das escravas Francisca, Maria, Izabel e Porcidônio”³⁸¹. Como essas escravas conseguiram dinheiro para comprar suas alforrias? Infelizmente não temos como responder.

Esses exemplos confirmam o que a historiografia atinente ao tema constatou para outras regiões escravistas do Brasil, ou seja, que muitas escravas conseguiam pecúlio,

³⁷⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

³⁷⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Acrísio Januário Cardoso. Est. 03, Cx.1298, Maço 1767, Doc. 08, 21 de abr. 1887.

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Joaquim Ferreira de Paiva. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 23, 15 de abr. 1874.

utilizados na compra de suas alforrias ou de seus parentes, sobretudo os filhos. Para isso elas deviam trabalhar por anos a fio, acumulando pequenos ganho no cotidiano de trabalho e nos dias de descanso, normalmente domingos e dias santos, contando com apoio de amigos, familiares e cônjuges³⁸².

A maioria das escravas, no entanto, passou a maior parte de suas vidas no cativeiro, com ou sem os filhos, juntas ou separadas deles. Essa realidade atingiu muitas famílias, crioulas e africanas, que viveram em Ilhéus na segunda metade do século XIX. Além de compartilharem a experiência do cativeiro com os filhos, a documentação demonstra que muitas delas tiveram que enfrentar a dura realidade de ver seus filhos sendo doados, vendidos ou arrematados em praça pública, como aconteceu com o filho da escrava Clara, por exemplo³⁸³

Dizemos nós, Jose Borges do Amaral e minha mulher Narciza da Roza Dora, que entre os demais bens que possuímos livres, desembargados, se compreende um mulatinho filho da nossa escrava parda, de nome Clara, com um mês de nascido, batizado com o nome de Moyses, a qual cria na terça de nós ambos e no valor de quarenta mil reis, doamos, como de facto doado a havemos ao nosso filho José Miguel Arouca do Amaral, que desde já em diante ficará possuindo, gosando, e entrará no desfrute de seus serviços logo que principie a dá-los [...], com isso lhe transferimos todo o direito, ação e pertença que nela própria tínhamos³⁸⁴.

Encontramos na documentação muitos casos de mães separadas de seus filhos. O momento da partilha dos bens era o mais propício para esses acontecimentos. Bonifácia trabalhava no Engenho União em 1875, quando o proprietário faleceu. Essa escrava tinha 22 anos e dois filhos, um mulatinho (um ano) e uma crioulinha (3 anos). Nos autos do processo de inventário consta que Bonifácia foi doada para a filha do casal, Lina Alexandrina de

³⁸² Cf. ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade: das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-Ba, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões do Brasil no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP. São Paulo, 2013.; GONÇALVES, Victor Santos. *Escravos e senhores nas terras do cacau: alforrias e família escrava (São Jorge dos Ilheos, 1806-1888)* Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2014.

³⁸³ Sobre o assunto ver, entre outros, REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades de africanos no século XIX. *Revista da USP*, n. 28, p. 174-193, dez./fev. 1995/1996.

³⁸⁴ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Narciza da Roza Dora. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 15, 23 de ago. 1851.

Carvalho Lessa³⁸⁵. Não conseguimos saber o paradeiro dos filhos de Bonifácia, talvez o mais novo tivesse acompanhado a mãe, e a outra sido separada, mas o documento nada informa sobre o assunto.

No inventário do negociante Joaquim José da Costa Seabra consta que a escrava Cora, moça, africana de nação nagô, avaliada em Rs. 1.000\$000, foi doada para Manoel José Spinola Bitencourt³⁸⁶. Em 1862 a escrava Eugênia, de 35 anos, trabalhava na Fazenda de cacau denominada Jacarandá, onde eram cultivados 3 mil cacauzeiros. Após a morte do proprietário desta fazenda, João Mendes Coelho, a escrava foi a leilão para pagamento das dívidas, pelo valor de Rs. 800\$000. No final do processo de partilha consta que ela foi arrematada por Rs. 500\$000, talvez devido ao seu estado de saúde “doente, atacada de calor de fígado”³⁸⁷.

Tereza, escrava de Manoel Pereira dos Santos, negociante, dono da Fazenda Tapera, tinha 14 anos de idade quando seu proprietário faleceu, em 1865. Tal escrava foi descrita como “sabe cozer e costurar”³⁸⁸, e foi dada em dote de casamento à filha do casal, Joana Laura dos Santos³⁸⁹.

Existem vários exemplos semelhantes, e chama a atenção a quantidade de crianças escravas, do sexo feminino, descritas como “do serviço doméstico”. Computando-se os ofícios dos 829 cativos declarados nos inventários *post mortem* de Ilhéus, verificamos que a maioria dos casos não contém esse tipo de informação, outra parcela expressiva se refere a escravos e escravas “do serviço de lavoura”, seguindo por aqueles “do serviço doméstico, como se pode ver no Gráfico 5.2.

³⁸⁵ Ibidem.

³⁸⁶ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est.08, Cx.3424, Maço n/c, Doc. 06, 17 de set. 1856.

³⁸⁷ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Mendes Coelho. Est.02, Cx.784, Maço 1251, Doc.13, 10 de out. 1862.

³⁸⁸ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Pereira dos Santos. Est. 09, Cx. 3901, Maço n/c, Doc.19, 16 de mar. 1865.

³⁸⁹ Ibidem.

Gráfico 5.2 – Distribuição dos principais ofícios dos escravos inventariados. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, SJ, 121 processos de Inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Marinheiro, padeiro, carreiro, mestre de açúcar, oficial de ferreiro.

Entre os 220 escravos dos serviços de lavoura notamos acentuado equilíbrio de sexo, 111 masculino (50,5%) e a outra metade do sexo feminino. Ao que parece eles começavam a trabalhar muito cedo nesse serviço, independente do sexo. Hugo do Nascimento, com sete anos, e sua irmã, Eugênia, com nove, foram os cativos que encontramos com a menor idade neste ofício. Ambos eram crioulos, filhos da escrava Romana, e trabalhavam no Engenho Itaípe em 1875, quando a esposa do proprietário faleceu³⁹⁰.

Entre os 39 escravos descritos como do serviço doméstico encontramos casos de lavadeira, cozinheira, engomadeira e costureira, porém, a maioria foi descrita simplesmente como “do serviço doméstico”, sem especificações. Entre estes percebemos que a grande maioria era do sexo feminino, 33 casos, 85% da categoria. Alice, por exemplo, era uma criança escrava de 10 anos, irmã de Hugo do Nascimento e Eugênia, filhos de Romana que também vivia como escrava no Engenho Itaípe, entre as cativas Alice foi a mais nova que encontramos no ofício de doméstica³⁹¹.

³⁹⁰ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 02, Cx. 781, Maço1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.

³⁹¹ Ibidem.

Ao todo viviam como escravos no Engenho Itaípe 48 pessoas, isso no ano de 1876, quando foi aberto o inventário da família³⁹². A maioria dos escravos era do serviço de lavoura (15), seis do serviço doméstico, dois carapinas, dois pedreiros, um alambiqueiro e nove sem informação alguma sobre o ofício. A mãe das referidas crianças, a escrava Romana do Nascimento, foi descrita como parda, 33 anos, solteira, do serviço doméstico, avaliada em Rs. 1.000\$000 e os seus filhos, cada um por Rs. 350\$000³⁹³.

Outro exemplo é o de Januária, criança de 10 anos de idade, que provavelmente foi separada da família e vivia como escrava na Fazenda Tabocas, em 1873, quando foi aberto o inventário de Manoel Francisco Dunda, dono da fazenda. Nos autos do processo Januária foi descrita como cabra, do serviço doméstico, avaliada na quantia de Rs.600\$000³⁹⁴.

Narcisa tinha 10 anos em 1872 e vivia como escrava na Fazenda Retiro, junto com sua irmã Herculana (14 anos) e sua mãe Limoa (36 anos). Todas descritas como pretas, do serviço de lavoura, com boa saúde, a filha mais nova avaliada em Rs. 500\$000, a mais velha em Rs. 1.000\$000 e a mãe em Rs. 600\$000. Nesta mesma fazenda, propriedade de Manoel Cardoso da Silva, também viviam Delmira e seus dois filhos de seis anos, Julia e Joaquim, descritos como fula, de lavoura e com boa saúde. A mãe, na época com 27 anos, foi avaliada em Rs. 800\$000, a menina em Rs. 300\$000 e o menino em Rs.250\$000.³⁹⁵

Esse capítulo abordou a presença das escravas em Ilhéus durante a segunda metade do século XIX, período de crescimento do cultivo do cacau. A proporção considerável de mulheres e crianças na população cativa indica que a família escrava e a reprodução natural dos cativos foram características marcantes da escravidão que se desenvolveu naquela localidade.

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Ibidem.

³⁹⁴ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Francisco Dunda. Est. 02, Cx. 737, Maço1202, Doc. 18 de fev. 1873.

³⁹⁵ APEB. Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Cardoso da Silva. Est. 02, Cx. 737, Maço1205, Doc. 04, 19 de nov. 1872.

A maioria das escravas era solteiras, grande parte envolvida com a criação dos filhos. Entre as 182 escravas nesta condição computamos o total de 373 filhos menores (escravos e ingênuos), perfazendo uma média de 2 filhos por escrava. Entre as casadas a média chegou 2,8 filhos, números bem acima da média de outras localidades. Em Salvador (1851-1860), por exemplo, as mães solteiras escravas tinham médias de filhos inferiores às de Ilhéus. Segundo Katia de Queirós Mattoso,

A maioria das mães solteiras tem apenas 1 filho (64,2%) e 38,5% delas são nascidas no Brasil [...]. Recorde-se que, em média, as mães solteiras libertas na Bahia têm 1,9 filhos, enquanto as mães solteiras livres alcançaram a média de 1,7. Para as mulheres nagôs a média é de 1,6; para as africanas e as brasileiras respectivamente 1,5 e 1,4.³⁹⁶

As escravas de Ilhéus desenvolveram relações afetivas com pessoas de diversas condições sociais, e o fato de serem classificadas como solteiras não significa ausência de família. Vários estudos demonstraram a predominância de uniões ilegítima entre os cativos do Brasil, ressaltando as dificuldades de acesso ao casamento na Igreja, como o pagamento pelas cerimônias, a distância em relação à paróquia, a indisposição dos senhores, e outras questões que influenciaram na definição das relações familiares dos escravos³⁹⁷.

Muitas escravas de Ilhéus viviam e trabalhavam longe da vila, distante da Igreja matriz. Em muitas ocasiões os deslocamentos deviam depender da disposição e boa vontade dos senhores. De todo modo, esse capítulo demonstrou que elas foram protagonistas não apenas na família, na escolha dos parceiros e no tipo de relação que desenvolveram, mas também na economia, trabalhando em várias atividades.

As escravas trabalhavam nos engenhos, cuidavam do canavial, das plantações de mandioca e outras culturas e nos serviços domésticos. Além da produção de açúcar e aguardente os engenhos tinham criações de animais, casas de farinha e outros móveis que

³⁹⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 114-115.

³⁹⁷ Ver, entre outros, COSTA, Iraci del Nero da.; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A Família escrava em Lorena (1801). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da.; KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 519-570; MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. “A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874)”. *População e família*. São Paulo: Humanitas, CEDHAL, FFLCH/USP, n. 3, p. 93-128, 2000.

exigiam cuidados permanentes com limpezas. As escravas trabalhavam em todos serviços, na cozinha da casa grande, no cuidado com a criação dos filhos dos senhores e com os filhos da senzala.

Ademais, muito provavelmente as mulheres escravas foram importantes na disseminação das mudas de cacauzeiros pelas fazendas, roça e sítios instalados no território da comarca de Ilhéus, visto que a planta exige cuidados especiais durante mais ou menos três anos até se tornar frutífera, assim, muitos cacauzeiros devem ter recebido cuidados das escravas.

Nesses espaços elas conseguiram criar os filhos e acumularam pecúlio, resgatando parentes do cativeiro por meio da cobra da alforria. A escravidão não retirou a capacidade das mulheres escravas desenvolverem habilidades, tanto no sentido da criação dos filhos quanto no que diz respeito à exploração dos recursos naturais dos espaços em que estavam inseridas, criando alternativas econômicas para si e para suas famílias. A pesca, a mariscagem, a exploração de fibras vegetais, a arte de costurar e preparar comidas, dentre outras habilidades, influenciaram a vida dessas mulheres e contribuíram para o desenvolvimento da economia de Ilhéus.

Elas conjugaram o trabalho escravo com a criação dos filhos no eito e nos espaços urbanos, produziram mercadorias que aumentaram a riqueza de seus senhores e conviveram com o risco iminente de serem vendidas, terem filhos doados e membros da família separados.

No próximo capítulo abordamos a vida material dos inventariados, revelando características das casas, dos móveis, das canoas, das ferramentas e equipamentos de trabalho, bem como da criação de animais. Assim, o próximo capítulo contém informações que permitem ampliar o entendimento sobre a vida e os espaços de trabalho das escravas e dos cativos de madeira geral.

CAPÍTULO VI

O CACAU NO TEMPO DAS CANOAS, DOS CARROS DE BOI E DO TRABALHO ESCRAVO. ILHÉUS, 1850-1888

6.1 - Introdução

Durante a segunda metade do século XIX a economia de Ilhéus se dinamizou e a lavoura cacauzeira se expandiu pelo interior da mata atlântica, sobretudo pelas margens dos rios, riachos e ribeirões espalhados na mata. Nesse capítulo vamos analisar os imóveis, os bens móveis e os animais declarados nos inventários *post mortem* de Ilhéus para averiguarmos a estrutura de produção da economia e alguns aspectos da vida material da população. Queremos saber o que esses bens revelam sobre o funcionamento da economia, se mostram a existência de uma estrutura interna dinâmica, relacionada com a produção, transporte e comercialização de cacau e outras mercadorias.

O estudo dos imóveis, por exemplo, pode revelar os tipos de construções e os preços de avaliação, as edificações relacionadas com a produção de cacau, café, açúcar, cachaça e farinha de mandioca. Avaliar a proporção dessas construções entre os inventariados pode indicar os setores da economia que estavam se destacando naquela época. Ademais, podemos comparar algumas nas habitações dos moradores e tentar relacionar tais diferenças com as atividades econômicas dos inventariados.

Investigar os bens móveis também ajuda no entendimento de vários aspectos econômicos. Os inventários contêm descrições detalhadas dos móveis de casas e da lavoura, dentre outros objetos. Assim, podemos conhecer os principais equipamentos de trabalho dos escravos, as ferramentas, os móveis dos engenhos e da lavoura cacauzeira, bem como os gêneros das casas de negócio e seus preços. Destarte, podemos avaliar se houve mudanças no patrimônio das famílias com relação aos utensílios domésticos, adereços pessoais, como joias de ouro e prata, dentre outros artigos que revelam alguns aspectos íntimos da vida dos moradores de Ilhéus no período 1850-1888.

Por fim estudamos os animais para conhecermos quais os grupos que se destacaram nos inventários, o que pode revelar muito sobre o ritmo e a dinâmica dos transportes das

mercadorias durante a expansão do cultivo do cacau. Queremos saber se nessa época havia tropas de muares nas fazendas, se esses animais eram utilizados para transportar cacau e outras mercadorias ou se ainda não existia animais de cargas.

A nossa hipótese é que na segunda metade do século XIX a economia de Ilhéus estava se estruturando com relação ao desenvolvimento da economia cacaueira. Numa época de escassez de transportes mecanizados e precariedade das estradas, o uso das canoas e dos carros de boi marcou a primeira fase da disseminação da cultura do cacau (1850-1888). Outrossim, a maioria dos produtores deste fruto habitavam moradias simples e não tinham muitos recursos para adquirir animais, sendo mais comum o uso de canoas entre eles. As suas casas de morada não eram dotadas de muitos móveis e normalmente eles não tinham casas de beneficiar cacau.

Por outro lado, acreditamos que os grandes escravistas, donos de engenho, negociantes e produtores de cacau viviam em moradias mais sofisticadas, suas casas eram dotadas de utensílios domésticos e móveis, normalmente eles tinham animais em suas propriedades, casas para beneficiar cacau, casas de farinha e outros bens que os diferenciava da maioria dos inventariados.

Para abordar esse assunto selecionamos nos inventários *post mortem* de Ilhéus os registros correspondentes aos imóveis, bens móveis e aos animais. Cada grupo será abordado individualmente, mas desdobramos os itens que compõe cada um, a fim de aprofundar suas particularidades e evidenciar as nuances relacionadas com a expansão da lavoura cacaueira, o trabalho escravo e a economia.

6.2 - Os imóveis nos inventários

Os imóveis declarados nos inventários *post mortem* de Ilhéus compõe um grupo com diversos tipos de edificações e construções. O mais comum foi a descrição de casas de taipas cobertas de palha, muitas localizadas na costa marítima, outras nas margens de rios, riachos e ribeirões e na área urbana, no território da vila, onde as casas com paredes de pedra e cal, cobertas de telhas, algumas assoalhadas, sobrados e casas de negócios, eram mais frequentes.

Em Ilhéus, assim como em outras partes do Brasil, as pessoas se diferenciavam não só pelo número de escravos que possuíam, mas também pelo tipo de moradia que habitavam.

Normalmente os menos abastados eram donos de apenas um imóvel e residiam em moradias simples, com repartimentos de no máximo dois cômodos, quarto e sala e sem muitos móveis. A estrutura era de varas de madeiras e os vãos das paredes tapados com argila, retirada do leito dos rios, com coberturas de palha, proveniente dos coqueiros existentes na costa marítima.

Foram, principalmente, pessoas que residiam em moradias desse tipo que disseminaram o plantio do cacau pelo território da comarca de Ilhéus, espalhando as plantações nas proximidades dos rios, formando as primeiras roças de cacauzeiros.

Os grupos mais privilegiados economicamente tinham mais de um imóvel, podiam ter moradia nos sítios e fazendas e na vila, na rua do porto, na rua da igreja matriz, na rua do colégio, entre outras. As construções eram diversificadas, muitos tinham casas de negócio e suas moradias eram dotadas de móveis e utensílios domésticos diversificados.

Além das casas de morada existiam construções com várias finalidades. Investigar esses imóveis ajuda a entender o contexto socioeconômico de Ilhéus no período de disseminação do cultivo do cacau. Queremos saber se existiam muitas casas de beneficiar cacau ou não, qual a importância desses imóveis naquele contexto, a quantidade de casas de farinha e engenhos, dentre outros imóveis descritos nos inventários de Ilhéus que permitem avaliar a importância do processamento das culturas, bem como as diferenças entre as moradias dos habitantes da localidade no período assinalado. Inicialmente delimitamos os inventários com presença de imóveis para sabermos a proporção deles no conjunto dos

processos investigados ao longo das décadas. O Gráfico 6.1 apresenta o resultado dessa distribuição.

**Gráfico 6.1 – Distribuição dos inventários segundo a presença de imóveis.
Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, SJ. 333 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

De acordo com o Gráfico 6.1 a maior parte dos processos investigados apresentou algum tipo de imóvel entre os bens declarados. Do total de 333 inventários constatamos que 261 (78,3%) era de pessoas ou famílias que possuíam algum imóvel. Inclui-se no conjunto destes bens propriedades como a de Felipe Benicio Mendes, lavrador de cacau, dono de “uma morada de casa coberta de palha, no lugar coronel, distrito de Almada, tão estragada que os avaliadores não lhes deram valor algum”³⁹⁸, até imóveis como os de Dona Helena Lavigne Schaum, que quando faleceu em 1885 possuía, além de quatro escravos e outros bens, “uma casa sita a rua direita do porto, com todos os utensílios para padaria, inclusive armação, avaliada em um conto e seiscentos mil réis”; “outra casa velha, na rua que vai para São Sebastião, por duzentos mil réis”; e “um quinhão em uma casa com frente para a rua direita do porto e para a de São Sebastião, em comum com os herdeiros deste inventário, por duzentos mil réis”³⁹⁹.

³⁹⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Felipe Benício Mendes. Ilhéus, Est. 02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 04, 28 de jun. 1879.

³⁹⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Helena Lavigne Schaum. Ilhéus. Est. 02, Cx. 761, Maço 1227, Doc. 12, 05 de jun. 1885.

Para dar conta dessa diversidade agrupamos os imóveis em seis tipos diferentes, de acordo com a função e a frequência dos registros no Banco de dados, a saber: casas e sobrados; casas de farinha; engenhos e engenhocas, casas de beneficiar cacau; casas de negócios e outros imóveis. A Tabela 6.1 apresenta o resultado da distribuição global dos registros de imóveis no período 1850-1888. A primeira coluna, da esquerda para direita, apresenta os tipos de imóveis, em seguida o número e o percentual dos registros referentes a cada um deles, a localização (rural/urbana) e os preços correspondentes.

Tabela 6.1 – Distribuição dos registros de imóveis nos inventários. Ilhéus, 1850-1888

Registros de imóveis nos inventários	Rural		Urbano		Total de registros		Soma dos Preços dos imóveis	
TIPOS DE IMÓVEIS	Nº	%	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
Casas e sobrados	234	57,2	175	42,8	409	60,2	226.818,000	65,0
Casas de farinha	113	100,0	-	-	113	16,7	9.832,073	2,8
Engenhos e engenhocas	36	100,0	-	-	36	5,3	41.578,774	12,0
Casas de beneficiar cacau	37	100,0	-	-	37	5,4	6.082,000	1,7
Casas de negócio	20	43,5	26	56,5	46	6,8	36.418,600	10,5
Outros Imóveis *	37	97,4	1	2,6	38	5,6	27.711,000	8,0
TOTAL	477	70,2	202	29,8	679	100,0	348.440,447	100,0

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 261 processos de inventários, 1850-1888.

(*) Senzalas, telheiro p/ canoas, serrarias, ranchos, sítios, olaria, tanques etc.

Os dados da Tabela 6.1 evidenciam que o mais comum foi a descrição de casas e sobrados, correspondendo este grupo a 60,2% do total dos registros referentes a imóveis, com certo equilíbrio na localização dos mesmos, 57,2% na zona rural e 42,8% na área urbana. Estão incluídas nesse grupo as construções que eram utilizadas, na maior parte das vezes, como habitação, a maioria dos registros refere-se explicitamente às casas de morada (49%), outros imóveis foram descritos apenas como casa, sem mencionar se eram de morada (45%), a menor parte refere-se a sobrados (2,8%), larço de casa (1%) e o restante, (2,2%), são habitações que consorciavam casa de morada e de fazer farinha ou casa de morada e negócio juntas.

No geral os sobrados eram mais valorizados que as casas. Apesar de numericamente inferiores, eles responderam por 15% do total de Rs.226.818\$000 alocados no grupo. Essas

construções pertenciam a comerciantes e donos de engenho, sendo que o sobrado que obteve maior preço de avaliação pertencia ao negociante José Lopes da Silva

um sobrado, obra de alvenaria, na rua do porto, com 12 metros e 40 cm de frente, tendo nesta 3 portas e duas janelas na loja, e 5 janelas no primeiro andar, em terrenos foreiros, limitando-se pelo lado do sul com casa de dona Paulina kahene de Sá, e pelo lado do norte com terreno ocupado por um princípio de edificação pertencente ao inventariado, avaliado na quantia de seis contos e quinhentos mil réis⁴⁰⁰.

A valorização dos imóveis dependia de muitos fatores. Além do estado de conservação, da estrutura e da cobertura das construções, o tipo de terreno em que se localizava também influenciava nos preços. Encontramos edificações construídas em terrenos próprios, em terrenos foreiros e em terras de marinha, mas nem sempre essas informações aparecem.

As casas de farinha, apesar de concentrarem apenas 2,8% dos investimentos em imóveis, ocupam o segundo lugar em ordem de importância numérica, abrangendo 16,7% do total de registros. As situações dessas casas também variaram muito. O produtor de cacau Manoel Antônio Lisboa, por exemplo, possuía entre seus bens uma casa de farinha tendo apenas roda e alguidar, descrita como sem valor algum⁴⁰¹. Já a casa de farinha da Fazenda Itariri, como 18 escravos e 15.100 cacaueiros, era coberta de telha, com dois alguidares de ferro, roda movida por água, prensa e mais pertences, e foi avaliada em Rs. 170\$000 no ano de 1878⁴⁰².

Nem sempre todos os móveis das casas de farinha foram descritos e, às vezes, eles foram avaliados separadamente. Estão incluídas no grupo todas as casas de farinha arroladas nos inventários junto com seus móveis. Porém, não incluímos entre os donos de casas de farinha os casos de pessoas que tinham apenas alguns móveis relacionados com a essa atividade, como aconteceu, por exemplo, com Manoel Rodrigues de Brito, morador de

⁴⁰⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Antônio Lisboa. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 04, 10 de ago. 1888.

⁴⁰¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Antônio Lisboa. Est. 03, Cx. 1270, Maço 1739, Doc. 11, 20 de ago. 1863.

⁴⁰² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria Lavigne. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 09, 23 de set. 1878.

Itabuna, que não tinha casa de farinha, mas possuía, entre outros bens, “uma roda de ralar mandioca bastante velha, com seu competente cobre um tanto estragado, avaliada em Rs.12\$000”⁴⁰³.

A existência de vários casos como o de Manoel Rodrigues, junto com o expressivo número de casas de farinha entre os inventariados, atesta que essa atividade estava disseminada na população. Se tomarmos como referência o total de 333 processos investigados notamos que pelo menos um, em cada três inventariados, estava envolvido com esta atividade. A maioria dos homens que trabalhavam no cultivo do cacau normalmente morava em casas de taipas cobertas de palha e frequentemente se dedicavam à produção de farinha de mandioca para subsistência.

Na maioria das vezes cada proprietário era detentor de apenas uma casa de farinha, com diferenciações relacionadas mais com a estrutura e acessórios dessas casas do que com a quantidade de imóveis possuídos. As rodas de ralar mandioca, por exemplo, podiam ser movidas a água, a mão ou em roda de fieira, o que certamente influenciava na velocidade da produção, interferindo assim nos preços desses imóveis.

As casas e sobrados, junto com as casas de farinha, respondem por 76,9% dos registros de imóveis e concentraram 67,8% dos investimentos alocados neste tipo de bem. Assim, temos que a maioria dos imóveis declarados nos inventários de Ilhéus referia-se às casas de morada e às casas de farinha, quiçá ambas as coisas juntas. Eliza Ferreira Alves Brasil, por exemplo, possuía entre seus bens “uma casa de morada feita de taipa, coberta de palha, onde faz farinha com os mais acessórios deste trabalho, avaliada em duzentos mil réis, Rs. 200\$000”⁴⁰⁴.

Avaliando agora o grupo de engenhos e engenhocas, formado por imóveis relacionados com a produção de açúcar e aguardente de cana (cachaça), notamos que eles abrangeram 5,3% dos registros, mas concentrou 12% do total de investimentos alocados em imóveis. A maioria referia-se explicitamente aos engenhos e seus móveis (61%), outros às casas de engenhoca e acessórios, incluindo alguns alambiques (39%), sendo que algumas

⁴⁰³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Rodrigues de Brito. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 10, 12 de maio 1855.

⁴⁰⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Eliza Ferreira Alves Brasil. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 03, 22 de out. 1866.

engenhocas também fabricavam farinha, todos em condições de uso e situações diversas. Os primeiros (engenhos) concentraram 95% dos investimentos no grupo. Vale ressaltar que não incluímos na avaliação os tachos de cobre, formas, espumadeiras e outros acessórios do tipo, que serão tratados no grupo dos bens móveis, abordados em outra seção, contudo, em alguns casos a avaliação foi realizada em conjunto, não sendo possível tal separação.

A casa do Engenho Castelo Novo, por exemplo, foi a que recebeu o maior preço de avaliação “[...] a casa de fabricar açúcar com seu pé de moenda, cilindro, roda, bisame, levado e tanque, tudo na quantia de nove contos de réis”⁴⁰⁵.

A casa do Engenho União foi descrita da seguinte forma,

um engenho de fabricar açúcar e aguardente com todos os seus pertences, constante de dois alambiques, usados, cinco caixões usados, uma tina, quatro tachos, uma espumadeira, um bueiro, uma roda e pé de moenda, caboto, casa de engenho e tachos, quatro dorna, dezessete quartolhas, nove ditas pequenas, um tendal, dois balcões para secar açúcar, 97 formas de zinco, uma casa de purgar, um braço de balança, quatro alavancas, três canos grandes velhas, três ditas pequenas, três tarefas de cerca, tudo na quantia de seis contos e trinta e sete mil réis⁴⁰⁶

Esses tipos de descrições comprometem a avaliação dos engenhos e dificulta, ou inviabiliza, comparações.

Com relação às casas de beneficiar cacau, que respondem por 5,4% dos registros, normalmente elas eram descritas como casas com balcões para fermentar e/ou secar cacau. A Fazenda Ermo Nobre, por exemplo, possuía “uma casa com três balcões para secar cacau, avaliada em oitenta mil réis, Rs. 80\$000”⁴⁰⁷. Às vezes essas casas se diferenciavam pelo tipo de cobertura, podendo ser de palha ou de telha, com variações nas quantidades de balcões e na condição deles (pequenos, grandes, novos, estragados). A casa de beneficiar cacau que

⁴⁰⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴⁰⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02 Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

⁴⁰⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Luiza Amélia Vaill Benevides. Est. 02, Cx. 740, Maço 1205, Doc. 07, 17 de jul. 1871.

alcançou o preço mais alto estava na Fazenda Olandi, propriedade de Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão, negociante, que possuía, entre outros bens, “uma casa coberta de telha com balcões para secar cacau, avaliada na quantia de um conto de réis”⁴⁰⁸. Entre os 333 inventários analisados encontramos apenas 37 casas de beneficiar cacau, que começaram a aparecer com mais frequência da documentação a partir da década de 1870.

As casas de negócios, embora tenham representado apenas 6,8% dos registros de imóveis foram responsáveis por concentrar 10,5% dos investimentos neste tipo de bem. Não incluímos nas avaliações os gêneros comercializados nessas casas, itens inclusos no grupo dos bens móveis. Todavia, em alguns casos a avaliação foi realizada em conjunto, não sendo possível separar os investimentos. No inventário de Adão Schaum, por exemplo, os avaliadores descreveram, entre outros bens, “uma casa de taipa e frente de pedra e cal, em que está a padaria, com todos seus pertences, avaliada na quantia de um conto e quatrocentos mil réis, Rs. 1.400\$000”⁴⁰⁹. Nessas situações, ainda que minoria, não é possível separar o preço dos gêneros do valor individual do imóvel, pois a avaliação foi feita em conjunto.

A maioria dos registros referia-se a casas de negócio ou casas com balcões e/ou armação para venda (78%), outros a armazéns/depósito (13%) e a minoria a casas de arrecadação (9%). Não sabemos ao certo como funcionavam essas casas de arrecadação, possivelmente serviam para cobrança de impostos, mas as descrições dos avaliadores não são muito reveladoras. O tenente coronel Domingos Lopes da Silva, por exemplo, era negociante, dono de várias propriedades em Ilhéus, inclusive “um quinhão na casa de arrecadação no lugar denominado Banco, avaliado na quantia de cem mil réis”⁴¹⁰. O Major Bernardo Sellmam, que foi presidente da Câmara Municipal, era negociante, com ligações comerciais na praça de Salvador, dentre seus imóveis consta “uma casa que serve para arrecadação na mesma fazenda, avaliada em oitenta mil réis”⁴¹¹.

⁴⁰⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 09, 30 de ago. 1886.

⁴⁰⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adão Schaum. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 02, 05 de nov. 1877.

⁴¹⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

⁴¹¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Bernardo Sellmam. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 01, 11 de nov. 1881.

Por fim, temos o grupo denominado “outros imóveis”, que contempla as diversas construções que aparecem esporadicamente nos inventários, nem por isso menos importantes. De modo geral eles representam 5,6% dos registros e concentram 8% dos investimentos em imóveis. Os registros mais frequentes referem-se às fazendas englobando os imóveis nela existente (24%); senzalas (18%); telheiro para canoa (16%); serrarias (10,5%); sítio (10,5%); rancho (8%) e outros (13%).

As fazendas eram descrições que incluíam vários bens juntos. O Tenente João Batista Gualberto, por exemplo, morava na Cachoeira de Itabuna e seu inventário foi um processo de arrecadação de bens, pois as dívidas passivas (a pagar) superavam o montante de sua fortuna, assim, nas descrições constam, além de quatro escravos, “uma fazenda com plantação de coqueiros e cacaueiros, uma pequena casa de morar coberta de palha, tudo em terrenos próprios, no lugar denominado Velozo”⁴¹². Dentro do grupo de “outros imóveis” as fazendas concentraram 47% dos investimentos.

As senzalas, se comparadas aos demais imóveis, eram construções que aparecem com preços baixos nos inventários *post mortem* de Ilhéus. As quinze senzalas de morada dos escravos do Engenho Castelo Novo foram avaliadas em quarenta mil réis, Rs. 40\$000⁴¹³. As nove senzalas do Engenho Itaípe, descritas como arruinadas, foram avaliadas em Rs. 50\$000⁴¹⁴. O Major Joaquim José de Oliveira, produtor de cacau com fazenda na Cachoeira de Itabuna, possuía 22 escravos quando faleceu em 1875, sendo que as senzalas da sua fazenda foram descritas como arruinadas⁴¹⁵.

Dentre os demais imóveis as serrarias se destacaram em termos de investimentos. Embora pouco frequentes, esses imóveis tinham muita importância para a economia, pois eram responsáveis pelo corte e beneficiamento das madeiras. Já demonstramos nos dois primeiros capítulos da tese a exploração de madeiras em Ilhéus, com participação destacada

⁴¹² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Tenente João Batista Gualberto. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 22, 30 de mar. 1874.

⁴¹³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴¹⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.

⁴¹⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Major Joaquim José de Oliveira. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

dos negociantes nessa atividade, pagando imposto pelo direito de explorar madeiras, outras pelo direito de exportá-las, sobretudo jacarandá⁴¹⁶.

Os outros imóveis aparecem de modo esporádico na documentação. Às vezes constam ranchos com imóveis inclusos, outras vezes mencionam-se construção de tanque, olaria, viveiro e telheiros para canoas.

6.3 – Os bens móveis nos inventários

Os bens móveis compõem-se de uma variedade de objetos, equipamentos, dinheiro, ouro, prata e outros gêneros e mercadorias diversas, que merecem investigação minuciosa, muito importante para o entendimento da cultura material dos povos que viveram e trabalharam em Ilhéus entre 1850 e 1888. As descrições dos avaliadores são ricas em informações e bastante reveladoras dos preços dos produtos, bem como das mudanças nas formas de investimento. Nessa seção vamos analisar esse assunto, sem a pretensão de esgotar toda a potencialidade da fonte. O objetivo é entender e discutir alguns aspectos do mundo do trabalho dos habitantes da localidade, e as possíveis mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Para isso dividimos os bens móveis em seis grupos, a saber: móveis das casas e sobrados; móveis da lavoura; embarcações; ferramentas e equipamentos; gêneros da lavoura e comércio; outros bens móveis.

A nossa hipótese é que na segunda metade do século XIX as canoas e os carros de boi foram componentes importantes no processo de crescimento da lavoura cacaueira, que começava a se afirmar na economia de Ilhéus. Já vimos que entre os inventários não foram descritas muitas casas de beneficiar cacau, agora podemos investigar outros bens que permitem entender a dinâmica da lavoura cacaueira no período assinalado.

Antes de iniciar as análises dos dados é importante delimitar os inventários com presença de bens móveis, para sabermos a proporção deles no conjunto dos processos investigados ao longo do tempo. O Gráfico 6.2 apresenta o resultado dessa distribuição.

⁴¹⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870; APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

**Gráfico 6.2 – Distribuição dos inventários segundo a presença de bens móveis.
Ilhéus, 1850-1888**

Fonte: APEB, SJ. 333 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

O Gráfico 6.2 mostra que a maioria dos processos investigados apresentou ao menos um tipo de bem móvel, podendo ser móveis de casas e sobrados; ferramentas; equipamentos; móveis da lavoura; gêneros do comércio, dentre outros. Do total de 333 inventários constatamos que 64,5% possuíam alguns desses bens. Outra parte (35,5%) não possuía nenhum destes, mas isso não significava que eles não tinham acesso aos mesmos.

O tipo mais comum de bens móveis foi o que classificamos como “móveis de casas e sobrados”, que inclui, principalmente: cadeiras, mesas, cômodas, tamboretes, sofás, camas, guarda roupas, armários, entre outros móveis semelhantes. Também incluímos nesta categoria os utensílios domésticos e objetos/adereços pessoais, como por exemplo: panelas, candieiros, oratórios, roupas, pulseiras, anéis, brincos, argolas etc.

O segundo item em ordem de importância numérica foram os bens móveis que classificamos como “móveis da lavoura”, categorias que inclui, principalmente: móveis relacionados com fabricação de açúcar/cachaça (tachos de cobres, espumadeira, bolandeira, agulhões de ferro para moendas etc.). Também incluímos neste grupo os móveis das casas de farinha (alguidar, roda de ralar mandioca, prensa etc), bem como móveis destinados ao

beneficiamento de cacau, café e outros gêneros (moinho, balcões para secar cacau, roda de ralar coco etc.), além desses também incluímos na categoria “móveis das lavouras” os carros de bois, carroças, materiais de construção, moveis de serrarias etc. A diversidade é grande e nossos agrupamentos não dão conta de todas particularidades.

O terceiro grupo de bens móveis que definimos foi classificado como “embarcações”, incluindo, principalmente as canoas, e em menor proporção barcos e lanchas. O quarto grupo de bens móveis foi denominado como “ferramentas e equipamentos”, grupo composto principalmente por enxadas, machados, foices e facões. Outrossim, também incluímos neste grupo equipamentos para animais (selim, cela, cangalha, bride etc.); equipamentos para pesca (redes e tarrafas); dentre outros.

O quinto grupo foi classificado como “gêneros da lavoura e comércio”, no qual incluímos, as arrobas de cacau e café colhidos, as madeiras extraídas, farinha já preparada (torrada), feijão, arroz, inhames e, principalmente, os gêneros vendidos nas casas de negócio, dentre outros bens semelhantes. O último grupo foi classificado como “outros bens móveis” e inclui principalmente dinheiro, ouro, prata, armas e os bens não identificados devido ao estado de conservação dos documentos.

Essas seis categorias pretendem explicar a dimensão dos bens móveis declarados nos inventários *post mortem* de Ilhéus. Vamos analisar os investimentos alocados nesses grupos para entendermos um pouco da importância deles no contexto socioeconômico da época.

**Tabela 6.2 – Distribuição dos registros de bens móveis nos inventários.
Ilhéus, 1850-1888**

Registros de bens móveis nos inventários	Total de Registros		Soma dos Preços dos bens móveis	
TIPOS DE BENS MÓVEIS	Nº	%	(em réis)	%
Móveis de casas e sobrados	710	46,4	11.710,820	6,7
Móveis das lavouras	197	12,9	7.048,980	4,0
Embarcações	174	11,4	17.880,597	10,3
Ferramentas e equipamentos	146	9,5	1.946,000	1,1
Gêneros do comércio e lavouras	74	4,8	48.192,378	27,9
Outros bens móveis *	230	15,0	86.617,772	50,0
TOTAL	1.531	100,0	173.396,547	100,0

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 215 processos de inventários, 1850-1888.

(*) Dinheiro, ouro, prata, cobre, armas, objetos não identificados etc.

Os dados da Tabela 6.2 revelam aspectos importantes sobre a distribuição dos registros dos bens móveis nos inventários de Ilhéus. Notadamente os móveis de casa e sobrados foram os mais frequentes, 46,4% dos registros, porém a soma de seus preços corresponde apenas a 6,7% dos investimentos. Os móveis da lavoura também foram frequentes, 12,9% dos registros, entretanto, assim como as ferramentas e equipamentos, 9,5% dos registros, esses bens não concentraram somas expressivas dos investimentos alocados neste tipo de bem, sendo que os percentuais representam 4% e 1,1%, respectivamente.

A Tabela 6.2 revela ainda que a maior parte dos investimentos em bens móveis se concentrou nos seguintes itens: “embarcações” (10,3%); “gêneros da lavoura e comércio” (27,9%) e aqueles agrupados na categoria “outros bens móveis”, que concentrou (50%) dos investimentos.

Entre as embarcações as canoas se destacaram em termos numéricos, mas as lanchas e barcos eram mais valorizados. Os gêneros do comércio sobressaíram em relação aos da lavoura e o dinheiro foi o principal item de valor da categoria “outros bens móveis”.

Isso não significa que todos inventariados tinham esses componentes em suas riquezas. Tampouco significa que esses índices foram os mesmos durante todo o período 1850-1888. A Tabela 6.3 permite notar as variações que ocorreram ao longo do tempo.

Tabela 6.3 – Porcentagem dos investimentos alocados em bens móveis por décadas. Ilhéus, 1850-1888

TIPOS DE BENS MÓVEIS	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888
Móveis de casas e sobrados	15,6	3,9	12,1	8,1
Móveis das lavouras	4,6	4,0	8,4	3,1
Embarcações	49,2	6,5	12,0	9,7
Ferramentas e equipamentos	0,8	0,5	6,4	0,7
Gêneros do comércio e lavouras	27,1	22,0	41,0	33,0
Outros bens móveis *	2,7	63,1	20,1	45,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 215 processos de inventários, 1850-1888.

(*) Dinheiro, ouro, prata, cobre, armas, objetos não identificados etc.

Os dados da Tabela 6.3 mostram que ao longo das décadas os tipos de bens móveis que mais concentraram investimentos foram os “gêneros do comércio e lavouras” e aqueles agrupados na categoria “outros bens móveis”, que inclui principalmente dinheiro.

Esse crescimento indica mudanças na forma de investimentos ao longo do tempo, aparecendo aplicações financeiras e empréstimos a juros, que começam a surgir com maior frequência a partir da década de 1870. O Alferes José Antônio de Guimarães Bastos, por exemplo, dono do Engenho União e da Fazenda Caldeira, entre outros bens, possuía “cem apólices da estrada de ferro denominada paraguassu, cada uma no valor de vinte libras esterlinas, com entrada feita na importância de quatro contos, trezentos cinquenta e nove mil e duzentos réis”⁴¹⁷. Entre os bens declarados no inventário de Maria Lavigne, aberto em 1878, constam, entre outros bens, “seis contos dados a prêmio de 5% ao ano em poder do negociante Antônio Penha de Cardoso, da cidade da Bahia”⁴¹⁸. No inventário de Manoel José Vieira, morador da freguesia de Una, constam, entre outros bens “oitocentos mil réis de dinheiro de apólices da Associação Perser Apolice Banca Brasileira”⁴¹⁹. Esses exemplos ilustram as mutações que estão se processando nas formas de investimento e acumulação da riqueza em Ilhéus.

Outro grupo que ao longo das décadas concentrou grande parte dos investimentos em bens móveis foram os “gêneros do comércio e lavouras”. Os negociantes concentraram, sobretudo, os gêneros do comércio, eles se abasteciam de mercadoria em Salvador e em Ilhéus, vendendo diversos produtos em suas casas de negócio. Normalmente suas casas eram mais mobiliadas, com quantidade maior de utensílios domésticos. Muitos eram escravistas, alguns tinham barcos ou lanchas e suas fortunas eram privilegiadas entre os inventariados, além disso possuíam ramificações familiares com donos de engenhos, alguns com balcões e armação para negócio, entre eles havia também membros da guarda nacional, que ao longo de suas vidas adquiriram patentes mais elevadas.

⁴¹⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

⁴¹⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria Lavigne. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 09, 23 de set. 1878.

⁴¹⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel José Vieira. Est. 02, Cx. 761, Maço 1227, Doc. 05, 05 de jul. 1884.

Os negociantes diversificaram seus investimentos, comprando e vendendo cacau e outros gêneros dos pequenos lavradores e oferecendo crédito à população, além de empréstimos a juros. Provavelmente eles tinham acesso mais frequente às armas de fogo. Ademais, a Câmara municipal controlava a venda de pólvora, por meio da cobrança de impostos ⁴²⁰. Os negociantes pagaram muitos impostos para terem o direito de vender mercadorias e exportar gêneros da lavoura, como foi demonstrado nos dois primeiros capítulos da tese.

Um componente importante para a distribuição dessas mercadorias foram as canoas. Encontramos o total de 166 canoas entre os 333 inventários investigados. Isso significa que a cada dois inventariados pelo menos um tinha canoa. Estas eram de tamanhos e tipos de madeira variados, além disso o valor delas dependia muito do estado de conservação.

Uma avaliação minuciosa dessas canoas implica em reconhecer todas essas nuances. Vamos nos aproximar do assunto considerando os tipos de madeiras, mas cada canoa tinha suas particularidades, que neste momento não temos a pretensão de aprofundar. A Tabela 6.4 apresenta a distribuição das canoas conforme os tipos de madeiras, entre elas constam embarcações de vários tamanhos, em estado de conservação diverso.

Tabela 6.4 – Distribuição das canoas inventariadas. Ilhéus, 1850-1888

Canoas inventariadas	Canoas		Soma dos Preços		Preços médios
	Nº	%	(em réis)	%	(em réis)
Canoas de madeira	72	43,3	2.559,000	40,7	44,895
Canoas de madeira vinhático	49	29,5	2.187,000	34,8	47,543
Canoas de madeira putumujú	14	8,5	490,000	7,8	37,692
Canoas de madeira cedro	10	6,0	204,000	3,3	20,400
Canoas (outras madeiras) *	21	12,7	838,500	13,4	41,925
Total	166	100,0	6.278,500	100,0	43,003

Fonte: APEB, SJ. 94 inventários. Ilhéus, 1850-1888

(*) Jacarandá, oiticica, pique, jueirana, louro, jequitibá; tapinhoam

⁴²⁰ APEB, SCP. Livro de imposto sobre vendagem de pólvora e fogos de artifício. Maço 5454. Ilhéus, 1862-1890.

Os dados da Tabela 6.4 indicam que o tipo mais comum foi a descrição de canoas de madeira, sem especificar a origem (43,3%). Outra categoria frequente foi de canoas de madeira vinhático (29,5%); putumujú (8,5%); cedro (6,0) e outras madeiras (12,7%), incluindo nesta última categoria as canoas de madeira jacarandá, oiticica, pique, jueirana, tapinhoam e louro.

Percebe-se a variedade de madeiras que servia para a fabricação de canoas. Normalmente cada inventariado tinha uma canoa, mas algumas propriedades tinham mais. Na Fazenda Santa Cruz, por exemplo, localizada na Cachoeira de Itabuna, havia quatro canoas em 1849: uma grande de vinhático (Rs. 10\$000); uma de cedro (Rs. 18\$000); uma canoa pequena de louro, arruinada, sem valor algum e outra de vinhático por Rs. 2\$000. Entre os bens desta fazenda encontramos plantação de cacau, produção de farinha, além de sete pessoas escravizadas, crioulos e africanos, que certamente transportavam o cacau e outras mercadorias pelo rio Cachoeira, que ligava o distrito de Itabuna ao porto de exportação de Ilhéus⁴²¹.

Outros exemplos semelhantes podem ser encontrados entre os negociantes e donos de engenho, que também eram escravistas e utilizavam canoas e outras embarcações no transporte de suas mercadorias pelos caminhos fluviais e pela costa marítima. Joaquim José da Costa Seabra, por exemplo, tinha dois escravos com ofício de marinheiro: Pedro, crioulo de 35 anos de idade, avaliado em Rs. 1.200\$000 e Antônio, crioulo de 28 anos, avaliado em Rs. 1.000\$000. Ademais, este negociante possuía um barco, denominado Oriente, avaliado em Rs. 3.000\$000 e três canoas, todas por Rs. 105\$000, entre outros bens avaliados em seu inventário, aberto em 1856, por ocasião da sua morte⁴²².

Em 1861 o Engenho Castelo Novo possuía duas canoas grandes, cada uma avaliada em Rs.100\$000, sendo que neste engenho trabalhavam como escravos 54 pessoas, entre crioulos e africanos, adultos, idosos e crianças, de ambos os sexos. Este engenho tinha

⁴²¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Segismundo Cordier. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 06, 25 de maio 1849.

⁴²² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

plantação de cacau, produzia açúcar, cachaça, farinha e tinha balcão com armação para negócio⁴²³.

Outros exemplos como estes podem ser citados para ilustrar a importância das canoas na economia cacaueira, bem como a participação do trabalho de crioulos, africanos e indígenas nessas embarcações, transportando cacau, café, cachaça, farinha e outras mercadorias. É oportuno lembrar da intensa exploração de madeira em Ilhéus nessa época, sendo comum extração de paus de cedro, jacarandá e paus de jangada.⁴²⁴ Essa atividade era lucrativa e dela participaram diversos grupos sociais, em posições diferenciadas. Os grupos escravizados deviam trabalhar no corte e beneficiamento das madeiras, que eram entregues ou vendidas aos negociantes, que pagavam imposto pelo direito de praticar a atividade, com vistas à exportação ou abastecimento interno.

Encontramos serrarias entre os bens inventariados em Ilhéus nesse período, embora com baixa frequência. Elas tinham importância para a economia e nelas também trabalhavam escravos. No Engenho Itaipe, por exemplo, onde viviam 44 pessoas escravizadas, encontramos, entre outros bens, “uma máquina para serrar madeiras com todos os seus pertences, avaliada na quantia de um conto e cem mil réis”⁴²⁵. No inventário do negociante de madeira Manoel Brígido da Silva, morador da povoação de Una, dono de dois escravos, encontramos, entre outros “uma máquina de serrar madeira, nova, com todos os seus acessórios, avaliada na quantia de dois contos e duzentos mil réis”⁴²⁶. Na Fazenda Bom Sucesso, onde trabalhavam como escravos onze pessoas, consta, entre outros bens “uma serra d’água com tanque, avaliada na quantia de dois contos de réis”⁴²⁷.

Esses exemplos mostram o alto valor que as serrarias tinham naquele contexto. Poucas pessoas tinham serrarias ou serras para beneficiar madeiras. Assim, os donos desses

⁴²³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴²⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de Lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870. Sobre o assunto ver, entre outros, DIAS, Marcelo Henrique. *Farinhas, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

⁴²⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria da Piedade Melo e Sá. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 03, 12 de jul. 1876.

⁴²⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel Brígido da Silva. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 12, 18 de jul 1856.

⁴²⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Augusto de Sá Bitencourt Câmara. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 13, 05 de nov. 1868.

equipamentos deviam obter bons lucros com a venda e/ou fabricação de móveis. Os indígenas, crioulos e africanos (escravos, livres e libertos) também deviam participar dessa atividade em proveito próprio, mas as suas chances de lucros deviam ser bem menores que a dos donos de serrarias. Nas casas de negócios era possível encontrar machados, facões e foices, ferramentas com preços mais acessíveis à população menos favorecida economicamente. A derrubada das árvores podia ser feita com machado, porém cortes mais sofisticados exigiam ferramentas mais fortes, como era o caso das serras e serrarias. Os donos desses equipamentos deviam lucrar muito, explorando o trabalho escravo nas lavouras, derrubada de matas, na fabricação dos móveis de madeira e outras atividades. No caso dos móveis das casas e sobrados, descritos nos inventários *post mortem* de Ilhéus, encontramos vários tipos de madeira que serviam para a fabricação deles, como demonstra o Gráfico 6.3.

Gráfico 6.3 – Principais madeiras utilizadas na fabricação dos móveis de casas e sobrados. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, SJ. 215 inventários. Ilhéus, 1850-1888.

(*) Cedro, oiticica, pinho, mogno.

O Gráfico 6.3 mostra que 29% dos móveis de casas e sobrados foram construídos com madeiras, mas os avaliadores não discriminaram o tipo. A outra parcela expressiva era composta por móveis fabricados com madeira jacarandá (22%), seguida por vinhático (18%),

louro (17%) e madeira branca (11%), sendo os demais fabricados com cedro, oiticica, pinho e mogno.

A casa do negociante Joaquim José da Costa Seabra era dotada de várias mesas, cadeiras e marquesas de madeiras, além colheres de platina para sopa, colheres de platina para chá, quatro pianos, sendo um inglês e outro hamburguês, entre outros bens que compunham sua riqueza e o diferenciava da maior parte dos inventariados⁴²⁸.

A casa dos proprietários do Engenho Castelo Novo possuía mesa de jantar de madeira branca, cadeiras, guarda roupas, camas e cômodas de madeira branca, garfos e colheres de metal, bandejas, entre outros móveis⁴²⁹.

Adelina Sellmam, casada com o negociante Bernardo Sellmam, possuía casa mobiliada com camas francesas de madeira vinhático, lavatório de jacarandá, sofás, cadeiras, cômodas, guarda louça e outras mobílias de madeira jacarandá⁴³⁰. Essas mobílias eram típicas das casas dos negociantes, donos de engenho e alguns inventariados que pertenciam a família rica, como os Sá Bitencourt Câmara, por exemplo.

A maioria residia em casas simples, feitas de taipa e cobertas de palha, sem variedades de móveis e utensílios domésticos. Narcisa Maria da Conceição, por exemplo, morava no lugar Ponta do Ramo quando faleceu em 1885, tinha plantação de cacau, coco e casa de farinha. Sua casa foi descrita como arruinada e os únicos bens móveis descritos em seu inventário foram dois tachos de cobre e os utensílios de fazer farinha⁴³¹.

Antes de falecer em 1884 Constança Aranha morava na Cachoeira de Itabuna, no lugar denominado molha farinha, onde tinha plantação de cacau. Sua casa foi descrita como “uma casa de palha velha na fazenda molha farinha”⁴³², sem nenhum tipo de móveis descritos em seu inventário⁴³³.

⁴²⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Joaquim José da Costa Seabra. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

⁴²⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴³⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adelina Sellman. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07, 13 de mar. 1876.

⁴³¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Narcisa Maria da Conceição. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 04, 05 de out. 1885.

⁴³² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Constança Aranha. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 09, 29 de set. 1884.

⁴³³ Ibidem.

Bernardo José Demétrio morava no lugar Sambaituba, onde tinha plantação de cacau antes de falecer, em 1883⁴³⁴. Sua morada foi descrita como uma casa coberta de palha, entre seus bens móveis constam duas arcas de madeira louro, uma bacia de ferro, dois machados estragados, um pilão, um cordão e uma medalha de ouro e um alfinete de peito, também de ouro.

Esses exemplos mostram alguns contrastes no modo de vida da população residente no território da comarca de Ilhéus na segunda metade do século XIX. Ademais, é oportuno lembrar que somente aqueles que tinham bens para legar realizavam a abertura de inventário, representando estes uma fração pequena da população. Desse modo, podemos inferir que a maioria vivia com poucos recursos, em moradias simples, feitas de taipas e cobertas de palha, com poucos mantimentos.

Nesse contexto a exploração do trabalho escravo assumiu importância crucial para aqueles que pretendiam aumentar a riqueza. Talvez isso explique os elevados investimentos em escravos, como demonstramos no quarto capítulo da tese. Podemos avaliar melhor essa hipótese investigando a presença de animais nos inventários. O que permitirá compreender, entre outras questões, a importância que tiveram no contexto econômico de Ilhéus da segunda metade do século XIX.

6.4 - Os animais nos inventários

Entre os inventários de Ilhéus encontramos diversos tipos de animais que serviram, principalmente, como força de tração, sem criações de grandes rebanhos. Talvez por isso eles não tenham assumido posição de destaque no conjunto dos bens inventariados de Ilhéus, sobretudo se comparado com o peso relativo dos escravos e cacaueiros. Isso não significa ausência de importância.

Ao longo das décadas, as mudanças nos transportes marítimos dinamizaram as trocas de mercadorias entre a capital e as vilas litorâneas da Bahia, mas as fazendas de cacau se espalharam sobretudo pelo o interior da mata atlântica, e entre elas e o porto da cidade as

⁴³⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Bernardo José Demétrio. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 02, 14 de ago. 1883.

distâncias eram consideráveis. Assim o uso das canoas foi imprescindível no transporte dos gêneros da lavoura e outras mercadorias, ao passo que os animais eram utilizados como força de tração, principalmente, no interior das fazendas e engenhos.

A combinação desses fatores, aliado ao uso do trabalho escravo, promoveram a circulação da produção destinada ao abastecimento interno e à exportação, sendo incomum nesse período as tropas de muares para carregamento e transporte de mercadorias. Assim, notamos que nessa época a lavoura cacauera estava condicionada pelo ritmo das canoas e dos carros de boi, sendo que as enchentes dos rios interferiam no transporte das mercadorias.

Para investigar essa questão inicialmente vamos analisar a participação dos inventários com presença de animais durante o período 1850-1888, o que permitirá saber se houve crescimento da presença deles nos inventários de Ilhéus ao longo do tempo.

Gráfico 6.4 – Distribuição dos inventários segundo a presença de animais. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 333 processos de inventários, 1850-1888

Observando os dados do Gráfico 6.4 percebemos que ao longo das décadas não houve acelerado crescimento do número de inventários com presença de animais. Do total de 333 processos investigados 145 (43,5%) continha ao menos uma referência a algum tipo de criação, demonstrando que esta atividade não se disseminou muito entre os inventariados. A maior parte se concentrou no período 1880-1888, quando 53% dos processos tinham animais.

As principais criações declaradas entre os inventariados eram constituídas, principalmente, pelos grupos dos bovinos e equinos. Entre os primeiros, o mais comum foi a descrição de bois, utilizados nos serviços das lavouras, geralmente em dupla, as chamadas juntas de bois de brocha, que serviam como meio de transporte de cargas, ou carros de boi. Entre os equinos, destacam-se os cavalos, normalmente de cela, mas alguns deles eram utilizados nos serviços da lavoura. Além destes, encontramos em menor proporção inventários com criações de vacas, novilhas, bezerros, outros com criações de porcos, carneiros, burros, dentre outras descrições.

Para dimensionar e avaliar as criações dividimos os animais em grupos específicos, quais sejam: bovino, equino, suíno, caprino, ovino e muare. Isso ajuda a entender a distribuição dos diferentes tipos de animais nos inventários e a saber quais os grupos mais importantes, tanto em termos quantitativos quanto em termos de alocação dos investimentos.

A Tabela 6.5 apresenta a distribuição dos animais nos inventários. Na primeira coluna, da esquerda para a direita, apresentamos os diferentes grupos, em seguida mostramos o número e o percentual de registros referentes a cada grupo animal, depois a quantidade de animais e o percentual correspondente, por último a soma dos preços de cada grupo com seus respectivos percentuais.

Vale advertir que um registro pode conter a descrição de vários animais. No inventário de Francisco Gomes de Castro Aguiar, por exemplo, os avaliadores descreveram “uma criação com sete cabeças de gado, entre grandes e pequenos, dados de meia a Fortunato Pereira Galo, cada um por Rs.18\$000 e todos pela quantia de Rs.126\$000, entre outros bens⁴³⁵. Neste caso, contabilizamos um registro que corresponde a sete bois. Nos casos de crias descritas junto com as mães, também contabilizamos um registro, porém com duas cabeças de animais, como ocorreu no inventário de Adelina Tavares Bronze, moradora da Cachoeira de Itabuna, em que os avaliadores descreveram, entre outros bens, uma vaca com uma cria, ambas no valor de Rs. 60\$000⁴³⁶. O mesmo procedimento foi adotado nos casos das juntas de bois. Agora que explicamos a metodologia podemos analisar os resultados.

⁴³⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Francisco Gomes de Castro Aguiar. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 12, 27 de maio 1856.

⁴³⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adelina Tavares Bronze. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 20, 18 de ago. 1874.

**Tabela 6.5 – Distribuição dos animais nos inventários.
Ilhéus, 1850-1888**

Inventários c/ animais	Registros		Animais		Somados Preços	
GRUPO ANIMAL	Nº	%	Nº	%	(em réis)	%
Bovino	285	70,1	560	67,2	22.529,000	67,6
Equino	98	24,1	105	12,6	7.870,000	23,6
Suíno	6	1,5	10	1,2	75,000	0,2
Caprino	8	1,9	99	12,0	244,000	0,8
Muare	7	1,7	30	3,6	2.521,000	7,6
Ovino	3	0,7	29	3,4	72,000	0,2
TOTAL	406	100,0	833	100,0	33.311,000	100,0

Fonte: APEB, SJ. Ilhéus, 145 processos de inventários, 1850-1888.

Analisando os dados da Tabela 6.5 percebemos que tanto em termos quantitativos quanto em termos de avaliação, o grupo de bovinos se destacou entre as criações declaradas nos inventários de Ilhéus. No computo geral somamos o total de 560 cabeças de bovinos, que representam 67,2% de todos animais declarados nos inventários.

As maiores criações foram localizadas no Engenho Castelo Novas, com vinte e três bois, seis garrotes, seis vacas, duas novilhas, duas bezerras e quatro bezerros, totalizando 43 cabeças de gado. Neste engenho viviam como escravo o total de 54 pessoas, entre crioulos africanos, adulto, crianças e idoso, alguns deles deviam cuidar desses animais⁴³⁷. Na Fazenda Piratiquisse encontramos, entre outros bens, um touro, cinco bois, três garrotes, seis bezerros, quatorze vacas e quatro novilhas, totalizando 33 cabeças de gado, além de 20 pessoas que viviam como escravos⁴³⁸. Desse modo, as duas maiores propriedades juntas continham 76 bovinos, que corresponde a 13,5% do total, demonstrando que a posse destes animais não estava concentrada.

Os preços dos animais variavam de acordo com as condições de saúde, o peso ou tamanho, a idade e as funções que exerciam. No geral os bois especializados, descritos como bois de brocha, do serviço, de carga, de canga, de cangalha ou de carro, eram os mais

⁴³⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴³⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 13, 17 de set. 1878.

valorizados. Entre os 293 bois descritos nos inventários, 191 (65%), possuíam algumas dessas especializações.

Na década de 1850 um boi de brocha chegou ao valor máximo de Rs. 50\$000 em Ilhéus⁴³⁹. Os vinte e três bois de carro do Engenho Castelo Novo foram avaliados em Rs. 1.380\$000, cada um por Rs. 60\$000⁴⁴⁰. Na década de 1880 um boi do serviço alcançou valor máximo de Rs. 80\$000⁴⁴¹. Acima desses valores encontramos apenas os bovinos declarados como touros, que provavelmente eram reprodutores. O touro malabar da Fazenda Piratiquisse foi avaliado em Rs. 180\$000⁴⁴² e o touro da Fazenda São João do Pasto, da raça guadima, foi avaliado em Rs. 100\$000⁴⁴³.

Além desses bovinos existiam as vacas, que no geral possuíam valor inferior ao dos bois de serviço. No computo geral, o preço médio deles chegou a Rs. 71\$000 e o delas a Rs. 60\$000. Em relação aos bezerros, garrotes, novilhas, de ambos os sexos, o preço médio alcançou a cifra de Rs. 33\$000.

Analizando agora os equinos, segundo grupo em importância nos inventários, percebemos que esse tipo de criação estava menos disseminado que os bovinos. Do total de 145 inventários com criações encontramos equinos em 75 processos, 52% dos casos. O registro mais frequente foi de um cavalo por propriedade. O maior número de equinos entre os inventariados foi localizado na Fazenda Olandi, que possuía quatro cavalos, sendo três de cela e um ruivo, muito velho, avaliado em Rs. 30\$000⁴⁴⁴.

A soma de todos os equinos totalizou 105 animais, dos quais cem (95%) eram cavalos e apenas cinco (5%) éguas. Entre os cavalos 29% foram descritos como cavalos de cela, com preço médio de Rs. 93\$000, outros dez (10%) foram descritos como do serviço de carga ou cangalha e o preço médio destes alcançou Rs. 62\$000. As éguas, por sua vez, obtiveram preço

⁴³⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. João Luiz de Magalhães. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 11, 16 de nov. 1856.

⁴⁴⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴⁴¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Adão Felipe Brait. Est. 02, Cx. 758, Maço 1224, Doc. 16, 12 de nov. 1883.

⁴⁴² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Capitão Pascoal Gonçalves de Paiva. Est. 02, Cx. 750, Maço 1216, Doc. 13, 17 de set. 1878.

⁴⁴³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Firmino Pires Caldas. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 14, 10 mar. 1888.

⁴⁴⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Francisco Vitorio de Sales Leite. Est. 04, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 01, 24 de fev. 1875.

médio de Rs. 38\$000. Assim, de modo geral os cavalos de cela eram os animais mais valorizados entre os equinos.

Os caprinos estão entre os tipos de animais menos frequentes nos inventários de Ilhéus. Do total de 145 processos com criações declaradas apenas seis inventários, 4% dos casos, possuíam caprinos. Ao todo contabilizamos 99 cabeças, estando a maior criação (42%) no Engenho Castelo Novo⁴⁴⁵. O preço médio dos caprinos chegou a Rs. 2\$500.

As criações de suínos raramente aparecem nos inventários de Ilhéus. Apenas três processos declararam a existência deste tipo de animal, contendo juntos 10 cabeças de porcos, dos quais cinco eram propriedade de Manuel José de Carvalho Lessa, declarados como pequenos, cada um avaliado em Rs. 8\$000⁴⁴⁶, outros quatro pertenciam a José Lopes da Silva, dono da Fazenda Morro de São Francisco, sendo um capado, avaliado em Rs. 8\$000, outro descrito como barrão, no valor de Rs. 5\$000 e duas porcas, uma por Rs. 8\$000 e outra por Rs. 5\$000⁴⁴⁷.

O grupo de ovino também estava entre os menos frequentes. Apenas três inventários possuíam criações de ovelhas, totalizando 29 cabeças desse tipo de animal. A maior parte na Fazenda Jetimana-Acu, que possuía, entre outros bens, quinze ovelhas, cada uma avaliada em Rs. 2\$400⁴⁴⁸, preço que corresponde à maior avaliação. Outras nove ovelhas estavam na Fazenda Morro de São Francisco, cada uma avaliada em Rs. 2\$000⁴⁴⁹.

O grupo dos muares estava presente em apenas seis inventários, totalizando 30 cabeças deste tipo animal. Jose de Carvalho da Silva Lessa possuía dez burros quando faleceu em 1885, cada um avaliado em Rs. 80\$000⁴⁵⁰. Neste mesmo ano faleceu o Capitão Raimundo Nonato do Amaral, que possuía, entre outros bens, dez burros encangalhados, cada um

⁴⁴⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴⁴⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Manoel José de Carvalho Lessa. Est. 02, Cx. 737, Maço 1202, Doc. 06, 23 de jul. 1872.

⁴⁴⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Lopes da Silva. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 04, 10 de ago. 1888.

⁴⁴⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Felipa de Melo Sá Bandeira. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 07, 16 de mar. 1866.

⁴⁴⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José Lopes da Silva. Est. 02, Cx. 760, Maço 1226, Doc. 04, 10 de ago. 1888.

⁴⁵⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. José de Carvalho da Silva Lessa. Est. 03, Cx. 1295, Maço 1764, Doc. 12, 05 de mar. 1885.

avaliado em Rs. 100\$000⁴⁵¹. O negociante Acrísio Januário Cardoso morava na Cachoeira de Itabuna antes de falecer em 1887, era dono de uma plantação com 4.155 cacaueiros e de sete escravos, entre outros bens constantes em seu inventário encontramos cinco burros, todos avaliados em Rs. 500\$000⁴⁵². Porcina Groeszner de Figueredo Rocha e o seu marido também eram negociantes estabelecidos na Cachoeira de Itabuna. Antes de ela falecer, em 1888, o casal possuía plantação com 4.444 cacaueiros e dois burros de cargas, entre outros bens⁴⁵³.

Esses exemplos confirmam que os burros de cargas só começaram a aparecer nos inventários de Ilhéus a partir do período 1880-1888. Antes disso a maior parte das mercadorias era transportada pelas águas, utilizando-se sobretudo canoas, onde o trabalho de crioulos, africanos e indígenas preponderou, seja na condição de livres, libertos ou escravizados.

Esse capítulo abordou alguns aspectos da vida material, da estrutura de produção e do mundo do trabalho de uma parte da população de Ilhéus, por meio da investigação dos imóveis, dos bens móveis e dos animais descritos nos inventários.

Notamos diferenças significativas nos tipos de habitações dos moradores da localidade, sendo que frequentemente os donos de engenho e negociantes possuíam moradias mais sofisticadas que a da maioria dos inventariados. Suas casas possuíam muitas mobílias, móveis de madeira e suas edificações normalmente eram cobertas de telhas, sendo que a riqueza desses grupos se apoiou, sobretudo, na exploração do trabalho escravo.

A maioria dos lavradores, incluindo aqueles dedicados ao cultivo de pequenas plantações de cacau, vivia em moradias simples, feitas de taipas e cobertas de palhas. Essas pessoas desempenharam papel importante no processo de disseminação do cultivo do cacau em Ilhéus, utilizando principalmente as canoas como meios de transportes. Muitas não tinham

⁴⁵¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Raimundo Nonato do Amaral. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 5, 29 de set. 1885.

⁴⁵² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Alferes Acrísio Januário Cardoso. Est. 03, Cx. 1298, Maço 1767, Doc. 08, 21 de abr. 1887.

⁴⁵³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus. Porcina Groeszner de Figueredo Rocha. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 11, 05 de jun. 1888.

recursos suficientes para comprar escravos e nem animais e recorreram ao trabalho familiar e à produção de farinha como meio de garantir a sobrevivência.

A grande quantidade de casas de farinha, bem como de móveis relacionados com essa atividade, demonstra o quanto esse alimento foi importante naquele contexto, certamente servindo à exportação e ao abastecimento interno.

Em contra partida observamos que as casas de beneficiar cacau não se mostraram muito numerosas, bem com os muares que apareceram com pouca frequência nos inventários. Do total de 333 processos investigados encontramos 37 casas de beneficiar cacau contra 113 casas de farinha, e 166 canoas contra 30 burros de carga.

Ao que parece, muitos dos pequenos produtores, que não tinham condições de beneficiar a produção, entregavam o cacau colhido aos negociantes como pagamento pelas compras realizadas nas casas de negócio, sendo que essa relação pautou a vida de muitos lavradores de Ilhéus no período 1850-1888.

Ademais, percebemos que os gêneros vendidos nessas casas tinham importância econômica significativa no conjunto dos bens móveis. Ao longo da tese evidenciamos que os negociantes, junto com os donos de engenho, possuíam no geral, as maiores fortunas. A riqueza dos negociantes, muito provavelmente, provinha dessas relações com os pequenos lavradores, que forneciam a produção a eles como pagamento. Dessa forma, os negociantes, que normalmente tinham casas para beneficiar cacau e transportes marítimos, além de contatos na capital, exportavam os produtos e obtinham maiores lucros com a comercialização.

No próximo capítulo vamos analisar as dívidas ativas e passivas declaradas nos inventários *post mortem* de Ilhéus, para entendermos o funcionamento do sistema de crédito e as relações entre os credores e devedores. Este último capítulo da tese possui importância fundamental para entendermos essas relações, um dos traços marcantes da economia de Ilhéus durante a expansão do cultivo do cacau.

CAPÍTULO VII

CREDORES E DEVEDORES NA ECONOMIA DE ILHÉUS, 1850-1888

7.1 - Introdução

Muitos historiadores analisaram as dívidas ativas e passivas declaradas nos inventários *post mortem* para entender vários aspectos das relações sociais e econômicas do passado brasileiro. Entre as possibilidades de investigação existem aqueles relacionados com análises sobre o sistema de crédito, o endividamento, bem como as relações dos grupos socioeconômicos que participavam das operações⁴⁵⁴. Nosso objetivo nesse capítulo é investigar o comportamento do sistema de crédito entre os inventariados de Ilhéus. Queremos saber se no decorrer das décadas houve disseminação ou restrição desse sistema e quais grupos participavam dele.

Estamos interessados em compreender, entre outras questões, a dinâmica interna e externa dos negócios realizados em Ilhéus para identificar o lugar dos produtores de cacau, donos de engenho, negociantes e os demais inventariados nesse contexto. Também pretendemos entender as conexões dos inventariados de Ilhéus com a praça de Salvador, investigando suas dívidas passivas.

No primeiro momento analisaremos as dívidas ativas para sabermos os grupos que distribuía ou concentravam crédito e qual o comportamento das dívidas ao longo do tempo. Para realizar essa tarefa calculamos apenas as dívidas acatadas pelos juízes nos processos de inventários, pois várias dívidas eram rejeitadas por falta de provas, às vezes os valores apresentados eram contestados pelo inventariante e nem sempre os credores conseguiam receber os valores que reclamavam. Assim, só incluímos nos cálculos os valores considerados pelos juízes na partilha dos processos.

Na segunda parte do capítulo analisamos as dívidas passivas, abordando as características dos devedores, bem como o comportamento dessas dívidas ao longo do tempo.

⁴⁵⁴ Sobre o assunto ver, entre outros, CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentista*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. GUIMARÃES, Carlos Gabriel; SARAIVA, Luiz Fernando (Org.). *Crédito & descrédito: relações sociais de empréstimos na América – séculos XVIII ao XX*. Niterói: Eduff, 2018.

Estamos interessados em saber se no decorrer das décadas os produtores de cacau se endividaram e qual o lugar dos negociantes, donos de engenho e demais inventariados nesse processo. O procedimento metodológico adotado é o mesmo utilizado na abordagem das dívidas ativas, ou seja, consideramos as somas incluídas na partilha final, isto é, que foram acatadas pelos juízes.

Conhecer os grupos de credores e devedores que atuaram em Ilhéus durante os anos de 1850 e 1888 será de grande utilidade para o entendimento do sistema de crédito, da circulação de mercadorias e das trocas comerciais internas e externas. O cacau se expandiu na época de desenvolvimento do capitalismo industrial, o que fez aumentar a oferta de produtos industrializados e a demanda por matérias primas, muitas delas produzidas por trabalhadores escravizados.

Nesse período muitos negociantes atuaram em Ilhéus, comprando e vendendo mercadorias, oferecendo crédito à população e se endividando. Esse capítulo pretende explicar algumas peculiaridades dessas trocas comerciais e da relação entre Ilhéus e a praça de Salvador⁴⁵⁵.

⁴⁵⁵ Algumas análises sobre o sistema de crédito em Ilhéus podem ser vistas em: SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves; DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso de Joaquim José da Costa Seabra. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Juiz de Fora, v.7, n. 12, jan./jun. 2012.; SILVA, Neila Oliveira da. A elite local na vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. p. 169-181.

7.2 - As dívidas ativas nos inventários

Durante a segunda metade do século XIX muitas pessoas faleceram em Ilhéus com dívidas ativas na praça, ou seja, aquelas em que os inventariados eram credores. Às vezes os valores desses créditos compunham parte significativa da riqueza do falecido, e os herdeiros tinham interesse nas somas. Nessa seção vamos avaliar os grupos que detinham as maiores e menores porções dessas dívidas para entender o sistema de crédito em Ilhéus. Queremos saber se havia grupos que controlavam esse sistema e qual o lugar dos produtores de cacau, negociantes, donos de engenho e demais inventariados nesse contexto.

As origens dos créditos descritos nos inventários *post mortem* de Ilhéus são diversificados, porém, infelizmente, na maioria das vezes elas não foram mencionadas com detalhes. Encontramos indicação de dívidas provenientes de letras (empréstimos com nota assinada), dívidas de compras realizadas nas casas de negócio, dinheiro de herança (legítima) e dinheiro de transações comerciais, entre outras origens.

Inicialmente vamos analisar a distribuição dos inventários que apresentaram dívidas ativas ao longo do período. Isso permitirá conhecer, num primeiro momento, a movimentação da oferta de crédito ao longo do tempo.

Gráfico 7.1 – Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de dívidas ativas. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, SJ. 333 inventários. Ilhéus, 1850-1888

Os dados do Gráfico 7.1 mostram que no decorrer das décadas as dívidas ativas ficaram relativamente concentradas em poucos inventários. Ao que parece o sistema de crédito estava restrito nas mãos de poucas pessoas. Analisar a distribuição dessas dívidas de acordo com a ocupação principal dos inventariados pode ajudar a entendermos quem eram os credores mais importantes de Ilhéus nessa época. Para realização dessa tarefa cruzamos os dados sobre as categorias ocupacionais de acordo com o montante das dívidas ativas alocadas em cada um dos inventários. A Tabela 7.1 mostra o resultado dessa distribuição na década de 1850.

Tabela 7.1 – Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1859

Inventários c/ dívidas ativas	Inventários		Soma das dívidas ativas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	1	16,7	2.492,945	10,2
Negociantes	3	50,0	21.388,790	87,3
Produtores de farinha/café/coco	-	0,0	0,000	0,0
Donos de Engenho	-	0,0	0,000	0,0
Outros *	2	33,3	603,875	2,5
Não Identificada	-	0,0	0,000	0,0
TOTAL	6	100,0	24.485,610	100,0

Fonte: APEB, SJ, 06 inventários. Ilhéus, 1850-1859

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Analisando os dados da Tabela 7.1 percebemos que os negociantes representavam 50% dos credores e concentraram 87,3% da soma de todos os créditos declaradas. O negociante Joaquim José da Costa Seabra, falecido em 1856, tinha a maior dívida ativa (Rs. 15.762\$560), sendo que a lista de seus devedores é grande, incluindo escravos, forros, índios e diversos grupos sociais, espalhados por lugares como Cachoeira de Itabuna, Almada, Iguape, Rio de Contas, Una, Belmonte, entre outros. Esse negociante, sozinho, concentrou 64% das dívidas ativas declaradas nos inventários da década de 1850. Ele tinha um barco,

denominado oriente e ao que parece transportava mercadorias, incluindo escravos, para serem comercializadas nas vilas e povoações da província da Bahia e outras partes do Império.⁴⁵⁶

Quanto aos produtores de cacau, o único com dívida ativa declarada no inventário foi João Segismundo Cordier, dono da Fazenda Santa Cruz, localizada na Cachoeira de Itabuna. Ele faleceu em 1849 e a lista de seus devedores também é grande e diversificada, entre seus devedores encontramos Fernando Steiger, Guilherme Mor, Pedro Bonin, Firmino Pires Caldas, além de índios da aldeia de ferradas, escravos, crioulos forros e outros.⁴⁵⁷

Ao que parece o sistema de crédito estava em expansão em Ilhéus desde a primeira metade do século XIX, sendo que os negociantes eram os principais agentes dessa expansão. Todavia, a década de 1850 apresenta o problema da baixa representatividade do número de processos investigados, apenas 19 inventários, dos quais 6 (31,6%) declararam algum tipo de dívida ativa. Vamos avançar no estudo das próximas décadas para saber se esse quadro mudou. A década de 1860, por exemplo, apresenta uma quantidade maior de processos investigados, o que permite conferir essa hipótese com mais segurança.

Tabela 7.2 – Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1860-1869

Inventários c/ dívidas ativas	Inventários		Soma das dívidas ativas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	8	34,8	1.077,400	3,0
Negociantes	7	30,4	32.773,125	90,0
Produtores de farinha/café/coco	14	21,8	604,000	1,7
Donos de Engenho	2	8,7	1.686,840	4,6
Outros *	1	4,3	242,880	0,7
Não Identificada	-	0,0	0,000	0,0
TOTAL	23	100,0	36.384,245	100,0

Fonte: APEB, SJ, 23 inventários. Ilhéus, 1860-1869

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

O Gráfico 7.2 mostra que os negociantes representavam 30,4% dos inventariados com dívidas ativas e concentraram 90% da soma dos créditos. Isso confirma que na década de

⁴⁵⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Joaquim José da Costa Seabra. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

⁴⁵⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, João Segismundo Cordier. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 25 de maio 1849.

1860 eles continuaram retendo a maior parte dos créditos, indicando que eles foram os principais responsáveis pela expansão desse sistema. O negociante que concentrou maior parte dos créditos, Joaquim Lopes da Silva, faleceu em 1866 com o montante de Rs. 13.645\$288 em dívidas ativas, perfazendo 78% do monte-mor, sendo que a lista de seus devedores é extensa: José, escravo de Luiz Carlos Cordier, lhe devia a quantia de Rs. 4\$480; Manuel Nunes Melgaço, a quantia de Rs. 30\$630; Felipe, escravo de José Lopes, a quantia de Rs. 8\$940; Fulgêncio, marinheiro, a quantia de Rs. 5\$220; Pedro, escravo da senhora Ana, viúva, a quantia de Rs. 4\$440; Ignacio Jorge, índio, a quantia de Rs. 9\$840; entre outros.⁴⁵⁸

Olhando para os dados da Tabela 7.2 e 7.1 notamos que os negociantes preponderaram na distribuição do sistema de crédito. Até agora os dados dessas tabelas levam a crer que eles concentraram o sistema de crédito em Ilhéus.

Quanto aos donos de engenho, na década de 1860 os proprietários do Engenho Castelo Novo se destacaram, acumulando dívidas ativas no valor de Rs. 1.648\$530, mas apenas quatro devedores foram listados, sendo um da Barra do Rio de Contas (Miguel Coutinho) que lhe devia Rs. 100\$000; outro tinha uma dívida de saldo de conta corrente no valor de Rs. 1.499\$170; os demais tinham dívidas menores referente a letras.⁴⁵⁹ Isso indica que os donos deste engenho também participavam do sistema de crédito, mas em proporção bem menor que os negociantes.

Entre os produtores de cacau as dívidas ativas eram bem reduzidas se comparadas às dos negociantes. O produtor de cacau com a maior dívida ativa declarada entre os inventariados da década de 1860 foi Agostinho Antônio da Silva, dono da Fazenda Barão, com uma Letra no valor de Rs. 400\$000 na mão de Feliciano José dos Santos.⁴⁶⁰ Entre os produtores de farinha/café/coco as dívidas ativas foram ainda mais reduzidas, demonstrando que no geral a participação dos lavradores na distribuição do crédito era insignificante.

Vamos avançar na investigação das próximas décadas para conferirmos se houve alteração nesse quadro.

⁴⁵⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Joaquim Lopes da Silva. Ilhéus. Est. 02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 06, 24 de abr. 1866.

⁴⁵⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Ilhéus. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴⁶⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Agostinho Antônio da Silva. Ilhéus. Est. 02, Cx. 742, Maço 1207, Doc. 08, 28 de jun. 1869.

Tabela 7.3 – Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1870-1879

Inventários c/ dívidas ativas	Inventários		Soma das dívidas ativas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	16	53,3	17.201,453	19,0
Negociantes	9	30,0	52.701,589	58,0
Produtores de farinha/café/coco	2	6,7	291,350	0,3
Donos de Engenho	2	6,7	20.542,707	22,6
Outros *	-	-	0,000	0,0
Não Identificada	1	3,3	14,980	0,1
TOTAL	30	100,0	90.752,079	100,0

Fonte: APEB, SJ, 30 inventários. Ilhéus, 1870-1879

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Na década de 1870 a participação dos negociantes no montante das dívidas continua elevada, eles concentraram a maior parte das somas (58%). O negociante que acumulou a maior dívida nesta década foi o Tenente Bernardo Sellman, que teve seu inventário aberto em 1876 por ocasião da morte de sua esposa, Adelina Sellman. O casal tinha casa de negócio na vila de Ilhéus, no distrito de Cachoeira de Itabuna e na vila de Olivença, totalizando uma quantia de Rs. 20.605\$645 em dívidas ativas, entre outros bens. A lista de seus devedores também é grande: Antônio das Ferradas, lhe devia a quantia de Rs. 3\$000; João Camilo Cordier, a quantia de Rs. 5\$000; Capitão Joaquim de Barros Seixas Loureiro, a quantia de Rs. 31\$920; Capitão Christiano Alexandre Homem de El`Rey, a quantia de Rs. 144\$930; Basílio (pescador), a quantia de Rs.3\$040; Miguel (escravo de Eduardo de Sá), a quantia de Rs. 3\$250; João Vigário (índio), a quantia de Rs. 1\$000; Luzia de Lima (parteira), a quantia de 29\$870, entre outros.⁴⁶¹

Quanto aos produtores de cacau eles acumularam 19% das dívidas ativas declaradas nos inventários da década de 1870, porém, boa parte desse montante era de apenas um produtor, o Major Joaquim José de Oliveira, que tinha uma fazenda de cacau na Cachoeira de Itabuna, e uma quantia de Rs. 8.979\$824 em dívidas ativas nas mãos de dez devedores, a

⁴⁶¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Adelina Sellman. Ilhéus. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07, 13 de mar. 1876.

maior parte delas referente a letras.⁴⁶² Ao que parece ele era exceção, pois ao longo das décadas percebemos que a maioria dos produtores de cacau não atuou como credores.

O dono do Engenho União, José Antônio de Guimarães Bastos, acumulou o valor de 19.342\$707 em dívidas ativas, sendo que a lista de seus devedores é grande, alguns com conta em livro, outros com dívidas de letra, porém na maior parte das vezes não foi declarada a origem dessas dívidas, apenas os nomes dos devedores.⁴⁶³

Esses exemplos demonstram a existência de um sistema de crédito distribuído amplamente na sociedade de Ilhéus, mas que estava concentrado, sobretudo, nas mãos dos negociantes. Os donos de engenho também emprestavam dinheiro e ofereciam crédito à população, assim como ocorreu com determinados produtores de cacau. Todavia, se comparados aos negociantes as diferenças são notórias, como se ver nos dados das tabelas (7.3; 7.2 e 7.1).

A oferta de crédito acompanhou o crescimento da economia cacaueira. Vamos conferir se no período 1880-1888 a participação dos negociantes nesse sistema se intensificou ou se houve disseminação para outros segmentos da população inventariada.

Tabela 7.4 – Dívidas ativas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1880-1888

Inventários c/ dívidas ativas	Inventários		Soma das dívidas ativas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	4	18,1	3.158,924	1,4
Negociantes	15	68,1	200.312,125	89,5
Produtores de farinha/café/coco	1	4,6	227,000	0,1
Donos de Engenho	1	4,6	20.159,448	9,0
Outros *	-	0,0	0,000	0,0
Não Identificada	1	4,6	150,000	0,0
TOTAL	22	100,0	224.007,497	100,0

Fonte: APEB, SJ, 22 inventários. Ilhéus, 1880-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

⁴⁶² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Major Joaquim José de Oliveira. Ilhéus. Est. 02, Cx. 749, Maço 1215, Doc. 07, 30 de out. 1875.

⁴⁶³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Alferes José Antônio de Guimarães Bastos. Ilhéus. Est. 02, Cx. 738, Maço 1203, Doc. 12, 10 de fev. 1875.

Na década de 1880 a proporção de negociantes entre os inventariados com dívidas ativas atinge o percentual de 68,1% e eles concentraram 89,5% da soma de todos os créditos declarados. Isso mostra que tanto a participação quanto a concentração dos negociantes no sistema de crédito continuam acentuadas. O Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva, negociante, acumulou Rs. 40.238\$078 em crédito, disseminado nas mãos de dezenas de pessoas, comprometendo 59% de toda fortuna inventariada.⁴⁶⁴ Por que será que esse negociante estava ofertando tanto crédito na praça de Ilhéus? Havia chances dessas dívidas serem quitadas? No caso deste negociante as suas dívidas foram divididas em cobráveis (Rs.12.870\$000); demoradas (Rs. 26.933\$163) e perdidas (Rs. 6.757\$116). A julgar por essa divisão, a maior parte dos devedores tinha potencial para pagamento, sendo que o juiz não considerou na partilha final as dívidas declaradas como perdidas.⁴⁶⁵

Voltando atenção para os dados da Tabela 7.4 percebemos que os negociantes concentraram a distribuição do crédito em Ilhéus. Olhando para as outras tabelas (7.3; 7.2 e 7.1) percebemos que esse quadro de concentração se repete de modo mais ou menos semelhante e entre 1880 e 1888 essa oferta de crédito estava mais disseminada ainda, visto que os negociantes correspondiam a 68,1% dos credores.

Luiz Adami foi outro negociante que se destacou nesse período, suas dívidas ativas custaram Rs. 35.886\$468, comprometendo 77% de toda sua fortuna inventariada.⁴⁶⁶ Na lista de seus devedores constam: Acrísio Januário Cardoso, negociante da Cachoeira de Itabuna (Rs. 1.500\$000); Os herdeiros do Engenho São João, localizado na Cachoeira de Itabuna, Firmino Pires Caldas (Rs. 200\$000) e Joaquim Pereira Caldas (Rs. 300\$000); José Carlos Adami, filho do inventariado, que também era negociante (Rs. 7.792\$502); outro filho do inventariado, Domingos Adami de Sá, coletor da mesa de rendas provinciais, devia Rs. 5.500\$000; entre outras dezenas de devedores espalhados em Almada, na vila de Olivença e outros lugares.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva. Ilhéus. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Luiz Adami. Ilhéus. Est. 03, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 18, 28 de maio 1887.

⁴⁶⁷ Ibidem.

Analisando esses exemplos percebemos que os negociantes tinham uma rede de crédito entre eles e com a população de maneira geral. Os negociantes de maior porte abasteciam os pequenos com mercadorias e assim eles conseguiam disseminar o sistema de crédito em várias partes do território, no litoral e pelo interior, como Cachoeira de Itabuna, por exemplo, que nessa época se tornou um dos mais importantes distritos escravistas e produtor de cacau de Ilhéus, distante cerca de 30 Km do litoral, com rios, riachos e ribeirões no interior da mata atlântica, propiciando condições climáticas ideais ao cultivo de cacauzeiros.

Acrísio Januário Cardoso era negociante neste distrito, tinha sete escravos, entre outros bens. Ele devia ao negociante Luiz Adami a quantia de Rs. 1.500\$000, mas também possuía uma extensa lista de devedores, incluindo: Antônio Máximo das Ferradas (Rs. 62\$220); Alberto Steiger (Rs. 23\$380); Carlos Luiz Cordier (Rs. 602\$708); Felix Severino do Amor Divino (Rs. 112\$953); Virgílio Sellman (Rs. 69\$000), entre outros. As dívidas ativas deste negociante (Rs. 33.224\$000) correspondiam a 71% de toda fortuna inventariada⁴⁶⁸.

Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão foi outro negociante que se destacou nesse período, suas dívidas ativas somaram a quantia de Rs. 15.012\$673 e comprometeram 49% de sua fortuna. Em sua lista constam dezenas de devedores, entre eles: Guilhermina, escrava de Vitória Basto (Rs. 19\$806); Pedro Escola Homem Del Rey (Rs. 3\$000); Alberto Steiger (Rs. 51\$910); Antônio, escravo de [Fm.] Alves (Rs. 23\$990); Ignácio, escravo de Juca (Rs. 8\$410); Pedro gato, escravo de João de Meneses (Rs. 9\$800); Alice, escrava do capitão Evaristo (Rs. 5\$000); Benvenuto africano (Rs. 11\$400); Antônio, seu escravo (Rs. 4\$800), entre outros⁴⁶⁹.

Entre os produtores de cacau com dívidas ativas no período 1880-1888 se destacou o Alferes João Carlos Hohlenweger, dono da fazenda Óculos, no Almada, que entre os produtores de cacau foi o que concentrou maior parte das dívidas (Rs. 2.485\$264), correspondendo estas à 21% de sua fortuna. Apenas duas pessoas aparecem em sua lista de

⁴⁶⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Acrísio Januário Cardoso. Ilhéus. Est. 03, Cx. 1298, Maço 1767, Doc.08, 21 de abr. 1887.

⁴⁶⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Aristides Francisco de Vasconcelos Gusmão. Ilhéus. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc.09, 30 de ago. 1886.

devedores: Antônio Henrique de Aguiar (Rs. 1.985\$264) e Gentil José de Castro (Rs. 500\$000)⁴⁷⁰.

O único dono de engenho que apresentou dívida ativa no período 1880-1888 acumulou a quantia de Rs. 20.159\$448, correspondendo a 33% de sua fortuna. Entre os devedores constam seu irmão, o Capitão José de Melo Sá (Rs. 3.464\$4480); seu genro Fernando Steiger a quantia de Rs. 800\$000 (dinheiro da venda de um escravo); sua nora Paulina Kahene de Sá, a quantia de 2.450\$000 (dinheiro da venda de dois escravos e da liberdade da escrava Lina que ofereceu seu valor); Tenente Coronel Joaquim José de Calazans Bitencourt (Rs. 4.445\$000) e a própria esposa, Rita Constança de Melo Sá, que devia a quantia de Rs. 9.000\$000 referente ao dinheiro da venda do Engenho Esperança.⁴⁷¹

Esses exemplos mostram alguns aspectos do sistema de crédito que se espalhou pelo território da comarca de Ilhéus ao longo da segunda metade do século XIX, precisamente entre 1850-1888. Os negociantes foram os grupos que mais se destacaram entre os credores, sendo que a principal oferta de crédito era por via de compras realizadas em suas casas de negócio. Não obstante, eles emprestavam dinheiro e cobravam juros por esses empréstimos, que muitas vezes aparecem nos inventários com a descrição de letras. Alguns donos de engenho também tinham balcão com armação para negócio, forneciam crédito e emprestava dinheiro, como ocorria nos engenhos Castelo Novo e União.

Por outro lado, a maioria dos produtores de cacau, bem como os demais lavradores tinham participação relativamente baixa no sistema de crédito. Existiam famílias abastadas envolvidas com plantação de cacau que emprestavam dinheiro, mas no geral eles não eram os principais credores da praça de Ilhéus.

Analisar as dívidas passivas ajudará a entender o outro lado desse sistema, ou seja, quais os grupos que mais acumularam dívidas passivas. Qual o lugar dos produtores de cacau, negociantes, donos de engenho e demais inventariados nesse sistema? Na próxima seção tentamos elucidar essas questões.

⁴⁷⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Alferes João Carlos Hohlenwegner. Ilhéus. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 12, 20 de abr. 1886.

⁴⁷¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Rita Constança de Melo Sá. Ilhéus. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 04, 28 de ago. 1880.

7.3 - As dívidas passivas nos inventários

As dívidas passivas permitem avaliar os devedores que foram descritos nos inventários *post mortem* de Ilhéus. Já constamos que os negociantes concentraram os créditos (dívidas ativas), agora queremos saber quais foram os grupos que mais acumularam dívidas a pagar, as chamadas dívidas passivas. Estamos interessados em verificar se os produtores de cacau eram os principais devedores e qual o lugar dos negociantes, donos de engenho e demais inventariados nesse contexto.

Inicialmente vamos analisar a distribuição dos inventários que apresentaram dívidas passivas ao longo do período 1850-1888. Isso permitirá conhecer, num primeiro momento, a movimentação dessas dívidas no decorrer das décadas.

Gráfico 7.2 – Distribuição dos inventários por décadas segundo a presença de dívidas passivas. Ilhéus, 1850-1888

Fonte: APEB, SJ. 211 inventários. Ilhéus, 1850-1888

O Gráfico 7.2 mostra que ao longo das décadas ocorreu aumento do número de inventários com dívidas passivas. Ao que parece durante a expansão da lavoura cacaueira muitas pessoas se endividaram. Conhecer essas pessoas pode revelar outro aspecto importante do sistema de crédito que se desenvolveu em Ilhéus no período 1850-1888. Vamos avaliar

cada década separadamente para entendermos as particularidades de cada período e no final discutiremos a tendência geral.

Tabela 7.5 – Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1850-1859

Inventários c/ dívidas passivas	Inventários		Soma das dívidas passivas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	2	20,0	2.119,892	1,2
Negociantes	2	20,0	41.293,646	94,0
Produtores de farinha/café/coco	1	10,0	268,270	0,6
Donos de Engenho	-	0,0	0,000	0,0
Outros *	3	30,0	1.027,697	2,3
Não Identificada	2	20,0	878,117	1,9
TOTAL	10	100,0	45.587,622	100,0

Fonte: APEB, SJ. 10 inventários. Ilhéus, 1850-1859

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Na década de 1850 os negociantes acumularam a maior parte das dívidas passivas, concentrando 94% da soma em apenas 2 inventários, 20% do total. O negociante Joaquim José da Costa Seabra, acumulou a maior parte dessas dívidas, ou seja, Rs. 40.957\$922. Este valor, no entanto, corresponde apenas ao que foi acatado pelo juiz, pois algumas dívidas foram contestadas. Esse negociante devia a diversas firmas de Salvador, inclusive o seu funeral foi realizado na capital, e as despesas foram pagas pelo seu genro, Manoel José Correia, negociante na praça da Bahia, ao qual o inventariado também devia soma expressiva (Rs. 22.036\$822), dessa quantia foram gastos Rs. 1.013\$320 com despesas do funeral, mas posteriormente os herdeiros contestaram e recorreram ao Tribunal da Relação, alegando que as despesas declaradas por este genro foram simuladas.⁴⁷²

Joaquim José da Costa Seabra também possuía dívidas com a Irmandade das Almas (Rs. 30\$000); devia dinheiro à Câmara Municipal referente ao imposto da décima urbana (Rs. 45\$000); devia ao escrivão do juízo, Antônio Mendes de Castro, a quantia de Rs. 501\$999; devia à Fazenda Nacional a quantia de Rs. 697\$738 “das precatória recebidas quando

⁴⁷² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Joaquim José da Costa Seabra. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

administrador da mesa de rendas da vila, que não prestou contas na tesouraria mas consta recibo dos contribuintes”, além de outras dívidas.⁴⁷³

Esse negociante parece ter se destacado em Ilhéus nos meados do século XIX, como evidenciam os informes do seu inventário. Quanto aos demais inventariados da década de 1850 percebemos que eles ficaram com 6% da soma das dívidas passivas, ou seja, uma pequena parte, constituída por diferentes tipos de dívidas.

Manoel Rodrigues de Brito, por exemplo, tinha propriedade em Itabuna, criava bovinos e produzia farinha, seu inventário foi aberto em 1855 e entre as dívidas passivas consta Rs. 7\$360 à Irmandade do Santíssimo Sacramento; despesas com o funeral, Rs. 44\$460; despesas com o padre Pedro Januário Cardoso, Rs. 15\$760, “de exigências feitas pelo falecido”.⁴⁷⁴

Manoel Brígido da Silva era negociante em Ilhéus, dono de dois escravos e serraria quando faleceu em 1856, ano de abertura de seu inventário.⁴⁷⁵ Entre suas dívidas passivas consta o valor de Rs. 1.998\$054 devido à Constantino Pereira da Costa, da vila de Camamu, que declarou ao juiz “que emprestou diversas quantias ao inventariado quando vivo, para compras de jacarandá, arroz e outros gêneros”⁴⁷⁶. Nos autos do processo a viúva reconheceu a dívida como verdadeira e disse “que há muito tempo o suplicante supria com dinheiro seu marido para carregamento das embarcações, tendo a meação dos lucros e prejuízos”.⁴⁷⁷ Todavia, no final do processo o juiz acatou apenas o valor de Rs. 335\$724 para pagamento desta dívida.

Esses exemplos ilustram algumas das articulações dos negociantes de Ilhéus com a praça de Salvador e com outras vilas do sul da Bahia. Essa dinâmica parece ter se intensificado ao longo das décadas, influenciada pelo crescimento do número de engenhos e pela expansão do cultivo de cacau, que motivou os negociantes a expandirem o sistema de

⁴⁷³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Joaquim José da Costa Seabra. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc.06, 17 de set. 1856.

⁴⁷⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Manoel Rodrigues de Brito. Ilhéus. Est. 02, Cx. 783, Maço 1250, Doc. 10, 12 de maio 1855.

⁴⁷⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Manoel Brígido da Silva. Ilhéus. Est. 02, Cx. 786, Maço 1253, Doc.12, 18 de jul. 1856.

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ Ibidem.

crédito em Ilhéus. Vamos avançar na investigação das próximas décadas para avaliar melhor essa hipótese.

Tabela 7.6 – Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1860-1869

Inventários c/ dívidas passivas	Inventários		Soma das dívidas passivas	
OCUPAÇÕES	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	23	57,5	9.168,258	22,3
Negociantes	8	20,0	19.664,137	48,0
Produtores de farinha/café/coco	7	17,5	4.401,494	10,7
Donos de Engenho	1	2,5	393,250	0,9
Outros *	1	2,5	7.467,139	18,1
Não Identificada	-	0,0	0,000	0,0
TOTAL	40	100,0	41.094,278	100,0

Fonte: APEB, SJ. 40 inventários. Ilhéus, 1860-1869

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Observando os dados da Tabela 7.6 percebemos que na década de 1860 o quadro de alocação das dívidas passivas entre os inventariados se mostrou um pouco diferente daquele apresentado na Tabela 7.5. Do total de 40 inventários com dívidas passivas a maior parte (57,5%) era constituída por produtores de cacau, sendo que eles acumularam 22,3% da soma das dívidas.

Podemos cogitar a possibilidade de algum produtor de cacau ter concentrado a maior parte das dívidas passivas declaradas nos inventários da década de 1860, mas não foi o que ocorreu. O dono da maior quantia possuía 15,3% do montante, Eugênia Renaud Vinch, que devia Rs. 1.408\$352 a Afonso Ayala Vasconcelos, negociante de Ilhéus.⁴⁷⁸ A falecida era casada com Jacob Vinch, o casal possuía quatro filhos, uma plantação com 836 cacauzeiros, entre outros bens, sendo a fortuna da família calculada no valor de Rs. 1.497\$600, a maior parte destinada ao pagamento das dívidas.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ Ver o nome de Afonso de Ayala Vasconcelos no livro de imposto sobre casas de negócio. APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

⁴⁷⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Eugenia Renaud Vinch. Ilhéus. Est. 02, Cx. 742, Maço 1207, Doc. 10, 09 de set. 1869.

Antes de falecer, em 1860, Maria Alexandrina de Jesus era casada com Domingos da Silva Santos e o casal possuía três filhos com idades entre 6 e 15 anos, uma plantação com 311 cacauzeiros no lugar Itaípe, além de plantações de café, coco e dendê, entre outros bens, sendo a fortuna da família calculada no valor de Rs. 1.181\$780 e entre as dívidas passivas constam as seguintes somas: Rs. 523\$000 ao negociante Joaquim Lopes da Silva, referente aos suprimentos que lhe fizera em vida; Rs. 20\$000 ao médico estrangeiro, morador na vila, pelas visitas feitas; e Rs. 240\$000 à filha de Joaquim, sem especificação da origem⁴⁸⁰.

Esse quadro revela que durante o processo de expansão da lavoura cacauzeira os produtores de cacau contraíram dívidas com os negociantes, que lhes forneciam suprimentos essenciais para a sobrevivência, pagos com cacau e outros gêneros da lavoura, como ressaltamos em várias passagens da tese.

Na década de 1860 os negociantes continuam concentrando a maior parcela das dívidas passivas (48%), mas a outra parte, pouco mais da metade, estava disseminada entre os inventariados com menos cabedal econômico, constituída por produtores de cacau (22,3%); produtores de farinha/café/coco (10,7%) e demais inventariados, a exemplo dos profissionais liberais, funcionários eclesiásticos, pequenos criadores etc., que acumularam 18,7% das dívidas passivas declaradas nos inventários da década de 1860.

Entre os negociantes Joaquim Lopes da Silva foi o que acumulou a maior parte das dívidas passivas (Rs. 6.850\$454), devendo para três firmas estabelecidas na praça de Salvador, quais sejam: Manoel Joaquim Rodrigues & Cia, a quantia de Rs. 332\$625; Batista & Silva, a quantia de Rs. 562\$795 e a José de Souza Rocha & Irmão, a quantia de Rs. 5.955\$034, todas referentes a artigos comerciais e sortimentos comprados para sua casa de negócio em Ilhéus. A fortuna desse negociante foi calculada em Rs. 17.501\$615.⁴⁸¹

Antônio da Cunha Marelim foi outro negociante que possuía dívidas na praça de Salvador, proveniente de gêneros comprados para abastecimento de sua casa de negócio em Ilhéus, entre as firmas da capital que ele devia encontramos: José de Souza Rocha & Irmão, devia Rs. 1.052\$712; Gomes & Irmão, Rs. 77\$380; Bastos & Almeida, Rs. 85\$856, entre

⁴⁸⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Maria Alexandrina de Jesus. Ilhéus. Est.02, Cx. 784, Maço 1251, Doc. 20, 24 de ago. 1864.

⁴⁸¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Joaquim Lopes da Silva. Ilhéus. Est.02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 06, 24 de abr. 1866.

outras dívidas que o negociante tinha na praça de Ilhéus. A fortuna desse negociante foi calculada em Rs. 11.700\$473.⁴⁸²

Esses exemplos demonstram que havia uma dinâmica intrínseca entre os negociantes que atuavam em Ilhéus com aqueles estabelecidos em Salvador, capital da província, que abrigava um dos maiores portos do Império, recebendo mercadorias vindas de outras partes do Brasil e de países estrangeiros.

Analisar as outras décadas pode revelar se o quadro de alocação das dívidas passivas sofreu alteração ou se a tendência do decênio anterior se manteve.

Tabela 7.7 – Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1870-1879

Inventários c/ dívidas passivas	Inventários		Soma das dívidas passivas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	56	66,0	39.519,275	32,6
Negociantes	8	9,4	39.960,246	33,0
Produtores de farinha/café/coco	3	3,5	2.656,739	2,1
Donos de Engenho	4	4,7	31.454,140	26,0
Outros *	2	2,3	615,590	0,5
Não Identificada	12	14,1	7.047,443	5,8
TOTAL	85	100,0	121.253,433	100,0

Fonte: APEB, SJ. 85 inventários. Ilhéus, 1870-1879

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Na década de 1870 os produtores de cacau concentraram 32,6% da soma de todas as dívidas passivas e passaram a constituir o principal grupo a acumular dívidas (66%). O produtor de cacau que acumulou a maior dívida passiva foi José Joaquim Monteiro, com Rs. 3.281\$701, correspondente a 8,3% da soma. Ele devia ao Major Fortunato Pereira Galo, dono de engenho, a quantia de Rs. 2.476\$390, referente a uma letra passada; ao negociante Luiz Adami e seu filho, Domingos Adami de Sá, a quantia de Rs. 202\$840 de compras realizadas

⁴⁸² APEB, Seção Judiciária, Inventários, Antônio da Cunha Marelim. Ilhéus. Est.02, Cx. 785, Maço 1252, Doc. 02, 06 de ago. 1866.

na loja; a José Gonçalves Barreiro, comerciante de Salvador, a quantia de Rs. 196\$460 e a Francisco José Gomes devia a quantia de Rs. 406\$011, cuja origem não foi especificada.⁴⁸³

Os negociantes acumularam 33% da soma das dívidas passiva declaradas nos inventários da década de 1870. O Alferes Francisco Vítório de Salles Leite, dono da Fazenda Olandi e outras propriedades, foi o negociante que concentrou a maior quantia, Rs. 12.540\$505, a maior parte era composta por dívidas com negociantes da praça de Salvador: a Domingos Mendonça de Athayde e Cia devia Rs. 5.929\$106, uma parte paga com remessas de cacau; a Vicente Ferreira da Silva Amaral e Cia, devia Rs. 480\$310; a Antônio de Oliveira Guerra devia Rs. 1.850\$520, entre outras⁴⁸⁴.

Adelina Sellman, esposa de Bernardo Sellman, falecida em 1876, acumulou Rs. 11.021\$449 em dívidas passivas, a maior parte contraída com negociantes de Salvador. Este casal tinha casas de negócio em Ilhéus, Cachoeira de Itabuna e Olivença, além de fazendas, fornecendo créditos para a população e figurando entre os donos de grandes somas em dívidas passivas: devia para [Vougham MC Nair] e Cia a quantia de Rs. 5.251\$863; devia para Francisco Pinto Gonçalves Pereira a quantia de Rs. 3.217\$299; entre outras dívidas com negociantes de Salvador, proveniente de transações comerciais.⁴⁸⁵

As conexões mercantis entre os negociantes de Ilhéus com a praça de Salvador eram fortes, como evidenciam os exemplos até aqui analisados e os valores das dívidas contraídas. Ao que parece essas relações se intensificaram junto com o processo de expansão da lavoura cacaueira.

O último período do nosso estudo foi o que concentrou a maior parte dos cacaueiros arrolados nos inventários de Ilhéus. Vamos avaliar a distribuição das dívidas passivas nesse período para entendermos o comportamento do sistema de crédito no período de arranque da economia cacaueira e desagregação do sistema escravista.

⁴⁸³ APEB, Seção Judiciária, Inventários, José Joaquim Monteiro. Ilhéus. Est. 02, Cx. 753, Maço 1219, Doc. 10, 26 de jul. 1876.

⁴⁸⁴ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Alferes Francisco Vítório de Salles Leite. Ilhéus. Est. 04, Cx. 1372, Maço 1841, Doc. 01, 24 de fev. 1875.

⁴⁸⁵ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Adelina Sellmam. Ilhéus. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 07, 13 de mar. 1876.

Tabela 7.8 – Dívidas passivas segundo a ocupação principal dos inventariados. Ilhéus, 1880-1888

Inventários c/ dívidas passivas	Inventários		Soma das dívidas passivas	
OCUPAÇÕES PRINCIPAIS	Nº	%	(em réis)	%
Produtores de cacau	49	64,5	63.354,673	24,2
Negociantes	16	21,0	183.934,618	70,2
Produtores de farinha/café/coco	4	5,2	2.400,237	0,9
Donos de Engenho	1	1,3	1.478,976	0,6
Outros *	3	4,0	9.268,569	3,5
Não Identificada	3	4,0	1.610,520	0,6
TOTAL	76	100,0	262.047,593	100,0

Fonte: APEB, SJ. 76 inventários. Ilhéus, 1880-1888

(*) Prof. liberais; func. eclesiástico; peq. criadores; madeireiros etc.

Os dados da Tabela 7.8 mostram que os produtores de cacau representaram 64,5% dos inventariados com dívidas passivas e concentraram quase um quarto (24,2%) da soma dessas dívidas na década de 1880. Os negociantes, acumularam a maior parte das dívidas passivas neste período (70,2%), mas representaram 21% dos inventariados.

O produtor de cacau com a maior soma em dívidas passivas foi Carlos Stephanie Hohlenweger, dono da Fazenda São Thiago, com uma quantia de Rs. 7.384\$228 de dívidas contraídas com os seguintes negociantes: Tenente Antônio Henrique de Aguiar (Rs. 3.000\$000) e ao seu sogro, Domingos José de Lemos, a quantia de Rs. \$.384\$228. Ele também pagava suas dívidas com cacau.⁴⁸⁶

A viúva Adelaide de Melo Sá Oliveira, que tinha fazenda de cacau na Cachoeira de Itabuna, acumulou dívidas no valor de Rs. 4.546\$366. Ela devia ao negociante de Salvador, Major José da Cunha Marelim, a quantia de Rs. 1.232\$388 proveniente de conta corrente, incluindo compras de gêneros e empréstimos; devia ao negociante de Ilhéus, Albino Francisco Martins, a quantia de Rs. 2.415\$998, entre outras dívidas.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Carlos Stephanie Hohlenweger. Ilhéus. Est. 02, Cx. 762, Maço 1228, Doc. 10, 20 de abr. 1886.

⁴⁸⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Adelaide de Melo Sá Oliveira. Ilhéus. Est. 08, Cx. 3424, Maço n/c, Doc. 04, 17 de fev. 1888.

Francisca Xavier dos Santos, também tinha fazenda de cacau na Cachoeira de Itabuna, no lugar denominado jacarandá e acumulou dívidas passivas no valor de Rs. 3.662\$441, boa parte contraída com Albino Francisco Martins (Rs. 3.429\$761), negociantes de Ilhéus. Existem outros exemplos semelhantes, indicando que frequentemente os produtores de cacau contraíam dívidas, sobretudo com os donos de casas de negócio.

As dívidas passivas dos negociantes representaram somas expressiva na década de 1880, totalizando Rs. 183.934\$618. O Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva concentrou (33%), ou seja, Rs. 60.400\$245, correspondente a dívidas com credores de Ilhéus e Salvador. O monte-mor deste negociante chegou a Rs.68.103\$308 e as dívidas passivas comprometeram 88% da sua fortuna, sendo que a viúva, por meio do seu curador, reuniu os credores e fez uma partilha amigável com eles, sobrando para ela a quantia de Rs. 6.500\$000.⁴⁸⁸

Bernardo Sellman foi outro negociante que se destacou neste período, falecendo com dívidas passivas no valor de Rs.33.884\$699, sendo que o montante da sua fortuna (Rs. 26.718\$588) foi insuficiente para o pagamento de todas as dívidas. Neste processo o juiz separou os credores em dois grupos: credores privilegiados, que ficaram com Rs. 10.043\$577 e os não privilegiados, que ratearam entre eles Rs. 16.675\$015. Este homem, que atuou como presidente da Câmara municipal, devia a diversos negociantes de Ilhéus e Salvador, além disso, também devia impostos municipais⁴⁸⁹.

Esses exemplos demonstram que a relação dos negociantes de Ilhéus com a praça de Salvador foi constante durante todo o período 1850-1888. Encontramos muitos casos comprovando essas ligações, evidenciando assim uma rede de trocas de mercadorias entre as aludidas localidades. Os negociantes compravam mercadorias na capital para abastecer o mercado interno de Ilhéus, oferecendo crédito aos agricultores que pagavam suas contas com produtos da lavoura, que eram remetidos para a capital, onde eram comercializados e utilizados para pagamento de dívidas.

⁴⁸⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva. Ilhéus. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

⁴⁸⁹ APEB, Seção Judiciária, Inventários, Major Bernardo Sellmam. Ilhéus. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 01, 11 de nov. 1881.

Esse capítulo abordou as dívidas ativas e passivas declaradas nos inventários *post mortem* de Ilhéus entre 1850-1888. Os informes obtidos com a compulsão dos dados indicam forte concentração do sistema de crédito nas mãos dos negociantes. Contudo, as compras realizadas nas casas de negócio não constituíram o único mecanismo de acesso ao crédito, o sistema monetário parece estar se expandindo em Ilhéus nesta época e foi comum encontrarmos empréstimos entre os inventariados, sobretudo a partir da década de 1870.

Os negociantes se tornaram os principais agentes da expansão desse sistema, com casas de negócio espalhadas na vila e no interior. Constatamos a existência de redes de ramificações entre eles, sendo que os mais afortunados abasteciam os pequenos negociantes, que por sua vez se espalharam pelo interior, fornecendo crédito a várias pessoas, inclusive indígenas, crioulos e africanos.

Notamos que as dívidas passivas dos produtores de cacau cresceram ao longo das décadas investigadas, embora os negociantes também concentrassem boa parte delas. Se por um lado os negociantes forneciam crédito, do outro encontramos muitos produtores de cacau se endividando ao longo do período. Essa relação incidu entre muitos inventariados e as implicações disso merecem estudo aprofundado, que no momento não temos condições de realizar.

Existem evidências indicando que os produtores de cacau e outras pessoas que contraíam dívidas e ao fim da vida não podiam quitá-las perdiam suas propriedades. Encontramos vários inventários com termos de transmissão de propriedade no final do processo. Outrossim, encontramos herdeiros que se queixavam das contas apresentados ao juiz pelos negociantes. Esses casos mostram um emaranhado de relações de trocas estabelecidas no mercado interno de Ilhéus.

Os negociantes e donos de engenho estavam entre os mais ricos inventariados que investigamos e neste capítulo percebemos que muitos tinham fortes relações comerciais com a praça de Salvador, onde eles também contraíam dívidas. Encontramos muito negociantes cujas riquezas estavam comprometidas com dívidas passivas e outros cujo patrimônio foram completamente destinados ao pagamento das dívidas, isso ocorreu, por exemplo, como

Bernardo Sellman⁴⁹⁰ e com José Simeão Moreno⁴⁹¹, este último um dos homens que mais atuou na economia de exportação de Ilhéus.

Esses e outros casos em que as dívidas passivas comprometeram parcela significativa da riqueza do falecido sugere que, talvez, naquela época a rentabilidade da lavoura cacaeira ainda não era capaz de gerar divisas suficiente para compensar os gastos com compras de mercadorias em Salvador, destinadas ao abastecimento do mercado interno de Ilhéus. Todavia, essa situação certamente se modificou nos próximos decênios, quando as plantações cresceram e os preços do cacau no mercado externo se elevaram. Não obstante, a escravidão estava com os dias contados e o trabalho escravo não participou dessa nova fase de consolidação da economia cacaeira em Ilhéus, porém, acreditamos que a estrutura de oferta de crédito pelos negociantes continuou, além do sistema de cobrança de impostos, que impunham dificuldades ao enriquecimento dos pequenos produtores e favoreciam o aumento dos lucros dos negociantes, como ressaltou Antônio Fernando Guerreiro de Freitas⁴⁹².

⁴⁹⁰ APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. Major Bernardo Sellman. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 01, 11 de nov. 1881.

⁴⁹¹ APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Ilhéus. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881.

⁴⁹² FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro. *Os donos dos frutos de ouro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). ICS-UFBA. Salvador, 1979.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa analisou a comarca de Ilhéus entre 1850 e 1888 dedicando atenção aos aspectos econômicos e às relações escravistas. A documentação que serviu de suporte para as análises é composta, principalmente, por inventários *post mortem*, Livros de cobrança de impostos e o Livro de classificação dos escravos⁴⁹³.

Inicialmente o estudo demonstrou alguns aspectos do mercado interno até agora pouco examinado pela historiografia. Os livros de cobrança de impostos revelaram a existência de diversos estabelecimentos comerciais, com negociantes oferecendo carne bovina e suína, ferramentas, pólvora, utensílios domésticos, e outros gêneros necessários à sobrevivência da população.

Esses negociantes desempenharam papel relevante no processo de abastecimento interno, vendendo mercadorias, fornecendo crédito, promovendo a circulação de produtos e a exploração dos recursos do território. Os negócios incluíam a derrubada da mata para extração de madeiras, exportações de cacau, café, cachaça, piaçava e couros.

Os negociantes foram agentes importantes do processo de expansão da lavoura cacaueira e dinamizaram a economia de Ilhéus como um todo. Não só porque ofereciam crédito, mas também porque detinham os recursos necessários à exportação dos artigos e comercialização na capital (Salvador) e outras regiões do Império.

José Carlos Adami, por exemplo, dono da Loja e armazém Guarany, se destacou nesse contexto⁴⁹⁴. Muitos inventariados faleceram com dívidas referentes às compras realizadas em sua casa de negócio. Ademais, ele aparece, juntamente com o seu pai, Luiz Adami, na lista dos principais exportadores de cacau e café de Ilhéus⁴⁹⁵. Essa família se destacou nas relações comerciais internas e nas exportações. Outro integrante desse grupo, Domingos Adami de Sá, era coletor da mesa de rendas provinciais e integrou a junta de classificação dos escravos para

⁴⁹³ Ver listagem dos inventários e Livros de impostos em Anexo. p. 289.

⁴⁹⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

⁴⁹⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

libertação pelo fundo de emancipação do município⁴⁹⁶. Entre os grandes escravistas da localidade estavam presentes vários membros da família Sá Bitencourt Câmara.

Além da presença marcante nas atividades relacionadas com o abastecimento interno e economia de exportação, identificamos outros negociantes, até então pouco conhecidos pela historiografia, que se destacaram nas exportações, controlando parcela expressiva dessa atividade, como foi o caso da família de José Simeão Moreno dos Reis.

Esse negociante tinha uma lancha em sociedade com Bernardo Sellman, um dos presidentes da Câmara municipal de Ilhéus, com vínculos comerciais na praça de Salvador. Eles cobravam fretes pelo transporte de mercadorias e repartiam o lucro das viagens, como consta nos autos dos processos de inventários⁴⁹⁷.

A nossa pesquisa contribuiu para mostrar detalhes importantes sobre os principais grupos envolvidos no abastecimento interno e nas exportações de Ilhéus, revelando os nomes dos agentes que se destacaram em cada atividade, os produtos negociados e a cobrança de impostos.

A pesquisa também possibilitou conhecer aspectos relacionados com as redes de abastecimento interno e as ligações com a praça de Salvador. As listas de compras que os negociantes apresentavam ao juiz nos autos do processo de inventários de seus devedores são ricas em informações sobre as mercadorias consumidas em Ilhéus e os preços de venda, merecendo investigação aprofundada. As dívidas passivas, por sua vez, fornecem dados relevantes sobre a ligação dos negociantes de Ilhéus com as casas comerciais da capital baiana. Com frequência, eles despachavam produtos para Salvador e se abasteciam por lá com mercadorias vindas do exterior e de outras partes do Brasil, comercializando-as em Ilhéus.

Ao que parece essa atividade possibilitou o acúmulo de riquezas para os negociantes, que estavam entre os grupos mais abastados. Esta foi outra constatação da pesquisa. Analisando as hierarquias sociais por meio da comparação das fortunas inventariadas percebemos que os donos de engenho e negociantes estavam entre os grupos sociais mais ricos de Ilhéus na época. Sugerindo que a produção de açúcar e as atividades comerciais eram

⁴⁹⁶ APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

⁴⁹⁷ APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. José Simeão Moreno dos Reis. Est. 02, Cx. 781, Maço 1248, Doc. 10, 09 de jul. 1881; APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. Major Bernardo Sellman. Est. 02, Cx. 755, Maço 1221, Doc. 01, 11 de nov. 1881.

os ramos mais rentáveis da economia. A investigação dos bens móveis das casas desses grupos revelou a diversidade de mobílias: utensílios domésticos, talheres de prata, objetos de ouro, sofás, cômodas e mesas de madeira branca, dentre outros móveis.

Por outro lado, a maioria dos produtores de cacau, café, coco e farinha de mandioca era composta por pequenos lavradores, pessoas de pouco cabedal econômico, que no geral viviam em casas de taipa cobertas de palha, com poucos móveis e algumas ferramentas.

Analisando a distribuição da população escrava entre os diferentes grupos sociais percebemos alguns desses contrastes. A posse de escravos estava disseminada em 36% dos inventários, com muitas propriedades contendo entre 1 e 3 cativos, sendo que a maior concentração de escravos se encontrava nos engenhos. Os donos do Engenho Castelo Novo, com 54 escravos, dentre outros bens, foi a família com a maior fortuna inventariada, Rs.89.797\$030⁴⁹⁸.

Também encontramos escravos nas fazendas de cacau e outras atividades, mas a maioria dos lavradores deste fruto (76,3%) era formada por famílias que não possuíam cativos e a maior parte dos cacaueiros era cultivada com uso do trabalho familiar, sendo que no geral as plantações eram pequenas, grande parte chegando no máximo a 5 mil cacaueiros.

Embora estivesse presente na pauta de exportações da Bahia desde o início do século XIX, o cacau não se destacou entre os principais itens de exportação, pelo menos até a década de 1870. Mesmo assim, aos poucos a cultura foi sendo disseminada no sul da Bahia, com várias espécies da planta sendo testadas e adaptadas ao território. A partir de 1880 o produto alcançou maior valorização, chegando a custar Rs. 7\$000 o preço da arroba⁴⁹⁹.

Ao longo desse período a cultura do cacau se expandiu principalmente por meio das pequenas propriedades, instaladas nas margens dos rios e no interior da mata. Nessa época os preços dos escravos sofreram elevação e poucas famílias tinham condições de comprar cativos para investir na expansão da cultura. Assim, muitos lavradores também se dedicavam à fabricação de farinha de mandioca, consorciando plantações de cacau com café, coco, dendê e outras culturas, importantes para a subsistência.

⁴⁹⁸ APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. Maria José Leola Del Rey e Carolina Leola Del Rey. Est. 02, Cx. 789, Maço 1253, Doc. 06, 28 de fev. 1861.

⁴⁹⁹ Ver, por exemplo: APEB, Seção Judiciária, Inventários. Ilhéus. Tenente Coronel Domingos Lopes da Silva. Est. 02, Cx. 759, Maço 1225, Doc. 03, 10 de out. 1883.

Esses dados são bastantes reveladores da dinâmica da economia de Ilhéus. Muitos habitantes recorriam às casas de negócios para comprar mantimentos e pagavam suas compras com produtos da lavoura.

Embora o volume das exportações de muitas mercadorias analisadas tenha se reduzido, a economia mostrou-se bastante diversificada, com circulação de muitos itens. Ademais, uma parte da produção devia escapar da fiscalização e alguns produtos deviam ser isentos de tributos, como o açúcar e a farinha, por exemplo. Outros estavam sujeitos às oscilações da demanda externa, sobretudo o cacau. Desse modo, é importante salientar que os livros de cobrança de impostos não dão conta de explicar toda a dinâmica da economia.

No que diz respeito à escravidão a tese apresentou dados sobre a estrutura da posse de escravos, as características demográficas da população cativa e os preços dos escravizados ao longo das décadas. O estudo dessas variáveis permitiu conhecer algumas particularidades da escravidão em Ilhéus e a relação com o contexto econômico.

Notamos, por exemplo, que poucas famílias tinham grandes escravarias, com mais de vinte cativos. A maior parte dos plantéis possuía de um a três escravos. Além disso encontramos elevado percentual de mulheres e crianças entre os escravizados, indicando que houve incentivo à reprodução natural e à formação de famílias.

Ao que parece esse foi um dos mecanismos utilizados pelos escravistas de Ilhéus para prolongar a escravidão na localidade. A exploração do trabalho escravo continuou sendo a principal fonte de acumulação de riqueza até a véspera da abolição. Os escravos eram parte significativa do patrimônio de muitos inventariados. No geral, as famílias mais ricas eram as que possuíam maior número de cativos.

A tese também avançou na análise de algumas questões sobre a vida dos escravizados. Ainda que as fontes selecionadas não sejam muito reveladoras de suas estratégias de sobrevivência e resistência conseguimos perceber o protagonismo deles em várias ocasiões.

Encontramos escravas casadas na Igreja com escravos, homens livres e libertos, algumas conseguiram comprar a alforria e as quantias pagas por elas aparecem nos autos do processo de inventários. Alguns cativos possuíam plantações de cacau, indicando que eles cultivavam pequenas lavouras e certamente comercializavam os produtos no mercado interno.

Vários escravos possuíam dívidas com os negociantes, possivelmente pagas com produtos da lavoura e/ou prestação de serviços.

A escravidão marcou de modo indelével a vida dessas pessoas. Encontramos vários casos de crianças separadas de seus familiares, sendo doadas ou vendidas. Outras eram exploradas desde tenra idade nos serviços domésticos e nas lavouras sendo que essa questão merece estudo particular, que infelizmente não conseguimos realizar na tese.

Em algumas situações encontramos escravizados sendo arrematados em praça pública para o pagamento das dívidas dos inventariados, bem como a declaração de escravos foragidos. A abertura dos inventários e divisão do patrimônio entre herdeiros e credores era quase sempre um momento de incertezas para os escravizados, talvez por isso alguns optassem pela fuga.

De todo modo, viver como fugitivo também significava enfrentar diversos riscos, próprios da escravidão. Assim, acreditamos que eles se articularam e resistiram de diferentes formas ao cativeiro. Trabalhar, construir família, criar os filhos e estabelecer laços de solidariedade pode ter sido a opção de muitos, mesmo com os riscos de separação dos entes queridos.

Essa tese abordou a escravidão com maior atenção nos aspectos econômicos e demográficos. Muitas questões merecem aprofundamentos, como é o caso da resistência e da família escrava. Outrossim, existem Livros de Notas contendo várias transações, inclusive registros de compra e venda de cativos que não conseguimos investigar. A análise desses registros pode revelar se durante a expansão da lavoura cacaueteira os escravistas de Ilhéus estavam comprando ou vendendo mais cativos, o que pode contribuir para confirmar ou não algumas de nossas hipóteses.

No que diz respeito à economia e abastecimento interno existem outros livros de impostos aguardando investigação: relativos às décimas urbanas, à vendagem de pólvora, espíritos fortes e os relativos aos impostos sobre balança grande e direitos de passagem⁵⁰⁰. O

⁵⁰⁰ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5431. Ilhéus, 1857-1858; Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5450. Ilhéus, 1872-1888; Livro de imposto sobre vendagem de pólvora e fogos de artifício. Maço 5454. Ilhéus, 1862-1890. Livro de imposto sob direitos de balança grande. Maço 5452. Ilhéus, 1880-1888; Livro de imposto sob direitos de passagens. Maço 5440. Ilhéus, 1865-1878.

estudo dessa documentação pode contribuir para descortinar outros aspectos do contexto socioeconômico de Ilhéus na segunda metade do século XIX. A nossa expectativa é que as problemáticas analisadas e discutidas nessa pesquisa possam contribuir com a historiografia e estimular outros estudos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - (APEB)

Seção Judiciária - (SJ)

APEB, SJ - 345 processos de inventários *post mortem*, arrolamento de bens e partilha amigável. Ilhéus, 1850-1888. (Listagem em anexo)

Seção Colonial Provincial - (SCP)

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 - 1888.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1888.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1888.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre vendagem de pólvora e fogos de artifício. Maço 5454. Ilhéus, 1862-1890.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5431. Ilhéus, 1857-1858.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5449. Ilhéus, 1874-1887.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto das décimas urbanas. Maço 5450. Ilhéus, 1872-1888.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sob direitos de balança grande. Maço 5452. Ilhéus, 1880-1888.

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sob direitos de passagens. Maço 5440. Ilhéus, 1865-1878.

APEB, SCP. Livro de classificação dos escravos para serem libertos pelo fundo de emancipação. Lv. 7008. Ilhéus, 1874-1886.

2. Fontes Impressas

BONDAR, Gregório. *A cultura de cacao na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia. Boletim Technico Nº 1. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes. São Paulo, 1938.

CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus* – 3 ed. – Ilhéus, BA: Editus, 2006. (A primeira edição é de 1937)

BRANT PONTES, Felisberto Caldeira. *Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquês de Barbacena)*. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia. Salvador, 19873.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Cia Editora Nacional, 1989.

AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

SPIX, Joham B. Von; MARTIUS, Karl F. P. Von. *Viagem pelo Brasil 1817 – 1820*. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

CÂMARA, Manuel Ferreira da. “Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéos”, In: *Memórias Econômicas da Academia das Sciencias da Lisboa*. n.1, p. 304-350, 1789.

Fala do presidente da província, Dr. João Maurício Wanderley, na abertura da Assembleia Legislativa em 1º de março de 1853. Bahia, Typ. Const. De Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>>. Acesso em 10 de mar. 2018.

Fala com que abriu no dia 1º de maio de 1878 a 57ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Sr. Barão Homem de Mello. Bahia, Typ. do Diario, 1878. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>> Acesso em 24 de março de 2018.

Coleção das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>>. Acesso em: 24 mar. de 2018.

Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2018.

3. BIBLIOGRAFIA

ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia, chão de cacau*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

AZEVEDO, Thalles Olympio Góes de. A economia baiana em torno de 1850 – *Revista Planejamento*, Salvador, v. 5, n. 4, p. 7-18, out./dez., 1977.

- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas, século XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- _____. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 5, n.4, p. 19-54, out/dez, 1977.
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cutix; [Brasília]: INL, 1980.
- ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima*. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia 1780 – 1830. Tese (Doutorado em História) - ICHF/ UFF, Rio de Janeiro, 2010.
- ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808 - 1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ANDRADE, Maria José de Souza Andrade. *A mão de obra escrava em Salvador*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- ANDRADE, Marcelo Loyola de. *Nos labirintos da liberdade*. Das alforrias na lavoura cacaueira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2013.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese (Doutorado em História) - FFCH/UFBA, 2007.
- AMADO, Jorge. *Cacau*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*. Campinas, SP: Editota da Unicamp, 2010.
- BAIARDI, Amílcar. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984.

- BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.
- BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- BERLIN, Ira. *Gerações de cativo*. Tradução de Julio Castañon. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BETHEL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- BONDAR, Gregório. *A cultura de cacão na Bahia*. Instituto do cacão da Bahia: Boletim Técnico N° 1. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. São Paulo, 1938
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da capitania de São Jorge dos Ilhéus*. 3 ed – Ilhéus; Ba: Editus, 2006.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. *Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888*. São Paulo: Annablume: Fapesb; Salvador: Fapesb, 2008.
- CASTILHO, Lisa Earl; ALBUQUERQUE, Wlamyra (Org.). *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, 2 ed. Editora Nacional, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

- CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leolpodina (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/ UFBA, Salvador, 2010.
- CARRARA, Angelo Alves (Org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentista*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8ª Ed. São Paulo: Fundação editora UNESP, 2007.
- COSTA, Iraci del Nero da; GUTIÉRREZ, Horacio. Nota sobre casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. et. al. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*: São Paulo: São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- COSTA, Fernando Antônio Alves da. *Em distantes paragens: demografia, riqueza, escravidão e mercado em Santa Rita do Turvo na segunda metade do Oitocentos*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2014.
- COOPER, Frederick; HOLT, Tomas; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CRUZ, Ronaldo Lima da. No lado de Cá: o tráfico clandestino de africanos na vila de São Jorge dos Ilhéus, 1851. *Crítica & Debates*, Caetité, UNEB, v. 1, n.1, p. 1-18, jul./dez., 2010.
- _____. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no sul da Bahia (1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - FCHS/UNESP, Franca, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do Século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. Nas fímbrias da Escravidão: Negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos econômicos*, São Paulo: IPE-USP, n. 15, p. 89-109, 1985.
- DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – ICHF/ UFF, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. As feitorias de Madeira e a Ocupação Territorial da Antiga Capitania de Ilhéus. *Especiaria*, Ilhéus: UESC, Ano 6, n. 11/12, p. 145-178, jan./dez., 2003.
- _____. *Farinha, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.
- DIAS, Marcelo Henrique. Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822). *Especiaria* – Caderno de Ciências Humanas, v.14, n.25, p. 53-65, jul./dez. 2013.
- DIAS, Marcelo Henrique. A capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. p. 50-60.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- DIAS, Marcelo Henrique; ARAÚJO, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, vol. 9, n. 1, jan./jun. 2016.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 9-46, jan./jun., 2003.
- FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1983.

- FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, Dossiê: História das mulheres e das Relações de Gênero, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul./2000.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FILHO, Alcides Goularti Filho e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Orgs.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 43 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania os frutos de ouro e a princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2004.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolin. *Mecanismos de formação da propriedade cacaueteira no eixo Itabuna/Ilhéus, 1890-1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UFBA, Salvador, 1977.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolin; FREITAS, Antônio Fernando G. de. *Bahia cacaueteira: um estudo de história recente*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1979.

- GRINBERG, Keila & MAMIGONIAN, Beatriz (Org.). Dossiê: “Para inglês ver”? Revisitando a lei de 1831. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 29, n. 1/2/3, p. 87-340, jan./dez., 2007.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade no Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. Reescravização, Direitos e Justiça no Brasil do Século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 101-128.
- GORENDER, J. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.
- _____. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- GONÇALVES, Andrea Lisly. *As margens da Liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas Gerais colonial e provincial*. Belo Horizonte: MG: Fino Traço, 2011.
- GOMES, Alessandra Caetano. *As alforrias em duas regiões do sudoeste escravista, 1825-1888*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Unesp/Polis, 2005.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel; SARAIVA, Luiz Fernando (Org.). *Crédito & descrédito: relações sociais de empréstimos na América – séculos XVIII ao XX*. Niterói: Eduff, 2018.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800- 1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 297- 314, maio/agosto, 1987.
- _____. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, 120, p. 59-72, jan/jul. 1989.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná 1798-1830. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n. 16, p.161-188 mar./ago. 1988.

- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HABIB, Juliana Silva. *A vila de São Jorge dos Ilhéus: traçado e funcionalidade na primeira metade do século XIX*. Monografia (Licenciatura em História) – UESC, Ilhéus. 2006.
- HIGGINS, Kathleen J. *The slave society in Eighteenth-century Sabará: a community study in colonial Brazil*. A Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Yale University, december, 1987.
- HOBBSAWN, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Tomas; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- IPEADATA. Base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- JESUS, Alysson Freitas de. *No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade 1830-1888*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. e LUNA, Francisco Vidal. Pessoas Livres de Cor numa Sociedade Escravocrata: São Paulo e Minas Gerais no Início do Século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico de Escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago., 1987.
- _____. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, 120, p. 3-25, jan./jul., 1989.

- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo, Fapeb; Annablume, 2006.
- LEAL; Maria das Graças de Andrade.; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. (Org.) *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo. Annablume, 2009.
- LISBOA. Baltasar da Silva. Memória sobre a Comarca dos Ilhéos, 1808. Apud. DIAS, Marcelo Henrique. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Tese (Doutorado em História) – ICHF/ UFF, Rio de Janeiro, 2007, p. 366.
- LYRA, Henrique J. Buckingham. *Colonos e Colônias: uma experiência de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/ UFBA, Salvador, 1982.
- LOVEJOY, Paul E. *Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia*. Rio de Janeiro, *TOPOI*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-44, jan./dez., 2000.
- LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto, 1849-1900*. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- LOWKOWICZS, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da, KLEIN, Herbert S. et. al. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- LUNA, Francisco Vidal. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829). *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, n. 22, v. 3, p. 443-483, set./dez., 1992.
- _____. A presença do Elemento forro no conjunto de Proprietários de Escravos. *Ciências e Cultura*, São Paulo, v. 32, n.7, p. 836-841, julho de 1980.

- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres. In: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830 – 1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPG História - UFF, 2011.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. Sociedade Escravista e mercado de trabalho: Salvador – Bahia, 1850 – 1868. *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, p.12-20, julho de 2000.
- _____. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec: Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- _____. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. Tradução do original francês por James Amado. – São Paulo: Currupio; [Brasília]: CNPq, 1988.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiros; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- MARCIS, Teresinha. *A “hecatombe de Olivença”: construção e reconstrução da identidade étnica, 1904*. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH/UFBA. Salvador, 2004.

- _____. *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822*. Tese (Doutorado em História). FFCH-UFBA, Salvador, 2013.
- MARCIS, Teresinha e SILVA, Ivaneide Almeida da. Uma experiência de transcrição e análise de documento histórico: resistência e negociação escrava no Engenho Santana. In: PÓVOAS, Ruy do Carmo. *Mejigã e o contexto da Escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012. p. 257-280.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998.
- MARCONDES, Renato Leite. *Desigualdades Regionais Brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Tese (Livre Docência). FEA-USP, Ribeirão Preto, SP, 2005.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- MAHONY, Mary Ann. The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822- 1889. Ph. D. dissertation, Yale University, 1996.
- _____. “Instrumentos Necessários”: Escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822 – 1889. *Afro-Asia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.
- _____. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. In: *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria* – UESC. Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 738-793, jul./dez. 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845/1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, 2013.

- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801 – 1829*. São Paulo, FAPESP: Annablume, 1999.
- _____. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- _____. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luiz Adão da. *Brasil-Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, S.P.: EDUSC; FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001.
- _____. A Lei, Ora a Lei! driblando a legislação no tráfico interno de escravos no Brasil (1861-1887). In: *História e Economia - revista interdisciplinar*. BBS Business School, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 15-28. 2012.
- MOTTA, José Flávio. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal, PT: ICCTI, 2001, p. 473-507.
- MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista: Guaratinguetá e Silveiras da década de 1870. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 30, n. 2. p. 267-299, abr./jun. 2000.
- MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, p. 161-192, 2002.
- MOTT, Luis. Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos (1813). *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 18, p. 91-129, maio de 1983.
- _____. A inquisição em Ilhéus. *Revista FESPI*, Ilhéus, vol. VI, n. 10, jul. 87/ dez. 88, p. 62-73, 1989.
- _____. Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade, 1740-1854. In: *Cultura* (Salvador, BA, Fundação Cultural do Estado da Bahia). n.1, v.1, p.93-120, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – IFCH-UNICAMP, Campinas, 1996.

- MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta conta a escravidão*. São Paulo. Contexto, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. A rebelião negra como fator de desgaste político-social e racial da escravidão. In: _____ (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília: Fundação Palmares, 2004.
- MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- MCNEIL, Cameron L. *Chocolate in Mesoamerica: a cultural history of cacao*. University Press of Florida, 2006.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: alto sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- _____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- NISHIDA, M. As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808 – 1888. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, 23 (2), p. 227-265, maio/ago, 1993.
- NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de Preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX – elementos da nossa formação econômica e social. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, p. 539-564, 2002.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*, Salvador, 1790 – 1890. Salvador: Corrupio, 1988.
- _____. Quem eram os “Negros da Guiné”: a origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, nº 19/20, p. 37-73, 1997.
- _____. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. *Revista da USP*, nº 28, p. 174-193, 1995-96.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- _____. O processo de crioulistização no Recôncavo Baiano (1750-1800). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33, p. 87-132, 2005.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial: juristas, escravidão e a lei de 1871*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- PEREIRA, Rodrigo Osório. O império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial, 1768-1808. Tese (Doutorado em História) – FAFICH-UFMG. Belo Horizonte, 2013.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes; SANTANA, Napoliana Pereira; SANTOS, Paulo Henrique Duarte (Org.). *Bahia: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas: estudos interdisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- PONTES, Kátia Vinhático e SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Reflexões sobre Áfricas e o Engenho das revoltas. In: PÓVOAS, Ruy do Carmo. *Mejigã e o contexto da Escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012. p. 327- 370.
- PÓVOAS, Ruy do Carmo (Org.). *Mejigã e o contexto da escravidão*. Ilhéus: Editus, 2012.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRIORE, Mary Del. *A mulher na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988
- REIS, J. J. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806. In: REIS, João J. e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito. *Anais do Arquivo público do Estado da Bahia*. v. 44, p. 285-297, 1979.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- _____. Recôncavo Rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 15, p. 100-126, 1992.
- REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço”; o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História (USP)*, n. 135, p. 133-161, 2º sem. 1996.
- REIS, João J. e GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José; AZEVEDO, Elciene (Org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão, Bahia 1850 – 1888*. Campinas, Tese (Doutorado em História) – IFCH/Unicamp, Campinas, 2007.
- RIBEIRO, André Luiz Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001.
- ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. O porto flúvio-marítimo de Ilhéus (1911-2010). In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (Org.) *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011. p.15-52.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de Mesquita; GUTIÉRREZ, Horácio. Mujeres esclavas em el Brasil del Siglo XIX. In: PERROT, Michele; DUBY, Georges. *História de las mujeres em Occidente*. Traducción de Marco Aurelio Galmarini. Taurus Ediciones.
- SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. *Uma contribuição à História dos Transportes no Brasil: A Companhia Bahiana de Navegação a vapor (1839-1894)*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- SANTANA, Adriana Santos. *Africanos livres na Bahia, 1831-1864*. Dissertação (Mestrado em História). CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2007.
- SANTOS, Milton. *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*. Companhia Editora Nacional, 2 ed., São Paulo, 1957.

- SANTOS, Victor Gonçalves dos. *Escravos e senhores nas terras do cacau: alforrias e família escrava* (São Jorge dos Ilhéus, 1806-1888). Dissertação (Mestrado em História). FFCH-UFBA, 2014.
- SANTOS, Flávio Gonçalves dos. (Org.) *Portos e cidades: movimentos portuários, Atlântico e diáspora africana*. Ilhéus: Editus, 2011.
- SANTOS, Flávio Gonçalves dos. A Baía do Pontal – Ilhéus: relações do porto com a cidade (1911-1971). *Revista Crítica Histórica*, v.7, n.13, p.1-19, 2016.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. Tese (Doutorado em História). FFCH-UFBA. Salvador, 2012.
- SANTOS, Leandro Dias dos; SANTOS, Zildemar Alves e DIAS, Marcelo Henrique. Mecanismo de acesso ao crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 7, n. 12, jan./jun, 2012.
- SACRAMENTO, Valdinéia de Jesus. *Mergulhando nos Mocambos do Borrachudo – Barra do Rio de Contas (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - CEAO/FFCH/UFBA, Salvador, 2008.
- SILVA, Fernanda Amorim da. Cultivando a liberdade – Alforrias em Ilhéus (1710-1758). In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- SILVA, Neila Oliveira da. A elite local na vila de São Jorge dos Ilhéus, século XVIII. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Angelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, guereus, pataxós e o aldeamento São Pedro de Alcântara: trabalho, relações interétnicas e ocupação do território de Cachoeira de Itabuna, Sul da Bahia (1814-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBA, Salvador, 2000.
- SILVA, Paulo Santos. A Historiografia Baiana nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos de Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011.

- SOUZA, Robério Santos. Uma estrada de ferro da Bahia ao Rio São Francisco: controle político, integração e economia regional (séculos XIX-XX). In: FILHO, Alcides Goularti Filho e QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Orgs.). *Transportes e formação regional: contribuição à história dos transportes no Brasil*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.
- SOUZA, Carlos Alberto Spaggiari [et.al]. *Cacau: do plantio à colheita*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2016.
- SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - FFCH/UFBA, Salvador, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert W. *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Ph. D., Stanford University, 1976.
- _____. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2007.
- TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. Tradução de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- VOYAGES DATABASE. The Trans-Atlantic Slaves Trade Database. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. Salvador: Currupio, 2002.

VERSIANI, Flávio Rabelo e VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e no Sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun., 2003.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo*. Editora Hucitec. São Paulo, 1998.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Em geral os Livros de cobrança de impostos da Câmara Municipal de Ilhéus apresentam bom estado de conservação, mas existem problemas de diversas ordens que necessitam de explicação, sobretudo quando se trata de conversões das unidades de medidas.

A formatação desses Livros normalmente segue um padrão, contendo uma folha de abertura, assinada e datada pelo Presidente da Câmara Municipal, na qual ele descreve resumidamente o objetivo a que se destina aquele livro, diferenciando assim produtos exportados daqueles relacionado com o abastecimento interno.

Os lançamentos no interior dos livros seguem praticamente o mesmo modelo, contendo descrição sobre a receita de cada mês, onde se ver o dia e o nome da pessoa, a quantidade e o valor do imposto pago. No final da lista de cada mês o procurador apresenta a soma do total arrecadado, descreve a quantia por extenso, data e assina, procedimento que se repete ao longo dos anos dentro do período de cada livro.

Nem todos os meses ocorriam cobranças de impostos, portanto muitos livros apresentam lacunas. Também não é possível identificar o destino das exportações, nem os preços de venda das mercadorias. Frequentemente ocorre abreviações dos nomes lançados nos livros, sendo que a experiência com a transcrição serviu como critério de identificação. Assim, por exemplo, percebemos que o nome de José Simeão Moreno dos Reis aparece descrito da seguinte forma: José Simeão; José Simeão M.; José Simeão M. dos Reis e José Simeão Moreno dos Reis.

Afora essas observações gerais sobre a documentação, é importante explicar as peculiaridades de cada livro, já que são utilizadas diferentes unidades de medidas na descrição dos produtos. Desse modo, o principal objetivo aqui é demonstrar essas singularidades, analisar se houve mudanças na forma de descrição e na base de cálculo dos impostos e, sobretudo, explicar como foram feitas as conversões e sistematizações entre os dados apresentados nos documentos originais e aqueles constantes nas Tabelas em anexo, as quais serviram de base para a redação da tese.

Livro de impostos sobre casas de negócios. Ilhéus, 1871- 1885 ⁵⁰¹

O Livro de cobrança de impostos sobre casas de negócios foi aberto em 30 de setembro de 1874, assinado por Joaquim Pereira Caldas, presidente da Câmara Municipal. O procurador que arrecadou os impostos foi Francisco Antônio de Sales Silva. O primeiro lançamento foi realizado em 1875 e se estende até 31 de outubro de 1892.

O livro fornece listas com os nomes dos negociantes que pagaram impostos para manter em funcionamento suas casas de negócios. O imposto cobrado era de Rs. 2\$000 (dois mil réis) anuais, mantendo-se inalterado até o final do período.

Nem todos negociantes pagavam impostos no mesmo mês. A primeira lista de receita do ano de 1875 data do mês de setembro, com o nome de onze pessoas, a segunda cobrança foi realizada em outubro, com apenas um negociante pagando imposto, a terceira concluiu-se em dezembro, contendo nome dois negociantes. Como não há repetição de nomes nesses três meses acreditamos que o procurador fazia a cobrança ao longo do ano, porém, a documentação não informa nada sobre como se realizava a cobrança.

No decorrer dos anos percebemos que a quantidade de negociantes que pagaram impostos oscilou e no geral a tendência foi de crescimento. Para contabilizarmos o total de negociantes no período consideramos cada um individualmente, independente da frequência com que aparecem no decurso do tempo. Assim, computando-se o período como um todo, chegamos ao total de 100 negociantes e mais 5 firmas.

Livro de impostos sobre gado vacum abatido. Ilhéus, 1862-1879 ⁵⁰²

Esse Livro está muito deteriorado e não contém a folha de abertura, provavelmente se perdeu. Como o presidente também rubricava as folhas de dentro do Livro, no canto superior direito, conseguimos identificar que se tratava de Bernardo Sellmam, pois a sua rubrica (Sellmam) aparece nos demais livros.

⁵⁰¹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892

⁵⁰² APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879.

O procurador da Câmara foi Francisco Antônio de Salles Silva, que utilizou as primeiras folhas para lançar o imposto da décima urbana, sendo que só em fevereiro de 1864 é que começou lançamento do imposto de Rs. 0\$820 réis por cada boi abatido, tarifa que se manteve por todo período.

Para contabilizarmos o total de pessoas que abatiam gado vacum em Ilhéus e pagam impostos consideramos cada um individualmente e depois somamos os totais de abatimento a partir da frequência com que eles aparecem no decurso do tempo. Assim conseguimos identificar os maiores fornecedores. A distribuição da quantidade abatimentos por mês e ano pode ser vista em anexo.

Livro de impostos sobre gado vacum abatido. Ilhéus, 1879-1888 ⁵⁰³

O segundo Livro de cobrança de impostos sobre gado vacum abatido contém a folha de abertura que foi assinada, datada e rubricada em 12 de fevereiro de 1879 por Bernardo Sellmam, presidente interino da Câmara Municipal de Ilhéus, sendo o procurador Francisco Antônio de Salles Silva.

Inicialmente a cobrança de impostos continuou no valor de Rs. \$820 (oitocentos e vinte réis) por cada boi abatido, porém essa tarifa foi reajustada em novembro de 1883 para Rs.1\$000, mantendo assim até o final do período.

Os procedimentos adotados para calcular a quantidade de fornecedores e de gado vacum abatido são os mesmos descritos na seção anterior. De modo geral, essa metodologia também foi adotada para os cálculos dos outros livros, mas em alguns as tarifas oscilaram muito no decorrer do tempo, além disso houve necessidade de proceder com a conversão de medidas, como será explicado na devida ocasião.

Livro de impostos sobre gado suíno abatido. Ilhéus, 1872-1885 ⁵⁰⁴

⁵⁰³ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 - 1888.

⁵⁰⁴ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885.

O Livro de imposto sobre gado suíno abatido contém folha de abertura assinada em 28 de junho de 1872, por Joaquim Pereira Caldas, presidente da Câmara Municipal de Ilhéus, sendo o procurador Francisco Antônio de Salles Silva. Identificamos nesse livro a presença de outra pessoa que também atuou como procurador, Joaquim Roiz de Santa Ana.

O lançamento da primeira receita foi realizado em julho de 1872 e a última arrecadação data do mês de setembro de 1885. O imposto cobrado pelo abatimento de cada suíno foi da quantia de Rs. \$320 (trezentos e vinte réis), tarifa que se manteve até o final do período. Normalmente cada pessoa realizava um abatimento no mês e as listas não são extensas, além disso existem lacunas.

Para contabilizarmos o total de pessoas que pagaram imposto pelo abatimento de gado suíno em Ilhéus consideramos cada um individualmente e depois somamos os totais de abatimento a partir da frequência com que eles aparecem no decurso do tempo. Desse modo conseguimos identificar os maiores fornecedores, a quantidade de suínos abatidos e o valor dos impostos pagos. A distribuição da quantidade de abatimentos por mês ao longo dos anos pode ser vista em anexo.

Livro de impostos sobre exportações de cacau e café. Ilhéus, 1871- 1885 ⁵⁰⁵

Vamos começar pelo Livro de impostos sobre exportação de cacau e café (1871-1885), assinado por Joaquim Pereira Caldas, presidente da Câmara Municipal, e por Francisco Antônio de Salles Silva, procurador responsável pela arrecadação dos impostos mês a mês. Na maior parte do período, que vai de janeiro de 1871 até junho de 1885, com algumas lacunas, os lançamentos dos dois produtos foram feitos em arrobas, por isso decidimos converter todas as exportações para esta unidade de medida, que equivale a 14,746 quilogramas (1 arroba = 14,746 Kg). Entre outubro de 1874 e junho de 1877 as exportações foram registradas em quilogramas, e a conversão para arrobas foi simples. Todavia, em poucas ocasiões, quais sejam outubro de 1877 e julho de 1878 houve registros de exportações de cacau e café em sacas, o que dificultou a conversão desejada, pois não conseguimos saber a capacidade de

⁵⁰⁵ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

armazenamentos dessas sacas. Nestes casos, a saída encontrada foi se basear na cobrança de impostos. Como nos meses anteriores e posteriores aos referidos casos analisados o imposto era de Rs. 0,120 (cento e vinte réis por arroba) e permanece sendo o mesmo para cada saca exportada, seja de cacau ou café, acreditamos ser plausível pensar que cada saca equivalia a uma arroba (1 saca = 1 arroba = 14,746 kg). Parece ser justo pensar assim porque quando as exportações foram registradas em quilogramas o imposto sofreu modificação e nos casos dos registros em sacas a tarifa permanece a mesma. Esse procedimento, no entanto, apresenta riscos mas foi o caminho possível que encontramos para elucidar a questão.

Com relação a cobrança de impostos as oscilações são significativas durante o período. Os dois produtos começam recebendo a mesma tributação, ou seja Rs. 0,020 (vinte réis) por cada arroba exportada, isso até setembro de 1873. No mês seguinte essa tarifa foi ajustada para Rs.0,040 (quarenta réis), vigorando assim até setembro de 1874. Em seguida os produtos passam a serem exportados em quilogramas, e o imposto incidente é de Rs. 0,002 (dois réis) por cada Kg de cacau ou café exportados, o que permanece até junho de 1877. Em Julho do dito ano as exportações voltam a ser registradas em arrobas e percebe-se uma diferenciação nas tarifas dos produtos, sendo que sobre o cacau recaía Rs. 0,120 (cento e vinte réis) por cada arroba exportada e sobre o café Rs. 0,090 (noventa réis). A partir de outubro de 1878, as tarifas serão ajustadas, respectivamente, para Rs. 0,200 (duzentos réis) e Rs. 0,150 (cento e cinquenta réis), permanecendo assim até o final do período.

Livro de impostos sobre exportações de aguardente (cachaça). Ilhéus, 1870-1878 ⁵⁰⁶

Livro de imposto sobre exportação de aguardente/cachaça (1870-1878), assinado por Joaquim Pereira Caldas, como presidente da Câmara e por Francisco Antônio de Salles Silva, como procurador. Os lançamentos iniciam-se em outubro de 1870 e os registros da bebida foram feitos em canadas até setembro de 1874, o que na Bahia equivale, segundo Bert J. Barickman, a 6,85 litros (1 canada = 6,85 litros). Entre novembro de 1874 e junho de 1877 as exportações foram registradas em litros. Assim, convertemos, com certa segurança, a maior

⁵⁰⁶ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878.

parte do período para litros. O problema começa a partir de julho de 1877, quando as exportações da bebida passam a ser registradas em quartadas, o que dificultou a conversão desejada, já que não conseguimos avaliar, nem encontrar referências a respeito desta unidade de medida. Houve também nesse período alguns poucos registros em barris, ao todo foram seis registros totalizando 10 barris exportados. Neste caso adotamos a referência do barril mineiro, que segundo Marcelo Magalhães Godoy equivale a 21 litros. Ficamos então com a questão da quartada, e mais uma vez a única saída possível foi se basear na cobrança de imposto para tentar avaliar o volume dessa unidade de medida. Ao que parece a quartada tem capacidade quatro vezes maior que a do barril, tendo em vista que o imposto que incidia sobre este era quatro vezes que o incidente sobre a quartada. Em 19 de novembro de 1877 uma pessoa exportou 1 quartada de aguardente e pagou Rs. 0,600 de imposto, no mesmo dia ela também exportou 1 barril e pagou Rs. 0,150. Nesse sentido, acreditamos ser possível pensar que uma quartada podia ter capacidade de 4 barris, ou seja, 84 litros (1 Quartada = 4 Barris = 84 litros).

Inicialmente o imposto cobrado pelas exportações da bebida foi de Rs.0,010 por canada, isso até setembro de 1874. Quando as exportações passaram a ser registradas em litros o imposto reduziu para Rs. 0,005 por cada litro exportado, sendo que em outubro de 1875 reduziu-se ainda mais, indo para Rs. 0,002 por litro. A partir de julho de 1877 as exportações passam a ser registradas em quartadas, incidindo o imposto de Rs.0,600 por cada quartada, nos poucos casos de registros em barris o imposto foi de Rs. 0,150 por cada barril, o que permanece até o final do período.

Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Ilhéus 1870-1879 ⁵⁰⁷

Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá (1870-1879). Assinado por Joaquim Pereira Caldas, presidente da Câmara e por Francisco Antônio de Salles Silva, procurador. Livro com 24 folhas, abrangendo o período compreendido entre outubro de 1870 até julho de 1879. As exportações foram sempre registradas em paus, por isso optamos por manter esta

⁵⁰⁷ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

unidade de medida para confecção da tabela e análise dos dados. Cada pau podia significar o tronco das árvores cortadas nas matas, com prováveis variação de tamanhos, mas a documentação nada informa a esse respeito. Na maior parte do período o imposto foi de Rs. 0,167 por cada pau de Jacarandá exportado, exceção em outubro de 1873 (Rs. 0,169); março de 1864 (Rs. 0,168); dezembro de 1875 (Rs. 0,166) e durante o ano de 1879, quando houve aumento para Rs. 0,333 por cada pau de Jacarandá exportado.

Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Ilhéus, 1878-1892 ⁵⁰⁸

Livro de imposto sobre exportação de piaçava (1878-1892). Assinado por Bernardo Sellman, presidente da Câmara, e por Francisco Antônio de Salles Silva, procurador. Abrange período compreendido entre janeiro de 1879 até março de 1891. As exportações foram sempre registradas em Molhos, o que deve significar uma certa quantidade de piaçava enrolada e amarrada como um feixe, mas a documentação nada informa a esse respeito. Mantivemos essa unidade de medida para a confecção da Tabela e análise dos dados. Quanto aos impostos a cobrança inicial, até setembro de 1879, foi de Rs. 0,020 por cada molho de piaçava exportado, no mês seguinte ocorre uma redução do tributo para Rs. 0,015, o que permanece até fevereiro de 1889. A partir dali ocorrem apenas cinco registros, de agosto de 1890 até março de 1891, quando se verifica aumento exponencial do imposto, passando a Rs.0,150, nos dois primeiros casos, e Rs. 0,040, nos três últimos.

Livro de imposto sobre exportação de couros. Ilhéus, 1878-1892 ⁵⁰⁹

Livro de imposto sobre exportação de couros (1878-1892). Assinado por Bernardo Sellman, presidente da Câmara, e Francisco Antônio de Salles Silva, procurador. Livro com 36 folhas, abrangendo o período compreendido entre outubro de 1878 até junho de 1892. As exportações foram sempre registradas em unidades de couros secos ou salgados, assim

⁵⁰⁸ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1878-1892.

⁵⁰⁹ APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1892.

mantivemos essa unidade de medida para confecção da Tabela e análise dos dados. O imposto inicial era de Rs. \$100 por cada couro deportado, a partir de janeiro de 1874 aumentou para Rs. 0,320, sofrendo redução para Rs. 0,200 em abril de 1890, permanecendo este último valor até o final do período.

Anexos

ANEXO I – RELAÇÃO DOS LIVROS DE COBRANÇA DE IMPOSTOS UTILIZADOS NA TESE

Quadro 1 - Listagem dos donos das casas de negócios. Ilhéus, 1875-1892

Acrísio Januário Cardoso	Domingues Fernandes da Silva	Hermínio de Figueiredo Rocha	Luiz Adami
Adão Schaum	Domingos José de Lemos	Idelbrando Correia da Silva	Luiz Francisco de Andrade
Afonso Ayala Vasconcelos	Dona Helena Schaum	João Antecho Coutinho	Manoel Assencio
Albino Francisco Martins	Dona Paulina Rodrigues Guimarães	João Batista Adami	Manoel Francisco de Andrade
Alferes Henrique de Aguiar e Silva	Dona Porfíria Maria Paiva Leite	João Domingues Bonin	Manoel Guimarães Bastos
Alferes Henrique Francisco Soares Lopes	Dona Senhorinha da Silva Lins Pitoresco	João Dias de Cerqueira	Manoel Guimarães de Brito
Alfredo Navarro de Amorim	Eduardo José Viana	João Lopes da Silva	Manoel Joaquim da Silva
Amálio de Britos	Emília José Seabra	João Navarro de Amorim	Manoel Odurico de Sacramento
Antônio da Cruz Rabelo Leitão	Ernesto Navarro de Amorim	João Simeão Moreno	Manoel Pancrácio
Antônio da Silva Rapozo	Estácio de Sá Bitencourt Camara	Joaquim de Salles Silva	Manoel Suarez do Bonfim
Antônio Henrique Marques Oliveira	Felipe Brait	Joaquim Lopes da Silva	Paulino Rodrigues de Guimarães
Antônio Henrique Aguiar	Felismino Antônio da Silva	Joaquim Maximiano Roiz	Pedro Augusto de Cerqueira Lima
Antônio José de Amorim Bastos	Firmino Amaral	José Albino Magarao	Pedro Gonçalves Vasconcelos Gusmão
Antônio Lopes da Silva	Firmino Ferreira de Pinho	José Calazans Bastos	Plínio Cardoso do Nascimento
Antônio Luiz da Costa	Francisco Antônio de Oliveira	José Carlos Adami	Policarpo Lopes da Silva
Antônio Marques de Oliveira Pitoresco	Francisco Antônio Ruiz Guimarães	José Carlos S. Valett	Porfírio Francisco Suares
Antônio Simeão Moreno	Francisco Correia da Silva Junior	José das Neves Cezar Brasil	Rodolfo de Melo Vieira
Aristides Francisco Vasconcelos Gusmão	Francisco de Brito [Clofe]	José Domingues Correia	Valério Vicente do Sacramento
Bernardo Sellmam	Francisco Faustino de Sales Silva	José Firmino Alves	Veridiano Luiz Damásio
Caetano Lafeme	Francisco Luiz de Andrade	José Francisco de Oliveira Filho	FIRMAS
Camilo Brilha	[Fristmate] Cezar Brasil	José Henrique de Aguiar	(Amorim & Filho); (Aguiar & Lyra)
Capitão Henrique Francisco Soares	Gregório José da Silva	José Joaquim da Costa Seabra	(Bitencourt & Castro); (C.F. [Kirlo] & Cia)
Carlos Carilo	Henrique Alves dos Reis	José Pereira de Andrade	(Luiz Adami & Filho); (Lopes & Irmão)
Cecilio Calazans	Henrique Berbet	José Pinto da Silva Amorim	(Lyro & Luz); (Maximiano & Irmão)
Constantino Galo	Henrique de Aguiar e Silva	José Simeão Moreno dos Reis	(Seabra Filho & Cia); (Vieira & Irmão)
Domingos Antonio Ruiz Guimarães	Henrique Francisco Suarez	José Veríssimo da Silva	

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre casas de negócios. Maço 5455. Ilhéus, 1874-1892

Tabela 1 – Gado vacum abatido (em unidade). Ilhéus, 1864-1879

MÊS/ANO	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	TOTAL	MÉDIA
JAN.		5	4	5	9	6	2		1	7	6	8	10	9	9	6	87	6,2
FEV.	2	4	3	4	7	5	1	4	2	4	2	7	6	3	8	9	71	4,4
MAR.	3	3	4	5	5	7	6	3	5	5	5	8	6	4	8	6	83	5,1
ABR.	6	3	6	4	5		3	6	1	4	5	6	9	3	7		68	4,8
MAIO	6	2	6	2	6	6	4	2	2	7	4	12		6	6		71	5,0
JUN.	3	4	2		5	3	3	4	6	9	5	9	9	6	5		73	5,2
JUL.	4	2	4	2	4	5	2	2	4	6	3	10	6	6	4		64	4,2
AGO.	3	4	4	2	4	2	1	4	4	8	8	10	5	10	7		76	5,0
SET.	8	5	5	3	5	10	4	6	3	8	10	7	4	11	5		94	6,2
OUT.	3	3	5	4	5	3	2	4	4	3	4	8	5	6	6		65	4,3
NOV.	3	3	3	6	7	4	3	2	3	5	5	7	4	8	2		65	4,3
DEZ.	7	8	5	6	6	6	7	3	7	6	9	9	9	12	6		106	7,0
TOTAL	48	46	51	43	68	57	38	40	42	72	66	101	73	84	73	21	923	58,0

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879.

Tabela 2 –Imposto sobre gado vacuum abatido (em réis). Ilhéus, 1864-1879

MÊS/ANO	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	TOTAL	MÉDIA
JAN.		4,100	3,280	4,100	7,380	4,920	1,640		0,820	5,740	4,920	6,560	8,200	7,380	7,380	4,920	71,340	5,096
FEV.	1,640	3,280	2,460	3,280	5,740	4,100	0,820	3,280	1,640	3,280	1,640	5,740	4,920	2,460	6,560	7,380	58,220	3,639
MAR.	2,460	2,460	3,280	3,280	4,100	5,740	4,920	2,460	4,100	4,100	4,100	6,560	4,920	3,280	6,560	4,920	67,240	4,203
ABR.	4,920	2,460	4,920	3,280	4,100		2,460	4,920	0,820	3,280	4,100	4,920	7,380	2,460	5,740		55,760	3,983
MAIO	4,920	1,640	4,920	1,640	4,920	4,920	3,280	1,640	1,640	5,740	3,280	9,840		4,920	4,920		58,220	4,159
JUN.	2,460	3,280	1,640		4,100	2,460	2,460	3,280	4,920	7,380	4,100	7,380	7,380	4,920	4,100		59,860	4,276
JUL.	3,280	1,640	3,280	1,640	3,280	4,100	1,640	1,640	3,280	4,920	2,460	8,200	4,920	4,920	3,280		52,480	3,499
AGO.	2,460	3,280	3,280	1,640	3,280	1,640	0,820	3,280	3,280	6,560	6,560	8,200	4,100	8,200	5,740		62,320	4,155
SET.	6,560	4,100	4,100	2,460	4,100	8,200	3,280	4,920	2,460	6,560	8,200	5,740	3,280	9,020	4,100		77,080	5,139
OUT.	2,460	2,460	4,100	3,280	4,100	2,460	1,640	3,280	3,280	2,460	3,280	6,560	4,100	4,920	4,920		53,300	3,553
NOV.	2,460	2,460	2,460	4,920	5,740	3,280	2,460	1,640	2,460	4,100	4,100	5,740	3,280	6,560	1,640		53,300	3,553
DEZ.	5,740	6,560	4,100	4,920	4,920	4,920	5,740	2,460	5,740	4,920	7,380	7,380	7,380	9,840	4,920		86,920	5,795
TOTAL	39,360	37,720	41,820	34,440	55,760	46,740	31,160	32,800	34,440	59,040	54,120	82,820	59,860	68,880	59,860	17,220	756,040	47,253

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacuum abatido. Maço 5442. Ilhéus, 1862-1879.

Tabela 3 – Gado vacuum abatido (em unidade). Ilhéus, 1879-1888

MÊS/ANO	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.		22	4	7	7	12	13	3		8	76	9,5
FEV.		11	5	8	5	13	13			6	61	8,7
MAR.		15	7	11	10	15	15		9	4	86	10,7
ABR.	8	12	9	6	7	10	15		15	6	88	9,7
MAIO	11	14	4	6	6	8	16		13	6	84	9,3
JUN.	11	17	7	7	8	5	9		12	5	81	9,0
JUL.	6	9	6	6	12	10	12		7	7	75	8,3
AGO.	14	16	10	9	18	12	18		8	6	111	12,3
SET.	12	12	6	7	13	9	10		9	7	85	9,4
OUT.	15	10	8	7	13	11	10		6		80	10,0
NOV.	11	17	9	10	12	11	13		5		88	11,0
DEZ.	14	20	16	13	24	12	14		7		120	15,0
TOTAL	102	175	91	97	135	128	158	3	91	55	1.035	103,5

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacuum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879-1888.

Tabela 4 – Imposto sobre gado vacum abatido (em réis). Ilhéus, 1879-1888

MÊS/ANO	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.		18,040	3,280	5,740	5,740	12,000	13,000	3,000		8,000	68,800	8,600
FEV.		9,020	4,100	6,560	4,100	13,000	13,000			6,000	55,780	7,969
MAR.		12,300	5,740	9,020	8,200	15,000	15,000		9,000	4,000	78,260	9,783
ABR.	6,560	9,840	7,380	4,920	5,740	10,000	15,000		15,000	6,000	80,440	8,938
MAIO	9,020	11,480	3,280	4,920	4,920	8,000	16,000		13,000	6,000	76,620	8,513
JUN.	9,020	13,940	5,740	5,740	6,560	5,000	9,000		12,000	5,000	72,000	8,000
JUL.	4,920	7,380	4,920	4,920	9,840	10,000	12,000		7,000	7,000	67,980	7,553
AGO.	11,480	13,120	8,200	7,380	14,760	12,000	18,000		8,000	6,000	98,940	10,993
SET.	9,840	9,840	4,920	5,740	10,660	9,000	10,000		9,000	7,000	76,000	8,444
OUT.	12,300	8,200	6,560	5,740	12,820	11,000	10,000		6,000		72,620	9,078
NOV.	9,020	13,940	7,380	8,200	12,000	11,000	13,000		5,000		79,540	9,943
DEZ.	11,480	16,400	13,120	10,660	24,000	12,000	14,000		7,000		108,660	13,583
TOTAL	83,640	143,500	74,620	79,540	119,340	128,000	158,000	3,000	91,000	55,000	935,640	93,564

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado vacum abatido. Maço 5451. Ilhéus, 1879 - 1888.

Tabela 5 – Gado suíno abatido (em unidade). Ilhéus, 1872-1885

MÊS/ANO	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.			3											2	5	2,5
FEV.			3		1										4	2
MAR.		3	2		3		1					2		2	13	2,1
ABR.		1	2			1	2		2			3		3	14	2
MAIO		1	2	5		1								5	14	2,8
JUN.		4		3	1		2		1			3		2	16	2,2
JUL.	2	1	3			1		1	1						9	1,5
AGO.			2	3		3						4		3	15	3
SET.	1	7	3	1	4	2		1						2	21	2,6
OUT.	1	5	2	3		2		1	2			2			18	2,2
NOV.	1		2										3		6	2
DEZ.	3	4	4	5	2	1							2		21	3
TOTAL	8	26	28	20	11	11	5	3	6			14	5	19	156	13

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885.

Tabela 6 – Imposto sobre gado suíno abatido (em réis). Ilhéus, 1872-1885

MÊS/ANO	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.			0,960											0,640	1,600	2,500
FEV.			0,960		0,320										1,280	2,000
MAR.		0,960	0,640		0,960		0,320					1,000		0,820	4,700	2,100
ABR.		0,320	0,640			0,320	0,640		0,640			0,960		0,960	4,480	2,000
MAIO		0,320	0,640	1,600		0,320								1,600	4,480	2,800
JUN.		0,320		0,960	0,320		0,640		0,320			0,960		0,640	4,160	2,200
JUL.	0,640	0,320	0,960			0,320		0,320	0,320						2,880	1,500
AGO.			0,640	0,960		0,960						1,280		0,960	4,800	3,000
SET.	0,320	2,240	0,960	0,320	1,280	0,640		0,320						0,640	6,720	2,600
OUT.	0,320	1,600	0,640	0,960		0,640		0,320	0,640			0,640			5,760	2,200
NOV.	0,320		0,640										0,960		1,920	2,000
DEZ.	0,960	1,280	1,280	1,600	0,640	0,320							0,640		6,720	3,000
TOTAL	2,560	7,360	8,960	6,400	3,520	3,520	1,600	0,960	1,920			4,840	1,600	6,260	49,500	13,000

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre gado suíno abatido. Maço 5447. Ilhéus, 1872-1885.

Tabela 7 - Exploração de madeiras. Ilhéus, 1863

MÊS/TIPO DE MADEIRA	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL	MÉDIA
PAUS DE JACARANDÁ	83	145	135	26	227		135	138	65	67	127	78	1.226	111
PAUS DE JANGADA	6	42	24	12	6			12	12	12	72	30	228	23
PAUS DE CEDRO	70	205	132	62		66	12	26	78	60	76	274	1.061	96
PAUS DE CONDURÚ					55								55	
DUZIA DE TABUADOS								43					43	
DUZIA DE LOURO									1				1	
TÁBUAS DE LOURO									12			60	72	36
CARRADAS DE CAIXARIAS											62	172	234	117

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de lançamento dos rendimentos relativos a direitos de madeira. Maço 5438. Ilhéus, 1862-1870.

Tabela 8 - Exportação de cacau (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885

ANO/MÊS	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.	5.656	12.230	3.772	1.742	1.547	3.249	1.108	1.062	1.509	741	748	1.511	1.390	1.323	934	38.522	2.568
FEV.	6.692	3.569	-	1.300	24	333	668	218	73	52	273	169	630	297	265	14.563	1.040
MAR.	568	322	512	200	120	119	-	40	-	538	10	41	230	-	-	2.700	245
ABR.	178	-	-	32	108	8	8	92	8	30	72	3	-	25	15	579	48
MAIO	48	291	604	144	-	100	328	872	113	236	896	91	23	158	17	3.921	280
JUN.	552	364	1.484	316	-	752	1.532	1.591	848	5	1.745	462	6	2.132	256	12.045	860
JUL.	718	1.312	2.972	1.268	660	3.188	674	2.176	1.587	1.416	2.396	1.037	225	2.883	-	22.512	1.608
AGO.	976	2.443	4.540	1.500	816	7.916	482	1.741	951	2.206	791	2.012	1.394	2.856	-	30.624	2.187
SET.	2.922	2.561	3.432	3.128	1.349	3.352	511	740	1.645	1.218	3.101	835	772	1.337	-	26.903	1.922
OUT.	-	-	1.636	3.772	3.284	3.823	529	2.001	779	1.207	524	492	1.641	2.504	-	22.192	1.849
NOV.	-	5.356	1.072	1.211	4.476	1.550	880	1.356	580	958	2.061	472	1.000	2.287	-	23.259	1.789
DEZ.	3.019	8.890	4.560	1.700	5.116	4.300	812	699	1.023	1.913	1.536	1.508	1.401	586	-	37.063	2.647
TOTAL	21.329	37.338	24.584	16.313	17.500	28.690	7.532	12.588	9.116	10.520	14.153	8.633	8.712	16.388	1.487	234.883	15.659

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

Tabela 9 - Imposto sobre exportação de cacau (em réis). Ilhéus, 1871-1885

MÊS/ANO	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.	113.120	244.600	75.440	69.920	46.410	97.470	33.240	127.440	301.800	88.920	89.760	271.980	250.200	238.140	168.120	2.216.560	147.770
FEV.	133.840	71.380		52.000	720	9.990	20.040	26.160	14.600	6.240	32.760	30.420	113.400	53.460	47.700	612.710	43.765
MAR.	11.360	6.440	10.240	8.000	3.600	3.570		4.800		64.560	1.200	7.380	41.400			162.550	14.777
ABR.	3.560			1.280	3.240	240	240	11.040	1.600	3.600	8.640	540		4.500	2.700	41.180	3.431
MAIO	960	5.820	12.080	5.760		3.000	9.840	104.640	22.600	28.320	107.520	16.380	4.140	28.440	3.060	352.560	25.182
JUN.	11.040	7.280	29.680	12.640		22.560	45.960	190.920	169.600	600	209.400	83.160	1.080	383.760	46.080	1.213.760	86.697
JUL.	14.360	26.240	59.440	50.720	19.800	95.640	80.880	261.120	317.400	169.920	287.520	186.660	40.500	518.940		2.129.140	152.081
AGO.	19.520	48.860	90.800	60.000	24.480	237.480	57.840	208.920	190.200	264.720	94.920	362.160	250.920	514.080		2.424.900	173.207
SET.	58.440	51.220	68.640	125.120	40.470	100.560	61.320	88.800	329.000	146.160	372.120	150.300	138.960	240.660		1.971.770	140.840
OUT.			65.440	113.160	98.520	114.690	63.480	327.800	93.480	144.840	62.880	88.560	295.380	450.720		1.918.950	159.912
NOV.		107.120	42.880	36.330	134.280	46.500	105.600	271.200	69.600	114.960	247.320	84.960	180.000	411.660		1.852.410	142.493
DEZ.	60.380	177.800	182.400	51.000	153.480	129.000	97.440	139.800	122.760	229.560	276.480	271.440	252.180	105.480		2.249.200	160.657
TOTAL	426.580	746.760	637.040	585.930	525.000	860.700	575.880	1.762.640	1.632.640	1.262.400	1.790.520	1.553.940	1.568.160	2.949.840	267.660	17.145.690	1.143.046

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

Tabela 10 - Exportação de café (em arrobas). Ilhéus, 1871-1885

MÊS/ANO	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.			207			183	327		2		51					770	154
FEV.		21				18	48		24			60				171	34
MAR.		24			18				2							44	14
ABR.	309				27	15	6		20	74	6	48				505	63
MAIO	992	423	642			191	30	32			34					2.344	334
JUN.	579	84	604	24			93	13	70		10	59		38		1.574	157
JUL.	234	123	304		170	204	6	15	39	10	62					1.167	116
AGO.	66	346	39			9	6	18	1	106						591	74
SET.	63	117	16	21	64		19	116	2	127	4	16				565	51
OUT.			123	42		150		30	36							381	76
NOV.		140		3		19	10									172	43
DEZ.			12		63											75	37
TOTAL	2.243	1.278	1.947	90	342	789	545	224	196	317	167	183		38		8.359	643

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

Tabela 11 - Imposto sobre exportação de café (em réis). Ilhéus, 1871-1885

MÊS/ANO	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	TOTAL	MÉDIA
JAN.			4.140			5.490	9.810		300		4.590					24.330	4.866
FEV.		420				540	1.440		3.600			10.800				16.800	3.360
MAR.		480			540				300							1.320	440
ABR.	6.180				810	450	180		3.000	6.660	540	8.640				26.460	3.308
MAIO	19.840	8.460	12.840			5.730	900	2.880			3.060					53.710	7.673
JUN.	11.580	1.680	12.080	960			2.790	1.170	10.500		900	10.620		6.840		59.120	5.912
JUL.	4.680	2.460	6.080		5.100	6.120	540	1.350	5.850	900	5.580					38.660	3.866
AGO.	1.320	6.920	780			270	540	1.620	150	9.540						21.140	2.643
SET.	1.260	2.340	320	840	1.920		1.710	10.440	300	11.430	360	2.880				33.800	3.073
OUT.			4.920	1.260		4.500		3.240	3.240							17.160	3.432
NOV.		2.800		90		570	900									4.360	1.090
DEZ.			480		1.890											2.370	1.185
TOTAL	44.860	25.560	41.640	3.150	10.260	23.670	18.810	20.700	27.240	28.530	15.030	32.940		6.840		299.230	23.018

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de cacau e café. Maço 5459. Ilhéus, 1871-1885.

Tabela 12 - Exportação de cachaça (em litros). Ilhéus, 1871-1878

MÊS/ANO	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	TOTAL	MÉDIA
JAN.	-	5.960	9.385	11.529	9.590	2.200	6.275	7.500	3.360	55.798	6.974
FEV.	-	4.179	1.425	8.220	6.439	1.320	5.700	4.125	2.016	33.423	4.177
MAR.	-	4.959	9.385	1.644	5.069	640	300	600	2.940	25.537	3.192
ABR.	-	720	2.171	2.192	6.850	1.120	4.400	7.800	2.436	27.689	3.461
MAIO	-	8.015	7.124	6.097	2.055	56	4.500	3.000	1.302	32.148	4.018
JUN.	-	5.138	2.295	5.549	5.549	960	3.900	7.500	-	30.889	4.412
JUL.	-	6.645	4.487	10.686	7.398	2.220	11.595	1.512	1.701	46.243	5.780
AGO.	-	6.371	12.878	7.946	5.206	160	6.900	4.578	5.124	49.163	6.145
SET.	-	8.220	7.261	6.473	10.652	1.480	2.700	966	2.604	40.356	5.044
OUT.	10.720	5.138	14.728	16.166	-	1.400	24.000	1.428	-	73.579	10.511
NOV.	2.877	6.501	6.919	6.576	3.500	12.600	15.600	735	-	55.307	6.913
DEZ.	7.001	8.001	9.796	12.056	924	7.400	27.600	840	-	73.817	9.202
TOTAL	20.598	69.843	87.851	95.133	63.231	31.556	113.470	40.584	21.483	543.949	60.417

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878

Tabela 13 – Imposto sobre exportação de cachaça (em réis). Ilhéus, 1870-1878.

MÊS/ANO	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	TOTAL	MÉDIA
JAN.	-	8.700	13.700	16.830	14.000	11.000	12.550	15.000	24.000	115.780	14.473
FEV.	-	6.100	2.080	12.000	9.400	6.600	11.400	8.250	14.400	70.230	8.779
MAR.	-	7.240	13.700	2.400	7.400	3.200	600	1.200	21.000	56.740	7.093
ABR.	-	1.050	3.170	3.200	10.000	5.600	8.800	15.600	17.400	64.820	8.103
MAIO	-	11.700	10.400	8.900	3.000	280	9.000	6.000	9.300	58.580	7.323
JUN.	-	7.500	3.350	8.100	8.100	4.800	7.800	15.000	0	54.650	7.807
JUL.	-	9.700	6.550	15.600	10.800	11.100	23.190	10.800	12.150	99.890	12.486
AGO.	-	9.300	18.800	11.600	7.600	800	13.800	32.750	36.600	131.250	16.406
SET.	-	12.000	10.600	9.450	15.550	7.400	5.400	6.900	18.600	85.900	10.738
OUT.	15.650	7.500	21.500	23.600	-	2.800	12.000	10.200	-	93.250	13.321
NOV.	4.220	9.490	10.100	9.600	17.500	25.200	7.800	5.250	-	89.160	11.145
DEZ.	10.220	11.800	14.300	17.600	4.620	14.800	13.800	6.000	-	93.140	11.643
TOTAL	30.090	102.080	128.250	138.880	107.970	93.580	126.140	132.950	153.450	1.013,390	112.599

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de aguardente de cana (cachaça). Maço 5441. Ilhéus, 1870-1878

Tabela 14 - Exportação de jacarandá (em paus). Ilhéus, 1870-1879

ANO/MÊS	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	TOTAL	MÉDIA
JAN.	-	-	121	-	18	48	-	-	-	61	248	62
FEV.	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9	9
MAR.	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	5
ABR.	-	-	-	-	-	44	-	-	-	-	44	44
MAIO	-	-	17	43	-	-	-	-	13	66	139	35
JUN.	-	-	-	84	-	-	-	-	-	36	120	60
JUL.	-	288	-	-	74	24	-	69	43	76	574	96
AGO.	-	-	203	66	-	-	-	377	-	-	646	215
SET.	-	-	-	208	-	-	-	42	82	-	332	111
OUT.	ILEG.	72	202	70	-	38	51	84	-	-	517	86
NOV.	77	47	61	108	-	253	-	-	-	-	546	109
DEZ.	64	139	135	67	-	200	-	167	-	-	772	129
TOTAL	141	546	748	646	97	607	51	739	138	239	3.952	395

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

Tabela 15 - Imposto sobre jacarandá exportado (em réis). Ilhéus, 1870-1879

ANO/MÊS	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	TOTAL	MÉDIA
JAN.	-	-	20.166	-	3.000	8.000	-	-	-	20.333	51.499	12.875
FEV.	-	-	1.500	-	-	-	-	-	-	-	1.500	1.500
MAR.	-	-	-	-	840	-	-	-	-	-	840	840
ABR.	-	-	-	-	-	7.332	-	-	-	-	7.332	7.332
MAIO	-	-	2.830	7.166	-	-	-	-	2.160	22.000	34.156	8.539
JUN.	-	-	-	14.000	-	-	-	-	-	12.000	26.000	13.000
JUL.	-	47.998	-	-	12.320	4.000	-	11.500	7.160	25.333	108.311	18.052
AGO.	-	-	33.832	11.000	-	-	-	62.840	-	-	107.672	35.891
SET.	-	-	-	34.660	-	-	-	7.000	13.660	-	55.320	18.440
OUT.	ILEG.	11.998	33.660	11.832	-	6.320	8.500	14.000	-	-	86.310	14.385
NOV.	12.832	7.832	10.160	18.000	-	42.160	-	-	-	-	90.984	18.197
DEZ.	10.662	23.166	22.500	11.160	-	33.330	-	27.820	-	-	128.638	21.440
TOTAL	23.494	90.994	124.648	107.818	16.160	101.142	8.500	123.160	22.980	79.666	698.562	69.856

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de Jacarandá. Maço 5443. Ilhéus, 1870-1879.

Tabela 16 - Exportação de piaçava (em molhos). Ilhéus, 1879-1888

MÊS/ANO	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.	13.652	2.832	1.232	736	600	1.200	850	600		500	22.202	2.467
FEV.	1.600	845	210		648	973	400	650		1.050	6.376	797
MAR.	5.194	1.700			883		268				8.045	2.011
ABR.	4.700	5.085	1.334	800	510	569	420		200	900	14.518	1.613
MAIO	2.765	600	946	184	1.140	1.103	550		500		7.788	974
JUN.	6.266		140	833		1.274	1.339			1.200	11.052	1.842
JUL.	3.572	1.229	700	193	1.550	1.000	216		650		9.110	1.139
AGO.	6.018	1.326	580	673		853	850		460	200	10.960	1.370
SET.	4.528	2.384	366		320	840			700	200	9.338	1.334
OUT.	3.832	728	280	2.132	1.270	400			360		9.002	1.286
NOV.	301	1.585	193	72	850		800		1.600	280	5.681	710
DEZ.	2.281	600	432	1.430	874				700		6.317	1.053
TOTAL	54.709	18.914	6.413	7.053	8.645	8.212	5.693	1.250	5.170	4.330	120.389	12.039

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1888.

Tabela 17 – Imposto sobre exportação de piaçava (em réis). Ilhéus, 1879-1888

MÊS/ANO	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.	273.040	42.480	18.480	10.020	9.000	18.000	12.750	9.000		7.500	400.270	44.474
FEV.	32.000	12.675	3.150		9.720	14.595	6.000	9.750		15.750	103.640	12.955
MAR.	103.880	25.500			13.245		4.020				146.645	36.661
ABR.	94.000	76.275	20.010	12.000	7.650	8.535	6.300		3.000	13.500	241.270	26.808
MAIO	55.300	9.000	14.190	2.760	17.100	16.545	8.240		7.500		130.635	16.329
JUN.	125.320		2.100	12.495		19.120	20.080			18.000	197.115	32.853
JUL.	71.440	17.175	10.500	2.895	23.250	15.000	3.240		9.750		153.250	19.156
AGO.	119.360	19.890	8.700	10.095		12.780	9.740		6.940	3.000	190.505	23.813
SET.	90.560	35.760	5.490		4.800	12.000			10.500	3.000	162.110	23.159
OUT.	57.480	10.920	4.180	31.980	19.050	6.000			5.400		135.010	19.287
NOV.	4.515	24.825	2.895	1.080	12.750		12.000		23.850	4.200	86.115	10.764
DEZ.	34.210	9.000	6.480	21.450	13.110				10.500		94.750	15.792
TOTAL	1.061,105	283.500	96.175	104.775	129.675	122.575	82.370	18.750	77.440	64.950	2.041,32	170.109

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de piaçava. Maço 5458. Ilhéus, 1879-1888.

Tabela 18 – Exportação de couros secos ou salgados (em unidade). Ilhéus, 1878-1888

MÊS/ANO	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.		64	25	63			37	85	27		36	337	48
FEV.		35	12				14	25	30		38	154	26
MAR.		45	100	10	67	78		26		30	70	426	53
ABR.			16	27	9			15		26	4	97	16
MAIO				29			18	36		25	18	126	126
JUN.				34	114		23	77		8	24	280	280
JUL.		85	76				25	5		52	24	267	45
AGO.						79	53	12		42	7	193	39
SET.		86		20	19		10	33		20		188	31
OUT.	185			40			4			30		259	65
NOV.	19		75	7	12		60	24		8	10	215	27
DEZ.			18	23	37			68		34		180	36
TOTAL	204	315	322	253	258	157	244	406	57	275	231	2.722	247

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1888.

Tabela 19 – Imposto sobre exportação de couros secos ou salgados (em réis). Ilhéus, 1878-1888

MÊS/ANO	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	TOTAL	MÉDIA
JAN.		6,400	2,500	6,300			11,840	27,200	8,640		11,520	74,400	10,629
FEV.		3,500	1,200				4,480	8,000	9,600		12,160	38,940	6,490
MAR.		4,500	10,000	1,000	6,700	7,800		8,440		9,600	22,400	70,440	8,805
ABR.			1,600	2,700	0,900			4,800		8,320	1,280	19,600	3,267
MAIO				2,900			5,760	11,520		8,000	5,760	33,940	6,788
JUN.				3,400	11,400		7,360	24,640		2,560	7,680	57,040	9,507
JUL.		8,500	7,600				8,000	1,600		16,440	7,680	49,820	8,303
AGO.						7,900	16,960	3,840		13,440	2,240	44,380	8,876
SET.		8,600		2,000	1,900		3,200	10,560		6,400		32,660	5,443
OUT.	18,500			4,000			1,280			9,600		33,380	8,345
NOV.	1,900		7,500	0,700	1,200		19,200	7,680		2,560	3,200	43,940	5,493
DEZ.			1,800	2,300	3,700			21,760		10,880		40,440	8,088
TOTAL	20,400	31,500	32,200	25,300	25,800	15,700	78,080	130,040	18,240	87,800	73,920	538,980	48,998

APEB, SCP. Câmara de Ilhéus. Livro de imposto sobre exportação de couros secos ou salgados. Maço 5456. Ilhéus, 1879-1888.

ANEXO II - RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE INVENTÁRIOS UTILIZADOS NA TESE
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB) - SEÇÃO JUDICIÁRIA (SJ) – SÉRIE INVENTÁRIOS

Nº ORDEM	DATA INICIAL	EST.	CAIXA	MAÇO	Nº PROC.	NOME DO INVENTARIADO	NOME OU LOCAL DA PROPRIEDADE	OCUPAÇÃO PRINCIPAL	Nº PÉS CACAU	Nº ESCRAVOS	MONTE-MOR (réis)
1	1849	8	3424		6	JOÃO SEGISMUNDO CORDIER	FAZENDA SANTA CRUZ	PRODUTOR DE CACAU	2.877	7	11.154,997
2	1850	2	783	1250	8	MARIA LUIZA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	ENGENHO CONCEIÇÃO DE ITACANOEIRAS	DONO DE ENGENHO	100	17	15.988,366
3	1851	2	783	1250	15	NARCIZA DA ROSA DOREA	ENGENHO UNIÃO E OUTRAS	DONO DE ENGENHO	0	10	6.402,380
4	1854	3	1270	1739	2	ANA MARIA DE SÃO JOSE	NO RIO UNA	INDEFINIDA	0	16	5.333,823
5	1855	2	783	1250	11	FLORENTINA MARIA DOS REIS	FAZENDA MAMOAM	PRODUTOR DE COCO	30	1	775,000
6	1855	2	783	1250	10	MANOEL RODRIGUES DE BRITO	EM ITABUNA	PRODUTOR DE FARINHA	0	0	89,000
7	1856	2	783	1250	9	FRANCISCA DE JESUS	FAZENDA BOM RETIRO	PRODUTOR DE CACAU	247	0	599,000
8	1856	2	783	1250	13	FRANCISCA ROMANA DA VITORIA	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	1	727,012
9	1856	2	783	1250	12	FRANCISCO GOMES DE CASTRO AGUIAR	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	3	3.522,670
10	1856	2	783	1250	14	GUILHERME MOR	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE CACAU	1.950	1	4.044,000
11	1856					JACOB MOR	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE CACAU	500	0	1.310,000
12	1856	2	786	1253	10	JOÃO ADOLFO SCHIMIDT	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE CACAU	1.300	0	1.398,280
13	1856	2	786	1253	9	JOAO ANTONIO VIANA	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	3	1.250,000
14	1856	2	786	1253	11	JOÃO LUIZ DE MAGALHAES	EM OLIVENCA	CRIA BOVINOS	0	0	696,905
15	1856	8	3424		6	JOAQUIM JOSE DA COSTA SEABRA	NÃO IDENTIFICADA	NEGOCIANTE	0	16	47.132,213
16	1856	2	786	1253	12	MANOEL BRIGIDO DA SILVA	SERRARIA SERRA D'ÁGUA	NEGOCIANTE	0	2	7.386,260
17	1857	2	786	1253	13	LUCIA MARIA BRANDÃO	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	264,000
18	1859	2	786	1253	15	ANTONIA DE MELO SA	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	1	850,000
19	1859	2	786	1253	16	FRANCISCO JOSE BERNARDES	NÃO IDENTIFICADA	NEGOCIANTE	0	5	9.564,950

20	1860	3	1270	1739	5	DOMINGOS ANTONIO BIZERRA	FAZENDA PIMENTA	PRODUTOR DE CACAU	2.250	4	9.547,920
21	1860	3	1270	1739	6	JOÃO PEREIRA GUILHERME	FAZENDA JOEIRANA	PRODUTOR DE FARINHA	0	0	581,400
22	1860	3	1270	1739	7	VITORIA INACIA DO AMPARO	CASA NA VILA	PRODUTOR DE CACAU	50	0	316,000
23	1861	2	783	1250	18	ANACLETO BARBOSA DOS SANTOS FREIRE	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	500,000
24	1861	2	786	1253	3	CATHARINA GONCALVES DOS SANTOS	NA FREGUESIA DE UNA	PRODUTOR DE COCO	0	4	3.315,300
25	1861	2	783	1250	19	FRANCISCO SOARES FERREIRA	NÃO IDENTIFICADA	NEGOCIANTE	0	1	14.016,091
26	1861	2	786	1253	1	JOÃO PEDRO	SITIO EM UNA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	30,000
27	1861	2	786	1253	5	DOUTOR JOAQUIM THEODORO MOREIRA	FAZENDA DA ILHA	NEGOCIANTE	0	1	8.117,780
28	1861	2	786	1253	6	MARIA JOSE LEOLA DELREI E CAROLINA LEOLA DELREI	ENGENHO CASTELO NOVO	DONO DE ENGENHO	2.000	54	89.797,030
29	1861	2	786	1253	7	ROSA ALEXANDRA WENS	FAZENDA DA LAGE	PRODUTOR DE CACAU	2.800	5	9.015,000
30	1862	3	1270	1739	9	ANGELICA MARIA SOARES	TENDA DE FERREIRO	NEGOCIANTE	0	7	6.820,000
31	1862	2	784	1251	15	SANTOS ANTONIO TEIXEIRA	SITIO JACARANDA	PRODUTOR DE CACAU	125	1	940,000
32	1862	2	786	1253	19	BERNARDINO PEREIRA DA SILVA	ENGENHO ITACANOEIRA	DONO DE ENGENHO	80	3	4.765,000
33	1862	2	786	1253	8	DOMINGOS ALVES DOS REIS	FAZENDA DA BARRA DO ITAÍPE	DONO DE ENGENHOCA	0	0	541,394
34	1862	2	784	1251	12	DOMINGOS ALVES DA SILVA	EM ARITACUA	PRODUTOR DE CACAU	250	0	1.181,533
35	1862	2	784	1251	13	JOAO MENDES COELHO	FAZENDA JACARANDA	PRODUTOR DE CACAU	3.000	2	8.710,000
36	1862	2	784	1251	14	JOSE ALEXANDRE DA SILVA	FAZENDA CABRUNEMA	PRODUTOR DE COCO	0	1	417,000
37	1862	3	1270	1739	8	MARCELINO DE ARAUJO SANTIAGO	ARITANA	PRODUTOR DE CAFE	0	0	395,000
38	1863	2	784	1251	16	JOÃO BERNARDINO	SITIO EM UNA	PRODUTOR DE FARINHA	0	0	160,000
39	1863	2	784	1251	18	JOAO DE SOUZA TAVARES BONZE	EM OLIVENCA	NEGOCIANTE	0	0	4.663,376
40	1863	2	784	1251	19	JOSEFA MARIA DA VITORIA	FAZENDA ALDEIA VELHA	PRODUTOR DE COCO	0	0	1.090,000
41	1863	3	1270	1739	11	MANOEL ANTONIO LISBOA	NA ILHA DO BARBOSA	PRODUTOR DE CACAU	400	0	200,000
42	1863	2	784	1251	11	MANOEL JOAQUIM DE SANTA ANA	NO LUGAR JACARANDA	PRODUTOR DE CACAU	830	4	2.465,000
43	1864	2	784	1251	20	MARIA ALEXANDRINA DE JESUS	EM ITAÍPE	PRODUTOR DE CACAU	311	0	1.181,780
44	1864	2	784	1251	3	JOSE DE SOUZA VIEIRA	COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	1	2.001,000

45	1864	2	784	1251	2	MANOEL DA ENCARNACAO	FAZENDA URUCUTUCA	PRODUTOR DE FARINHA	0	18	11.999,420
46	1864	2	784	1251	4	MANOEL IZIDORIO FURTADO	LUGAR [MULUCUGE] E OUTRO	PRODUTOR DE CACAU	243	0	347,000
47	1865	2	784	1251	6	ANTONIO FRANCISCO DE ECA E CASTRO	FAZENDA PONTAL DA BARRA ITAÍPE E TARIRI	PRODUTOR DE COCO	60	0	808,940
48	1865	3	1270	1739	13	ANTONIO MANOEL DA COROA DE CRSITO	LUGAR PUTUMUJU	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	346,080
49	1865	2	784	1251	7	FREDERICO HOEVERMAN [SCHRODER]	LUGAR CACHOEIRA	PRODUTOR DE CACAU	1.134	2	2.182,200
50	1865	2	784	1251	9	JOAO ADAO SCHAUM	PADARIA NA VILA	NEGOCIANTE	0	7	5.182,000
51	1865	2	784	1251	8	JOSE FRANCISCO DE ABREU	NO PONTAL E TARIRI	PRODUTOR DE CACAU	750	7	7.397,300
52	1865	9	3901		19	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	FAZENDA DA TAPERA	NEGOCIANTE	0	6	11.023,950
53	1866	2	785	1252	2	ANTONIO DA CUNHA MARELIM	COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	1	11.700,473
54	1866	3	1270	1739	15	ANTONIO NUNES DA SILVA	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUIDO
55	1866	2	785	1252	3	ELIZA FERREIRA ALVES BRASIL	TENDA DE FERREIRO E OUTRAS	PRODUTOR DE CAFE	0	0	1.810,000
56	1866	2	785	1252	7	FELIPA DE MELO SA BANDEIRA	FAZENDA JETIMANA-ACU	PRODUTOR DE FARINHA	0	14	16.935,600
57	1866	2	785	1252	4	JANUARIO DOS REIS FIGUEREDO	FAZENDA MAMOAM E OUTRAS	PRODUTOR DE COCO	PLT	1	2.263,000
58	1866	2	785	1252	5	JOÃO FRANCISCO DA MATA	SITIO SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	570	0	595,000
59	1866	2	785	1252	6	JOAQUIM LOPES DA SILVA	COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	3	17.501,615
60	1867	2	786	1253	22	ALBINA CAETANA	SITIO PERUANHAGA E OUTROS	PRODUTOR DE CACAU	355	0	543,440
61	1867	2	785	1252	8	APOLONIO DE SANTIAGO E SILVA	SITIOS UNA E [CABRENUMA]	PRODUTOR DE CACAU	225	0	558,000
62	1867	2	786	1253	20	BERNARDA MARIA DE SANTA ANA	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE CACAU	3.400	1	4.916,400
63	1867	2	785	1252	10	HENRIQUE DIAS DE MENDONÇA	EM UNA	PRODUTOR DE CACAU	49	0	86,800
64	1867	2	786	1253	1	MANOEL GOMES BARACHO	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUIDO
65	1867	2	786	1253	21	MARIA DA COSTA	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUIDO
66	1868	2	785	1252	13	ALFERES AUGUSTO DE SA BITENCOURT CAMARA	FAZENDA BOM SUCESSO	PRODUTOR DE CACAU	5.500	11	20.697,800
67	1868	2	742	1207	1	FLORIANA GOMES BARACHO	LUGAR OUTEIRO E OUTRO	PRODUTOR DE COCO	0	0	900,000
68	1868	2	742	1207	2	JOAO PEDRO BONIN	FAZENDA MONTE ALTO E OUTRA	PRODUTOR DE CACAU	2.415	4	7.973,000
69	1868	2	742	1207	3	JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA	FAZENDA ÁGUA BRANCA E OUTRA	PRODUTOR DE CACAU	643	0	1.475,880

70	1868	3	1270	1739	16	MANOEL GERALDO DE NAZARET	EM TARIRI	PRODUTOR DE CACAU	188	0	412,000
71	1868	2	742	1207	5	MARCOS FRANCISCO ANTONIO DA GLORIA	FAZENDA UNA E OUTRA	PRODUTOR DE CACAU	493	0	1.729,000
72	1868	2	742	1207	4	MARIA DE JESUS AFONSO	FAZENDA PORTO DOS BARCOS	PRODUTOR DE FARINHA	0	16	12.394,260
73	1868	2	742	1207	6	PEDRO RENAUD	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE CACAU	1.000	1	3.148,000
74	1868	3	1270	1739	17	VERISSIMO BATISTA DA LAPA	FAZENDA SÃO JOSÉ	PRODUTOR DE CACAU	1.250	0	2.554,000
75	1869	2	742	1207	8	AGOSTINHO ANTONIO DA SILVA	FAZENDA BARAO	PRODUTOR DE CACAU	1.085	1	2.403,000
76	1869	2	742	1207	7	ANTONIO JOAQUIM DUARTE	NA ILHA ALFANDEGA	PRODUTOR DE CACAU	236	0	677,000
77	1869	3	1270	1739	1	TENENTE CANDIDO NARCISO SOARES	CALDEIRAS E RIO DE UNA	PRODUTOR DE MADEIRA	0	7	11.303,410
78	1869	2	742	1207	9	DOMINGOS JOSE DE CARVALHO	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	526	0	576,000
79	1869	2	742	1207	10	EUGENIA RENAUD VINCH	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	834	0	1.497,600
80	1869	2	742	1207	11	FRANCISCO ANTONIO DA GLORIA	EM CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.606	0	2.920,140
81	1869	2	742	1207	13	JOANA FRANCISCA DE ECA E CASTRO	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUÍDO
82	1869	2	742	1207	12	JOÃO RIBEIRO DE VASCONCELOS	NA FREGUESIA DE UNA	PRODUTOR DE CAFE	48	2	639,600
83	1869	2	741	1206	1	JOAQUIM FRANCISCO BARROSO	EM PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	1.000	0	806,000
84	1869	2	741	1206	2	JOSE ANTONIO COUTINHO	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	640	0	891,000
85	1869	2	741	1206	3	MARIA ANA DO AMPARO	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	1.360	0	1.165,500
86	1869	2	741	1206	4	MARIA DA CONCEICAO	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	3.360	0	2.350,000
87	1870	2	741	1206	7	ANA ROSA DOS REIS	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	700,000
88	1870	2	741	1206	6	ANA JOAQUINA DE JESUS	EM ARITAQUA	PRODUTOR DE CACAU	600	0	1.496,000
89	1870	2	741	1206	8	DONA EMERENCIANA DE PAIVA AROUCA	FAZENDA SÃO THIAGO	PRODUTOR DE CACAU	1.065	1	4.114,185
90	1870	2	741	1206	9	FREDERICO BALDOINO RODRIGUES DE SOUZA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	342	0	792,000
91	1870	2	741	1206	10	JOÃO RIBEIRO DE VASCONCELOS	NA POVOACAO DE UNA	PRODUTOR DE CAFE	48	2	2.683,170
92	1870	2	741	1206	11	JOSE CARDOSO DE JESUS	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	300	0	240,000
93	1870	2	741	1206	12	JOSE PEDRO DA PENHA	FAZENDA BURUNDANGA	PRODUTOR DE CACAU	776	0	676,000
94	1870	2	741	1206	13	LIDIA FLORENTINA DIAS	ESCRIVAO DO JUIZO (CONJUGE)	ESCRIVAO (CONJUGE)	0	0	905,000

95	1870	2	741	1206	14	PEDRO ANTONIO PUPE	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	261	0	205,000
96	1871	2	740	1205	1	ANA MARIA AFONSO DE GUSMAO	NA POVOACAO DE UNA	NEGOCIANTE	0	2	16.299,851
97	1871	2	740	1205	18	APOLONIA DA ESCADA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	250	0	200,000
98	1871	2	740	1205	3	ERMELLINA DE FIGUEIREDO DA PEDRA BRANCA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.000	0	1:170\$000
99	1871	2	740	1205	5	JOÃO MAURICIO DE SOUZA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	128	0	140\$000
100	1871	2	740	1205	4	JULIAO RODRIGUES	NO LUGAR PAU BRASIL	PRODUTOR DE CACAU	734	0	734\$000
101	1871	2	740	1205	6	LUCIO ANTONIO BRANDAO	FAZENDA MORRO DOS MIRIQUIS	PRODUTOR DE CACAU	365	0	465\$000
102	1871	2	740	1205	7	LUIZA AMELIA VAILL BENEVIDES	FAZENDA ERMO NOBRE	PRODUTOR DE CACAU	2.268	0	5: 819\$000
103	1871	2	740	1205	8	MARIA FRANCISCA DOS SANTOS	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	4.066	0	2.984,000
104	1871	2	740	1205	9	MARIA JULIANA SCHAUM	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	8	6.530,000
105	1871	2	740	1205	12	SERAFINA DO AMARAL	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	100	0	160,000
106	1871	2	740	1205	11	TITO GALIÃO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.278	0	1.538,000
107	1872	2	740	1205	14	AMELIA MARIA DOS NASCIMENTO	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	600,000
108	1872	3	1372	1841	7	ANGELA MARIA	FAZENDA BARRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	261	0	502,900
109	1872	2	740	1205	13	ANTONIO LIBORIO AMBROZIO	SITIO PAU BRASIL	PRODUTOR DE CACAU	2.525	0	2.128,000
110	1872	2	740	1205	15	CATARINA DE SOUZA GOMES	UNA/ EM COMANDATUBA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	1.000,000
111	1872	2	737	1202	1	JOAQUIM DA SILVA VELOZO	NÃO IDENTIFICADA	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUÍDO
112	1872	2	740	1205	16	JOSE ANTONIO BITENCOURT	NA FREGUESIA DE UNA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	134,000
113	1872	2	740	1205	17	JOSEFA MARQUES DO AMARAL SOUZA	FAZENDA MARUY	PRODUTOR DE CACAU	800	4	11.200,000
114	1872	2	737	1205	4	MANOEL CARDOSO DA SILVA	FAZENDA RETIRO	NÃO IDENTIFICADA	0	9	10.190,000
115	1872	2	737	1202	6	MANOEL JOSE DE CARVALHO LESSA	SITIO JAQUEIRA	PRODUTOR DE FARINHA	0	0	787,400
116	1872	2	737	1202	7	MANOEL LUCIANO JESUS	SITIO SAPUCAEIRA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	500,000
117	1872	2	737	1202	9	MANOEL PLACIDO SÃO THIAGO	EM ÁGUA BRANCA	PRODUTOR DE CACAU	376	0	906,916
118	1872	2	737	1202	8	MANOEL VICENTE ROCHA VIEIRA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	NEGOCIANTE	0	0	1.288,466
119	1872	2	737	1202	5	MANOEL E JOSE	NA FREGUESIA DE UNA	NÃO IDENTIFICADA	0	19	9.778,980

120	1872	2	737	1202	2	MARIA MADALENA DE JESUS	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	27,000
121	1872	2	737	1202	10	PEDRO RIBEIRO DE CARVALHO	NA COLONIA DE COMANDATUBA	NÃO IDENTIFICADA	0	5	2.050,000
122	1872	3	1372	1841	6	QUINTINA MARTA DE ABREU	FAZENDA ITARIRY DO PORTO	PRODUTOR DE CACAU	531	0	1.293,770
123	1873	2	737	1202	11	CLAUDINA MARIA DE JESUS	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUIDO
124	1873	2	737	1202	12	EZEQUIEL DE AMORIM	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	500,000
125	1873	2	737	1202	13	IGNEZ MARIA DO ESPÍRITO SANTO	FAZENDA TABOCAS	PRODUTOR DE CACAU	700	0	1.474,000
126	1873	2	737	1202	14	JOAQUIM IGNACIO DE ARAUJO CARNEIRO	SITIO SÃO JOAO	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	720,000
127	1873	3	1372	1841	5	LUIZA DA CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	300,000
128	1873	2	737	1202	17	MANOEL ANTONIO CALIXTO	SITIO PERUANHAGA	PRODUTOR DE CACAU	50	0	209,000
129	1873	2	737	1202	18	MANOEL FRANCISCO DUNDA	FAZENDA TABOCAS	PRODUTOR DE CACAU	6.020	3	8.304,800
130	1873	2	737	1202	19	MANOEL SERAFIM DOS ANJOS	SITIO SÃO JOÃO	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	350,000
131	1873	2	737	1202	16	MARIA MADALENA DE CASTRO	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	2	1.024,980
132	1873	2	737	1202	25	JOSE FRANCISCO RENOVATO E INGNEZ MARIA DO ESPÍRITO SANTO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	568	0	568,000
133	1874	2	737	1202	20	ADELINA TAVARES BRONZE	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.500	0	2.320,000
134	1874	3	1372	1841	4	CLAUDINA BEZERRA DAS NEVES	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	480,000
135	1874	2	737	1202	21	JOANA MARIA DA CONCEICAO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	518	0	507,480
136	1874	2	737	1202	22	TENENTE JOAO BATISTA GUALBERTO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	4	EXCLUIDO
137	1874	2	737	1202	23	CAPITAO JOAQUIM FERREIRA DE PAIVA	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	4.500,000
138	1874	2	737	1202	24	JOAQUINA MARIA DA CONCEICAO	NO LUGAR CAPITAO E PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	200	0	225,000
139	1874	2	738	1203	1	TENENTE CORONEL JOSE VICENTE DO AMORIM BEZERRA	FAZENDA ROSARIO DO ITAHIPE E OUTRAS	NÃO IDENTIFICADA	0	0	1.335,780
140	1874	4	1372	1841	3	LUIZ JOSE DE CARVALHO (IRMAO J.J. SEABRA)	FAZENDA JARDIM DA SAUDADE	PRODUTOR DE CACAU	4.154	2	7.895,590
141	1874	2	738	1203	2	MANOEL JOSE FERREIRA	NO LUGAR CAPITAO	PRODUTOR DE COCO	0	0	309,500
142	1874	2	738	1203	4	NARCIZA DOS ANJOS	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	EXCLUIDO
143	1874	2	738	1203	3	REQUELINA MARIA DA CONCEICAO	NO LUGAR ILHA DA ALFANDEGA	PRODUTOR DE CACAU	667	0	1.645,000

144	1874	2	738	1203	5	THOMAS DIAS DOS INOCENTES	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	430	0	434,500
145	1874	2	738	1203	6	VITORIANA DE JESUS	NO LUGAR BANCO RASO	PRODUTOR DE CACAU	1.490	0	1.191,000
146	1875	2	738	1203	7	DOMINGOS JOSE LEANDRO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	320	0	268,000
147	1875	4	1372	1841	1	ALFERES FRANCISCO VITORIO DE SALES LEITE	FAZENDA OLANDI E OUTRAS	NEGOCIANTE	2.509	8	29.240,772
148	1875	2	738	1203	8	FREDERICO CARLOS DE SA	NO LUGAR ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	500	3	1.855,000
149	1875	2	738	1203	9	FREDERICO DEFAMBISSSES	NÃO IDENTIFICADA	EMPREGADO TELEGRÁFICO	0	0	92,300
150	1875	2	750	1216	3	HERCULANO QUINTINO DOS SANTOS	NO LUGAR ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	620	0	558,500
151	1875	2	738	1203	11	JOAO RODRIGUES CEZAR	LUGAR PERUANHAGA	PRODUTOR DE CACAU	300	0	392,000
152	1875	2	749	1215	7	MAJOR JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA	FAZENDA NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	19.404	28	62.180,824
153	1875	2	738	1203	12	ALFERES JOSE ANTONIO DE GUIMARÃES BASTOS	ENGENHO UNIAO E FAZENDA CALDEIRAS	DONO DE ENGENHO	400	16	55.042,167
154	1875	2	738	1203	13	JOSE DIAS RIBEIRO	NO IGUAPE	PRODUTOR DE CACAU	500	3	2.279,300
155	1875	2	738	1203	10	LUIZ DE GRAVA	NÃO IDENTIFICADA	FREI	0	0	1.473,760
156	1875	2	749	1215	1	MANOEL ANTONIO VIANA	NA CACHOEIRA DO ITAÍPE	PRODUTOR DE CACAU	361	3	1.895,600
157	1875	2	749	1215	3	PEDRO DE CALAZANS	NO LUGAR BARRA	NÃO IDENTIFICADA	0	3	5.066,900
158	1875	2	749	1215	4	UMBELINA MARIA DE SOUZA	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE CACAU	3.000	0	1.420,000
159	1876	2	781	1248	7	ADELINA SELLMANN	CASAS DE COMERCIO E FAZENDA	NEGOCIANTE	0	2	47.317,404
160	1876	2	749	1215	5	ANA MARIA VELOZO	FAZENDA PIMENTA	PRODUTOR DE CACAU	85	5	3.833,400
161	1876	2	749	1215	6	ANTONIO ALVES DE CERQUEIRA	LUGAR ÁGUA BRANCA	PRODUTOR DE CACAU	1.150	1	3.748,965
162	1876	2	781	1248	8	ANTONIO MATHEUS DA SILVA NOBRE	OLIVENCA/LUGAR AQUI	NEGOCIANTE	0	0	594,180
163	1876	2	781	1248	6	CAETANO JOSE FIGUEREDO	LUGAR JACARANDA	PRODUTOR DE CACAU	248	0	214,000
164	1876	2	781	1248	5	JOAO VIEIRA DE SOUZA (VIGARIO DA VILA DE OLIVENCA)	VILA DE OLIVENCA	VIGARIO DE OLIVENCA	0	0	531,000
165	1876	2	753	1219	10	JOSE JOAQUIM MONTEIRO	LUGAR ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	3.150	1	5.431,307
166	1876	2	781	1248	4	LIBORIO FRANCISCO AMBROZIO	LUGAR ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	3.228	0	3.192,100
167	1876	3	1372	1841	8	MANOEL GONCALVES DE ARAUJO	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	520,000

168	1876	2	781	1248	3	MARIA DA PIEDADE MELO E SA	ENGENHO ITAIEPE	DONO DE ENGENHO	0	48	53.097,000
169	1876	2	753	1219	11	SEVERIANO JOSE DA ROCHA (CAPITAO)	SITIO BOA VISTA	NÃO IDENTIFICADA	0	3	1.270,000
170	1877	2	781	1248	2	ADAO SCHAUM	PADARIA NA VILA	COMERCIANTE/PADARIA	0	4	9.286,610
171	1877	2	750	1216	14	CAROLINA MARIA DE JESUS	AGREGADO NO ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	1.700	0	1.360,000
172	1877	2	750	1216	15	FRANCISCO JOAQUIM PEREIRA	NO ENGENHO ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	1.482	0	1.786,000
173	1877	2	750	1216	16	HERMENEGILDO FRANCISCO DA SILVA	COMERCIO NO LUGAR ÁGUA BRANCA	NEGOCIANTE	885	1	4.409,076
174	1877	2	750	1216	17	JOANA DIONIZIA DA VITORIA	NA ILHA DOS QUIRICOS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	383	0	383,000
175	1877	2	750	1216	19	JOAO ALVES DA SILVA	FAZENDA BOQUEIRÃO E OUTRAS	PRODUTOR DE CACAU	5.290	0	8.591,325
176	1877	2	750	1216	20	JOSE DO NASCIMENTO MOREIRA	FAZENDA NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.101	0	2.221,718
177	1877	2	750	1216	21	MARIA MADALENA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.100	0	880,000
178	1877	2	750	1216	12	RAIMUNDO DOS REIS E SILVA	FAZENDA NO LUGAR SAO JOAO	PRODUTOR DE CACAU	570	0	1.748,700
179	1878	2	751	1217	1	ANA FRANCISCA PLACIDA	CASA NA VILA	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUÍDO
180	1878	2	751	1217	3	CRISPIM DOMINGUES DO COUTO (LIBERTO)	TERRA DENOMINADA CONSCIENCIA	PRODUTOR DE INHAME	0	0	526,250
181	1878	2	750	1216	1	FRANCISCA FLORENTINO VILAS BOAS LEMOS	TERRA NO MORRO PERNAMBUCO	NÃO IDENTIFICADA	0	0	1.000,000
182	1878	2	750	1216	4	IGNEZ MARIA DA CONCEICAO	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	500	0	500,000
183	1878	2	750	1216	5	IGNEZ MARIA DA VITORIA	NO LUGAR TERRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	400	0	400,000
184	1878	2	750	1216	6	JOAO DIAS PEREIRA GUIMARAES CALDAS (PROFESSOR)	NÃO IDENTIFICADA	PRODUTOR DE COCO	0	0	3.895,000
185	1878	2	750	1216	11	MANOEL FRANCISCO DA RESSUREICAO	NO ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	2.458	0	2.279,040
186	1878	2	750	1216	10	MANOEL JOSE DE SANTO AMARO	NO ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	3.800	0	2.073,200
187	1878	2	750	1216	8	MARIA CLEIFA DE MENEZES SOUZA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	906	0	2.100,000
188	1878	2	750	1216	9	MARIA LAVIGNE	FAZENDA ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	15.100	18	36.341,500
189	1878	2	750	1216	7	MARIANA JOAQUINA DE QUEIROS CALDAS	ENGENHO SAO JOAO	DONO DE ENGENHO	0	22	22.186,960
190	1878	2	751	1217	4	ELIZA MARIA BONIN	FAZENDA MONTE ALTO	PRODUTOR DE CACAU	600	1	2.990,000
191	1878	2	750	1216	13	PASCOAL GONCALVES DE PAIVA (CAPITAO)	FAZENDA PIRATAQUISSE	PRODUTOR DE CACAU	20.889	21	49.742,100

192	1878	2	753	1219	1	PEDRO BELIZARIO DE SOUZA	FAZENDA BANCO	PRODUTOR DE CACAU	906	0	6.326,000
193	1878	2	781	1248	17	PEDRO VALLETE	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	6.254	0	5.603,200
194	1879	2	751	1217	2	ANA VITORIA FRANCISCA DOS REIS	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.000	0	2.040,000
195	1879	3	1295	1764	5	ANTONIO HENRIQUE MARQUES DE OLIVEIRA	CASA DE NEGÓCIO	NEGOCIANTE	0	4	31.995,006
196	1879	2	753	1219	2	CRISTIANO MANOEL DE SA BITENCOURT CAMARA	ENGENHO ITAIE	DONO DE ENGENHO	0	23	17.674,200
197	1879	2	753	1219	3	DOMINGOS ANTONIO FERREIRA	NO LUGAR SAMBAITUBA/SESMARIA ITAIE	PRODUTOR DE CACAU	1.600	0	1.121,000
198	1879	2	753	1219	4	FELIPE BENICIO MENDES	NO LUGAR CORONEL/ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	2.438	0	1.775,200
199	1879	2	781	1248	9	FLORENCIA DIAS DOS SANTOS	SITIO JACARANDA DE DENTRO/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.700	0	1.665,000
200	1879	4	1372	1841	2	FLORINDA FRANCISCA DA VITORIA PAIVA (SOGRA DO PRESIDENTE DA CAMARA J.P. CALDAS)	FAZENDA PIRATAQUICE	PRODUTOR DE CACAU	10.059	11	24.206,503
201	1879	2	753	1219	5	FREDERICO BERGINN	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.798	0	2.743,000
202	1879	2	753	1219	7	GUILHERMINA EUSEBIO DE ASSUNCAO MENDES	JACARANDA DE DENTRO/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	600	0	444,000
203	1879	2	753	1219	8	JOAQUIM PRIMO DA COSTA	SEQUEIRO DO IMBU/ CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.931	0	1.924,800
204	1879	4	1406	1875	24	JOAQUINA ISMERIA DOS REIS MARQUES	EM SAMBAITUBA, URUCUTUCA E SESMARIA ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	1.327	0	1.728,600
205	1879	2	753	1219	9	JOSE PEREIRA DE ANDRADE	CASA DE NEGÓCIO NA RUA DA BANCA	NEGOCIANTE	0	0	2.479,751
206	1879	2	754	1220	2	LUIZ GASTAO LAVIGNE	FAZENDA ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	7.906	6	19.420,000
207	1879	2	754	1220	5	MACRINA DA COSTA LOUP	FAZENDA MOLHA FARINHA/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.800	0	2.795,000
208	1879	2	754	1220	4	MANOEL JOSE DOS SANTOS	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	3	2.962,500
209	1879	4	1406	1875	25	MANOEL JOSE FELIX	NO LUGAR ÁGUA BRANCA/ITAIE	PRODUTOR DE CACAU	1.600	0	1.890,000
210	1879	2	754	1220	3	MARIA DO CARMO MENDES	LUGAR BANCO DO PEDRO	PRODUTOR DE CACAU	500	0	2.377,000
211	1879	2	754	1220	1	LOURENCO DIAS RIBEIRO	FAZENDA E ENGENHO NO IGUAPE E OUTROS	DONO DE ENGENHO	0	15	17.457,800
212	1879	2	755	1221	13	QUINTINO FRANCISCO DE ECA E CASTRO	FAZENDA BARREIRO	PRODUTOR DE CACAU	3.547	0	6.890,200
213	1880	2	754	1220	10	CAROLINO JOSE DUARTE	FAZENDA ILHA DA ALFANDEGA	PRODUTOR DE CACAU	1.175	0	1.625,140

214	1880	2	754	1220	13	ETELVINA MARIA RAMOS	FAZENDA CAJUEIRO	PRODUTOR DE CACAU	2.500	0	2.915,200
215	1880	2	754	1220	7	ANTONIO FERNANDES SOL	FAZENDA IGUAPE	PRODUTOR DE CACAU	1.320	0	1.400,000
216	1880	2	754	1220	6	ANA MARIA DA CONCEICAO	EM SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	750	0	990,500
217	1880	2	754	1220	12	EUCLIDES COUTINHO DOS SANTOS	EM UNA, LUGAR CAJUEIRO E ARITAQUA	PRODUTOR DE CACAU	1.104	0	935,200
218	1880	2	755	1221	7	JOVENCIO JOSE DUARTE	ITAPE/LUGAR ARITAQUA	PRODUTOR DE CACAU	1.136	0	1.064,480
219	1880	2	755	1221	8	MARIA FRANCISCA DE JESUS	ITAPE/LUGAR SÃO JOÃO	PRODUTOR DE CACAU	458	0	1.503,000
220	1880	2	755	1221	9	MARTINHA MARIA DA CONCEICAO	LUGAR SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	2.000	0	1.575,000
221	1880	2	755	1221	14	ROMUALDO JOSE CAETANO	EM PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	1.400	0	1.345,000
222	1880	2	755	1221	6	HIPOLITO GASTAO LAVIGNE	LUGAR BARRA	PRODUTOR DE FARINHA	0	1	339,700
223	1880	2	755	1221	12	PEDRO ANTONIO DO BONFIM	ALMADA/LUGAR BARBOZINHA	PRODUTOR DE CACAU	3.027	0	2.927,000
224	1880	2	754	1220	8	ANTONIO JOSE DE CASTRO	LUGAR MORRO DOS MIRIQUIS	PRODUTOR DE CACAU	400	0	460,000
225	1880	2	754	1220	11	EGIDIO LUIZ DE SA BITENCOURT CAMARA (CAPITAO)	FAZENDA BOA VISTA SA E OUTRAS	PRODUTOR DE CACAU	11.622	29	25.575,000
226	1880	4	1406	1875	26	CLAUDINO JOSE DE OLIVEIRA	FAZENDA MAPENDIPE E OUTRAS	PRODUTOR DE FARINHA	0	3	4.773,840
227	1880	2	755	1221	10	MELANIA EUGENIA DO ESPÍRITO SANTO	POCO DO JUNDIAY/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	4.600	0	4.580,000
228	1880	2	754	1220	9	BONIFACIO ALVES DA SILVA	AREAL DE CIMA/RIO ITAPE	PRODUTOR DE CACAU	800	1	1.615,000
229	1881	2	757	1223	3	PEDRO GONCALVES DE VASCONCELOS GUSMAO	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	0	1.489,470
230	1881	2	757	1223	5	ROMAO TELES DE SOUZA	LUGAR RIACHO	PRODUTOR DE CACAU	4.048	0	5.199,000
231	1881	2	757	1223	4	ROSA CANDIDA DE CASTRO	LUGAR BARREIRO	PRODUTOR DE CACAU	327	0	502,500
232	1881	2	755	1221	2	BENVENUTA RIBEIRO LOPES	NA VILA	NEGOCIANTE	0	2	9.004,016
233	1881	2	781	1248	11	IGNACIO MANUEL DO BONFIM	LUGAR PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	500	0	590,000
234	1881	3	1298	1767	2	PORFIRIA MARIA DE PAIVA GUSMAO	FAZENDA OLANDI E OUTRAS	NEGOCIANTE	150	7	17.266,411
235	1881	4	1406	1875	28	ANTONIO MANOEL DO BONFIM	LUGAR TERRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	1.780	0	1.038,000
236	1881	2	781	1248	10	JOSE SIMIAO MORENO DOS REIS	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	PLT	1	4.249,902
237	1881	3	1298	1767	3	THOME ALVES DOS REIS	NO IGUAPE	PRODUTOR DE CACAU	1.062	0	1.222,000

238	1881	4	1406	1875	27	ANA JOAQUINA DE ALVES NUNES	LUGAR ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	1.861	0	2.826,600
239	1881	2	755	1221	4	FELIPE WENSE	LUGAR QUIRICOS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	725	1	2.080,000
240	1881	2	781	1248	12	FRANQUELINA FERREIRA DA SILVA	FAZENDA RIBEIRAO DAS ALEGRIAS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	4.500	0	5.570,000
241	1881	2	757	1223	1	MANOEL FAUSTINO TEIXEIRA MENDES	JACARANDA DE DENTRO/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.000	0	2.220,000
242	1881	2	781	1248	13	FRANCISCA BAZILIA DA SILVA	RIBEIRAO DAS PREGUICAS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.635	0	1.378,000
243	1881	4	1406	1875	23	MARIA FRANCISCA DE AMORIM	NA VILA	PRODUTOR DE COCO	0	0	495,000
244	1881	2	757	1223	2	MARTINHO JOSE DA SILVA	JACARANDA DE DENTRO/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.380	0	1.134,000
245	1881	2	755	1221	1	BERNARDO SELLAM (MAJOR)	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	3	26.718,588
246	1882	2	758	1224	11	PEDRO CARDOSO DO NASCIMENTO	NO LUGAR BARRA DO ITAYPE	PRODUTOR DE CAFE	0	0	884,600
247	1882	2	758	1224	12	PEDRO JOSE DUARTE	EM SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	70	0	365,000
248	1882	2	781	1248	16	JOSEFA AMALIA IZABEL DE BITENCOURT SA DE ELREI	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUÍDO
249	1882	2	758	1224	10	MARIANA NASCIMENTO BENEVIDES	CASA NA VILA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	1.300,000
250	1882	2	758	1224	17	JOSE VERISSIMO MARQUES	NO LUGAR TERRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	1.577	0	1.727,000
251	1882	2	758	1224	9	MANOEL FELIX DA SILVA	LUGAR SAO JOAO - RIO ITAYPE	PRODUTOR DE CACAU	600	0	1.029,000
252	1882	2	758	1224	8	MANOEL APOLINARIO BATISTA SANTOS	LUGAR TABOCAS	PRODUTOR DE CACAU	3.600	0	3.349,400
253	1882	2	758	1224	13	ROBERTO GASTON LAVIGNE	FAZENDA ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	3.000	1	4.809,900
254	1882	2	758	1224	15	SOFIA CLAUDENTINA BATISTA	FAZENDA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	7.100	1	8.600,000
255	1882	2	758	1224	2	JOAO ADOLFO SCHIMIDT	LUGAR TABOCAS	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	349,800
256	1882	2	758	1224	7	MARIA CAETANA DA ESCADA	RIO ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	303	0	322,700
257	1882	2	757	1223	6	ANA JOAQUINA DA SILVA	LUGAR ARITAQUA - RIO ITAYPE	PRODUTOR DE CACAU	400	0	748,000
258	1882	2	758	1224	5	LODONIO FRANCISCO DE CAMARGO	LUGAR SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	1.818	0	2.330,500
259	1882	2	758	1224	14	VERISSIMO FRANCISCO DAS CHAGAS	FAZENDA JACARANDA DE DENTRO	PRODUTOR DE CACAU	971	0	1.061,000
260	1882	2	757	1223	9	AUGUSTO FERREIRA ESCHER	FAZENDA RIO COMPRIDO	PRODUTOR DE CACAU	13.890	12	23.006,000

261	1882	2	757	1223	7	BELMIRA MARIA DE JESUS	RIBEIRAO DAS PREGUIÇAS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	400	0	760,000
262	1882	2	757	1223	11	HIPOLITO JOSE TRAVASSO	LUGAR JACARANDA DE DENTRO	PRODUTOR DE CACAU	1.192	0	1.404,000
263	1882	2	758	1224	4	JOAO NEPOMUCENO	LUGAR ITARIRI DE DENTRO	PRODUTOR DE CACAU	1.700	0	1.700,000
264	1882	3	1298	1767	4	ANTONIO PEDRO DE FARIA	LUGAR TERRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	2.000	0	2.600,000
265	1882	2	758	1224	3	JOAO CARLOS HOLENVERGNER	FAZENDA SAO THIAGO	PRODUTOR DE CACAU	2.000	5	4.800,000
266	1882	2	758	1224	6	LUIZA THEODOLINA DE SA ADAMI	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	8	59.728,503
267	1882	2	757	1223	10	EVARISTO ALVES DOS REIS	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	2.500,000
268	1882	3	1298	1767	5	JOSE FURTADO DA SILVA	TENDA DE FERREIRO	FERREIRO	0	0	450,000
269	1882	2	758	1224	1	JOANA SOARES E JOAO JOSE PINTO (CASAL)	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	200,000
270	1880	2	759	1225	4	RITA CONSTANCA DE MELO SA	FAZENDA SANTA MARIA E OUTRAS	DONO DE ENGENHO	PLT	73	57.889,448
271	1883	2	759	1225	1	AUGUSTO BATISTA GUALBERTO	FAZENDA AREAL DE CIMA E OUTRAS	PRODUTOR DE CACAU	1.930	0	2.120,000
272	1883	2	758	1225	8	INOCENCIO MARIANO DE FIGUEREDO	LUGAR [RICHADO]	PRODUTOR DE CACAU	3.005	1	4.435,000
273	1883	2	760	1226	6	LUDOVICO LUIZ DO NASCIMENTO	LUGAR TERRA NOVA	PRODUTOR DE CACAU	3.600	0	4.890,000
274	1883	2	759	1225	6	FELICIA MARIA DE ABREU E CASTRO	FAZENDA ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	1.579	7	2.815,500
275	1883	2	760	1226	2	JOAQUIM MANOEL DE OLIVEIRA	LUGAR CABRUNEMA	PRODUTOR DE CACAU	2.000	0	3.650,000
276	1883	2	759	1225	7	FELIPE MIGUEL NINCH	LUGAR PAU DO PEIXE-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	3.513	1	4.355,520
277	1883	2	760	1226	7	MARIA JOAQUINA DA SILVA	LUGAR PICO E LUGAR ÁGUA BRANCA - RIO ITAÍPE	PRODUTOR DE CACAU	497	0	697,000
278	1883	2	760	1226	14	ROSALINA FRANCISCA KRUSCHEVSKIS	RIBEIRAO DO JACARANDA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.200	0	500,000
279	1883	2	759	1225	2	BERNARDO JOSE DEMETRIO	LUGAR SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	1.847	0	1.712,000
280	1883	2	759	1225	5	ERCILIA SCHAUM MONTEIRO	FAZENDA JARDIM-ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	3.350	1	5.284,000
281	1883	2	760	1226	8	PORFIRIO FELICIANO FONTES	FAZENDA MELOY-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.648	0	4.315,200
282	1883	2	760	1226	3	JOSE DOS SANTOS DA ROCHA	LUGAR JACARANDA DE DENTRO	PRODUTOR DE CACAU	1.300	0	1.100,000
283	1883	2	759	1225	3	DOMINGOS LOPES DA SILVA (TENENTE CORONEL)	VÁRIAS PROPRIEDADES	NEGOCIANTE	PLT	5	68.103,308

284	1883	2	760	1226	1	JOAO DOS SANTOS DA ROCHA	NO LUGAR PAU BRASIL	PRODUTOR DE CACAU	600	0	720,000
285	1883	2	758	1224	16	ADAO FELIPE BRAIT	LUGAR QUEBRA CANELA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.350	0	6.942,200
286	1883	3	1298	1767	6	JOAQUINA MARIA MOREIRA	LUGAR PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	5.250	0	6.905,000
287	1884	2	761	1227	6	PEDRO JOSE MENDES	LUGAR BANCO DO PEDRO	PRODUTOR DE CACAU	2.563	0	2.163,000
288	1884	2	761	1227	8	TEODORO CONSTANTINO DE SANTANA	LUGAR BOM JESUS-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.200	0	1.570,000
289	1884	2	760	1226	12	JOAO LODUVICO MARTINS	NA VILA	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUIDO
290	1884	2	760	1226	11	JOAO BATISTA HOMEM DEL REI (CAPITAO)	ENGENHO SANTANA	DONO DE ENGENHO	0	10	11.219,000
291	1884	2	760	1226	10	EMILIA MARIA NINCH	LUGAR RIBEIRAO DAS CANABRAVAS-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	4.540	1	5.530,000
292	1884	2	760	1226	13	JOAQUIM DA COSTA FUCHS	NA FREGUESIA DE UNA	PRODUTOR DE CACAU	330	0	500,000
293	1884	2	761	1227	5	MANOEL JOSE VIEIRA	NA FREGUESIA DE UNA	NEGOCIANTE	0	3	11.891,890
294	1884	2	761	1227	4	LUIZA MARIA DA MOTA	POCO DO JUNDIAY/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	3.100	0	3.060,000
295	1884	2	760	1226	9	CONSTANCA ARANHA	LUGAR MOLHA FARINHA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.380	0	1.840,000
296	1884	2	761	1227	7	ROMAO GOMES PACHECO	FAZENDA CONCEICAO-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	14.000	1	14.300,000
297	1884	3	1298	1767	7	TRIFINA DE MELO E SA BANDEIRA	NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	Z	0	10.127,733
298	1884	2	761	1227	1	JORGE MATHIAS SCHER	FAZENDA MASSAQUARA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	4.400	0	5.674,000
299	1884	2	761	1227	9	THEODORA MARIA DOS SANTOS	FAZENDA RIBEIRAO DAS ALEGRIAS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	900	0	960,000
300	1884	2	761	1227	3	JOVINO MANOEL FRANCISCO	LUGAR RIBEIRAO DAS ALEGRIAS-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	300	0	370,000
301	1885	3	1295	1764	12	JOSE DE CARVALHO DA SILVA LESSA	LUGAR MESSO, VILA DE OLIVENCA E SAMBAITUBA	TROPEIRO (10 BURROS)	PLT	1	3.858,400
302	1885	2	762	1228	7	SILVANO JOSE DE SANTA ANA	LUGAR CANABRAVA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	0	210,000
303	1885	2	761	1227	13	JOAQUIM ALVES DA SILVA	LUGAR ARITAQUA E OUTROS	PRODUTOR DE CACAU	3.687	17	8.058,000
304	1885	3	1295	1764	14	APOLONIA LAURIANA DE BRITO LOPES	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	3	17.472,027
305	1885	2	761	1227	12	HELENA LAVIGNE SCHAUM	CASA DE COMERCIO NA VILA	NEGOCIANTE	0	4	12.910,480

306	1885	2	762	1228	2	MARIA CAROLINA NINCH	LUGAR PAU DO PEIXE-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	3.699	1	4.292,500
307	1885	2	762	1228	3	MARIA JULIANA WENSE	LUGAR QUIRICOS/CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.336	1	3.550,000
308	1885	2	761	1227	11	ESMERINA ZEFERINA DA VITORIA	LUGAR SAO JOAO	PRODUTOR DE CACAU	475	0	749,000
309	1885	2	761	1227	15	JUSTA RUFINA DA CONCEICAO	LUGAR RICHADO-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.200	0	2.465,000
310	1885	2	762	1228	6	RITA VITORIA ALVES	LUGAR ALEGRIA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	2.336	1	3.550,000
311	1885	2	762	1228	5	RAIMUNDO NONATO DO AMARAL (CAPITAO)	VILA DE OLIVENCA E CAHOEIRA DE ITABUNA	NEGOCIANTE	9.980	1	25.986,877
312	1885	2	762	1228	4	NARCISA MARIA DA CONCEICAO	LUGAR PONTA DO RAMO	PRODUTOR DE CACAU	3.413	0	4.395,000
313	1885	3	1295	1764	10	JOSE FRANCISCO GOMES	LUGAR CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.750	0	3.220,000
314	1885	2	762	1228	8	VICENTE FERREIRA DIAS (ESCRIVAO)	CASAS NA VILA	TABELIAO	0	0	5.236,000
315	1885	3	1295	1764	13	ATANASIO FRANCISCO MARTINS	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	500,000
316	1885	3	1295	1764	7	MARIA LIDIA DE VASCONCELOS	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	NEGOCIANTE	0	1	1.456,660
317	1885	2	761	1227	14	JOAO CABOCLO (INDIO)	PROCESSO INCOMPLETO	PROCESSO INCOMPLETO	0	0	EXCLUÍDO
318	1885	2	761	1227	10	ANANIAS CADOS	NA VILA	NEGOCIANTE	0	0	1.072,358
319	1885	2	762	1228	1	JOAO FRANCISCO DA MATA	LUGAR CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	PLT	3	7.300,000
320	1886	2	762	1228	10	CARLOS STEPHANI HOHLENWEGER	FAZENDA SAO THIAGO	PRODUTOR DE CACAU	3.282	1	11.559,000
321	1886	2	762	1228	12	JOAO CARLOS HOHLENWEGNER (ALFERES)	FAZENDA OCULOS-ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	8.561	2	11.622,944
322	1886	3	1298	1767	12	MANOEL JOSE DE SANTA ANA	FAZENDA BOA VISTA	PRODUTOR DE COCO	0	0	1.954,000
323	1886	2	762	1228	9	ARISTIDES FRANCISCO DE VASCONCELOS GUSMAO	FAZENDA OLANDI E OUTRAS	NEGOCIANTE	2.600	1	30.502,773
324	1886	2	762	1228	15	MARIA MARGARIDA NINCK (NATURAL DA ALEMANHA)	LUGAR CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	1.302	0	2.234,600
325	1886	2	762	1228	11	GENESIO MALAQUIAS DE CASTRO	LUGAR ARITAQUA	PRODUTOR DE CACAU	4.000	0	4.650,000
326	1886	2	762	1228	14	JOSE PEDRO MENDES	LUGAR BANCO DO PEDRO	PRODUTOR DE CACAU	6.279	0	6.297,500
327	1886	3	1298	1767	11	TEREZA PETRONILHA BARBOSA	NA VILA	PRODUTOR DE CACAU	2.260	0	2.391,000
328	1886	2	762	1228	13	JOAQUIM IGNACIO DOS SANTOS	LUGAR RIBEIRAO DAS PREGUICAS-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	950	0	800,000

329	1887	3	1372	1841	15	MATHEUS ROQUE DE ARAUJO	LUGAR ÁGUA BRANCA-ITAÍPE	PRODUTOR DE CACAU	1.500	0	970,000
330	1887	3	1298	1767	8	ACRISIO JANUARIO CARDOZO (ALFERES)	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	NEGOCIANTE	4.155	7	46.864,778
331	1887	3	1295	1764	6	MARIA SEVERA DE FARIA	CASA NA VILA	NÃO IDENTIFICADA	0	0	500,000
332	1887	3	1372	1841	18	LUIZ ADAMI	NA VILA	NEGOCIANTE	0	5	46.707,468
333	1887	3	1298	1767	9	ANTONIO NUNES MELGACO E ANA MARQUES MELGACO	NO LUGAR ITARIRI E SAMBAITUBA	PRODUTOR DE CACAU	343	0	374,876
334	1887	3	1298	1767	1	FLORENCIO MARCELINO BANDEIRA	LUGAR ITARIRI	PRODUTOR DE CACAU	730	0	696,000
335	1887	3	1372	1841	16	MARIA IZABEL DE SOUZA	NA VILA	PRODUTOR DE CACAU	700	0	1.050,000
336	1887	3	1298	1767	10	BERNARDO FERNANDES DA SILVA	NA CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	8.978	0	20.679,000
337	1887	4	1372	1841	19	LEONIDIA MARIA DOS SANTOS	FAZENDA UNIAO-ALMADA	PRODUTOR DE CACAU	4.104	0	3.994,000
338	1888	3	1372	1841	10	JOAO PINHEIRO DO NASCIMENTO	FAZENDA MASSAQUARA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	4.500	0	3.310,000
339	1888	3	1372	1841	13	JOSE PINHEIRO DO NASCIMENTO	FAZENDA SERIGUE-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	5.200	0	3.300,000
340	1888	8	3424		4	ADELAIDE DE MELO SA OLIVEIRA	FAZENDA BOA VISTA DO BOM GOSTO- CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	7.500	0	16.294,909
341	1888	3	1372	1841	14	FIRMINO PIRES CALDAS	FAZENDA SAO JOAO DO PASTO	DONO DE ENGENHO	0	9	11.275,000
342	1888	3	1372	1841	11	PORCINA GROESZNER DE FIGUEREDO ROCHA	FAZENDA VISTA DO PARAISO- CACHOEIRA DE ITABUNA	NEGOCIANTE	4.444	0	10.801,076
343	1888	3	1372	1841	12	MARIA IGNEZ DA CONCEICAO	LUGAR JACARANDA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	5.000	0	5.510,000
344	1888	2	755	1221	5	FRANCISCA XAVIER DOS SANTOS	LUGAR JACARANDA-CACHOEIRA DE ITABUNA	PRODUTOR DE CACAU	5.607	0	6.056,660
345	1888	2	760	1226	4	JOSE LOPES DA SILVA	FAZENDA MORRO DE SAO FRANCISCO	NEGOCIANTE	8.030	0	27.694,020